

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

Ana Lucia Mussi de Carvalho Campinho

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA PESCA
ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, MEDIANTE AS
OPORTUNIDADES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO**

Campos dos Goytacazes, RJ

Outubro de 2021

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

Ana Lucia Mussi de Carvalho Campinho

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA PESCA
ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, MEDIANTE
OPORTUNIDADES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Orientadora: Profa. Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, D. Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Outubro de 2021

Catálogo na fonte

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 009/2022

Campinho, Ana Lúcia Mussi de Carvalho.

Trajetórias de vida de jovens de famílias de São João da Barra, mediante as oportunidades de trabalho e educação na região. / Ana Lúcia Mussi de Carvalho Campinho. – 2021.
238 f.

Orientador(a): Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda.

Tese de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.
Referências: f. 222-235.

1. Educação. 2. Pesca. 3. São João da Barra – município. I. Arruda, Ana Paula Serpa Nogueira de, orient. II. Universidade Candido Mendes – Campos. III. Título.

CDU – 37:639.2(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogiramo CRB 7ª-6723

ANA LUCIA MUSSI DE CARVALHO CAMPINHO

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA PESCA
ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, MEDIANTE AS
OPORTUNIDADES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Aprovada em 07 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda - Dra. Sc.
Orientadora – Universidade Candido Mendes

Profa. Wania Amélia B. Mesquita - Dra. Sc.
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Geraldo Márcio Timóteo - Dr. Sc.
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Valdir Júnio dos Santos - Dr. Sc.
Universidade Candido Mendes

Profa. Catia Antonia da Silva – D.Sc
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2021

Toda pessoa reveste suas escolhas, por toda a trajetória de vida, de (des)esperanças. Nesses anos de mergulho por novos mares de conhecimento, o testemunho maior, ao concluir o trabalho, seria às novas gerações, aqui representadas pelos meus netos Gabriela Valentina, Bruno César, Ana Laura, Arthur, Maria Paula, Antônia e Carolina para suas decisões de futuro, nesse mundo de incertezas. A vida não é uma linha reta ou sem recuos ou sem conflitos, mas ela só terá sentido e será efetivamente rica se, em nossa tomada de decisão, tivermos a capacidade de compreender a realidade do “outro”, nos indignar diante de situações aviltantes que não são dignas da natureza humana e da razão de estar no mundo.

AGRADECIMENTOS

Se trazemos trajetórias de vida, nada mais significativo que reconhecer na própria trajetória aqueles que construíram as trilhas para essa escrita hoje, pois entendo que a escrita é uma oportunidade de nos reescrever e perceber o quanto são importantes as tentativas que ficaram nos rascunhos. Assim, teço a minha reverência ao meu núcleo familiar, pais José Antônio e Latife, ao meu irmão José Carlos por terem alimentado minha alma desde muito cedo com a inspiração pela busca do conhecimento e pelo respeito à dignidade humana. Esse legado levei comigo quando sonhei novos horizontes com o companheiro José F^{co} e a meus filhos, Clarice, Heitor, Olívia e Mariana, parceiros generosos por esses mares da vida.

Na trajetória profissional, o reconhecimento especial ao Instituto Federal Fluminense, instituição em que, cotidianamente, a Educação Profissional e Tecnológica procura desvelar o jogo de forças entre capital e trabalho. Nesse universo de disputas, somei-me às vozes de tantos educadores na defesa de uma sociedade com mais justiça social e no sentido de conquistar um outro patamar para a educação em nosso país, de modo a resgatar inclusive aqueles que são “deixados para trás”, sob a justificativa de uma retórica, por vezes perversa, da meritocracia. Na memória desses momentos estão tantos amigos de trincheira com quem ganhei coragem para não perder a esperança: Suely Coelho, Vera Raimunda Amério, Luiz Augusto Caldas, Carla Patrão, Edinalda Ribeiro, educadores incansáveis.

À Universidade Candido Mendes, em ousar na Pós-Graduação - Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, concorrendo assim para a interiorização da academia. Ao citar a Professora Lia Hasenclever, cujo compartilhamento de princípios e conceitos me proporcionou lentes mais poderosas para a leitura da realidade, estendo a todos os demais professores do curso e aos funcionários da Pós-Graduação o agradecimento.

À Prof.^a Dr.^a Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, orientadora que abraçou comigo a caminhada na pesquisa, somando à competente orientação, uma doçura ímpar no convite ao “vem por aqui”, no aprimoramento analítico e na estruturação da tese.

Aos professores integrantes da banca de qualificação e de defesa pelas contribuições significativas a esta tese.

Aos participantes do Projeto PEA Pescarte, em especial o Prof. Dr. Geraldo Timóteo e Paulo Mesquita, pela colaboração incondicional na disponibilização dos dados do Projeto e do Censo PEAPescarte que me revelaram a saga dos pescadores, o que muito acresceu ao meu conhecimento sobre o trabalho na pesca artesanal.

Por fim, e de maneira especial, o reconhecimento profundo aos jovens das famílias das comunidades da pesca artesanal, para os quais esse estudo se dirigiu e que demonstraram uma sensibilidade combativa na busca de oportunidades de um futuro mais feliz.

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.
(Eduardo Galeano)

“Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos. Isso não é razão para que deixemos de tentar (não deixaríamos nem se fosse uma boa razão). Mas serve para lembrar que nunca devemos acreditar que qualquer das sucessivas soluções transitórias não mereceria mais ponderação nem se beneficiaria de alguma outra correção”.

(Zygmunt Bauman, 2018)

RESUMO

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, MEDIANTE AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO

Esta tese tem, por objetivo, compreender a trajetória de vida de jovens de 18 a 29 anos de famílias da pesca artesanal do município de São João da Barra, RJ, mediante as oportunidades de trabalho e de educação que o município oferece, em certa medida impulsionadas pela presença de grandes investimentos na região, considerando, nesse espectro, a indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos e o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu (Clipa). Um aspecto que emerge na pesquisa são as disputas de território em função da construção e da operacionalização do Clipa, que impactou o território, provocando profundos reflexos na atividade da pesca, da agricultura e da vida dessa população. Os jovens, sujeitos da pesquisa, trazem, em seu processo de socialização, a identidade da pesca, seus valores e hábitos, mas, diferentemente de gerações anteriores e mediante às dificuldades que se impuseram à atividade da pesca e às possibilidades de trabalho, encontram hoje um cenário distinto na região. Nesse sentido, permanecer na comunidade da pesca ou lançar-se em “outro mar” é o ponto nevrálgico que procuramos analisar no diálogo com esses jovens, o que, na verdade, mostra dois aspectos em contraste: a força da comunidade e a ousadia na construção de uma individualidade, o que concorre para a compreensão de que trajetória de vida, apesar de única, é fundada em um conjunto de fatores. Para a realização do estudo, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, numa triangulação de métodos como a observação participante, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, o Censo PEA Pescarte e a pesquisa de campo. Na realização da pesquisa de campo, foi utilizada a entrevista semiestruturada e, para a leitura dos dados, a análise de conteúdo. Definidas as categorias para a análise, estabelecemos uma rede de sentidos que entrelaçou a tradição da pesca artesanal com questões socioeconômicas e políticas inerentes ao lugar, inclusive os conflitos ambientais no território. Dentre as contribuições do estudo, ficou evidente que, de fato, essa geração de 18 a 29 se distingue das anteriores, em relação às oportunidades de escolarização e às possibilidades de trabalho na região. Grande parte dela, que não almeja ser pescadora, acredita que o caminho que possibilita mudar de posição na escala social é pelo capital educacional, pela Educação. A respeito daqueles que pretendem ser pescadores, a constatação é da necessidade de ações educativas e de políticas públicas de modo que se fortaleça uma nova forma de organização desses, não apenas na atividade pesqueira, mas também nos espaços de decisão, de modo que a pesca saia das sombras do anonimato e ganhe maior protagonismo, uma vez que continua sendo uma área importante para a economia local.

Palavras-chave: juventude da pesca artesanal; oportunidades; trajetórias de vida.

ABSTRACT

LIFE TRAJECTORIES OF YOUTH FROM TRADITIONAL FAMILIES OF ARTISANAL FISHING IN THE MUNICIPALITY OF SÃO JOÃO DA BARRA, THROUGH WORK AND EDUCATION OPPORTUNITIES IN THE REGION

This doctoral thesis has, as goal, comprehend the way of life of young people from 18 to 29 years old, from traditional families of artisanal fishing in São João da Barra municipality, by job opportunities for work and education the city offers, in one way stimulated by the big investments presence in the region, considering, in this spectrum, the oil and gas industry in Campos Basin and the Açu Port Logistical Industrial Complex (Clipa). An aspect that emerges in the research is the territory disputes related to Clipa construction and operationalization, which has impacted region, promoting profound reflexes in the activities of fishing, agriculture and in this population life. Young people, subjects of the research, bring, in their socialization process, their values and habits, but, differently of ancient generations and by difficulties that are imposed to the fishing activity and the job possibilities, find today a distinct scenario in region. In this way, stay in the fishing community or go to “another sea” is the neuralgic point which we try to analyze in dialogs with the youth, which, truly, shows two sides in contrast: the community power and the audacity of building an individuality, which concurs to a comprehension of which way of life, despites it is unique, is founded in a set of factors. To do this thesis, we have chosen the qualitative research, in a triangulation of methods: the participant observation, the bibliographical research, the documental research, the PEA Pescarte Census and field research. During field research, we have used semi structured interview and, to read data, the content analysis. After defining the analysis categories, we have stablished a sense network which involved tradition an artisanal fishing with social, political and economic questions inherent to region, including the environmental conflicts in territory. Among the contributions of this study, it is evident, indeed, this generations from 18 to 29 is distinct of the ancient ones, in relation of schooling opportunities and job possibilities in region. Most of them does not wish being a fisher, but believe the way to enable social change is educational capital, through education. In relation to the ones who wish to become fishers, the finding is of the necessity of educative actions and public politics in the way of empowering a new way of organization, not only in the fishing activities, but in decision spaces, so that fishing comes out from anonymity shadows and gets a great protagonism, since it keeps being an important area to local economy.

KEYWORDS: youth from artisanal fishing; opportunities; trajectory of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmides etárias brasileiras, anos base 1980/1990/2000/2010/2020.....	73
Figura 2 - São João da Barra, 1837.....	115
Figura 3 - Chalupa, tipo de barco que transportava mercadorias entre São João da Barra e Campos dos Goytacazes	116
Figura 4 - Estaleiros em São João da Barra, 1918 - vapor Carangola.....	116
Figura 5 - São João da Barra antiga – início do século XX	117
Figura 6 - Prancha na foz do rio Paraíba do Sul, Pontal de Atafona	117
Figura 7 - O município de São João da Barra na configuração do Norte Fluminense	118
Figura 8 - Extensão da Bacia de Campos, 2017 Fonte: PORTAL LUBBES, 2017.....	127
Figura 9 - Plataforma de exploração de petróleo na Bacia de Campos, 2018.....	129
Figura 10 - Área com a localização do Distrito Industrial do Porto do Açu – Infraestruturas do município de São João da Barra. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) 2011	131
Figura 11 - O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, São João da Barra, 2019...	132
Figura 12 - Porto do Açu, município de São João da Barra, já em operação, 2020.....	133
Figura 13 - Casa de pescador no V Distrito de São João da Barra.....	139
Figura 14 - Pesca artesanal, Atafona, distrito de São João da Barra	139
Figura 15 - Canoa de Pesca - Atafona, distrito de São João da Barra	140
Figura 16 - Área de abrangência do PEA Pescarte, 2019.....	153
Figura 17 - Mercado de Peixe Municipal, em Atafona, distrito de São João da Barra	186
Figura 18 - Ruínas no Pontal de Atafona, distrito de São João da Barra	189
Figura 19 - Centro de Formação de Pescadores em Atafona, distrito de São João da Barra .	210
Figura 20 - Centro Comunitário Pesqueiro – V Distrito de São João da Barra.....	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Condição de estudo e situação de ocupação da população jovem de 18 a 29 anos, por grupo de idade (%)	93
Tabela 2 - Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, impostos sobre produtos e população estimada do município de São João da Barra, 2017	121
Tabela 3 - Índice de Vulnerabilidade Social, em suas três dimensões, nos municípios do Norte Fluminense (2000-2010)	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resposta (em %) dos entrevistados, quando indagados por que escolheram a pesca como principal ocupação	158
Gráfico 2 - Resposta (em %) dos respondentes a respeito do último grau/série/ano em que foram aprovados.....	159
Gráfico 3 - Resposta (em %) da população entrevistada a respeito da série/grau de escolaridade de seu responsável masculino/feminino	160
Gráfico 4 - Pretensão da população pesqueira em continuar ou não na pesca. Resposta em %	160
Gráfico 5 - Pretensão da população jovem em continuar ou não na pesca. Resposta em %..	161
Gráfico 6 - Resposta (em %) da população da pesca e apenas do grupo de jovens pescadores a respeito das razões de não querer continuar na pesca	162
Gráfico 7 - Opinião dos respondentes se gostariam que seu filho(a) viesse a ser um pescador(a), caso a renda da pesca fosse aquela que ele estimava como necessária para a sobrevivência. Resposta (em %) da população da pesca.	163
Gráfico 8 - Posição dos jovens da pesca quando questionados se tivessem a renda (estimada com a atividade da pesca se gostariam que seu filho viesse a ser pescador(a). Resposta em %.	163
Gráfico 9 - Posição (em %) do grupo de respondentes quando questionado se aceitaria fazer parte de uma cooperativa/ associação/pequena empresa/unidade produtiva.....	164
Gráfico 10 - Opinião (em %) dos pescadores que responderam à pergunta se gostariam que o filho(a) participasse de associações, caso existissem cooperativas, pequena empresa/unidade associativa para a economia da pesca.....	165
Gráfico 11 - Indicativo (em %) da preferência dos pescadores no que se refere à forma de comercialização de sua produção	185
Gráfico 12 - Posição dos respondentes quando questionados a respeito de quem deveria assumir a responsabilidade de proteger o meio ambiente, em especial, o mar/lagoa (em %)	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas/Projetos para a Juventude no Brasil até 2003	79
Quadro 2 - Principais programas/projetos para a juventude no Brasil, no governo Lula.....	83
Quadro 3 - Caracterização dos entrevistados (idade, local de residência, escolaridade e escolaridade dos pais).....	169
Quadro 4 - O reconhecimento da arte da profissão de pescador e a dimensão cultural	173
Quadro 5 - Depoimentos de jovens pescadores e jovens estudantes a respeito da intervenção no território e dos conflitos ambientais causados pelo Porto do Açú -2020	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
BC	Bacia de Campos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CLIPA	Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNS	Conselho Nacional da Saúde
DEPOP	Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca
DILIC	Diretoria de Licenciamento Ambiental
E&P	Exploração e Produção
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GIS	Grandes Investimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDHM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFFluminense	Instituto Federal Fluminense
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MS	Ministério da Saúde
NF	Norte Fluminense
OIJ	Organismo Internacional de Juventude

ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PNAD-Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SONAJUVE	Sistema Nacional da Juventude
UCs	Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O TRABALHO NA PESCA ARTESANAL, O SENTIMENTO DE PERTENÇA E O PAPEL DO ESTADO.....	21
2.1 O LITORAL BRASILEIRO - CENÁRIO VIVO DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL	22
2.2 ESPECIFICIDADES DO TRABALHO NA PESCA ARTESANAL.....	27
2.3 A PESCA ARTESANAL E O SENTIDO DO TRABALHO	31
2.4 MEDIDAS PROTETIVAS MAIS RECENTES PARA OS TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL	34
2.5 O TERRITÓRIO DA PESCA E A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO.....	36
2.6 DO IMAGINÁRIO AO REAL: COMO SE FORMA O PESCADOR ARTESANAL ..	39
2.7 A ECONOMIA DA POPULAR E A PESCA ARTESANAL: APROXIMAÇÕES	45
3 JUVENTUDE E OPORTUNIDADES PELAS VIAS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO	49
3.1 A JUVENTUDE NO CÍRCULO DA VIDA	50
3.2 O SÉCULO XX COMO O “SÉCULO DA JUVENTUDE”	53
3.3 A TRANSITORIEDADE INERENTE À IDEIA DE JUVENTUDE E SEUS REFLEXOS NA MODERNIDADE.....	59
3.4 AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM SEUS DIFERENTES ROSTOS: O CONTEXTO DA LITERATURA LATINO-AMERICANA E O BRASIL	62
3.5 A JUVENTUDE SOB AS LENTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	70
3.6 OS PASSOS QUE O BRASIL PERCORRE NO RECONHECIMENTO DA JUVENTUDE	71
3.7 A POPULAÇÃO JOVEM NO PAÍS VISTA A PARTIR DO CENSO DE 2010.....	91
4 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, NO NORTE FLUMINENSE: UM ESPAÇO DE DISPUTAS.....	96
4.1 ESPAÇO: A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DE RIQUEZA.....	97
4.2 A CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA.....	106
4.2.1 O município de São João da Barra em meio às relações escalares	106
4.2.2 Uma reflexão sobre a dimensão do território pesqueiro	110
4.2.3 A pesca artesanal como marco histórico no processo de formação da cidade	114

4.2.4 Caracterização territorial e socioeconômica	119
4.3 IMPACTOS DERIVADOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NO NF: INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS E O PORTO DO AÇU.....	124
4.3.1 A indústria do petróleo e gás reconfigura o perfil dos municípios do NF	125
4.3.2 O Complexo Industrial Logístico Portuário do Açú em São João da Barra	130
4.3.3 Impactos ambientais e as comunidades tradicionais em São João da Barra: pescadores artesanais e agricultores	135
5 OS DIFERENTES OLHARES E AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA.....	141
5.1 A JUVENTUDE COMO PROTAGONISTA.....	141
5.2 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	142
5.3 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS, O PEA BC	150
5.4 O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE (PEA PESCARTE)	151
5.5 CONTRIBUIÇÕES DO CENSO PEA PESCARTE	156
5.6 A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DE DADOS	167
5.6.1 A atividade da pesca artesanal e o local	172
5.6.2 A realidade do trabalho na pesca.....	176
5.6.3 O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú	196
5.6.4 Expectativas e Trajetórias de Vida: a relação Trabalho e Educação.....	201
6 CONCLUSÃO.....	215
REFERÊNCIAS	222
CONSULTA BIBLIOGRÁFICA	236
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	237

1 INTRODUÇÃO

O presente escrito objetiva apresentar e discutir trajetórias de vida de jovens de famílias da pesca artesanal do município de São João da Barra, no Norte Fluminense, considerando as mudanças econômicas e as oportunidades de trabalho e de educação na região. No campo teórico e conceitual, optamos por uma abordagem em um universo mais amplo com a problemática da indústria da exploração e produção (E&P) do petróleo e gás na região, que também atingiu a pesca na abrangência da Bacia de Campos (BC) e tem afetado a vida de famílias da pesca artesanal, e, em meio a esse grupo, os jovens.

Além disso, para sedimentar a análise da juventude dessas famílias tradicionais, recorreremos também a dados documentais relativos à população pesqueira local, para compreender, com maior clareza, os desafios, as inseguranças da vida na pesca, as mudanças no território em função de grandes empreendimentos que se instalaram na região, os conflitos ambientais daí decorrentes, e como esse cenário afeta a atividade pesqueira e as expectativas de futuro que podem ser fatores importantes para as escolhas de vida das gerações mais jovens.

As aproximações entre um ofício artesanal e a história da cidade de São João da Barra estabelecem um elemento importante na cultura local e na identidade desses trabalhadores, e uma razão no fato de ter emergido em falas, sentimentos e práticas societárias, o orgulho de conhecer a cultura de pesca, o que, de certa maneira, categoriza o trabalho pesqueiro como arte (a arte de ser pescador artesanal) e o pescador mestre como o principal artista e educador desse saber-fazer. Não obstante, é sensível, entre os pescadores, um sentimento de desvalorização e de insegurança no que tange à proteção e ao apoio das instâncias de poder.

Embora o Brasil ofereça uma extensão territorial e uma significativa rede hídrica altamente favorável à pesca e o mundo dê sinais significativos de transformações do sistema agroalimentar, com novos padrões de consumo e ênfase em práticas ambientalmente corretas e ampliação do consumo dos frutos do mar, a pesca extrativa artesanal que, segundo dados da Secretaria da Pesca, ainda é responsável pela grande maioria do pescado consumido no Brasil e, portanto, uma atividade econômica importante, ela não recebe o apoio e o protagonismo necessários por parte do poder político e econômico dominantes.

Um fator que, em geral, revela essa “posição de marginalização” da pesca artesanal nas agendas políticas é a vulnerabilidade dos pescadores mediante a expansão de outras atividades econômicas que se desenvolvem no mesmo território, como o turismo, usinas hidrelétricas, mineração e atividades de maior peso na dinâmica político-econômica para o país, a exemplo de grandes indústrias que exigem a ocupação do território com grandes empreendimentos (GIs),

como ocorreu no Norte Fluminense, onde se encontra instalada a base operacional da indústria de E&P de petróleo e gás natural da BC, na cidade de Macaé, e o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu (Clipa), no município de São João da Barra. Nesse território de disputas, a “pequena produção” da pesca artesanal perde lugar no debate político, uma realidade que se aplica de maneira similar à agricultura familiar, em contraposição aos grandes projetos econômicos.

Analisar, com a devida profundidade, os impactos vivenciados nessas comunidades pesqueiras de pequena produção, mediante às mudanças que se impuseram ao território, em função desses GIs, com recorte para os jovens entre 18 e 29 anos, foi de nosso interesse nesta tese. A escolha pela referida faixa etária deve-se ao fato de que, presumidamente, aos 18 anos, os jovens já estariam em fase de conclusão da educação básica e, nessa trajetória, já poderiam ter concluído o ensino médio e ingressado no ensino superior e/ou no mercado de trabalho ou estejam trabalhando, ainda que se saiba que, desde a infância, muitos filhos e filhas de famílias tradicionais da pesca artesanal desenvolvem atividades relacionadas à pesca, em que, por tradição, o saber é passado de geração a geração, num ambiente coletivo e culturalmente reconhecido como a *arte da pesca*.

De nossa parte, o interesse pela temática vem acentuada pela relação existente entre juventude e trabalho que, por corolário, implica a trajetória escolar desses jovens. Nesse campo, colocamo-nos como educadora, com trajetória profissional de mais de 40 anos na educação pública, tendo atuado em dois níveis da Educação: básica e superior, em especial, nos últimos vinte e cinco anos como pedagoga, no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), instituição de formação profissional e tecnológica onde a discussão que envolve Educação, trabalho, ciência e tecnologia e desenvolvimento regional é central, e o interesse pela relação Educação-trabalho intensificou-se.

Com uma tradição histórica de oferta de formação profissional para as camadas populares, a instituição tem a atribuição de ofertar não apenas os cursos técnicos de nível médio e o superior, mas também a qualificação básica e programas direcionados aos trabalhadores jovens e adultos com o perfil da Educação de Jovens e Adultos (EJA), daí uma preocupação com aqueles que necessitam de aperfeiçoamento e de certificação profissional. Para essas ofertas, as propostas curriculares são construídas sem que haja exigência de formação escolar prévia. O contato com as colônias de pesca da região, as experiências educativas com populações da pesca artesanal, no sentido de possibilitar o desenvolvimento dessa cadeia, ocorreram nesse tempo, por mais de cinco anos, como pedagoga da instituição, e me possibilitaram uma maior aproximação com essa área profissional.

No Doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, na Universidade Candido Mendes, Campos, essas preocupações ganharam referencial analítico mais elaborado, pela profundidade com que se discute a região. A partir desse suporte teórico e de confrontos entre variáveis, foi-me possível buscar subsídios para conduzir esta tese. Destacaria os debates com pesquisadores sobre as políticas de desenvolvimento no Brasil e na região, bem como a importância de um planejamento voltado para a necessidade da população.

Assim, o presente estudo tem, como objetivo geral, analisar as maneiras pelas quais jovens de 18 a 29 anos, oriundos de famílias da pesca artesanal no município de São João da Barra, no Norte Fluminense, vêm construindo trajetórias, narrativas e projetos de vida, mediante as oportunidades e as novas configurações do trabalho na região.

O recorte da juventude na faixa nesse espaço de anos se justifica pela compreensão de que esses jovens já percorreram um tempo de vida que, num ritmo ideal, já teriam complementado sua educação básica e até mesmo o ensino superior caso tenham ingressado nesse nível de ensino, podendo estar no mercado de trabalho.

A escolha por acompanhar a trajetória de vida vem exatamente do interesse por captar se, de fato, esse universo de grandes indústrias é capaz de interferir nas decisões de vida desses jovens, na medida que acenam para outras oportunidades muito distintas da pesca. No entanto é possível imaginar que esses jovens, por conviverem com algumas condições de trabalho que contrastam com a lógica econômica capitalista, tenham construído formas peculiares de compreender o mundo do trabalho.

Delimitamos, além desse universo de atores, o espaço, por considerar que o município de São João da Barra, que faz parte de uma área territorial litorânea fluminense, cuja economia está associada à indústria de E&P de petróleo e gás natural, vivencia dois momentos em que as expectativas em relação ao desenvolvimento e ao emprego para a população recebem influências externas.

De modo a responder a questões que surgiram a partir das reflexões sobre a realidade explorada, aqui expostas: i) Como os jovens veem a pesca artesanal na região, a partir das atividades de seus familiares; ii) Quais pontos positivos e negativos apontariam; iii) Se têm ou já tiveram participação na cadeia da pesca; iv) Quais são os seus projetos de futuro; v) Que fatores concorreram para suas escolhas; vi) Como e onde construíram ou vêm construindo a trajetória escolar; vii) De que forma a presença do Porto do Açu vem interferindo na atividade dos pescadores artesanais na região; viii) Se projetam seu futuro na pesca ou se dispõem a outras oportunidades frente às economias do aporte regional (do petróleo e do Porto), buscamos trilhar o caminho da pesquisa de natureza qualitativa.

Para este estudo, buscamos trilhar o caminho da pesquisa de natureza qualitativa. O percurso metodológico incluiu a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, que nos permitiu uma triangulação e melhor análise dos dados.

A pesquisa bibliográfica buscou, nas produções de David Harvey (1980, 2015), Piquet (2007), Cruz (2007), Serra *et al.* (2006), Antunes (2004), Castells (1999), pesquisadores que analisam questões relacionadas à economia, ao trabalho e ao desenvolvimento mundial/regional, à indústria do petróleo e que subsidiaram nosso olhar sobre essas temáticas. A pesca artesanal, as dificuldades impostas a esses trabalhadores e as possibilidades dessa atividade, na região, estão subsidiadas por Maldonado e Santos (2006), Diegues (1983, 1999, 2004), Silva (2014), Walter (2010), Timóteo (2019), Arruda (2019), Peixoto *et al.* (2019) e Costa (2019) dentre outros, fontes que nos conduziram na compreensão criteriosa desse universo da pesca e no estabelecimento de contrapontos por meio de uma proposta de economia solidária, defendida em Coraggio (2000) e em Santos (1994, 1998, 2006). E, para percorrer, com maior segurança, as trajetórias da juventude, dialogamos com Bourdieu (1978 2007), Abramo (1997, 2005), Sposito (2005) Abramovay e Castro (2015) Sposito e Carrano (2003), Pais (1990), Ariès (1981) Cardoso (2013), admitindo com eles o termo *juventudes* como o mais adequado para traduzir a pluralidade das condições que subordinam esses jovens, por pertencerem a distintas culturas, classes sociais, crenças, religiões, raça, etnia e gênero, dentre outros aspectos, daí a necessidade de, por vezes, ser necessário adjetivá-la.

Nesse sentido, seriam justificadas designações como juventude urbana e, como ocorre em nosso estudo, a *juventude da pesca*, no sentido de antecipar estruturas socioeconômicas e políticas que interferem diretamente na vida dos cidadãos.

A pesquisa documental contribuiu para leituras importantes da realidade da pesca artesanal e, nesse estudo, buscamos informações no Projeto de Educação Ambiental na Bacia de Campos – o PEA Pescarte, que desenvolve, junto às comunidades da pesca, uma proposta de educação ambiental crítica e cidadã, que se tornou uma fonte instigadora para os estudos que desenvolvemos e fonte de dados. A presença aos encontros do Pescarte foi importante para um aprofundamento na problemática da pesca regional e facilitou o acesso a jovens que se configuraram como sujeitos da pesquisa. Nosso interesse central em relação a esses dados foi em relação ao município de São João da Barra.

Em paralelo, dados secundários disponibilizados por órgãos oficiais, principalmente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), nos quesitos trabalho, emprego e escolaridades fundamentaram pesquisa.

Os argumentos apresentados na tese e que dialogam com os teóricos e com a realidade pesquisada estão organizados em capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à pesca artesanal no Brasil, a sua importância histórica e como se vem comportando na região, além de uma discussão sobre as especificidades dessa atividade profissional. No segundo capítulo, o foco está na juventude, em sua complexa evolução e em uma breve abordagem a respeito das juventudes brasileiras e das políticas públicas voltadas para essa faixa etária. O terceiro capítulo, sob o título: *O município de São João da Barra, no Norte Fluminense: um território de disputas*, condensamos as repercussões e expressões da presença dos grandes empreendimentos na região, os conflitos ambientais sobre as populações, em especial a comunidade tradicional da pesca. A proposta foi delinear o cenário regional que se formou com a E&P na Bacia de Campos e com o Porto do Açú, em São João da Barra. O quarto capítulo é reservado para os procedimentos metodológicos e a análise de dados. Em seguida, a conclusão.

Os resultados do estudo, subsidiados pelo arcabouço teórico, pela pesquisa documental, e a pesquisa de campo com os filhos de pescadores, permitiram-nos analisar a dimensão com que percebem a fase da juventude como uma etapa em que as opções de vida vão tomando forma e direção, independentemente das oportunidades de educação e de trabalho que, nos últimos anos, apresentam um cenário diferente no município de São João da Barra. Com essa análise, compreendemos o quanto a pesca é um motor de importância nas razões para as escolhas e para a trajetória desses jovens, ainda que, em relação à escolarização e ao trabalho, eles possam almejar outros caminhos de futuro.

Uma parte desses jovens não almeja ser pescador(a), de fato, e já vem perfazendo sua escolha de vida e, nessa trajetória, reconhece que esse desafio se enfrenta pela via da educação. Em relação àqueles que já optaram por continuar na profissão de seus ancestrais, a constatação é da necessidade de ações educativas e de políticas públicas de modo a se fortalecer a organização desses pescadores, não apenas na atividade pesqueira, mas em espaços de decisão, de modo que a pesca artesanal tenha a visibilidade como uma área importante para a economia local.

2 O TRABALHO NA PESCA ARTESANAL, O SENTIMENTO DE PERTENÇA E O PAPEL DO ESTADO

Sim...sim...eu sou marinheiro do mar mesmo, do convés... como a gente fala, “já faz parte do convés”, sou acostumado com o balanço, sou acostumado com o cheiro do óleo, tudo eu conheço. Então, já faz parte da minha natureza. (Jovem Pescador 3, 2020).

Não é simples trilhar caminhos que já não tenham sido percorridos ou buscar, em territórios inéditos, nexos com seu modo de sentir o mundo. Falar em pesca artesanal, em meio a toda essa conjuntura da sociedade moderna, obrigou-nos a circular por outros caminhos, por outra forma de vida, por uma outra lógica de produção; desafiou-nos a percorrer a história pelo trabalho nos mares e rios.

O desafio com que me defrontei, nessa pesquisa, não apenas me proporcionou uma leitura sobre uma forma de vida, particular e resiliente, de comunidades ancestrais no corajoso trabalho da pesca, mas também estimulou a imaginação para acompanhar as viagens pelos mares, rios e lagoas desses desbravadores das águas, num misto de trabalho duro e de leveza poética. Nesse sentido, a necessidade de percorrer a história da pesca foi o verdadeiro e necessário “lançar de redes” para apreender o misto de sentimentos, de sonhos e de rupturas, que certamente estão imbricados com as trajetórias de vida de nossos atores centrais: os jovens de famílias da pesca no município de São João da Barra.

Este capítulo é inteiramente dedicado à pesca no Brasil, desde os tempos primeiros, à sua importância como forma de subsistência, às características e aos valores que lhe são atribuídos pelas comunidades e, de modo especial, à sua relação econômica e simbólica com as pessoas que a têm vivenciado por largos tempos e por agentes externos que impactam seu território, constituindo, por vezes, uma conflituosa situação ambiental.

A pesca é um tipo de atividade que se registra em quase todo o mundo e, em alguns povos, é de importância não somente econômica, mas cultural e simbólica. No Brasil, essa realidade não é diferente. Muito antes de os navegadores portugueses pisarem em terra firme, os primitivos habitantes já apresentavam um grande domínio na técnica de pescar, e os peixes e moluscos compunham sua dieta alimentar.

Diegues (1999) aponta que, desde meados do século XVI, Jean de Léry, que havia participado de invasão francesa no Rio de Janeiro, registrou, em seus escritos históricos, apontamentos sobre os índios tupinambás e sobre a pesca que praticavam. Para o autor, já àquela época, “[...] esses indígenas usavam canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e

piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas as embarcações utilizadas na pesca litorânea [...].” (DIEGUES, 1999, p. 361). Assim, são os indígenas os primeiros pescadores marítimos do Brasil e há sítios arqueológicos, ao longo do litoral brasileiro, com grande quantidade de sambaquis, uma mostra, pois, da efetividade da pesca na vida daqueles habitantes primitivos. A participação dos negros escravos e depois dos negros e de seus descendentes já libertos também é profundamente registrada nessa atividade.

Neste capítulo, traçamos um histórico da pesca artesanal, de sua relação com a colonização pelo litoral brasileiro e de suas características e especificidades, para melhor compreender a cultura da pesca no litoral Norte Fluminense, impactada pela E&P de petróleo e gás da BC e, mais especificamente, as aspirações e projetos de vida dos jovens herdeiros da cultura da pesca artesanal em São João da Barra, considerando as possibilidades que se apresentaram para a região nas últimas décadas, e em especial, após a instalação do Clipa no município em que esses jovens constroem a sua história.

2.1 O LITORAL BRASILEIRO - CENÁRIO VIVO DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL

No decorrer do processo de colonização no país, o grande manancial aquático brasileiro e a costa litorânea extensa de 7.367 km que, somados às reentrâncias desse litoral totalizam 9.200 km, são fatores que interferem decididamente para a atividade pesqueira. Nesses cinco séculos de existência do país, os pescadores, sobretudo os pescadores artesanais, segundo Diegues (1999), deram origem a inúmeras localidades e a inúmeras culturas litorâneas regionais, como a do jangadeiro, conhecida em todo o litoral nordestino; a do caiçara, no litoral entre Rio de Janeiro e São Paulo; e a do açoriano, no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Para o autor, “[...] enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira.” (DIEGUES, 1999, p. 362).

A pesca marítima, tradicionalmente ligada às comunidades costeiras, em geral de baixa especialização e de elevados níveis de pobreza, tornou-se a principal fonte de renda e uma ocupação importante. Essa atividade pesqueira é compreendida como aquela que envolve as ações de captura e a venda do pescado.

No período Colonial, além da pesca artesanal de subsistência, sob o monopólio da Coroa portuguesa, iniciou-se a pesca da baleia. Essa foi importante durante todo o período da Monarquia, principalmente na Bahia, no litoral sul de São Paulo e em Santa Catarina, e

perdurou por longo tempo. A mão de obra, contudo, era basicamente constituída de escravos africanos e, mais tarde, por negros libertos. Diegues (2004), em seus relatos, aponta que:

O Brasil é um grande consumidor de bacalhau desde os primeiros anos da colonização e existia uma linha direta de comércio daquele peixe com a Terra-Nova. Já desde o início do século XVII foi introduzida a pesca da baleia no Brasil pelos pescadores bascos que detinham uma concessão especial da coroa portuguesa. Foram construídas muitas armações para a pesca e o preparo do óleo de baleia entre a Bahia e Santa Catarina, que funcionaram até meados do século XIX. (DIEGUES, 2004, p. 10).

O autor destaca ainda que:

[...] a pesca da baleia somente terminou nos anos 70 com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba), embora todas as armações baleeiras existentes tivessem terminado suas operações no litoral brasileiro em meados do século XIX, como resultado da competição com pescadores norte-americanos. (DIEGUES, 1999, p. 362).

Prossegue o autor (1996), referindo-se agora ao período imperial, afirmando que os pesqueiros se tornaram um ponto importante na relação entre a pesca e o Estado, esse pelos seus agentes, quando estabeleciam as mudanças territoriais do Império, principalmente nas áreas costeiras e portuárias das áreas urbanas, locais onde se estabelecia o mercado de importação e exportação, num processo que interferia de forma decisiva, na vida dos pescadores. Exatamente nesse período ocorreu uma primeira sistematização da atividade pesqueira, com a regulamentação das estruturas que antecipariam o surgimento das colônias de pescadores – os chamados *distritos da pesca*, subordinados à Marinha e, por extensão, à Capitania dos Portos, essa responsável pelo controle regional de toda a atuação territorial da atividade pesqueira.

Com o passar dos tempos, importantes localidades pesqueiras constituídas há centenas de anos, onde, de acordo com Diegues (1999), a pesca artesanal era vital, foram-se transformando em áreas estratégicas para a indústria naval. E, à medida que a atividade se distanciava da costa, ampliava-se a necessidade de mais capital para a armação dos barcos e para a manutenção das tripulações, bem como de tecnologias.

Portanto, a pesca artesanal, como uma atividade milenar, herança de ancestrais nativos e colonizadores, praticada por indígenas e negros, adotando técnicas rudimentares, posteriormente inovadas a partir de contatos com portugueses e espanhóis, agrega saberes que se constituem em patrimônio das populações, transformando-se em expressão simbólica de um determinado grupo social, traduzindo um jeito de ser e de estar no mundo.

Segundo Resende (2014), na Primeira República, a Marinha do Brasil definiu a pesca artesanal como uma categoria, as comunidades pesqueiras, embrião das futuras colônias de

pescadores. Em grande parte, essas comunidades eram, até então, compostas de fugitivos, indígenas, escravos, dentre outros, e que serviram de aporte ao Estado no processo de reestruturação do território, termo este aqui empregado no sentido do próprio país. Foi o Estado, pois, um grande instigador na construção da identidade do pescador, em função dos arranjos com o objetivo do reordenamento do território e, desde esse tempo, a frota pesqueira passou a ser incluída no contingente militar.

Nas primeiras décadas do século XX, segundo Diegues (1999), a atividade pesqueira alcançou uma escala comercial expressiva em algumas regiões, como a pesca da sardinha, realizada principalmente no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como no extremo sul do Brasil, por descendentes de açorianos que chegaram ao país, em meados do século XVIII. Ele acrescenta que foi a sardinha, em grande escala, que deu origem às primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatados) no Rio de Janeiro e em Santos, enquanto, no Sul, surgiram, nas décadas de 1930-40, as indústrias pesqueiras que processavam principalmente a merluza como se vê no texto:

A maioria dessas empresas foi criada, sobretudo, no litoral centro-sul do Brasil, usando *trawlers* na captura do camarão para exportação. Algumas dessas empresas foram criadas no Ceará, para a captura da lagosta. Nesse processo, surgiu também um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pesca artesanal, baseada no modelo de campanha própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe as ‘colônias de pescadores’ modelo de organização dos pescadores introduzido por volta de 1922 [...]. (DIEGUES, 1999, p. 363).

Na década de 1960, o Estado brasileiro toma a decisão de implantar uma indústria pesqueira de base empresarial e sob a ordem da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) (DIEGUES, 1983), concedendo incentivos fiscais. As indústrias criadas, principalmente no litoral centro-sul, destinavam-se à pesca do camarão para exportação, e algumas, no Ceará, para a captura da lagosta. Esse movimento do Estado na direção da aquicultura sinaliza para o modelo chinês de produção, que visa ao empresariado e à produção em alta escala. Assim também surgia um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, inaugurando uma série de confrontos e de conflitos em relação à pesca artesanal na disputa inclusive de território. A sardinha foi outra espécie bastante conhecida no país e de bastante destaque por décadas, conforme aponta Diegues (2004).

[...] foi a pesca da sardinha, que entre 1930 e 1970 contribuiu, de forma notável, para a alimentação popular, pela abundância e baixo preço. Até o declínio rápido das capturas na década de 80, a pesca da sardinha movimentou as comunidades de pescadores de todo o litoral sudeste brasileiro, marcando sua vida econômica e social. (DIEGUES, 2004, p. 10).

A modernização das atividades pesqueiras e os investimentos nas indústrias de pesca tiveram um apogeu na década de 1970. As indústrias provocaram mudanças significativas nas vilas de pescadores no litoral brasileiro, principalmente no Sudeste-Sul. Foi a partir de então que a racionalidade de mercado e de relações capitalistas começaram a penetrar nas comunidades e na pesca. A decorrência mais visível desse processo foi o surgimento de pescadores artesanais (profissionais) e de embarcações motorizadas que avançavam mar-adentro, obtendo assim resultados mais satisfatórios na captura de pescados.

Já na década seguinte (1980), a pesca entrou em grave crise, muito em decorrência da sobrepesca do camarão e de algumas espécies de peixe, o que comprometia a sua sobrevivência além da questão da recessão econômica que acometeu o país, que limitava os recursos que eram concedidos às empresas. Esse cenário provocou o fechamento de algumas indústrias nas regiões Sudeste-Sul. Uma parte das empresas pesqueiras do Sul, porém, transferiu-se para o litoral amazônico, sobretudo entre Pará e Maranhão, dando prosseguimento à atividade pesqueira no Norte do país, de forma cada vez mais lucrativa e predatória (DIEGUES, 1999), onde continuam explorando os bancos de camarão.

O referido autor (1999) ressalta que o modo de produção concorreu para a existência de conflitos entre a pesca artesanal e a pesca industrial, tratando-se da articulação e da dependência da pesca artesanal, e a relação empresarial-capitalista possibilitou que pessoas fora do setor pesqueiro e alguns proprietários fossem mais beneficiados que a maioria dos pescadores que se aventuravam pelo mar aberto.

Nas últimas décadas, o governo brasileiro vem intensificando políticas em favor da pesca, principalmente a industrial. A pesca artesanal, porém, não alcança um protagonismo tão expressivo na agenda e nas decisões políticas, talvez pelas questões culturais, principalmente o caráter de subsistência, a invisibilidade e a valorização da atividade para a política econômica ou mesmo por não apresentar o mesmo capital cultural no que tange à complexidade tecnológica e o alcance de mercado. Esse processo concorre para a ampliação de um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, modelo que se contrapunha à forma tradicional do trabalho, à pesca artesanal.

A modernização da pesca sob a lógica do capital, a nova divisão do trabalho da produção capitalista nas grandes unidades de captura (traineiras) e a inovação tecnológica, possibilitando a redução dos custos na empresa, contrapunham-se à reprodução social dos pescadores de canoa, calcada no conhecimento do mar e de seus ciclos e na cooperação, ou seja, colocavam-se contra a identidade da pesca artesanal, trazendo uma série de conflitos, desde a destruição

dos aparelhos de pesca tradicionais à captura desenfreada dos recursos naturais, com intervenções significativas nas rotinas de vida desses últimos.

A década de 1990 (DIEGUES, 1999) trouxe mudanças no cenário das comunidades da pesca com discussões referentes à sustentabilidade, e essa pauta repercute na pesca, com a defesa da conservação dos recursos pesqueiros e dos parques nacionais. As discussões que envolviam as comunidades pesqueiras se somaram a outros temas que circundam essas comunidades como o turismo, a expansão urbana, a presença de grandes investimentos, e começam a ganhar relevância estudos a respeito da figura feminina no trabalho na pesca, a defesa da cultura e das organizações de classe, etc.

O que se pode perceber é que, de fato, ocorreu um movimento no sentido da valorização da cultura da pesca e do cotidiano desses trabalhadores, seja por parte de sociólogos, de antropólogos bem como do Estado. Em 2003, surge a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) e, em 2009, essa Secretaria foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A política para a pesca foi formalizada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras.

No governo Dilma Rousseff, em outubro de 2015, o Ministério foi extinto, e a pesca volta à condição de Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em 2016, no governo de Michel Temer, a Secretaria é transferida para integrar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com o objetivo de tornar o setor da pesca e da aquicultura brasileiro mais industrial.

No governo do presidente Bolsonaro, em 2019, a Secretaria da Aquicultura e Pesca volta a ser comandada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando também foi criado um Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca (Depop), com duas coordenações gerais: a de pesca continental e a de pesca marinha, buscando trabalhar, de forma mais eficiente, as questões pesqueiras no País¹. No entanto, ainda que haja características favoráveis, a produtividade da pesca marítima no Brasil, no entanto, é muito inferior à de outros países menores, como Chile e Japão, por exemplo, devido ao avanço tecnológico que essa atividade apresenta nesses países, onde a produção não se resume apenas à costa.

Embora se ressalte, nesse ponto, a pesca marítima, em função de apresentar uma costa marítima de 8.500 km, há que se destacar a riqueza do país em rios e lagoas, uma vez que o

¹ Para saber mais, ver: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca>. Acesso em: 10 set. 2019.

país dispõe de 12% da água doce disponível no planeta, um contingente valioso explorado pelos pescadores artesanais. No entanto, as comunidades tradicionais e em especial, aquelas pesqueiras que exploram a pesca continental, são as mais afetadas pelo avanço das grandes corporações, seja pela delimitação de território e consequente delimitação e exclusão do acesso aos pescadores, seja por alterações no ecossistema decorrentes das grandes indústrias, seja pela poluição das águas, dentre outros conflitos ambientais gerados pela força do capital.

2.2 ESPECIFICIDADES DO TRABALHO NA PESCA ARTESANAL

O processo evolutivo da atividade da pesca marítima, que ocorria em estados e regiões e, até mesmo, entre seus agentes, foi provocando diferenciações e caracterizações que delimitam a atividade pesqueira em toda a sua complexidade, de modo a construir uma conceituação que a define. Em sua conceituação, é considerada como:

[...] aquela em que o pescador sozinho, ou em parceria com um amigo, participa diretamente da captura do pescado, utilizando instrumentos relativamente simples. É conhecida como pesca artesanal porque os pescadores são os próprios fabricantes de seu material de pesca, dominando o ofício da confecção das redes, tarrafas e outros instrumentos de trabalho. (RAMIRES; BARELLA; CAUZET, 2002, apud PEIXOTO; BELO; SANTOS, 2019, p. 97).

Compreender detidamente esses conceitos se tornou o ponto crucial para o prosseguimento do estudo. Em geral, essa atividade artesanal é classificada com base nos equipamentos utilizados, no tipo de embarcação e na quantidade de pescado obtido. Dentro dessa caracterização mais geral, “[...] a pesca artesanal é frequentemente caracterizada também como uma atividade de baixa produtividade e taxa de rendimento.” (FAO; LAWSON, 1977, SMITH, 1979 apud SILVA, 2014, p. 9). O autor esclarece que:

[...] a pesca artesanal tem certas características especiais (como a arte de fazer extração de pescados e maricultura) e, igualmente se refere ao uso de técnicas tradicionais de confecção e apetrechos de embarcações. Caracteriza-se pela qualificação realizada a partir da tradição oral familiar ou/e comunitária. (SILVA, 2014, p. 27).

Costa (2019), referindo-se a esse tipo de trabalho, esclarece que

A parceria consiste em uma forma de trabalho não assalariado, em que os trabalhadores não proprietários dos meios de produção dividem com o proprietário o resultado do trabalho da pesca. Visto de outro modo, o pescador remunera o proprietário do barco e petrechos pelo uso dos meios que viabilizam a realização das pescarias. (COSTA, 2019, p. 41).

A pesca, portanto, possui outras singularidades que precisam ser delimitadas. Buscando essas diferenciações, Lopes (2004) recorre à observância dos petrechos e finalidades dadas ao pescado, estabelecendo dois tipos de pesca artesanal: pesca artesanal de subsistência e pesca artesanal comercial ou de pequena escala. Para a autora,

- a) A Pesca Artesanal de Subsistência tem como principal finalidade a obtenção de alimentos para consumo próprio. Eventualmente, há comercialização do excedente. É praticada com técnicas rudimentares, possui pouca finalidade comercial e a eventual comercialização é realizada pelo próprio pescador.
- b) A Pesca Artesanal Comercial ou de Pequena Escala, combina a obtenção de alimento para consumo próprio com a finalidade comercial. Utilizam barcos de médio porte, adquiridos em pequenos estaleiros ou construídos pelos próprios pescadores. Podem ter propulsão mecanizada ou não. Os petrechos e insumos utilizados não possuem qualquer sofisticação. Utilizam normalmente equipamentos básicos de navegação, em embarcações geralmente de madeira, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira e acredita-se responder por aproximadamente 60% do volume das capturas nacionais. (LOPES, 2004, p. 14).

É conveniente, pois, considerar a síntese apresentada em Walter (2010), ao identificar a pesca artesanal como aquela que se ocupa da captura de espécies aquáticas tanto para fins de subsistência, quanto para fins comerciais. Na esfera produtiva, porém “[...] a pesca artesanal pode ser considerada como aquela que se posiciona no circuito inferior da economia da pesca.” (SILVA, 2014, p. 27).

Em geral, os pescadores artesanais realizam sua atividade em embarcações de pequeno porte, tais como canoas e barcos motorizados ou a remo. Os barcos variam de 6 m a 12 m, sendo que os menores acomodam até dois pescadores, possuem uma capacidade de pesca menor em torno de 200 kg de pescado e requer maior esforço físico dos pescadores, enquanto um barco de 12 m de comprimento pode chegar a portar 12 pessoas e recolher, em seu interior, até 10 toneladas e permanecer por mais tempo, no mar, e alcançar pontos mais distantes (DIEGUES, 1999).

É evidente que, para as embarcações que trazem toneladas de pescado, há maior exigência de recursos, de técnicas e de tecnologias, por consequência, a pesca também é mais rentável. No ideário da pesca artesanal, entretanto, as condições de existência dos pescadores a configuraram com principal objetivo a subsistência das famílias, o que foi desenhando para essa modalidade da pesca um outro perfil, ainda que ela tenha, por vezes, de se submeter ao mercado.

Uma característica da pesca artesanal é uma relação de dependência com a natureza como uma das condições concretas do trabalho. Essa influência de fatores naturais obriga a uma sazonalidade da atividade, o que termina por ser responsável pela oscilação da renda dos pescadores. Nesse sentido, Maldonado e Santos (2006) reforçam que os recursos pesqueiros

não são frutos do trabalho humano, mas se realizam segundo as leis de reprodução biológica. Em se tratando do ambiente da pesca, Diegues (1999) ressalta que:

O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis. (DIEGUES, 1999, p. 371).

Além disso, não só a reprodução biológica, mas fatores externos impactam a permanência do pescado em determinado lugar, ou mesmo sua extinção. Esses fatores podem estar relacionados às questões ambientais, à cultura e ao conhecimento – respeito ao defeso, alteração do espaço natural por empreendimentos e interesses econômicos e políticos, etc.

Ao mesmo tempo, não se pode desprezar que essa atividade está sob constante pressão econômica, pela definição do valor do produto pescado, o que termina por governar sua estratégia de pesca (WALTER, 2010 apud PEIXOTO *et al.*, 2019). Em virtude dessa realidade sazonal, o trabalhador da pesca, muitas vezes, busca outras atividades econômicas que lhe são compatíveis, a exemplo da agricultura.

Compreender esse universo, em seu cotidiano, obriga-nos a adotar um olhar sobre o vivido, como os pescadores concebem suas práticas laborais singulares e, ao mesmo tempo, o que concorre para que, ao final, submetam-se a processos de dominação do capital, ainda que muitos deles anseiem por outras formas de lidar com o resultado de seu trabalho.

Como ponto angular no contraste entre a pesca artesanal e a industrial, a diferença mais evidente é a de que essa acontece em larga escala, com tecnologias sofisticadas, investimentos altos em tecnologia que, a cada tempo, reinventa-se na perspectiva de uma produção mais lucrativa, sendo acessível, pois, a apenas a determinada classe capitalista, o que não ocorre no que se refere à pesca artesanal na mesma proporção, intensidade e, muito menos, em sua função.

Também nessa distinção entre pesca artesanal e pesca industrial, em sua forma de lidar com a natureza, há distanciamentos e uma lógica contrastante. A pesca artesanal relaciona-se com a natureza, com maior intimidade, como se dela fizesse parte, reconhecendo-a como seu instrumento de trabalho.

Num decurso histórico, Luchiari (1999) ressalta que, desde o período colonial, a pesca sempre se mostrou associada ao uso de técnicas não predatórias, em que os pescadores mantinham uma relação de respeito com a natureza, numa interação equilibrada entre a oferta

e a necessidade. Além desse cuidado, os pescadores organizavam-se social e economicamente, de modo a estabelecer um sistema chamado de “quinhões”.

A comunidade dividia, limpava e salgava o pescado e só depois o comercializava. Além disso, esses pescadores eram entendidos como pescador-lavrador (aquele que alterna entre a pesca e a agricultura). A pesca artesanal pode, assim, ser considerada um indicador de qualidade ambiental no lugar onde ocorre, tornando-se uma importante estratégia para a conservação dos recursos.

A pesca industrial, porém, é subordinada à lógica do capital, à forma como trata a natureza é de algo a ser explorado, uma posição que se sobrepõe, muitas vezes, à necessidade de observância do ciclo de reprodução das espécies e do sistema em sua totalidade, tornando-se, portanto, predatória e devastadora, isso sem contar a falta de saneamento decorrente da poluição industrial e, ainda que haja uma parcela de pescadores que seja pela própria necessidade de subsistência ou pela falta de consciência ambiental, desconsidera essa necessidade imperiosa de preservação e de respeito ao ciclo da reprodução dos cardumes, concorrem, em certa medida, para sua deterioração. Essa fração é pouco representativa se considerado o universo aquático.

O combate à pesca predatória e a necessidade do controle ambiental certamente têm sido valorizados, em face da crise ecológica em que o mundo está mergulhado, com evidências de destruição e ameaças de toda ordem à natureza e à vida das espécies. A defesa do planeta tem sido voz cada vez mais forte e tende a ser transformar em hegemônica, no cenário mundial². No entanto não se trata de um trabalho simples, haja vista o contexto de desrespeito ambiental e de luta, que requer mudanças de cultura não apenas dos interessados mais diretos, mas da sociedade em suas relações socioeconômicas e políticas³. Os defensores mais radicais do ambiente consideram que tal impasse só será resolvido com a superação do modo de produção capitalista, momento em que o trabalho for liberto do domínio do capital, uma utopia que tem sentido num horizonte de tempo ainda difícil de mensurar.

É preciso considerar que, muitas vezes, o trabalho, na pesca artesanal, ganha dimensão de disputas que estão imbricadas com fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada lugar. As comunidades tradicionais da pesca, em sua forma de

² Vale assinalar o fato de os países firmarem tratados importantes, como o Protocolo de Kyoto de 1987, comprometendo-se a agir com rigor a proteção e controle ambientais e do qual o Brasil é um dos países signatários.

³ A Campanha pela Regularização dos Territórios, promovida pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), em parceria com diversas igrejas, pastorais e movimentos sociais, é um forte movimento em favor das comunidades da pesca artesanal, com estudo aprofundado de grandes enfrentamentos que a pesca artesanal tem sofrido em todas as regiões brasileiras.

lidar com a natureza e de estar no mundo, enfrentam questões, em geral, pouco favoráveis a elas quando se trata das relações de troca do trabalho ou da relação dos pescadores com o território, frequentemente disputado por outras áreas de atividade mais lucrativas. O que se tem verificado em situações dessa natureza é que, em nome de um progresso e da economia, a participação do Estado referenda, quase sempre, a força do capital em detrimento das populações.

2.3 A PESCA ARTESANAL E O SENTIDO DO TRABALHO

O trabalho na pesca artesanal e as comunidades ligadas à atividade desvelam a dupla natureza do trabalho, como define Marx: o sentido primeiro, o fundamento ontológico da categoria trabalho como produção da própria subsistência, como útil-concreto, destinado a atender às necessidades humanas; e o trabalho abstrato, que se retrata por completo, no interior da sociedade capitalista, destinado à acumulação e à reprodução de capital, em que predomina o valor de troca. No primeiro livro de *O capital* (1985a), Marx esclarece:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p. 149-150).

Os princípios basilares, em Marx, reforçam a ideia do trabalho com fundante da sociabilidade humana, portanto o ser humano faz-se pelo trabalho. E, na percepção de que, na produção social, reside o fundamento da existência, as pessoas estabelecem relações, independentemente de sua vontade e que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas. Marx (2008) avança nas formulações:

[...] A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à

qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

. O trabalho acrescenta valor, tem um efeito social. Numa perspectiva marxista mais ampla, a pesca artesanal, da mesma forma que a agricultura, poderia estar situada numa esfera de acumulação primitiva, uma vez que os pescadores são portadores de seus meios de produção, embora haja pescadores que não têm embarcação própria, os parceiros que, juntos, trabalham no barco. No entanto Diegues (1983) aponta diferenças significativas que justificam a defesa de uma sabedoria da pesca mais complexa, pois, além do domínio dos recursos, ela estará a exigir uma criatividade e uma agilidade do pescador a cada momento da pesca. Sobre isso, o autor destaca:

[...] no caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato. Se compararmos o pescador a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira. Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de capturas utilizados em diferentes espécies, num meio em contínua mudança. (DIEGUES, 1983, p. 198).

Não obstante, ao aprimorar o conceito de pesca artesanal sob o aspecto de sua ação econômica, percebe-se uma forma particular de organização do trabalho e de integração no mercado. Diegues (1983), apropriando-se do conceito em Marx, que procurou identificar formas sociais de produção não inseridas integralmente nos processos de reprodução ampliada, do sistema capitalista, fruto de uma integração parcial à divisão de trabalho (COSTA, 2019), definiu essa atividade como uma pequena produção mercantil (PPM).

Essa identificação da pesca artesanal como PPM permitiu a Diegues (1983) tecer suas análises sobre as particularidades dessa comunidade na história social brasileira, ressaltando a identidade do pescador artesanal a partir de suas particularidades nas relações entre sociedade e natureza, por meio de suas relações de troca entre pescadores e não-pescadores, no que se refere às relações sociais de produção.

Apesar das definições existentes e de sua diferenciação, vários aspectos subjetivos circunscrevem a pesca artesanal e que, em certa medida, estão relacionados a um sentimento de resistência e de não subordinação à sociedade urbana de consumo, de liberdade e de criatividade, aproximando assim o trabalho na pesca a um determinado modo de vida e a uma arte. A aproximação com a ideia da pesca artesanal como uma arte vem do fato de a atividade demandar o domínio por inteiro do saber e de o pescador construir esse saber-fazer

cotidianamente, uma técnica acumulada que acontece lá no mar e que desafia a criação. A adjetivação *artesanal* já encaminha para essa caracterização.

Do ponto de vista etimológico, a palavra *arte* vem do latim *ars*, que, por sua vez, reporta-se ao grego *tekhne*. No mundo grego, a atividade artística não era entendida exclusivamente como uma habilidade para criar algo estético. Assim, segundo o Houaiss (2002), *tekhne* pode ser associada ao platonismo e é considerada como “[...] habilidade ou disposição dirigida para a execução de uma finalidade prática, realizada de forma consciente, controlada e racional”. Portanto a palavra *tekhne*, para os gregos, também se relacionava ao vínculo mestre-discípulo. O mestre, conhecedor de uma habilidade manual, transmitia uma série de ensinamentos a um discípulo para desenvolver tal destreza.

Como afirma Diegues (1983, p. 198), para caracterizar o pescador artesanal, não basta verificar se ele vive da pesca, mas sim, se domina, plenamente, os meios de produção da pesca: “[...] o controle de como pescar e do que pensar, em suma, o controle da arte da pesca.” (DIEGUES, 1983, p. 193). Nesse aspecto, insere-se a noção de *arte da pesca*, a ideia de liberdade e de resistência à proletarização que muitos pescadores artesanais deixam entrever.

O ambiente livre, fora da terra onde acontece a atividade pesqueira, é que define como deve acontecer a ação desses trabalhadores, pois é no mar, seu principal espaço de produção, que as decisões serão tomadas rotineiramente, o que lhe garante certo grau de confiança para dar respostas às imprevisibilidades e aos constantes riscos que o ambiente aquático apresenta. Nesse aspecto, o pescador não se subordina, por antecipação, a outro tipo de pressão. A submissão seria, pois, de outra ordem, na terra, em outro tipo de trabalho que se reporta à forma de produção mercantil, sob o capitalismo, em que o trabalhador, se sente “fora de si próprio”, sem que possa decidir sobre o fruto de seu trabalho. É exatamente esse universo peculiar que o sentido da pesca artesanal como “arte da pesca” ganha também consistência.

Um outro aspecto a considerar é o sentido de parceria e de cooperação de que a pesca artesanal depende para acontecer. Para Maldonado (1986), o próprio contexto da pesca obriga as unidades de trabalho a serem regidas por um forte sistema de coletividade entre aqueles que estão no barco, em pleno oceano. A parceria e o trabalho familiar assumem, pois, valor preponderante, no sentido de dar maior segurança da pesca. Segundo a autora, tudo é decidido em comum acordo, porque um atrito durante a pescaria pode causar a morte dos pescadores.

A rede que o trabalho dos pescadores artesanais tece, no ambiente aquático, as relações de família e de camaradagem respondem como um alento e com relativa segurança naquele ambiente cheio de riscos e de imprevistos. Para os pescadores, aquele ambiente livre, onde vão em busca da subsistência, opõe-se ao ambiente da terra dos atravessadores e da exploração

própria do sistema capitalista. Se cotejada à pesca industrial, observa-se que a primeira traz, em si, o potencial que dá sentido à expressão *produzir para viver*, citada em Santos (2003).

2.4 MEDIDAS PROTETIVAS MAIS RECENTES PARA OS TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL

Diante de um campo de forças desiguais no universo do trabalho, é responsabilidade do poder público pensar o desenvolvimento, não apenas sob a ótica do capital, sem se furtar a adotar políticas protetivas para compensar os danos humanos, ambientais e urbanos, garantindo que parte da riqueza produzida no local seja revertida para a população sob forma de serviços.

Em relação às políticas públicas, adotadas para os pescadores, elas têm correspondido à classificação dada a essas iniciativas como políticas distributivas, cujo processo não acontece sem conflitos, principalmente num país como o Brasil, de democracia pouco consolidada.

Em relação aos direitos trabalhistas, a conquista dos pescadores artesanais é ainda mais recente, após a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, quando os benefícios previdenciários foram reconhecidos com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em 1963. A dificuldade principal dos trabalhadores da pesca, na condição de segurados especiais, era a exigência imposta para a inscrição, que consistia em: Registro Geral da Atividade Pesqueira⁴ (RGP), a licença do barco na Capitania dos Portos⁵ e as declarações das instituições representativas de classes (Sindicatos, Colônias ou Associações de Pescadores).

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), considerada a Constituição Cidadã, traz a clara tendência da universalização da cidadania, ampliando também a abrangência dos direitos dos trabalhadores rurais. E, na concepção do Estado, os pescadores artesanais são equiparados à condição dos trabalhadores rurais, na medida que sua renda é advinda da extração de produtos naturais, enquadrando, como aqueles, na categoria de Segurado Especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)⁶.

A ascensão dos governos mais progressistas, no Brasil, reafirmou essa conquista de direitos, em especial dos brasileiros, em situação de desvantagem social. Na expressão da política de proteção aos trabalhadores da pesca artesanal, é importante destacar a Lei n. 10.779,

⁴ O Registro Geral da Atividade Pesqueira foi instituído pelo Decreto-Lei n. 221, de 1967, ratificado pela Lei n. 11.959/2009. O Registro Geral é um mecanismo do Governo Federal com a finalidade de contribuir para a gestão e para o desenvolvimento sustentável da atividade da pesca. Ele permite que o pescador exerça as atividades da pesca e da aquicultura em toda a cadeia produtiva.

⁵ Esse documento é exigência para os barcos de pesca que realizem exploração em águas jurisdicionais brasileiras.

⁶ Na definição do Estado, a categoria de Segurado especial do INSS é o trabalhador reconhecido como o produtor, o parceiro, o meeiro, o arrendatário, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam essas atividades.

de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso⁷, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Trata-se de uma assistência financeira temporária, concedida de acordo com as condições definidas nos incisos do Art. 1º da referida Lei⁸.

Essas políticas se fortalecem com a publicação do Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e oficializa Comunidades Tradicionais e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que dá sustentação legal aos programas no país.

Em síntese, trata-se de uma política adotada como medida protetiva a esses povos e comunidades em situações de desvantagem social ou ameaçados pelo avanço implacável do capitalismo. Nesse quadro de proteção, podem-se incluir as comunidades da pesca artesanal pelas próprias características da atividade que desenvolvem, inclusive pela possibilidade de serem potenciais protetores ambientais.

Já no Artigo primeiro do Decreto n. 6.040, vem explícito que as ações e atividades deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e que se deve observar princípios para que se alcancem os objetivos propostos pela PNPCT. Um recurso valioso no campo da política é a articulação de propostas intersetoriais. Nos incisos de V a X, vêm explícitos os considerandos dessa política de proteção:

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

⁷ Para fazer jus ao defeso, o pescador precisa ter posse dos documentos comprobatórios do ofício de pescador.

⁸ A definição de pescador artesanal está especificada no Art. 1º da lei: “O pescador artesanal de que tratam a alínea - ‘b’ - do inciso VII do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea - ‘b’ - do inciso VII do art. 11 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie”. Redação dada pela Lei n. 13.134, de 2015. Terá direito o pescador que não dispuser de outra fonte de renda fora da pesca ou que não esteja em gozo de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto Pensão por Morte ou Auxílio-Acidente. Cabe ao INSS apenas receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários do Seguro Defeso do Pescador Artesanal (SPDA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

- IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;
- X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;
- XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2007).

Nas últimas décadas, o governo brasileiro preocupou-se em estruturar um arcabouço legal de proteção ambiental e para as comunidades tradicionais. No entanto, num país como o Brasil, com larga história de colônia, ainda há, por parte das instâncias do poder e de uma fração da população, reações contrárias a medidas mais avançadas no campo das políticas sociais e ambientais.

A ascensão, em 2019, de um governo conservador e de ultradireita termina por inflar esse cenário reacionário. O que o país vivencia hoje é um retorno à concepção negativista, com recuos no campo dos direitos trabalhistas até então conquistados, de oposição às conquistas das minorias e das comunidades tradicionais de pescadores artesanais, de quilombolas e de indígenas e, para agravar esse quadro, no campo ambiental, alteração de leis mais restritivas ao uso da terra e das águas, um verdadeiro desmonte dos órgãos de proteção ambiental e de territórios de preservação, o que replica no avanço das ações predatórias, alimentadas por uma atitude ambiciosa e de descrença na ciência, num território extenso em que as forças de repressão se reduzem. É indiscutível que o preço de tudo isso recairá sobre a sociedade.

2.5 O TERRITÓRIO DA PESCA E A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO

Historicamente as comunidades pesqueiras, em geral compostas de trabalhadores com pouco capital cultural e econômico, sempre estiveram à margem das agendas e das disputas políticas, o que faz com que seus trabalhadores estejam pouco assistidos pelas políticas governamentais, nos processos de urbanização de cidades costeiras pelo Brasil, nas políticas de gentrificação de áreas costeiras em que o Estado arbitra, na perspectiva de valorização de alguns espaços urbanos, na delimitação de áreas portuárias ou na instalação de grandes empresas, a exemplo da exploração e da produção de petróleo e gás na costa brasileira, quando, em geral, são menos favorecidos os mais atingidos e terminam empurrados para as periferias.

Especificamente no que se refere às comunidades tradicionais da pesca artesanal, esses pescadores sempre estiveram expostos a uma série de vulnerabilidades, a situações adversas e que terminam por interferir em seu território, em suas vidas, tais como: turismo, indústria naval, privação de terras públicas, indústria petrolífera, especulação imobiliária, barragens, degradação ambiental, despejo e restrição de acesso em determinadas áreas, dentre outros problemas.

Esses conflitos muitas vezes estão relacionados a empreendimentos de natureza privada, endossados diretamente pelos bancos públicos e governos municipal, estadual e federal por meio de incentivos fiscais. É por esse aspecto que nosso interesse se volta para os jovens da pesca artesanal no NF que bem retrata a realidade de territórios que vêm sendo disputados e ocupados por outras atividades econômicas. No caso em tela, a pesca artesanal será analisada dentro de um contexto socioambiental e econômico decorrente da indústria de E&P do petróleo e gás e do CLIPA e como os jovens da pesca artesanal reagem frente a esse sentimento de pertencimento às comunidades tradicionais e de desencaixe quando diante das opções da modernidade e de globalização.

No que tange à questão do território associado à pesca artesanal que tratamos neste capítulo, Silva (2014, p. 15) chama a atenção para o fato de que “[...] são problemas fundantes na relação entre a sociedade, o território, o Estado, o espaço e o tempo presente”. Ao se referir às disputas do território, Santos (2006) destaca que uma mesma porção de território abrange diferentes sistemas técnicos de épocas distintas, e essa proximidade nem sempre acontece de forma harmônica. Portanto, uma vez território valorizado, disputado como recurso e como possibilidade para a reprodução capitalista, o território torna-se ponto nevrálgico, e essa disputa repercute na vida das pessoas. Nesse sentido, na disputa pelo território, onde existe o interesse ou a intervenção do Estado em favor do capital ou daquilo que defende enquanto crescimento econômico, trincheiras invencíveis praticamente não existem. E, em geral, o poder impõe aos mais frágeis.

Cumpra ainda lembrar que, à medida que o Estado brasileiro estimulou o aumento da produção da pesca industrial, cuja dinâmica está subordinada à lógica capitalista, ele concorreu para consagrar o quadro de instabilidade da pesca artesanal. Falar em pesca artesanal e pesca industrial é admitir uma competição desigual em todos os sentidos, desde a organização do trabalho, os recursos para a pesca, as tecnologias utilizadas, o alcance do pescado e sua comercialização. Os pescadores artesanais, por sua vez, como não possuem recursos para dominar toda a cadeia produtiva, ou mesmo se negam a essa forma de trabalho, veem-se na condição de entregar sua mercadoria a preços muito baixos a atravessadores, submetendo-se,

nesse estágio, a um processo da exploração capitalista. Um quadro que tem levado ao desalento de muitos pescadores.

Apesar de todo esse elenco de forças contrárias, de norte a sul do país, em regiões urbanas e rurais, a pesca artesanal continua sendo praticada, movimentando uma economia que chega a milhões e bilhões de reais.

Numa estimativa aproximada, 3,5 milhões de pessoas estão envolvidas na pesca, o que significa dizer que são trabalhadores da pesca artesanal todos aqueles que participam dessa atividade, desde os pescadores e seus familiares até os que consertam barcos e redes. Dados de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) à época apontam que, aproximadamente, a metade da produção anual brasileira é proveniente da pesca artesanal. São aproximadamente 957 mil (ou 944.318) pescadores organizados em 1.200 colônias (sendo 423.043 pescadoras e 95.881 marisqueiras), em 760 associações, em 137 sindicatos e em 47 cooperativas.

O atual governo brasileiro tem sinalizado para uma menor disposição no sentido de manter ou de aprimorar essas políticas, num movimento em sentido adverso, sob várias vertentes: com um aval declarado ao avanço do agronegócio e à mineração, principalmente no Centro-Oeste e no Norte, numa tendência inclusive de desrespeitar as conquistas já lavradas em lei e a defesa da liberação de áreas preservadas para a movimentação do turismo, um quadro político que termina por penalizar as minorias, povos indígenas, pescadores, quilombolas e agricultores.

Já se percebe, nessa estrutura ministerial, um maior interesse no sentido do fortalecimento da pesca industrial e do comércio nacional e internacional da pesca, realidade que pode, ao mesmo tempo, sinalizar para os povos e comunidades artesanais, mais conflitos, destruições e menores possibilidades de viver exclusivamente da pesca.

Levantamento realizado pela iniciativa Política por Inteiro e publicado no jornal Folha de São Paulo (14 de abril de 2020, B9), a respeito de atos publicados no Diário Oficial da União (DOU)⁹, aponta que de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020, 82 (oitenta e dois) atos retiram órgãos ambientais da gestão pesqueira, como o Ibama, o que eleva os riscos e potenciais impactos ambientais. Segundo esse levantamento, no governo Bolsonaro, 36 atos de regulação, 19 com flexibilização, 12 com reforma institucional, três de resposta, três neutros, cinco de revogação, um de revogação, um de desestatização e um de recuo foram publicados

⁹ Os dados estão disponíveis por meio do Monitor de Política Ambiental que acompanha a atividade do governo federal, pelo endereço: <https://arte.folha.uol.com.br/ambiente/monitor-politica-ambiental/>. A ferramenta foi desenvolvida em parceria da Folha com o Política por Inteiro.

relacionados à pesca. Dentre esses, chama a atenção o decreto n. 10.576 de 14 dezembro de 2020, que trata da cessão (em substituição ao termo anterior “autorização” e outras alterações importantes) de corpos d’água da União para a prática da aquicultura, considerado como uma ação de desregulamentação. Outro ponto de destaque é a revogação da Resolução n. 303 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) de proteção aos manguezais, atualmente em questionamento judicial. Não são, portanto, indícios, mas uma clara demonstração de desrespeito ambiental que prejudica a pesca e precisa ser discutida e confrontada pela sociedade.

O que se pode adiantar a respeito é a urgência na adoção de medidas discutidas no meio dessas comunidades, com apoio de órgão e instituições reconhecidamente idôneas, na perspectiva de uma organização coletiva que tenha voz junto às esferas políticas, fortalecendo os canais de discussão, num exercício de uma gestão participativa. Essa constatação nos mostra a importância da Educação Ambiental, de caráter crítico e emancipatório, que vem associada a um novo modelo de organização social e demanda a participação dos sujeitos nos processos de decisão e de intervenção na realidade. Este é um desafio que se impõe não somente para os pescadores, mas para a sociedade atual. O modelo de democracia participativa no Brasil, em especial, dá mostra de esgarçamento e a reação de resistência a esse declínio vem pela via da participação da sociedade nos fóruns de decisão.

2.6 DO IMAGINÁRIO AO REAL: COMO SE FORMA O PESCADOR ARTESANAL

No trançado das redes dos pescadores artesanais, há uma longa história vivida de construção de saberes, de valores e de modos de vida pela mediação do trabalho numa grande aliança entre pais, filhos e muitos outros ancestrais. Uma história permeada de camaradagem entre pescadores, na organização da atividade, na capacidade de lidar com o mar de maneira arrojada e criativa, na negociação, no tratamento em terra e no destino do pescado.

As figuras femininas permeiam tudo isso em funções que envolvem o cuidado da vida da família, a administração da casa e tratando do produto da pesca, contribuindo, dessa forma, para a cadeia da pesca, uma vez que, em geral, as mulheres não se lançam à pesca de alto mar, enquanto os homens estão longe, cuidando de trazer o sustento.

É possível imaginar que os trabalhadores reconheçam as condições de insegurança e de precariedade no trabalho da pesca artesanal, a ameaça que o mar lhes impõe e contra quem só é possível lutar se conhecer sua força e maturidade. Fazer-se pescador não significa apenas jogar a rede, mas conhecer como ninguém os obstáculos na lida com elas e a luta pela

sobrevivência; é saber reconhecer o ritmo dos ventos e das marés (DIEGUES, 1983) quando favoráveis; é descobrir os cardumes na mancha escura em meio às águas claras e ser capazes de contar o pescado, com uma fórmula própria e exata, um saber popular aprendido com os outros pescadores. O sucesso da batalha é coroado pela quantidade do produto que mostram: pescados às centenas capturados, ou melhor, quando capturados. O sentimento de vitória apaga qualquer cansaço.

A figura do mestre emerge como comandante das águas, aqueles que detêm amplo domínio da arte do ofício da pesca. Esse fazer saber do mestre faz com que ele se torne perito das águas. Para Costa (2018),

[...] o mestre é uma figura essencial na coordenação dos trabalhos, tomando para si a responsabilidade com a segurança dos tripulantes, da embarcação, com a comercialização da produção e a repartição dos ganhos alcançados no mercado. **Além disso, suas responsabilidades recaem também na manutenção da tradição pesqueira, na formação de novos pescadores.** (COSTA, 2019, p. 44, grifo nosso).

Entretanto, considerando a natureza da pesca que requer cooperação, observa Ramalho (2007), que tornar-se mestre também é um saber-fazer, resultado de uma atitude de parceria e de reconhecimento do outro:

Na pesca artesanal mesmo o mestre, que é **reconhecido por sua excelência no saber-fazer** para conduzir o barco e os homens no mar, tem que ouvir os demais trabalhadores pesqueiros. O trabalho cooperado da companhia ou parceria exige isso, pois o mestre reconhece nos demais pescadores qualidades e capacidades produtivas indispensáveis ao êxito no mar. (RAMALHO, 2007, p. 123).

Nesse aspecto, ousamos ir além, entendemos que a construção do pescador envolve também o “saber-ser”. Este “saber-ser” também ensinado, senão de forma explícita, mas nas ações e sentidos nos quais o mestre da pesca envolve seus aprendizes, os conduz ao sentimento de serem mais que profissionais da pesca, mas sujeitos constituídos de identidade única, pescador artesanal.

Nas palavras do jovem pescador da região, um dos sujeitos da pesquisa, ao referir-se ao seu trabalho na pesca industrial, não deixa de exaltar a sabedoria e a importância desse pescador-mor no barco, ainda que utilize tecnologias mais modernas na pesca:

Depende do tipo de pesca, porque tem pesca de muitas coisas. Para a pesca industrial, tem que ter essa tecnologia, porque, para trabalhar num patamar desse, você precisa ter condições de trabalhar. Mas, para trabalhar na pesca artesanal, com certeza não, eu canso de ver barcos aqui que não têm nada, que pesca com instrumentos antigos. **Até o próprio mestre do meu barco, por mais que tenha tecnologia, ele trabalha com locais antigos que não têm sonares, mas o que ele leva é de experiência própria, já de tempo pescando.** (Jovem pescador 3, 2020, grifo nosso).

Histórias de coragem que, pouco a pouco, vão encantando suas crianças atentas à chegada das redes cheias de tainhas, badejos, bagres, camarões e tantos outros frutos do mar da região, como se vê nas palavras dos jovens pescadores entrevistados como o jovem estudante 1, que lembra do avô que sempre teve canoa e tinha paixão pela pesca e pela agricultura. Em sua memória de infância, ele destaca o mangue onde o avô pegava caranguejo e em sua companhia, tinha o costume de comer.

A fala do jovem pescador 1 é mais apaixonada. Sua família inteira vive da pesca. Avós, pais, dominam a arte da pesca e a maior parte dos irmãos. Enraizado no lugar, não pensa em deixar o município onde aprendeu, ajudando os companheiros, o prazer da pesca e a arte da profissão, embora admita a necessidade de fazer “bico” para aumentar a renda, uma realidade muito frequente no município, como destacou. Indagado se pensa em deixar a pesca, ele rebate imediatamente:

Nossa...Tá doido...!! Eeu não gostava muito de pesca, entendeu? Tinha raiva, sei lá... Depois eu fui gostando, fui pegando jeito, fui sabendo como... aí quando... se alguém fazia algo pro pessoal do barco do mar, quando saía lá, era eu que fazia, tipo assim... Ó, o barco tá saindo agora... Ó, daqui a uma hora, ele tá na beirada do mar lá.... Vamos lá, vamo lá pegar o peixe. Aí eu comecei a pegar o gosto por pesca. (Jovem Pescador 1, 2020)

Esse não foi o único depoimento dentre os entrevistados. No mundo da pesca artesanal, o que se registra é uma convivência com o saber-fazer da atividade pesqueira, portanto, com o trabalho, desde muito jovens. Isso significa dizer que a identidade dessas pessoas em seus múltiplos aspectos – pessoal, social e profissional – constrói-se *pari passu*, numa simbiose entre os aparelhos de socialização primários (família e escola) e os aparelhos secundários (aqueles relacionados ao trabalho).

Os jovens de famílias da pesca vivenciam um jeito muito particular de trabalho, mais livre, mais colaborativo, que geralmente envolve pais e filhos, mestre e camaradas, como uma verdadeira unidade familiar estendida. Neste sentido, Ramalho (2007) considera:

Pode-se dizer que a feitura de um pescador é um processo artesanal, assim como o seu próprio trabalho. Aqui o peso da subjetividade, da destreza, da criação e do conhecimento de execução global de toda atividade são decisivos. Pescador é um fazer- se no ato de fazer, em termos práticos e teórico. (RAMALHO, 2007, p. 93).

Portanto, desde muito cedo, as crianças, ao crescerem nesse ambiente do saber-fazer da pesca, compreendem que não basta se aventurar pelo mar para se transformar em pescador, como também, à medida que crescem, vão compreendendo as dificuldades da profissão. No

interior das famílias, vão ouvindo, em confiança, os segredos da pesca, conforme descreve Timóteo (2019):

São informações sobre pesqueiros, rotas de navegação, trilhas na mata, maneira correta de amarrar a isca e saber qual a isca para cada peixe, o comportamento de uma espécie e sua diferença com relação às demais, a melhor maneira de fisgar, o melhor mergulho, a formação da quadra que permite pescar – a quadra envolve o vento, a maré, a cor da do mar, a correnteza, as nuvens, a Lua -, por fim, o saber ir e voltar e, acima de tudo, aprender que ‘o mar não tem cabelo para se segurar. (TIMÓTEO, 2019, p. 150).

Desde crianças, eles presenciam a força da colaboração dos trabalhadores no sentido do enfrentamento de questões em diferentes situações, o que lhes proporcionou um sentimento de segurança em meio à sua comunidade. No retorno com o pescado, as crianças parecem não compreender bem por que tanta quantidade de peixes é trocada por um valor tão escasso.

Hora de repartição do resultado do trabalho. Cada um dos pescadores, de acordo com suas funções definidas, teria sua parte e, nesse aspecto, o coletivo faz robustecer a autonomia no raio de ação dos sujeitos concretos, produtores de sua subsistência, em determinado território.

Quando crianças, na chegada dos barcos, veem os peixes maiores e mais saborosos desaparecerem da cesta de seus pais e serem vendidos por um valor que não condiz com o esforço e com o risco de que enfrentaram nas águas. Ainda que não compreendam as razões, já são testemunhas vivas, nesse comércio, da exploração e da desigualdade do sistema. Na outra ponta, o restante da pescaria, às vezes é repartido com o pescador camarada. Timóteo (2019, p.151) esclarece que o pescador camarada é “[...] aquele que participa de alguma tripulação e o faz por meio de um acordo de partilha que versa sobre o resultado da pescaria”. São vários os tipos de acordos possíveis, além de vários tipos de relações de trabalho. O autor, então, especifica como as principais: “[...] aquela por ‘sociedade’, por ‘produção’, por ‘assalariamento’ e aquela do ‘pescador sozinho’, mais característica da pesca de águas interiores.” (TIMÓTEO, 2019, p. 151). Pelos dados do Censo PEA Pescarte (2016), 53,4% dos pescadores entrevistados no referido Censo, considerando os municípios pesquisados, que integram a BC são classificados nessa posição de pescador camarada.

Trajetórias de vida que revelam algumas razões por que esses trabalhadores permanecem na pesca. A identidade de grupo social é significativamente importante na vida dessas comunidades de populações pesqueiras, o que lhes permite uma percepção do trabalho como valor de uso, ainda que, em uma parte, os pescadores tenham de se submeter às amarras da exploração capitalista. Esse sentido se coaduna com Lefebvre (2006), quando afirma que:

A natureza cria e não produz; ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social; mas ela fornece valores de uso e todo valor de uso (todo produto enquanto ele não é trocável) retorna à natureza ou assume a função de bem natural. Evidentemente, a terra e a natureza não se separam. (LEFEBVRE, 2006, p. 108).

Eles sabem que logo a rede que secava volta aos barcos, os petrechos são organizados para partir, o barco é abastecido e, assim que a natureza permitir, retornam às águas de novo.

Compreendemos que as comunidades da pesca artesanal na região vivenciaram, nas últimas décadas, situações *sui generis* de disputas de território em função da E&P de petróleo e gás na BC e, mais recentemente, pelas delimitações para as atividades do Porto do Açu, o que alterou a situação de vida e as relações de trabalho. São populações tradicionais que se confundem com a história regional e que, por vezes, são empurradas a um campo de incertezas e de fragilidades, ampliando, em escala, o elenco de conflitos de trabalho e de vida, de modo que o sentimento de segurança que a comunidade oferece se apequena.

A questão que nos toca é compreender até onde esse processo de construção de identidade em pertencer a uma comunidade deixou, nos jovens de 18 a 29 anos, a marca da atividade identitária da pesca artesanal, de uma sabedoria ancestral que impelia os filhos a se lançarem aos mares, rios e lagoas com o mesmo empenho de seus pais, ou seja, conhecimento e representações individuais e sociais que construíram, desde a infância, sobre o que é ser pescador, de modo que eles queiram permanecer nessa atividade tradicional ou se afastar dela, traçando novos rumos, tendo em vista as oportunidades oriundas de uma sociedade mais global, cuja modernidade, para eles, é bem materializada pelos grandes investimentos que instalaram no NF e nas oportunidades daí decorrentes, de forma direta ou indireta, bem como maior acesso à educação.

A figura da mulher é importante para a família da pesca seja pela sua participação na cadeia pesqueira, como marisqueiras¹⁰, (categoria que aglutina outras variações no trabalho da pesca como: “filetadora”, “catadora”, “descascadora”) seja na administração do lar e do ritmo de vida da família em que, em geral, os homens se afastam, por semanas para pescar. No entanto, esse trabalho pouco ou não remunerado, não é reconhecido, retrato vivo das comunidades tradicionais, como bem evidenciado nas palavras do filho de pescador: “Bom, a maioria das mulheres...99% das mulheres trabalham ‘indiretamente’, pois elas não vão pescar, são donas de casa, quem cuida das crianças e ajudam no pescado, mas não é um emprego delas (jovem pescador 3). O outro depoimento, da jovem vem para justificar essa dificuldade:

¹⁰ Embora predominantemente considerado como atividade para “mulher”, os homens também se ocupam dessas funções.

O trabalho é mais invisibilizado porque as pessoas não entendem o beneficiamento como pesca, como parte da cadeia produtiva da pesca. Nesse sentido, há uma dificuldade de categorização, e as mulheres não se sentem pertencentes à atividade, e há ainda uma dificuldade de regularização frente aos órgãos que a caracterizam. (Jovem Universitária 1, 2020).

No entanto, o trabalho feminino é essencial na cadeia da pesca. Mas até mesmo para algumas mulheres, parece difícil reconhecerem-se como profissionais; elas não têm uma compreensão muito clara de seu papel, veem-se numa posição menor, diante do trabalho do homem pescador que se lança nas águas. Mesmo se são marisqueiras ou pescadoras, junto com seus parceiros ou executem outra atividade dentro da cadeia da pesca, sentem-se como coadjuvantes, o que cada vez mais reforça a ideia tradicional de que pescador é só quem pesca, desconsiderando as outras atividades e concorre para o fortalecimento da discriminação e desvalorização da mulher, como se registra a seguir na fala de uma jovem universitária que teve oportunidade de conversar com um grupo de mulheres da pesca:

Pelos discursos que eu já ouvi, pelas entrevistas que eu já fiz com mulheres com algumas mulheres, elas ainda, infelizmente, não se veem na figura de pescadoras. Acontece que principalmente o que ajuda a formar isso é que elas se veem na condição de ajudante, e até o próprio marido, não a reconhece como pescadora, vê como uma ajudante. – ‘Ela vai ali para me ajudar’. [...] Isso acontece muito, as pescadoras não se reconhecerem, e os pescadores não as reconhecerem. Principalmente as marisqueiras[...] não são reconhecidas como pescadoras, porque há uma fantasia de que pescador é só aquele que joga rede. (Jovem de Família da Pesca, 3, 2020).

Essa realidade está clara nos dados do Censo do PEA-Pescarte, (Cap. 70), na tabulação das respostas à qual seria a opinião dos pescadores sobre as atividades exclusivas para as mulheres. Dentre as opções de respostas: pesca, descasque, filetagem, limpeza, comercialização, evisceração, venda, a pesca foi reconhecida apenas por 7,7% dos respondentes e, em mais uma fração de 7,7%, a pesca vem associada às atividades de descasque, filetagem e limpeza. Em síntese, 84,6% dos entrevistados não reconhecem as mulheres como pescadoras. A venda foi também uma atividade pouco atribuída às mulheres (77%). Pesca e venda, portanto, estão no universo como atividades mais adequadas ao perfil masculino, enquanto as demais, que ocorrem no quintal da casa, revelam o perfil do trabalho socialmente definido para as mulheres.

Em oposição, quando se trata da atribuição das atividades masculinas, a pesca como atividade exclusivamente masculina chega a 69,2%, e entra como primeira opção nas demais combinações de atividades: Pesca, Comercialização e negociação (7,7%) Pesca e

Comercialização, negociação e Transporte (15,4%); Pesca, Comercialização, negociação, Transporte, Descasque, Filetagem, Limpeza, Beneficiamento e venda (7,7%).

No próprio depoimento de uma mulher da região, que já foi casada com um pescador e há mais de uma década vive da atividade na cadeia da pesca, tem consciência de que o processo de reconhecimento do trabalho feminino na pesca demanda todo um esforço para que haja mudança de posição. Portanto, a luta das mulheres, em qualquer espaço onde atue, se apresenta de forma desigual e, em comunidades tradicionais as mudanças são ainda mais lentas e, por vezes, mais dolorosas. É emblemática essa declaração pela clareza e consciência das barreiras que a mulher enfrenta na pesca e até mesmo de autorreconhecimento. Esse sentimento foi revelado quando disse:

É, a gente mesmo tem dificuldade da força que a gente tem, do trabalho que a gente faz, pelo fato do homem estar em primeiro lugar, a cultura foi essa, né... ainda mais de pesca. Quando a gente fala de pesca, geralmente fala do pescador. Tem dia do pescador, não tem dia da pescadora, né? E aí, a gente acha que já avançou bastante, mas tem muita coisa ainda pra fazer. No INSS, há impedimento para que elas se identifiquem como beneficiadoras e, na questão da categoria, o trabalho feminino se torna mais invisibilizado. (Mulher trabalhadora da cadeia da pesca, 2020).

Mesmo entre os jovens da comunidade da pesca que já estão imersos em situações de vida mais típicos do padrão da sociedade moderna e globalizada, parece não se alterar muito a ideia do papel feminino. O que se depreende é que essa versão, preconceituosa da figura feminina, a submissão e a desvalorização do trabalho a ela impostas é mais forte nas comunidades tradicionais, mas é também presente nas camadas da sociedade que se reconhece mais avançada e moderna. A respeito do trabalho não assalariado da mulher, no lar, essa posição vem sendo debatida e alterada nos princípios da economia familiar e solidária em que todos que participam das atividades laborais são considerados, ainda que seu trabalho não se reverta em dinheiro, como trataremos com mais atenção em outro ponto da narrativa.

Trazendo as lentes para a realidade da região, os conflitos de território em função da implantação de GIs, na narrativa, adentramos ainda para a questão de medidas mitigatórias que são exigidas para os licenciamentos.

2.7 A ECONOMIA DA POPULAR E A PESCA ARTESANAL: APROXIMAÇÕES

Mediante as fraturas evidentes do sistema capitalista que comprometem a reprodução da vida, principalmente das populações mais pobres nos países, a sobrevivência das camadas

populares e o direito ao trabalho são temas que sempre mereceram a atenção de estudiosos, como uma verdadeira busca de movimentos de reação à ideologia dominante.

Nessa defesa do universo de uma economia popular e solidária, pautada pela realidade latino-americana, trazemos para eixo de nossas considerações duas ideias conceituais de Coraggio (2000): “a unidade doméstica” e o “fundo de trabalho”. Para Coraggio (2000, p. 95), a unidade doméstica é entendida como a família, nuclear ou extensa, com base em relações de consanguinidade e afinidades, isto é, podendo ser formada até mesmo de amigos. Assim, “[...] a unidade doméstica, como microunidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital são as células da economia capitalista”. Esse conceito traz a ideia de “*fundo de trabalho*”, em suas múltiplas formas de efetivação, a que Coraggio (2000, p. 95) entende como:

[...] o conjunto das capacidades dos membros de cada unidade doméstica, pelo que estes são capazes de obter os produtos que satisfaçam as suas necessidades seja de trabalhar para consegui-los, quer diretamente, quer através do intercâmbio com outros trabalhos ou produtos. Tendo em vista alcançar a reprodução vital de todos que compõem cada unidade doméstica, esse fundo de trabalho pode se tornar efetivo de diversas maneiras.

O autor inclui diferentes possibilidades na utilização desse “fundo de trabalho”. Num primeiro grupo, reúne as formas mercantis e pecuniárias ligadas ao mercado de trabalho ou ao mercado de bens e serviços¹¹ e que, ao final, reverterem-se em dinheiro, como: i) o trabalho assalariado, de venda da força de trabalho; ii) o trabalho que produz bens ou serviços, sob a forma de mercadorias vendidas por um preço determinado.

Outra forma de utilização do fundo que o autor destaca é aquela que não passa pelo mercado nem se reverte em dinheiro, mas que contribui para a reprodução da unidade doméstica – as atividades do “trabalho doméstico”. Dentro dessa categoria, se incluem-se também as formas mais ampliadas da economia popular: “[...] o trabalho solidário para produzir bens e serviços ou serviços de consumo coletivo” – como acontece quando “[...] distintas unidades domésticas de um lugar ou região entram em acordo para resolver alguma de suas necessidades comuns.” (CORAGGIO, 2000, p. 98).

Coraggio avança para outro patamar de organização ao se referir-se ao investimento na capacidade de os próprios trabalhadores e membros da comunidade doméstica se capacitarem e se organizarem, de modo que estejam habilitados para diagnosticar e resolver problemas,

¹²Palavra grega que significa adolescente. Ainda que, na Grécia clássica, estivesse destinado seu uso aos varões atenienses de 18 a 20 anos que eram instruídos na efebeia, uma espécie de serviço militar.

produzir e consumir mais racionalmente. Isso significaria, portanto, um esforço pré-definido para um “[...] trabalho de formação e desenvolvimento das capacidades individuais ou coletivas”. E o autor prossegue:

A redução da receita real da maioria da classe trabalhadora concorre para modificar a estrutura do uso do trabalho: a simples impossibilidade de comprar por falta de receitas parece fazer emergir outros tipos de intercâmbio (como a troca) e fomentar outras formas de produção (trabalho para o autoconsumo individual e coletivo) e circulação (redes de abastecimento para diminuir o custo de vida). Mas, agora, o que se trata é de superar os comportamentos reativos e potencializar ativamente a capacidade dos trabalhadores, para que eles possam se contrapor de maneira mais eficaz e como classe a essas tendências destruidoras da vida. (CORAGGIO, 2000, p. 99-100).

Tiriba (2007) defende a necessidade de uma “pedagogia da produção associada”, destacando a importância de processos educativos que encaminhem para o exercício e para o horizonte da autogestão. A respeito dessas questões, Santos (2003, p. 18) traz questões importantes que podem merecer estudos futuros: “É possível contestar as formas de regulação social dominante e a partir daí reinventar a emancipação social? Qual a contribuição dos pesquisadores para enfrentar esses desafios?”

Existem áreas de atividade econômica que podem ser fortalecidas e aperfeiçoadas tecnologicamente, no sentido de se estruturarem dentro dos princípios da economia popular e solidária, pois é inegável a possibilidade de iniciativas locais e inclusivas mais aderentes à cultura concorrerem para a economia dos municípios, desde que amparadas por mecanismos institucionalizados e outras instâncias da sociedade, principalmente neste período de redução das rendas petrolíferas para os municípios do NF. A pesca artesanal poderia ser uma dessas atividades importantes para a economia, mas pouco assistida pelas políticas locais, quando ouvimos os pescadores (e aqui novamente destacamos a importância da academia e das instituições de formação profissional) no campo da formação para a emancipação.

Analizada sob o ponto de vista teórico de Coraggio, a própria estrutura organizacional da pesca artesanal na busca pela reprodução da vida, em sua essência, pode estar situada no mundo da economia popular, uma vez que predominantemente, a pesca é de subsistência e, se considerarmos a unidade doméstica (familiares e camaradas) e a forma como dão tratamento ao fundo do trabalho, as semelhanças são substanciais.

No entanto, no que tange à capacidade das unidades domésticas em melhorar as condições de vida e em acumular recursos, as dificuldades se apresentam de diferentes naturezas, seja na composição e na qualidade objetiva do valor do trabalho, seja na avaliação

que a sociedade faz delas. Diegues ressalta que, em casos específicos, na articulação entre empresa e pescadores artesanais, principalmente pelo estabelecimento de ‘postos de compra’ de empresas pesqueiras em áreas de produção artesanal, pode surgir uma complementaridade entre as duas formas de produção, ainda que se observe a subordinação da produção artesanal à capitalista. Entretanto, essa articulação não compromete as principais características da atividade.

Além desse sentimento, destacam a singularidade do trabalho, a autonomia e a liberdade, embora ressaltem os riscos a que são submetidos cotidianamente, a insegurança e a necessidade de valorização e proteção por parte do Estado, para sua permanência.

3 JUVENTUDE E OPORTUNIDADES PELAS VIAS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO

Para entrar na discussão a respeito da trajetória de vida dos jovens de famílias tradicionais da pesca, julgamos procedente recorrer aos estudos a respeito da juventude e de toda a complexidade que envolve essa fase de vida, com o entendimento de que é sempre apropriada uma percepção abrangente da temática antes de situar a questão de estudo. Esse percurso foi importante para a pesquisa, uma vez que nos trouxe nuances e singularidades da juventude no decorrer dos tempos e, tratando-se da juventude brasileira, foi possível elencar um conjunto de elementos que, de certa forma, traduzem determinantes de vida e condições socioeconômicas do país que repercutem, de forma singular, sobre nossos jovens.

O estudo traz, portanto, questões de fundo que terminam por referendar a diversidade cultural de nossa população e questões relacionadas a políticas públicas para a juventude, com especial olhar para as categorias *educação* e *trabalho*. E, por propor analisar trajetórias de vida, entendemos que o recorte da faixa da juventude entre 18 e 29 anos seria mais adequado para a pesquisa de campo uma vez que, nessa faixa etária, os jovens já poderiam ter enfrentado, de alguma forma, os desafios do mundo do trabalho.

Este capítulo cumpre, portanto, o papel de traçar esse panorama das mudanças sociais que ocorreram no decorrer dos tempos até chegar ao conceito da categoria *juventude* que se tem hoje, com suas especificidades, para então considerar a juventude brasileira e a fração dos jovens de famílias da pesca artesanal no município de São João da Barra. Portanto o tratamento ao termo no plural “juventudes” é decorrente da pluralidade de situações que circundam a vida desses atores.

Embora saibamos que, no Brasil, as pesquisas sobre a juventude sejam, em maior volume, sobre a juventude urbana, à medida que nosso estudo evoluiu, fomos reconhecendo maior densidade nas publicações a partir do século passado, bem como análises importantes a respeito da situação dos jovens brasileiros e das políticas públicas que se efetivaram no país, principalmente nos campos da Saúde, da Educação e do Trabalho, direcionados para a juventude, com ênfase nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva. Tratando-se de jovens de comunidades tradicionais que se dedicam a atividades primárias, como agricultura e pesca, esse processo é mais lento, no entanto a luta pela garantia dos direitos da cidadania dessas populações minoritárias tem sido presente na agenda política.

3.1 A JUVENTUDE NO CÍRCULO DA VIDA

Os temas pertinentes à vida dos jovens constituem-se numa chamada cada vez mais desafiadora para quem se dedica a compreender a complexidade e as contradições inerentes a essa fase de vida. Em diferentes épocas e culturas, nos países e continentes distintos, essas fronteiras entre a juventude e a idade adulta sofrem influência de fatores que terminam por inaugurar visões distintas a respeito da juventude.

São muitas as trilhas percorridas na tentativa de definir, de conceituar, de diferenciar, de limitar essa parcela da população que pode ser caracterizada como juventude. Nesse percurso, é possível registrar uma certa inquietação no sentido de buscar resultados dentro de uma linha cartesiana, principalmente da academia, que reserva campos de estudo para cada área de conhecimento, o que, por vezes, dificulta a necessária articulação entre eles para maior aprofundamento das pesquisas, uma vez que, no campo epistemológico, a categoria é considerada imprecisa. Para a sistematização desses estudos, pela própria natureza social e simbólica, foi necessária a convergência de diferentes critérios e de mais de um campo de conhecimento.

Desde a tentativa de estabelecer a definição para a categoria *juventude*, essa questão sociológica se evidenciou, uma vez que os critérios que se estabeleciam para a construção dessa categoria, na condição de sujeitos sociais, são culturais e históricos, o que ultrapassa a compreensão de juventude restrita a uma delimitação etária, biológica. Quando se consideram elementos temporais e históricos, entram em questão interesses e forças, transformando, assim, a relação idade social e idade biológica numa realidade inseparável e bastante complexa.

Pela análise de Pais (1990) a respeito da produção acadêmica de um conjunto de autores que se dedicam a este tema, existem, pelo menos, dois blocos dentro da construção desse campo de estudo: o primeiro deles, com ênfase nos aspectos geracionais, considera a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida; no outro grupo, a temática é tratada no bojo de outras dimensões da vida social e definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe (PAIS, 1990, p. 140). Entende-se, por conseguinte, que a juventude é, na verdade, uma condição social, mas, ao mesmo tempo, um tipo de representação. como trataremos com maior detalhamento adiante.

Portanto, nessa retomada histórica, a intenção foi pinçar contribuições e abordagens no esforço da construção de um panorama a respeito do tema, ainda que tenhamos a convicção de que não estaríamos dando conta de todas as linhas de análise. A questão que fica diante desse

quadro fluido que colocamos de início seria: o que seria possível, então, identificar como juventude?

Traçamos um marco de referência na Grécia antiga, sociedade em que estão fincadas as raízes da cultura ocidental. Filósofos gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles e outros convergiam para a ideia de que a estrutura social deveria estar centrada no jovem, o efebo¹², mas sempre amparado pela figura do homem adulto para conduzir sua educação. O adulto seria então o modelo a ser seguido.

No período romano, 753 a.C., ano da fundação de Roma, até por volta do século V, há uma tentativa de se estabelecer um conceito para a categoria *juventude*. Na abordagem de Guimarães e Macedo (2009, p. 3), o autor destaca as contribuições teórico-filosóficas de Cícero, Sêneca, Quintiliano e outros, que estabeleceram essa categorização, *juventude*, sob a influência da deusa *Juventa*, caracterizada como um mito da sociedade, criada para explicar as mudanças que ocorriam ao longo dos séculos. A associação a um mito, de uma criação da sociedade, permitiu que alguns teóricos também considerassem a ideia de juventude como uma invenção sociocultural, além de sinalizar para a questão da transitoriedade.

Na Idade Média, as propostas sobre o conceito de juventude vieram eivadas dos fatores /teológicos. Ariès (1981), em seu estudo histórico, mostra que, durante parte da Idade Média, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia, e a sociedade não fazia distinção entre o mundo infantil e o mundo adulto. Sem que se estabelecessem etapas delimitadas, uma criança ia se desenvolvendo socialmente, adquirindo desembaraço para participar do trabalho com os adultos e rapidamente ela se transformava em um adulto jovem, procurando adotar as atitudes e comportamentos de uma pessoa adulta, porém sem plenos direitos para assumir posição.

Só por volta do século VI e VII, na Idade Média¹³, começavam a assumir as delimitações com características etárias: infância (de 0 a 7 anos), puberdade (de 8 a 13 anos), adolescência (de 14 a 21 anos) e juventude (de 22 a 30 anos). Apenas aos 40 anos, os homens poderiam participar dos cargos políticos, porque essa idade representava o fim da idade dos perigos.

Até a variável idade entrar na delimitação, os estudiosos ainda tinham uma compreensão difusa do termo *infância*, uma vez que a palavra não continha limites definidos, podendo assumir uma série de significados e de imprecisões e, até mesmo, ser compreendido como

¹²Palavra grega que significa adolescente. Ainda que, na Grécia clássica, estivesse destinado seu uso aos varões atenienses de 18 a 20 anos que eram instruídos na efebeia, uma espécie de serviço militar.

¹³ Vale lembrar que, na Idade Média, os limites da juventude também se transformavam em objeto de manipulação da parte dos detentores de seu patrimônio, que deveriam manter esse estado de juventude, ou seja, de *irresponsabilidade*, para os jovens nobres, almejando uma sucessão.

referência a um período mais extenso de vida, um reflexo da própria cultura medieval no tratamento dessa (não)infância. Essa assimetria na delimitação da duração da infância se justificava pela relação com a ideia de dependência e não propriamente pelos fenômenos biológicos.

Segundo Àries (1981), quando, no século XVI, os teóricos franceses começaram a tratar desse tema, encontraram dificuldades para sua adequação linguística ao tentar traduzir essa terminologia¹⁴. Ficou patente que a língua francesa e, portanto, os costumes franceses não dispunham de tantos recursos, como se vê nos registros do tradutor do *Le Grand Propriétaire de toutes choses*, de 1556:

Há maior dificuldade em francês do que em latim, pois em latim existem sete idades nomeadas por sete nomes diversos tantas quanto os planetas], dos quais existem apenas três em francês: a saber, *enfance*, *jeunesse* e *vieillesse*. Observamos que, como juventude significava força da idade, ‘idade média,’ não havia lugar para a adolescência. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. No latim dos colégios, empregava-se indiferentemente a palavra *puer* e a palavra *adolescens*¹⁵. (ÀRIES, 1981, p. 32).

Por volta do século XVIII, com Rousseau, começou a se delinear uma categorização sociológica para a juventude. A principal característica que se atribuía aos jovens, naquele período, segundo Ortega y Gasset (1987, p. 119), era a de uma figura que somente executa as velhas ideias implantadas pelos adultos, que representava não “[...] a sua juventude, mas a princípios recebidos”.

No século XIX, as teorias elaboradas a respeito das etapas de vida (em Comte e em outros sociólogos), não deram tanto destaque a gerações que não fossem aquelas relativas à fase de pleno exercício das responsabilidades sociais, ou seja, após os 30 anos.

O capitalismo, que vivia um processo de expansão à época, trouxe consigo o acirramento de tensões, uma vez que esse sistema não acontece sem situações de exclusão e de disputas no universo do trabalho; fez também emergirem os problemas associados à juventude, tornando-a um objeto de “consciência social”. O século XX instaura-se, pois, com esse caldo efervescente de conflitos sociais e políticos que redundaram em duas grandes guerras mundiais e em uma total desestruturação social, com sérias consequências para a sociedade.

¹⁴ O século XVII registrou o esforço para que se elaborasse um conceito moderno de infância.

¹⁵ A classificação social de “adolescência”, como uma fase de vida diferenciada, surge somente no século XIX, nas classes burguesas, considerando-se a sociedade capitalista e industrializada.

3.2 O SÉCULO XX COMO O “SÉCULO DA JUVENTUDE”

Em qualquer situação de grandes alterações na estrutura social e em que o mundo do trabalho sofra desequilíbrios, são os jovens os mais atingidos. Sobre esses recaíram dificuldades e pressões decorrentes das mudanças que ocorreram naquele século, como os conflitos mundiais que se impuseram à sociedade. Foram os jovens que, mediante o contexto conflituoso da primeira metade do século, viram reduzidas suas chances de exercer plenamente sua cidadania, com a entrada na vida adulta cada vez mais tardia; foram os jovens que compulsoriamente passaram a viver um prolongamento dessa condição, viram a necessidade do prolongamento da escolaridade e uma consequente dependência da família de origem, dentre outras situações difíceis. Na realidade, todo esse cenário constituiu um quadro que deu visibilidade social aos problemas específicos da juventude.

O interesse dos pesquisadores a respeito da temática intensifica-se à medida que novos contornos sociais são agregados a essa condição juvenil, fazendo com que a ideia de juventude, entendida por um tempo de passagem entre a infância e a idade adulta, ganhasse conotações semânticas, um sentido mais amplo e eivado das condições de um tempo histórico.

A partir da metade dos anos 1960, ocorre um debate no interior da Sociologia: trata-se de saber se a juventude “existe” como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é “apenas uma palavra”. Em sua análise, Bourdieu (1978, p. 520) afirmaria: “[...] *la jeunesse n’est qu’un mot*”, e avança em suas ponderações, salientando:

Les classifications par âge (mais aussi par sexe ou, bien sûr, par classe...) reviennent toujours à imposer des limites et à produire un ordre auquel chacun doit se tenir, dans lequel chacun doit se tenir à sa place.

[...]

et que, le fait de parler de jeunes comme d’une unité sociale, d’un groupe constitué, dote d’intérêts communs, et de rapports vers intérêts à un âge défini biologiquement, constitue déjà une manipulation évidente. (BOURDIEU, 1978, p. 521-522)¹⁶.

Pais (1990, p. 149) orienta que se olhe para a juventude com lentes que permitam perceber a pluralidade semântica a ela associada, sugerindo dois eixos temáticos para guiar esse

¹⁶ Classificações por idade, sexo, classe terminam sempre por impor limites e produzir uma ordem na qual cada um deve se manter, e, portanto, todos devem permanecer em seu lugar [...] o fato de falar sobre os jovens como uma unidade social, um grupo organizado com interesses comuns e trazer esses interesses como próprios de uma idade biologicamente definida já é uma manipulação evidente. (tradução nossa).

olhar: i) como aparente unidade – quando se refere a uma etapa de vida; ii) como diversidade – quando entram em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros. Nesse segundo eixo, à medida que os condicionantes de vida são relacionados à posição dos jovens na sociedade, a forma de perceber a juventude sofre impactos. Daí existirem variados aspectos que diferenciam os jovens rurais dos urbanos; os jovens estudantes e os jovens trabalhadores, os jovens negros e os brancos, dentre outras dessemelhanças. O autor constata que a sociologia da juventude tem vacilado entre duas tendências:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada ‘fase de vida’, prevalecendo a busca de aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase de vida – aspectos que fariam parte de uma ‘cultura juvenil’ específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. nestrouto sentido, seria, de fato, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de *juventude* universos sociais que não têm entre si praticamente nada em comum. (PAIS, 1990, p. 140).

E termina por reiterar que:

[...] não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe parecem associados. Às diferentes juventudes e às diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias. (PAIS, 1990, p. 151).

O esforço em sistematizar as múltiplas condições juvenis, as diferentes formas de perceber a juventude em sua diversidade vão corresponder a distintas teorias e correntes sociológicas. Pais (1990) destaca, ainda, duas delas como as mais consagradas: 1) a corrente geracional e 2) a classista e da cultura juvenil, de que tratamos a seguir:

1. A corrente geracional – essa corrente, de dimensão unitária, vislumbra a juventude como uma fase de vida. Os jovens vivem e experimentam situações e problemas como membros de uma mesma geração, ou seja, por viverem experiências num mesmo tempo, enfrentam, como geração, problemas semelhantes. O quadro teórico é baseado nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e na teoria das gerações. A discussão principal, dentro dessa corrente, está na questão da continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais, uma vez que, em qualquer sociedade, há várias culturas que se desenvolvem dentro de um sistema de valores.

Na visão funcionalista, os conflitos ou descontinuidades intergeracionais são majoritariamente interpretados como “disfunções” nos processos de socialização próprios da

juventude, considerada como uma fase de vida. A teoria das gerações reconhece, nessas descontinuidades intergeracionais, a própria justificativa de existência da teoria. De acordo com a corrente geracional, as descontinuidades intergeracionais estão na base da formação da juventude como uma “geração social”, aquela que só passa a ser identificada em contraponto com outras gerações distintas dela.

A corrente geracional abarca ainda a ideia da existência de uma cultura juvenil que se estaria opondo à cultura de outras gerações mais adultas, constituindo diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais. Tratando-se desse relacionamento com os adultos, a corrente geracional considera duas referências: i) o relacionamento apromático e ii) o relacionamento promático. Nesse primeiro tipo de relacionamento, considera uma relação harmoniosa entre duas gerações: jovens e adultos; no segundo, pressupõe a ocorrência de uma relação conflituosa e de ameaça entre essas duas gerações.

Em período de crise ou de processos políticos de grandes impactos, as reações são mais sensíveis, pois os jovens, por viverem um estado de aprendizagem de vida social, experimentariam esses processos de maneira muito própria, estabelecendo pautas distintas das dos adultos e inegociáveis. Por outro lado, a geração adulta, com sua cultura, sua visão de mundo, identifica e rejeita essa “cultura juvenil”, rotulando-a, até por vezes, como “contracultura”, como uma ameaça à cultura adulta.

Os signos da continuidade e da descontinuidade intergeracional se estariam manifestando de duas formas: as gerações mais jovens, alvo de processos de socialização, por meio de instituições como a família e escola, estariam interiorizando e reproduzindo toda uma série de crenças, de valores e de símbolos das gerações adultas, estabelecendo-se um campo de continuidade intergeracional; no entanto, como essa interiorização não é passiva nem indiscriminada, ocorrem os fracionamentos, as fragmentações, que têm a ver com as próprias instituições dominadas pelos adultos.

2. **A corrente classista** – essa corrente não exclui as relações intergeracionais, ao contrário, ela admite que as relações intergeracionais são a expressão da reprodução social. Entretanto, diferentemente da primeira, que restringe a reprodução à análise dessas relações, a corrente classista traz a compreensão da reprodução social pela ótica da reprodução de classes sociais. Assim, para essa corrente, a transição dos jovens para a vida adulta estaria pautada sempre por mecanismos de reprodução classista e não apenas no âmbito da divisão do trabalho. Nessa acepção, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, produtos de relações antagônicas de classe, daí serem consideradas, por vezes, culturas de resistência e, nesse sentido, essas posições assumem uma conotação política.

Apesar de trazer uma capacidade explicativa expressiva, o esforço em identificar as relações intergeracionais e a reprodução social como intrinsecamente decorrentes da reprodução de classes não consegue abarcar todas as variáveis que envolvem os jovens de diferentes condições sociais, pois seria impossível explicar esses processos, exclusivamente, como resultantes de determinações sociais e de posicionamentos de classe.

Desse modo, os estudos sobre a juventude como uma etapa da vida em que os indivíduos vivenciam sua transição para a vida adulta e a integração na sociedade com a assunção de papéis atribuídos aos adultos transbordaram para outras áreas de pesquisa além da Sociologia, como Educação, Psicologia, Antropologia, dentre outras.

Numa análise ampla no campo sociológico, como observa Abramo (1997), a juventude é marcada, ao menos parcialmente, pela certa autonomia na família e na escola, afirmação que, sob certo aspecto, dissocia a juventude da idade cronológica.

Abramo (1997, p. 29) acrescenta que essa é a fase em que os jovens “[...] processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da cultura e da assunção de papéis adultos”, o que poderia ser compreendido como assumir um posto de trabalho e constituir família. Não obstante, há que se reconhecer que essas condições também variam de acordo com as camadas sociais e com os agravantes sociais.

Para um grupo de pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática, em especial os europeus, uma das possibilidades para maior aproximação com o objeto de análise, uma vez que não é possível explicar essa categoria juventude numa dimensão apenas unilateral, Attias-Donfut (1996) propõe uma aproximação multidimensional. A intenção seria caracterizar e analisar a posição dos jovens na dinâmica social, em diferentes níveis de temporalidade, para compreender melhor suas múltiplas facetas e sua complexidade, sob a luz de três eixos, conforme cita a autora (1996):

- i) o período da juventude, no quadro da organização social, envolta nas etapas de vida;
- ii) a inscrição dos jovens na filiação e nas relações de gerações;
- iii) a formação de ‘grupos sociais’, a origem de movimentos sociais ou de formas específicas de ações ou expressões, suscetíveis de exercer influência nas sociedades. (ATTIAS-DONFUT, 1996, p. 15).

Galland (1991, apud ATTIAS-DONFUT, 1996, p. 15) se refere à juventude como uma etapa “[...] situada entre a infância e a aquisição de papéis e *status* do adulto, a fase da juventude é definida por sua autonomia, ao menos parcial, da família e da escola”. Em linhas de síntese, a autora considera que esse tratamento sociológico da juventude relacionado à família e à escola dissocia a juventude da idade cronológica, ainda que esse parâmetro etário seja bastante

utilizado para as normas institucionais, como a maioridade legal e a maioridade penal, por exemplo.

Não se pode esquecer, também, que a institucionalização da juventude varia segundo os sistemas sociais e as formas de proteção social e se apoia na concepção cultural da família e na relação com as gerações em vigor. Dentro do sistema de classificação da juventude como um tempo de passagem para a maturidade, instaura-se uma relação de troca, com reservas de papéis para cada etapa. É nesse ponto que a divisão lógica se transfere para uma representação ideológica, da questão de poder e de compartilhamento de poderes.

É necessário frisar, pois, que considerar a juventude como um conjunto social cujo principal atributo é ser constituído de indivíduos como pertencentes a uma determinada fase de vida se torna uma afirmação reducionista, uma vez que a condição de jovens está imbricada em uma complexidade de fatores sociais, sendo o trabalho um dos principais determinantes.

A respeito do segundo eixo, a autora prossegue afirmando que:

Dans la dynamique de production et de reproduction de générations dans la famille, intégrant changement social et continuité, émerge la jeune génération, héritière des périodes antérieures, reçues à travers le prisme des modèles d'éducation et des relations parentales, et accumulant acquis, liens et dettes, mais aussi pertes, conflits, problèmes non résolus.

Les jeunes d'aujourd'hui, davantage encore que leur prédécesseurs, déterminés par leur situation familiale, sous l'effet d'évolutions sociales, économiques et démographiques conjointes et paradoxales. Placés à la base de lignées souvent multigénérationnelles, ils sont en étroite et durable interaction avec ceux qui les précèdent. (ATTIAS-DONFUT, 1996, p. 15)¹⁷.

A autora assinala que a designação social de gerações vem como decorrência da construção de símbolos temporais cuja função seria organizar o tempo social diferenciado, situando os elementos do passado, do presente e do futuro. Esse segundo aspecto parece ressaltar uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta, representada como gerações anteriores, referência normativa caracterizada pela estabilidade, em contraste com a juventude, período da instabilidade e das crises.

Considerando as multigerações, os mais jovens têm hoje condições para desenvolver uma relação mais estreita e durável com os que os precedem em função da longevidade que tem aumentado, proporcionando que pais e avós vivam mais tempo. Além do mais, a redução da

¹⁷ Na dinâmica de produção e reprodução das gerações na família, integrando mudança e continuidade social, surge a geração jovem, herdeira de períodos anteriores, recebida pelo prisma dos modelos de educação e relações parentais, e acumulando laços adquiridos e dívidas, mas também perdas, conflitos, problemas não resolvidos. Os jovens de hoje, ainda mais do que os seus antecessores, determinados pela sua situação familiar, estão sob o efeito de desenvolvimentos sociais, econômicos e demográficos combinados e paradoxais. Colocados na base de linhas frequentemente multigeracionais, eles estão em interação próxima e duradoura com aqueles que os precedem (tradução nossa).

natalidade soma-se à da longevidade, gerando famílias em que há várias gerações, com número pequeno de membros. A autora chama a atenção ainda para o fato de que os comportamentos dos jovens atualmente têm ultrapassado fronteiras, e que novos parâmetros estão surgindo, além de uma diversidade de regulamentações sociais características em cada sociedade, e que a entrada na vida adulta tem acontecido cada vez “[...] mais tarde e de forma progressiva, de acordo com estágios variáveis e denormativos.” (ATTIAS-DONFUT, 1996, p. 17).

Dessa forma, estaríamos, portanto, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário centrado sobre o trabalho e da “descronologização” do percurso das idades, que participam na reconstrução dos grupos sociais, com a entrada dos jovens no mercado de trabalho e com a saída dos jovens velhos desse (KOHLI *et al.*, 1991 apud ATTIAS-DONFUT, 1996). E essa desorganização social, nas transições, vem da desinstitucionalização dos percursos do ciclo de vida ternário, centrado no trabalho, que, juntamente à descronologização do percurso das idades, concorre para a reconstrução de grupos sociais, para Kohli *et al.* (1991 apud ATTIAS-DONFUT, 1996).

Esse quadro se complexifica, quando se consideram as outras tendências que vêm surgindo para além da diversidade de regulamentações sociais e de mudanças no comportamento das juventudes.

A respeito da formação e da força de “grupos sociais”, Attias-Donfut (1996, p. 18) considera que, além do envolvimento dos jovens com as gerações anteriores pela filiação com os adultos que os precederam, são significativos os reagrupamentos relacionados à idade, como a escola e os grupos formais e informais de esporte e de lazer, em que se desenvolvem interesses comuns. Essa relação dos jovens com seus pares possibilita o surgimento de comportamentos próprios daquela faixa de idade, que tem sido classificado como parte do *status* de uma “cultura jovem”. São identidades coletivas que se formam como verdadeiros tribos de jovens, como um marco vital de sua presença social e autônoma. O envolvimento desses em grupos de amigos mereceu a atenção de educadores e de reformistas, tornando, assim, a juventude como objeto de “consciência social”. No imaginário social, a geração jovem traz esse *status* particular: ao mesmo tempo que ela encerra a esperança da continuidade histórica, também traz o desafio do enfrentamento e de mudanças de futuro, o que a torna acolhida no tempo presente.

É evidente que observar formas de ação e de expressão dos jovens numa determinada época, sua contribuição da juventude em movimentos sociais ou sua influência na evolução da sociedade abrem um enorme campo de reflexões e de estudos. E é exatamente essa existência coletiva e a participação desses grupos sociais no presente histórico que possibilitarão a releitura dos modos de exposição dos jovens às tendências da época e da dinâmica das gerações.

De maneira simbólica, no senso comum, a expressão “no meu tempo” traduz esse aroma particular das lembranças nos velhos, ao reviverem suas experiências da juventude.

3.3 A TRANSITORIEDADE INERENTE À IDEIA DE JUVENTUDE E SEUS REFLEXOS NA MODERNIDADE

Em tese, a juventude é uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a conflitos sociais. A ideia de transitoriedade relacionada ao tempo da juventude traz, para o discurso, os conceitos de transformação, de temporalidade e de historicidade, evidenciando que a realidade juvenil é determinada por processos de transição desiguais, em que trajetórias diferenciadas exercem papéis diferenciados sobre diversas maneiras de ser jovem, o que direta ou indiretamente também se vincula ao nível de escolarização, de oportunidades de vida e de o acesso ao trabalho, como afirma Casal (1988). Assim, de uma forma ou de outra, os estudos a respeito dessa faixa etária da população terminam por ficar condicionados a uma gama de determinantes. De forma subliminar, nessas análises, a questão de classes é considerada como um dos mais fortes determinantes para o tratamento da juventude.

Essa ideia de instabilidade que se atribui à juventude se contrapõe a outra, a de estabilidade que seria conquistada só na idade adulta e, sob esse prisma, os jovens só se posicionariam nesse estatuto de adulto à medida que fossem vencendo e contraindo reponsabilidades. Isso levaria a pensar que a idade adulta seria então status que se pretenderia alcançar, sem considerar, contudo, que o mundo adulto não é rígido, ao contrário, também, é envolto em um processo de transformações permanentes. Nesse confronto ainda com a idade adulta, à juventude atribui-se uma autonomia parcial para optar por parte de seus caminhos. Essa parcialidade significa que os jovens não possuem autonomia como os adultos e que são também percebidos de forma transitória, fluida, “na condição de sujeitos de direito”. (SPOSITO, 2003, p. 9).

Portanto a noção de juventude socialmente construída também é passível de variações até mesmo dentro de uma mesma sociedade. Sob outra ótica, essa transitoriedade não pode ser considerada sem uma relação com as condições sociais e de vida desses jovens e, portanto, com o reconhecimento social dos problemas da juventude atual mediante as incertezas e a instabilidade social.

Attias-Donfut (1996), referindo-se, em especial, aos países da sociedade ocidental, ressalta essas reações que surgiram no quadro econômico e social, em que a entrada na vida adulta se tornou cada vez mais tardia e de forma progressiva. A instabilidade social do mundo

do trabalho, que se agravou a partir dos anos de 1970, com as mudanças do sistema capitalista e com a globalização, impôs à juventude também outras situações e o prolongamento de escolaridade, ou seja, a duração de anos de estudo passou a ser cada vez mais longa, assim como o tempo de permanência na casa dos pais, alterando a constituição da família quando passa a manter, por mais tempo, seus descendentes sob guarda.

Não obstante, cumpre observar que a situação familiar é também determinante na trajetória de vida desses jovens, uma vez que as diferenças da posição social das famílias configuram contextos diferenciados que podem retardar ou antecipar o ingresso na vida adulta, a saída da casa paterna, o acesso ao emprego e coisas do gênero. Enfim, por mais que se tentem delimitações que sejam racionais, sempre se termina por ressaltar a arbitrariedade nos parâmetros.

Attias-Donfut (1996) afirma que esse mundo de incertezas quanto ao desenvolvimento da vida profissional e familiar, sem que houvesse políticas efetivas e racionais de emprego e de tempo de trabalho, mediante a crise e o subemprego que se instalara, deu abertura para que se impusesse a gestão pelo mercado, com um clima de fragilidades e de precariedades para as duas idades extremas: jovens e adultos trabalhadores. Como medida para o emprego para os mais novos, deveria ocorrer o desligamento de trabalhadores mais velhos, e vão-se impondo ideias relacionadas à necessidade da formação permanente, de contratos de inserção e de criação de pequenos empregos, em substituição ao ideário da carreira decorrente de uma formação sólida.

A saída dos jovens da casa dos pais, uma das condições simbólicas de passagem para a vida adulta, sendo atingida pelas incertezas no mundo do trabalho, interferiu, em certa dimensão, no processo de autonomia dos jovens e é geradora de grande parte dos problemas que se atribuem à juventude.

Para Attias-Donfut (1996, p. 16), a redefinição social da juventude é consonante com a transformação do calendário de vida que está em gestação, nos períodos de incertezas, e põe em xeque os valores e a centralidade do trabalho. E que, portanto, dentro dessa perspectiva de mundo, definir a juventude como uma etapa de vida é situá-la num tempo a construir, em uma dimensão de futuro, em lugar de um percurso que trazia, como modelo de referência, as gerações que a precederam.

As gerações que marcaram os movimentos dos anos de 1960 parecem deixar rastros nas gerações que os sucederam com relações parentais mais próximas e menos autoritárias, o respeito às individualidades e à independência das relações familiares, entre sexos e entre gerações, e à origem, raça e sexo, dentre outros aspectos.

A partir da metade dos anos de 1960, como afirma Sposito (2005), novas fermentas são adicionados, quando a sociologia inaugura uma nova questão: se seria possível tratar a juventude como um grupo social relativamente homogêneo.

Enquanto os estudos na Europa e nos Estados Unidos evoluíam, os movimentos sociais da juventude cresciam no mundo, na direção da ruptura do *status quo*. Nos Estados Unidos, esses movimentos de reivindicações ganharam expressividade, principalmente nas comunidades de imigrantes que enfrentavam discriminação e sérias dificuldades para a inserção social, protestos que ganharam forte expressão na década de 1960. O movimento jovem, nos EEUU, provocou repressão e uma conotação depreciativa, estabelecendo uma conexão da cultura jovem com o desenvolvimento da delinquência e de marginalidade social (CATÃO; PEREIRA, 2015, p. 136). Esse cenário incentivou a implantação mais rigorosa de políticas corretivas, como o próprio aumento das casas de correção de menores embaçando, em certa medida, a luta pacífica da juventude.

Os movimentos sociais que surgiram no período 1960-80, em geral, diferenciam-se dos que ocorreram nas três décadas anteriores. Essas movimentações trouxeram elementos novos e bem peculiares, pois baseavam-se em questões como etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo), estilos de vida (o pacifismo e o ambientalismo), dentre outras temáticas, constituindo-se em movimentação solidária, ordeira, racional e de milhares de pessoas e, nesse sentido, não cabiam, no escopo de um movimento operário, nem se enquadrariam nos grandes sistemas teóricos de análise como o marxismo e o funcionalismo, dominantes no século XX. Com forte protagonismo da juventude, esses movimentos sociais reuniam, pela narrativa de Alonso (2009),

[...] jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. Essas demandas 'pós-materiais', como as chamou Inglehart (1971), se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada. Então eram, sim, movimentos, mas movimentos sociais. (ALONSO, 2009, p. 50-51).

Considerando as teorias que estudam os movimentos sociais, esses já seriam manifestações de uma sociedade pós-industrial e de um capitalismo sob a nova ordem neoliberal e que desinstalava, progressivamente, o estado de bem estar social, reduzindo o poder do Estado, um processo que se iniciou nos anos de 1970, inicialmente no Chile, em seguida no Reino Unido e nos EEUU, expandindo-se pelos países centrais e se impondo progressivamente

aos países periféricos na América Latina, a exemplo do que ocorreu no Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, processo que se retraiu nos governos petistas e que, no governo Bolsonaro, volta sob uma ideologia ultraliberal, de retirada de direitos conquistados, de contenção de gastos públicos, de investidas severas no sentido de privatizações e de redução do Estado, dentre outros pontos desse ideário, como o desemprego estrutural, um quadro de incertezas e de conflitos.

Esse panorama não desatualiza os estudos existentes sobre a juventude. Ao contrário, essa fase do capitalismo atual, financeirizado, que reduziu fortemente a oferta de postos de trabalho e que vem provocando um processo de desindustrialização em alguns países, como é o caso do Brasil, complexifica as expectativas de futuro para a juventude. A todo um cenário de temores, soma-se um dado particular, mas que não menos significativo: a crise mundial motivada pela pandemia do coronavírus (Covid-19), que deixará marcas nessa geração. Se o pessimismo e a insegurança em relação ao futuro e ao mercado de trabalho já se apresentavam como características dessa geração, esse sentimento se poderá acentuar, mediante os conflitos efervescentes relacionados ao ambiente, conflitos raciais, religiosos, referente às minorias e tantos outros e, a situação pandêmica que se instalou.

Considerando a juventude atual face aos problemas que enfrentam de toda natureza, reconhecem uma verdadeira fenda entre essa geração de 20 anos de hoje e as gerações anteriores, uma realidade sem precedentes. Na apresentação de sua obra, Attias-Donfut e Segalon (2020), destaca que esses jovens que nasceram na era da internet formam, a primeira geração socializada na era digital, a primeira geração horizontal, a primeira geração transnacional e a primeira geração ecológica (tradução nossa). As questões que se impõem seriam então quais valores vão se delinear na arena política mediante tantos desafios e qual será a reação mediante a crise econômica e social das quais serão as primeiras vítimas? A toda uma nomenclatura que se atribui à juventude na contemporaneidade, acrescenta-se então a essa geração de 20 anos como “geração pandêmica”, “geração covid” expressões também reforçadas pelas autoras.

3.4 AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM SEUS DIFERENTES ROSTOS: O CONTEXTO DA LITERATURA LATINO-AMERICANA E O BRASIL

Abramo (2005) afirma que o debate na literatura latino-americana já consolidou diferentes concepções já reconhecidas sobre a juventude, mas que não se distanciam muito das abordagens predominantes registradas em determinados períodos históricos da maioria dos

países do continente (ABAD, 2002; KRAUSKOPF, 2003; ABRAMO, 2005) e que entram em pauta na discussão das políticas para os jovens. A autora retoma Krauskopf (2003) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL/OIJ, 2004) para reafirmar que essas concepções, por vezes, podem até coexistir e competir entre si “[...] nos diferentes campos que compõem arena política de ações dirigidas à juventude na conjuntura presente.” (ABRAMO, 2005, p. 20).

Embora as políticas e programas sejam determinados por diversos paradigmas e vão se modificando com o decorrer do tempo, eles podem coexistir. Sposito e Carrano (2003), apoiados em Abad (2002), chegam a afirmar que “[...] a evolução histórica das políticas da juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração no mundo adulto.” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18)

Krauskopf (2003) reúne as políticas para a juventude, de modo como são conduzidas, sob os seguintes paradigmas, como se discorre, em linhas de síntese, a seguir.

a) A juventude como período preparatório – a ideia de período preparatório para uma situação que está por vir não faz parte de nenhuma outra etapa do ciclo vital. Ao definir a juventude como um período de transição entre a infância e a idade adulta, imediatamente essa fase se torna subordinada ao futuro. Na concepção das políticas para a juventude, a ideia é a de que elas devem ser adotadas com esse propósito da preparação para o estágio adulto, quando então se reconheceria a consolidação do desenvolvimento desse jovem. Nessa concepção, o adulto seria aquele que, tendo o saber, seria responsável pela preparação do jovem para sucedê-lo.

Krauskopf (2003, p. 14) acrescenta ser esse um paradigma tradicional condizente com a ideia de uma realidade em que as gerações se sucediam sem grandes rupturas, quadro que se alterou significativamente a partir da segunda metade do século passado.

Para Abramo (2005), a Educação entra nesse quadro como política fundamental no sentido da formação. Acrescenta ainda que, para garantir uma formação sadia dos jovens, a preocupação também se verifica em ocupar o tempo livre, com a defesa de que possa ser complementado por programas relativos ao esporte, ao lazer e ao voluntariado. A autora reconhece, nesse enfoque, uma perspectiva universalista, uma vez fundamentada na ideia de esse direito ser garantido por parte do Estado. Entretanto o direito universal tem, como pano de fundo, uma condição homogênea da juventude, sem considerar situações distintas e desiguais em que vivem os jovens.

Abad (2002), referindo-se a essa condição da extensão da Educação e de uso do tempo livre (movimento entre 1950 e 1980), constata que os países latino-americanos, em suas diferentes condições e características, realizaram importantes esforços no sentido da universalização de suas políticas sociais, sob um modelo econômico que trouxe, para o centro das prioridades, a expansão da cobertura educacional em todos os níveis. Isso possibilitou o acesso em massa de adolescentes e jovens das classes média e baixa da população à educação. Essas políticas tiveram ênfase nos governos nacional-populares, que defendiam uma modernização das sociedades latino-americanas na consolidação de uma ideia de nação ligada à noção de “povo” e na melhoria da governança do país. Para a autora,

Em geral, era uma situação amplamente favorável para os jovens, sem ignorar desigualdades notáveis entre regiões e classes sociais. No entanto, havia um horizonte otimista de ascensão social e melhoria nos padrões de vida através do trabalho e da escola.

Com a expansão da educação, que legitimou a ‘moratória social’ do jovem *como estudante*, mais a massificação da televisão e o impulso de poderosas indústrias culturais, surgiram fenômenos que, com origens diferentes, mas confluentes em seu desenvolvimento, reivindicaram um ponto de contraste geracional com o patrimônio cultural adulto: a revolução sexual, o surgimento do consumo cultural juvenil e o aumento da participação política dos estudantes universitários. (ABAD, 2002, p. 122).

Nesse período, a mídia ganhou força exponencial, concorrendo para mudanças de hábitos, o que favorecia a “cultura jovem”, e começando a competir com a escola, no papel de instrumento ideológico.

b) A adolescência: etapa-problema – o paradigma que considera a adolescência como etapa de transição favorece o entendimento e a aceitação de que esse período é reconhecidamente “uma idade difícil”. Nesse sentido, justifica-se uma preocupação maior com esses jovens o que, em certa medida, é uma atitude reativa. Essa concepção se reporta ao comportamento da muitos jovens envolvidos em manifestações que ameaçam a ordem social, com comportamentos de risco e de transgressão, substituindo a ideia de juventude como “idade mais sã” do paradigma anterior para a “idade de risco”, como destaca Krauskopk (2003, p. 14).

Essa concepção de juventude como “idade de risco” se materializava em função de problemas que se registravam como evasão escolar; gravidez precoce, principalmente de jovens das camadas populares; drogatização; narcotráfico; DST e Aids; criminalidade¹⁸, etc., portanto, problemas que se reportavam à necessidade de adoção de políticas públicas para educação, saúde e justiça, de maneira integrada.

¹⁸ Nas questões da criminalidade, muitos estudos trazem, como referência, a Escola de Chicago, no século passado, que se dedicou à negatividade do comportamento da juventude americana, principalmente marginalizada e negra, que se rebelou contra as injustiças sociais.

Para Krauskopf (2003, p. 14) a prevenção e a atenção eram mais consideradas como recursos que mais visavam à eliminação desses problemas vistos como perigo social do que propriamente ao fomento do desenvolvimento integral dos grupos de adolescentes e de jovens.

O tema da juventude, principalmente quando se destacavam os problemas associados aos jovens dos setores populares, geralmente discriminados pela opinião pública, pressionou o Estado no sentido de criar alternativas para essa faixa da população. Para Abramo (1997, p. 21), essas foram preocupações nos anos de 1980 e 1990, no sentido da implantação de políticas no Brasil. Sob esse viés, as políticas carregavam um tom que, de certa forma, denunciava a percepção estigmatizada da juventude.

c) Jovem como ator estratégico do desenvolvimento – essa concepção do jovem como ator de desenvolvimento vem orientada para a “formação do capital humano e social” e para enfrentar a exclusão social aguda que ameaça grandes contingentes de jovens, principalmente aqueles de países periféricos. Para autores como Krauskopf (2003), trata-se de um paradigma mais avançado e inclusivo, pois reconhece “[...] a la juventude como actor protagónico en la renovación permanente de las sociedades, particularmente en le contexto de la reestructuración socioeconómica y la globalización.” (KRAUSKOPF, 2003, p. 14). Nesse sentido, os jovens passaram a ser considerados atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para atuar nas sociedades nacionais, respondendo, com flexibilidade, aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e pelas transformações produtivas, provenientes do processo de globalização da economia.

Abramo (1997, p. 21-22) traz considerações importantes nesse campo, tendo em vista o contexto em que o país se encontrava. A primeira seria a de que, poucas vezes, no país, discutiu-se qual o modelo de desenvolvimento para o qual esses jovens poderiam estar somando forças ou até mesmo como e onde os jovens deveriam ser incluídos na discussão. A consideração seguinte foi sobre a “contribuição construtiva” desses, que parece ser trazida numa perspectiva hegemônica, sem considerar as nuances das juventudes e, nesse sentido, encobrendo ou ignorando as dimensões de conflito e de disputa em torno das modelos de desenvolvimento e das ações de contribuição e de distribuição do bem que seria comunitário.

A autora não desconsidera o fato de que recaiu, sobre os ombros dos jovens, uma responsabilidade maior do que seria possível atribuir, na medida que eles aparecem como solução para questões que dizem respeito a diferentes esferas (local, regional e até nacional), sem que suas necessidades e demandas, como jovens, assumissem maior detalhamento e assistência. Essa ênfase na ação da juventude ganhou expressão com ações apoiadas por agências de cooperação internacional, de organismos multilaterais e de fundações empresariais.

Seriam eles os “protagonistas do desenvolvimento local” que atuariam na tessitura da rede local-global, dentro do ideário das políticas econômicas neoliberais que crescia no mundo, celebrado no acordo de Washington, em 1988, principalmente nas sociedades ocidentais.

Há que se considerar, nesse contexto, a defasagem histórica das políticas para a Educação no Brasil, haja vista que, só nos governos de FHC (1994-2002), final do século XX e passagem para o século XXI, o ensino fundamental foi universalizado. Em relação às políticas para o ensino médio, pouco se avançou. A ênfase e os investimentos voltaram-se para a formação técnica e profissional, em função de o país ter aderido à política neoliberal, submetendo-se aos organismos internacionais. É bem verdade que o discurso governamental se vestia do combate ao pessimismo da exclusão também decorrente dos riscos e das vulnerabilidades sociais, mas não perdia de vista o ideário neoliberal e do capitalismo-includente por meio da formação profissional. A defesa da teoria das competências transitou do mercado de trabalho para a escola, o que, de certa forma, subtraiu da educação a sua responsabilidade de formar integralmente o ser humano.

d) A juventude cidadã como sujeito de direitos – nesse quarto paradigma, a juventude começa a ser considerada como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social. O enfoque sobre jovens deixa de ser discriminatório, negativista, calcado na ideia de incompletude ou nos desvios de comportamento, e passa a considerar os jovens como sujeitos de direitos.

Ao tratar os jovens com sujeitos integrais, aponta-se a necessidade de políticas centradas na noção de cidadania, o que reforça a necessidade de adoção de políticas intersetoriais. Segundo Krauskopf (2003), só na segunda metade do século passado, criaram-se condições para estabelecer, de maneira explícita, que crianças e adolescentes tivessem direito à cidadania¹⁹. Na Convenção dos Direitos da Criança, Art. 12, esse conceito de cidadania é fortalecido, quando se defende a valorização das capacidades e das responsabilidades de acordo com a idade e maturidade e não apenas com a cidadania formal que se instala a partir dos 18 anos, pelo direito ao voto, como se vê a seguir:

En la promoción de los derechos humanos toman preeminencia las relaciones cívicas, el fortalecimiento de las capacidades y derechos juveniles y la ampliación de los atributos de la ciudadanía en la constitución de las identidades. Ya no se trata sólo de la ciudadanía formal de ejercer el derecho al voto a partir de los 18 años, que dejaba por fuera a niños y adolescentes. Se da importancia a las prácticas sociales entre el

¹⁹ A Convenção sobre os Direitos da Criança é um tratado internacional da Organização das Nações Unidas, assinada em 1989, o instrumento jurídico de maior aceitação no mundo, ratificado por todos os países do mundo, exceto um. No Art. 1º, define, como criança, “[...] todo ser humano menor de 18 anos, portanto, não estabelece diferenciação entre criança e adolescente”. É o primeiro tratado vinculante em nível nacional e internacional que reúne, em um único texto, direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Portanto, nessa Convenção, inclui-se a etapa inicial da juventude a que denominaram adolescência.

Estado y los actores sociales que dan significado a la ciudadanía, incluyendo cada vez con más fuerza la participación de niños, niñas y adolescentes como sujetos con capacidades y derechos para intervenir de forma protagónica en su presente y aportar al desarrollo colectivo. (KRAUSKOPF, 2003, p. 15).

A autora avança em suas ponderações a respeito dessas políticas:

La integración del paradigma que señala la juventud como actor estratégico, con el paradigma de juventud ciudadana permite reconocer su valor como sector flexible y abierto a los cambios, expresión clave de la sociedad y la cultura global, con capacidades y derechos para intervenir protagónicamente en su presente, construir democrática y participativamente su calidad de vida y aportar al desarrollo colectivo. (KRAUSKOPF, 2003, p. 15)²⁰.

Sposito e Carrano (2003) analisam as contribuições de Abad (2002) em relação à evolução histórica das políticas de juventude na América Latina, incluindo o Brasil nesse universo. Em linhas gerais, os autores consideram que:

[...] a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000). (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18).

A leitura de Sposito e Carrano mostra que, ainda que, no decorrer dos tempos, haja maior ou menor predominância de certas tendências, no que tange ao debate sobre a juventude na América Latina, ocorre uma simultaneidade de orientações que convivem em determinados tempos históricos de orientações de controle social do tempo juvenil, de formação de mão-de-obra e da formação de jovens como sujeitos de direitos.

Abad (2002) acorda que qualquer situação em relação à juventude mesmo em relação à sociedade, só ganha força na agenda política se alcançarem um caráter de conflito capaz de interferir de forma muito negativa, na convivência societal, ou seja, do interesse de determinados atores que exerçam pressão sobre as instâncias de poder. Para tanto, o autor afirma ser importante:

²⁰ Dina Krauskopf acrescenta a esses quatro paradigmas a proposta do cientista social Germán Muñoz (2002) que considera a) juventude produtora de cultura – a produção cultural de alguns setores juvenis vem sendo absorvida e se manifesta desde o campo da política e da ética, no âmbito artístico e da produção do conhecimento, até suas experiências. Para esse protagonismo, para a expressão dessas subjetividades contemporâneas, os meios de comunicação, as redes de informação e de mercado e as indústrias culturais são fundamentais.

- Que exista una movilización de recursos de poder por parte de grandes o pequeños grupos, o de actores individuales, estratégicamente situados.
- Que el estado de conflicto o demanda constituya una situación de crisis, calamidad o catástrofe.
- Que el problema sea una situación de oportunidad para que actores sociales adquieran o incrementen su capital político. (ABAD, 2002, p. 120).

Tomando como exemplar as políticas adotadas com a preocupação de modificar as condições das camadas jovens da população, em especial, daquelas mais expostas às situações de risco, nota-se que, ainda que os problemas se alterem no decorrer dos tempos, essas políticas conservam a marca da tinta negativa dos jovens, associada a uma percepção “problemas sociais”.

Estudo apresentado por Novella *et al.* (2018), junto a 15 mil jovens de 15 a 24 anos moradores de áreas urbanas de nove países (Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Haiti, México, Paraguai, Peru e Uruguai) – *Millennials²¹ na América e no Caribe: uma radiografia da juventude: trabalhar ou estudar* – mostrou que 41% dos jovens da região se dedicam exclusivamente aos estudos ou à capacitação; 21% trabalham; 17% desempenham ambas as atividades; e os restantes 21% pertencem ao grupo nem-nem, sendo que os países com maiores percentuais, nesse último grupo, são México, El Salvador e Brasil (acima de 20%), enquanto o Chile tem o menor percentual, com 14% dos jovens pesquisados nessa situação.

Na pesquisa, foram utilizados dois levantamentos de dados (um quantitativo e um qualitativo), incluindo, além das variáveis relativas à renda e ao nível educacional, dados menos convencionais, como as informações que os jovens têm sobre o funcionamento do mercado de trabalho, sobre suas aspirações, sobre expectativas e sobre habilidades cognitivas e socioemocionais, que permitiram perceber, com maior profundidade, sua situação.

O objetivo desse estudo foi promover medidas mais adequadas aos desafios com que a juventude se depara para desenvolver seu potencial e auxiliar na formulação de políticas públicas que possam ajudar os jovens a fazer uma transição bem-sucedida dos estudos para o mercado de trabalho, tentando também dimensionar os nem-nem²².

²¹ Embora não haja consenso sobre a terminologia ou sobre a faixa de anos de nascimento para classificar as diferentes gerações, os autores definem esse grupo de jovens como *millennials*, apoiados em Howe e Strauss (2007) e Milkman (2017). Outras definições consideram aqueles que nasceram entre 1992 e 2003 como *Geração Z*, ou *centennials*, ou ainda *pós-millennials*.

²² O termo *nem-nem*, tradução do inglês *Neet*, abreviação da expressão *Not in Education, Employment Education or Training*, foi empregado, pela primeira vez, em uma publicação da Unidade de Exclusão Social do Reino Unido (*Social Exclusion Unit*), em 1999, de acordo com Aguila *et al.*, 2015; Pardo, 2010. In Peixoto *et al.*, 2091, 287) para designar “um segmento da população jovem que não está inserida nem no mercado de trabalho formal, nem no processo de preparação educativa”. Essa denominação tem se adotada por estudiosos de diferentes países e foi absorvida no Brasil, pela Pnad-Contínua.

O termo Nem-Nem” vem sendo utilizado por pesquisadores e por centros de pesquisa em vários países pelo mundo, para identificar a fração de jovens na condição dos que não estudam ou se qualificam, nem estão inseridos nos postos de trabalho, um quadro que não dá sinais de recuo. Para Cardoso (2013, p. 294), essa:

[...] ‘condição Nem-Nem’ que caracteriza uma crescente parcela da juventude brasileira e mundial é fruto da conjunção de dois feixes de determinantes: de um lado, os contextos de inserção social dos jovens (a família, o sistema escolar e o mercado de trabalho); e, de outro, as trajetórias dos indivíduos. Os dois feixes são marcados por desigualdades de todo tipo. (CARDOSO, 2013, p. 294).

As mudanças econômicas estruturais na produção que provocaram a fragmentação da classe trabalhadora e interferiram de forma significativa nas relações do trabalho são determinantes para essa realidade que alcança os jovens, na transição de jovens para a vida adulta e há diferenças importantes entre os países, sendo jovens das nações periféricas os mais atingidos. As taxas desses Nem-Nem são maiores no México (25%), em El Salvador (24%), no Brasil (23%) e no Haiti (19%), por razões associadas à crise econômica, à falta de políticas públicas, a problemas de saúde ou de ordem médica, a obrigações familiares com parentes e filhos, entre outros. Um dado que também sobressai é a diferença de gênero, percebida nos quatro grupos e, em especial, expressão no grupo dos “nem-nem”, uma vez que esse é, em sua maioria, composto de mulheres e de jovens com menos recursos.

Se o termo “nem -nem” arrasta um estigma de ociosidade e de improdutividade, é importante observar que os jovens que entram na fração dos “nem-nem”, de acordo com as convenções estabelecidas na América Latina e no Caribe, mostram uma realidade diferente: 31% dos pertencentes a esse grupo estão procurando trabalho (principalmente os homens); mais da metade, 64%, dedicam-se a trabalhos de cuidado com a família (principalmente adolescentes e jovens mulheres que se tornam mães muito jovens); e quase todos desempenham tarefas domésticas ou ajudam nos negócios de suas famílias. Restritamente nessa classificação, estariam apenas 3% que não realizam nenhuma dessas tarefas nem têm uma deficiência que os impede de estudar ou de trabalhar, sendo as taxas as mais altas encontradas no Brasil e no Chile, com aproximadamente 10% de jovens, aparentemente inativos.

A análise qualitativa também permitiu perceber que os Nem-Nem são os que mais se referem às drogas como uma constante ameaça de obtenção de dinheiro fácil, que faz com que se afastem de suas aspirações educacionais e profissionais, à questão da violência e à insegurança como problemas de seu país. Ser nem-nem, um grupo cujas atividades diárias acontecem principalmente no âmbito doméstico, num ambiente adverso, também pode ser

compreendido como uma tentativa de se proteger dos riscos das ruas. Em maior ou menor extensão, este cenário é uma realidade preocupante no continente latino-americano.

3.5 A JUVENTUDE SOB AS LENTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Unesco e a Cepal, vêm atuando significativamente nas políticas para a juventude, disseminando, em países periféricos e de capitalismo dependente, uma visão idealizada e ideologizada do jovem como ator estratégico do desenvolvimento, a quem caberia o papel de protagonista numa sociedade marcada pela inovação e pelas constantes e aceleradas mudanças tecnológicas. Sem descartar a dificuldade ou até mesmo a arbitrariedade na conceituação da população jovem, a Assembleia Geral da ONU, em 1985, na ocasião do Ano Internacional da Juventude, definiu, para essa coorte, jovens entre 15 e 24 anos de idade, para fins estatísticos mundiais sobre a juventude e, desde então, vem adotando esse parâmetro.

Compreende-se que essa decisão foi influenciada pelos dois fatos preponderantes: i) uma idade mínima, porque, aos 15 anos, os jovens já teriam desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas que distinguem um jovem de uma criança e que interferem em sua dinâmica física, biológica e psicológica; ii) e um limite superior (24 anos) pela justificativa de que, nessa idade, os jovens já haviam vencido o período de educação formal e assim estariam aptos para ingressar no mercado de trabalho, constituir suas famílias e assumir essas responsabilidades, fato que os elevaria a participantes da vida adulta.

Apesar de as normas institucionais se apoiarem largamente nesse critério citado, a ONU, em sua classificação, considera as delimitações do termo *juventude* em diferentes sociedades de todo o mundo e, principalmente, que as definições de juventude se alteram continuamente, como resposta a oscilações das circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais. Admite inclusive que essa delimitação seja deslocada para incluir o grupo de 10 a 14 anos, pois assim estaria considerando a realidade de áreas rurais e de extrema pobreza.

Considerando essa larga coorte (de 15 a 24 anos), também há distinções ou escalas que interferem na agenda política, uma vez que os jovens de 15 a 17 anos são mais atendidos pelas políticas públicas que os da faixa seguinte (de 18 a 24 anos). Segundo Abramovay e Castro (2015), no Brasil, convencionou-se que, para fins das políticas, indivíduos entre 15 e 29 anos, de todas as camadas sociais, são considerados jovens, alargando, portanto, o tempo desse período.

Pochmann (2004), analisando essa condição da juventude na sociedade e no Brasil, considera que:

Com o passar do tempo esta ideia de juventude se transformou em conceito e hoje o Brasil tem estabelecido o que considera como jovem: ‘a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos (POCHMANN, 2004, p. 6).

Esse escalonamento, de certa maneira, sinaliza para a existência de distinções significativas nas diferentes etapas, evidenciando, ao mesmo tempo, a complexidade que permeia e define a(s) juventude(s) frente a oportunidades de vida díspares e desiguais, reflexo de um país muito heterogêneo e desigual. É premissa, pois, reconhecê-la como plural, pelo termo *juventudes*.

3.6 OS PASSOS QUE O BRASIL PERCORRE NO RECONHECIMENTO DA JUVENTUDE

No Brasil, esses paradigmas a respeito da juventude se foram constituindo no decorrer da história e ainda podem coexistir. Percorrendo o processo histórico, nas últimas cinco décadas, com Abramo (2005), vê-se que, até os anos 1970, o termo *juventude* caracterizou-se como “um período preparatório” para a condição de vida adulta, e, nesse sentido, retratando o embate entre continuidade e transformação social. Com essa compreensão, à categoria *juventude* atribuía-se o tempo da formação escolar e, nessa faixa etária, incluíam-se os estudantes do ensino médio e/ou superior. Tratando-se de um País que ainda nem universalizara o ensino fundamental – primário e secundário, pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1971), há que se considerar que esse tratamento não alcança todos os jovens, retratando, pois, a dicotomia de classes existente na sociedade brasileira.

Sob esse paradigma, os jovens estudantes em formação escolar que estariam incorporando conhecimentos e atitudes necessárias ao desenvolvimento econômico, social e político, seriam capazes de criticar, rejeitar e transformar os sistemas em vigor. Em contrapartida, aqueles que não podiam continuar os estudos e se viam forçados a ingressar cedo, no mundo do trabalho, não eram considerados jovens.

A dificuldade de acessar o mercado de trabalho, conseqüentemente a vida adulta, trazia ameaças para muitos jovens desfavorecidos que permaneciam nessa condição de “desocupação”, de se perderem no mundo do crime, justificativa para a preocupação pública

com essa “situação de risco” que termina por endossar políticas de Estado em favor dessas populações, mas num formato conservador que mantinha o diferencial de classe e um papel coercitivo.

No campo educacional, consagra-se a ideia da escola dual, ou seja: para os filhos das classes médias e altas, as políticas de educação e formação geral; para os filhos das camadas populares, as políticas de apoio à inserção no mundo do trabalho, e medidas de prevenção, punição ou resgate das situações de desvio e de marginalidade.

Nos anos de 1970, os jovens começam a ter um certo protagonismo no campo político, principalmente nos grandes centros urbanos, como participantes ativos na luta pelo fim do regime de ditadura militar (1964-1984). Por outra ponta, os excluídos da sociedade, a pobreza retratada nos “meninos de rua” se apresentava como questão assustadora, motivando ações de violência e de repressão contra esses despossuídos da sorte e da fortuna. A atuação da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem), órgão executivo estadual que atendia aos menores, sob orientação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada em 1964, como uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor, teve ação intensiva nesse período, com características mais autoritárias e excludentes, que termina por reforçar o estigma do menor “infrator” e perigoso para a sociedade.

Nesse ponto, vale ressaltar a pertinência das considerações de Abramo (2005) ao referir-se aos paradigmas na visão de Krauskopf, quando considera a adolescência como “etapa problemática”. E a autora prossegue:

[...] o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde que o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão e considera que isso termina por construir uma percepção estigmatizada da juventude. (ABRAMO, 2005, p. 21).

Nas políticas e medidas que se vão implantando no Brasil, para essa fração populacional jovem crescente, nos anos de 1980 e 1990, de fato, somadas à busca de alternativas para inserção social, está a preocupação com certa prevenção e contenção dos “riscos” que esses jovens poderiam oferecer à sociedade. Contra esse quadro de desproteção da população de rua, profissionais de diferentes áreas mais progressista levantam vozes em defesa dos direitos dessas crianças e jovens, para que fossem considerados como sujeitos de direitos e não como ameaça.

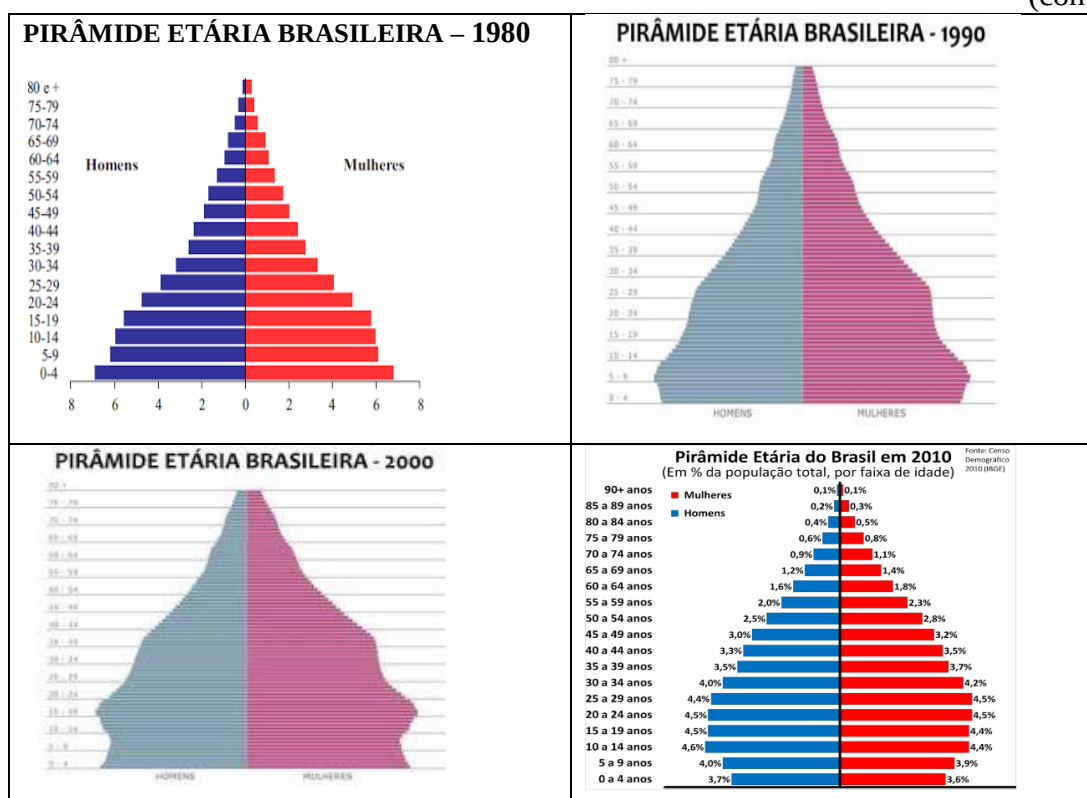
A redemocratização do país, pós-ditadura militar, e a decisão do governo pela política neoliberal permitiu o trabalho mais efetivo da sociedade civil. A atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) trouxe essa juventude menos favorecida para a centralidade,

oferecendo uma educação alternativa, a formação profissional e a organização comunitária. Esse movimento de Direitos Humanos, de proteção e de apoio ao menos favorecidos evidenciava também a ineficiência do Estado em atender aos direitos básicos da população. Note-se que o país apresentava um crescimento populacional pujante, o que deu motivo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que classificasse o Brasil como um “país jovem”. No entanto, ainda com essa fração expressiva de pessoas em fase de crescimento (adolescentes) demandasse assistência, formação e proteção, as medidas traziam, de forma subjacente e, por vezes, explícita, a preocupação com o controle social.

A Figura 1 a seguir mostra as pirâmides etárias brasileiras populacionais publicadas pelo IBGE, com cinco décadas de referência, desde 1980. Se compararmos as pirâmides de 1980 e 1990 com as demais, é visível o rápido processo de amadurecimento dos habitantes nas décadas seguintes²³.

Figura 1 - Pirâmides etárias brasileiras, anos base 1980/1990/2000/2010/2020

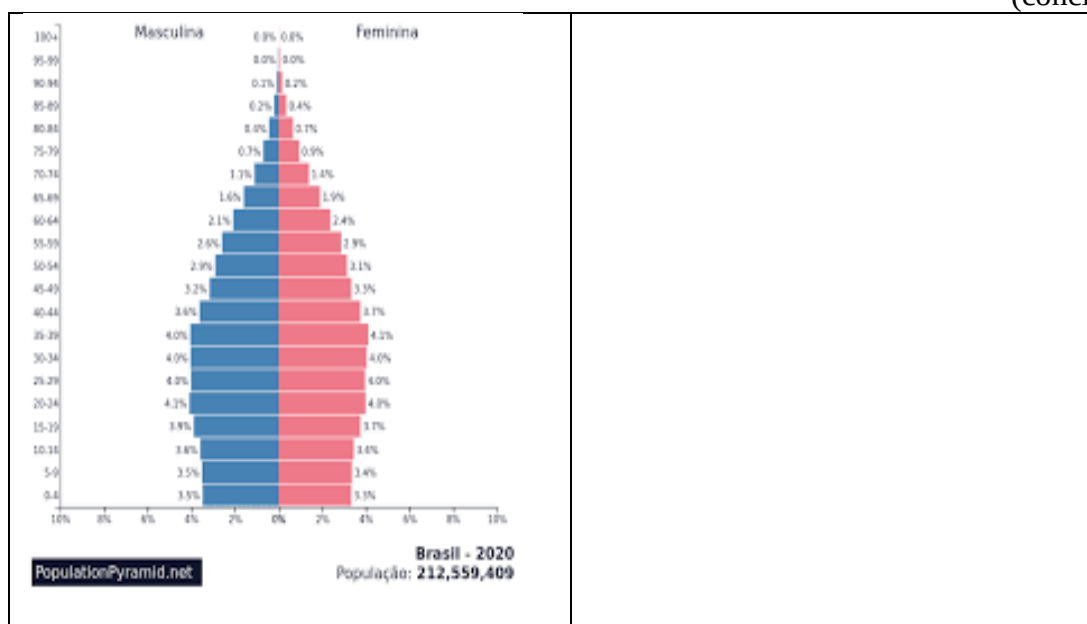
(continua)



²³ Outro fenômeno que merece registro, nesse comparativo, é o aumento da expectativa de vida nas duas últimas imagens, num contraponto à redução do índice da natalidade, o que representa um outro campo de desafios e de necessidades, uma vez que essa população mais velha precisa ser assistida por políticas públicas.

Figura 1 - Pirâmides etárias brasileiras, anos base 1980/1990/2000/2010/2020

(conclusão)



Fonte: IBGE/POPULAÇÃO, 2020.

Pela figura apresentada, é possível verificar que, nos anos de 1980, o desenho da pirâmide mostra uma população jovem com crescimento ascendente, um quadro típico de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Esse desenho de pirâmide é considerado de “formato egípcio” em que cada grupo etário mais jovem era maior do que o grupo imediatamente anterior. Nas décadas subsequentes, a configuração da pirâmide modifica-se no sentido de certa estabilidade, haja vista o estreitamento da base e o alargamento do meio da pirâmide, e, em 2020, a pirâmide brasileira já apresentou uma redução da base e o meio da estrutura etária mais encorpado, reflexo do rápido processo de redução da natalidade, que ocorreu, no Brasil, ainda que não houvesse registro de políticas públicas nesse sentido. A população brasileira estimada era de 212,6 milhões de habitantes, com 3,8 milhões de mulheres a mais que homens (índice já superado).

O crescimento populacional do país, até o final do século passado, somado à crise dos anos de 1980, sem que o Estado definisse políticas efetivas para minimizar os problemas sociais que alcançavam a juventude de forma intensa, somado ao processo de redemocratização, após 1984, e à mudança na orientação política possibilitaram um movimento no sentido das políticas protetivas para os mais jovens. No mundo, o quadro de desemprego estrutural decorrente das crises do capitalismo e a inflexão para o liberalismo atingiram drasticamente os mais jovens, e isso provocou maior interesse dos estudiosos, e, em especial, nos países europeus, uma série de políticas protecionistas e de legislações passam a ser adotadas para a juventude. Esse cenário

político foi um dos determinantes para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho 1990, inspirado na (CF/1988) e adotando uma série de regras internacionais que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes, garantindo a proteção de direitos a esses brasileiros e brasileiras. Nessa consideração, o ECA reduziu o espectro do documento a um caráter quase exclusivo de proteção de direitos.

Assim, o documento legal, ao definir o grupo de 12 a 18 anos incompletos como adolescência e, ao estabelecer o corte em 18 anos incompletos, de certa forma, parece considerar a adolescência como um prolongamento da infância, dando-lhes tratamento similar; em contrapartida, deixa de lado questões importantes relacionadas à juventude em toda a complexidade com que se apresenta no País, uma vez que não apresentam mecanismos para combater vulnerabilidades com que nossos jovens se deparam e, nesse sentido, a compreensão da juventude e dos problemas relativos a essa fase de idade ficam praticamente embaçados.

Vale acrescentar que, no processo de redemocratização pós-ditadura militar, o país sofria os reflexos da crise econômica mundial e, sobre os jovens, recaíam as piores consequências, decorrentes das taxas de desemprego e da ausência de perspectivas de vida. Esse quadro social forçou debates sobre as questões que diziam respeito às reivindicações das juventudes brasileiras.

Sposito e Carrano (2003) reforçam que essa preocupação com a juventude gerou algumas ações que evidenciavam a preocupação com a formação de mão de obra para o trabalho e à questão do controle social, haja vista a criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle do tempo livre dos jovens das periferias. No que pese em determinando momento da história ocorrer uma ou outra iniciativa em favor da juventude, o país chegou com baixa eficiência nessas políticas (apenas três programas para a juventude) até o governo FHC.

No referido governo, registrou-se uma ampliação de programas e políticas voltadas para a juventude, em diversas áreas, com especial atenção para os grupos considerados de comportamento de risco. No campo da Justiça, a preocupação de reduzir o envolvimento dos jovens com violência, com a criminalidade e com o narcotráfico, que predominantemente arrebancam rapazes de 18 a 29 anos. Na área da Saúde, a ênfase deu-se para problemas relacionados à reprodução na juventude, muito acentuada nas camadas mais populares, ao uso de droga e principalmente às doenças sexualmente transmissíveis e à Aids.

Ainda que tivesse acontecido um processo de redução da natalidade significativo no País, nas três últimas décadas, o que, de certa forma, afastou o perigo de uma explosão demográfica, essa preocupação não foi abandonada. As políticas deslocaram o foco para as

mulheres com menos de 20 anos, no interesse de evitar a gravidez precoce. Observa-se, de forma implícita, o conceito de juventude como “problema”, registrando-se, dessa forma, uma tendência ao controle social.

Os primeiros programas governamentais e projetos pilotos com temas comuns se vão organizando, alguns deles na parceria Estado e ONGs. O movimento pró-juventude estende-se às empresas e às fundações empresariais, definidas como “terceiro setor”, como parte de sua responsabilidade social, na medida em que, com recursos próprios, elas apoiam programas de assistência a jovens carentes pelo financiamento de ações de apoio à escolarização e à formação para o mundo do trabalho e contribuem com ações e iniciativas para o combate à pobreza, para o desenvolvimento do capital humano e das comunidades do país.

Em especial, a ação das ONGs foi significativa, uma vez que essas instituições já acumulavam certo amadurecimento decorrente do atendimento a crianças e a adolescentes em defesa de Direitos Humanos, com ações voltadas para a Educação, com o reforço escolar, e para a geração de renda, principalmente para crianças e jovens em situação de rua.

No campo da Educação, também surgem projetos direcionados para viver “o tempo livre”, algo concedido apenas aos jovens das classes médias e altas que gozavam do direito à educação até os níveis mais altos.

Abramo (2005, p. 21), a respeito do paradigma considerado o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, aponta ser uma vertente que se evidenciou no Brasil, desde o movimento de redemocratização, depois de 1984. Nessa confluência de mudanças que ocorriam na vida econômica, social e política brasileira, a participação política dos jovens seria providencial e, principalmente nos centros urbanos, ganhou grande protagonismo.

Assim, a ideia dos “[...] jovens como atores do papel especial de transformação” foi conveniente, como fonte de crítica, de contestação, de capacidade de prover utopias e de dedicação generosa à dimensão social era um aspecto conveniente, face à realidade brasileira de desigualdades sociais profundas, às ameaças de desemprego e de subempregos e à existência de uma escolaridade precária de grande fatia da população. Esse cenário pavimentava a trajetória de vida de nossos jovens em direções múltiplas e desiguais.

Partidos políticos estimularam a participação democrática e mobilizaram politicamente a juventude como fonte para mudança e transformação social, por meio dos movimentos estudantis que traziam questões principalmente referentes à Educação. Muitos deles nasceram em resposta aos graves problemas das populações jovens das periferias dos centros urbanos (população-problema), populações em condição de risco social, consideradas como ameaça social.

Com o objetivo de “[...] entender as singularidades e as peculiaridades das juventudes e garantir direitos a esta geração são fatores fundamentais para consolidar a democracia no Brasil, com inclusão social” (BRASIL, 2006, p. 5), o Governo Federal define seu Guia de Políticas Públicas para a Juventude, cuja implementação foi coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República. Em 2005, pela Lei n. 11.129, institui-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e cria-se o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a quem compete formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados à implementação de políticas de juventude. O momento estimulou o desenvolvimento de novas ações e a consolidação de práticas para garantir direitos e oferecer oportunidades aos jovens brasileiros. No documento, lê-se:

Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2006, p. 6).

A adolescência e a juventude recebem maior atenção do Estado, e programas/projetos são implantados sob responsabilidade de diferentes Ministérios²⁴.

Na crítica de Abramo (2005), porém, interessava mais aos partidos a cooptação dessa ação da militância organizada e programas partidários do que propriamente as demandas e as lutas específicas da juventude. De certa maneira, essa realidade embaçou a noção dos jovens como “sujeitos de direitos”.

Outra dificuldade na concepção de política para a juventude decorre também das formas como são concebidas. Ainda que sejam destinadas à juventude em sua dimensão ampla, seja para os jovens ou com base neles, as formulações não são construídas apenas com base na imagem que se tem sobre essa faixa etária, mas sofrem a intervenção direta do modo como se processa o exercício do governo e se estabelece a agenda política, além das formas com que o

²⁴ Dos trinta e três programas, cinco foram do Ministério da Educação; dois, do Ministério do Trabalho; dois, do Ministério de Ciência e Tecnologia; e seis, no Ministério de Esporte e Turismo. Os demais pertenciam ao Ministério da Saúde, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, da Previdência e Assistência Social, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ao gabinete do Presidente da República e um interministerial, que integrava as ações de 11 projetos/programas dedicados aos jovens (Programa Brasil em Ação).

governo se relaciona com a sociedade, se há maior ou menor participação dos atores/parcerias e as relações do governo com a sociedade civil etc.

É nesse contexto que se observam conflitos ao tratar da temática, com clara intenção de estabelecer um corte no tratamento dos problemas, que termina por interferir na concepção dos direitos, nessa fase de vida. Exemplo dessa ideia é a demarcada distinção entre o conceito de adolescente das elites em relação a esse “outro” adolescente, o “delinquente”, que ameaça a ordem social. Por outro lado, também não foi possível perceber, dentre esses programas de governo, propostas direcionadas exclusivamente às necessidades da juventude rural nem aos jovens da pesca artesanal.

Vale ressaltar que, naquele momento do país, a aprovação da CF de 1988, fundada na consciência dos direitos e da cidadania, favoreceu o surgimento de canais de participação da sociedade civil na formulação e na gestão de políticas públicas. O momento foi propício, portanto, aos sistemas que visavam à garantia de direitos e à proteção à infância e à adolescência/juventude, como o ECA (BRASIL, 1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) e, ainda, o Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 1996). Esse corpo jurídico, de certa forma, dava respaldo à adoção de políticas públicas para a juventude.

O processo de descentralização, preceituado pela CF de 1988, definia que os programas deveriam ser articulados entre os Estados, tendo os municípios como foco das ações e a sociedade civil, entretanto, há que se observar que se tratava de uma experiência recente no país e não foi acompanhada por metodologias eficientes para sua implantação e eficiência.

O ECA foi uma marca definitiva da preocupação do poder público com a proteção aos adolescentes e, em especial, com aqueles que estão em processo de exclusão ou privados de direitos, em duplo recorte (a faixa etária e o aspecto econômico-social), no entanto, desde então, elas não escaparam às críticas e às resistências que ecoam. Nessa direção, Sposito e Carrano (2003) destacam que os pleitos mais fortes se voltam para a questão da juventude, vista sob a lente negativista. Os autores afirmam que existe (e persiste) uma:

[...] reação conservadora às conquistas, expressando-se na pressão por mudanças na legislação ordinária e na Constituição Federal – por exemplo, com propostas da idade para se atribuir a responsabilidade penal e demanda de providências coercitivas típicas do mundo adulto para adolescentes e crianças. De forma mais tênue, as resistências aparecem sob a égide de um certo temor diante do que estaria sendo considerado ‘excesso de direitos’, fixados pelo Estatuto, e poucos ‘deveres’ de crianças e adolescentes nas instituições escolares que, por sua vocação, deveriam acolher a todos sem qualquer tipo de discriminação. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 20).

É necessário destacar o contexto histórico de mudanças tecnológicas e de globalização da economia, o forte protagonismo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM) e a opção política brasileira do governo FHC em se alinhar ao Acordo de Washington, adotando a agenda neoliberal, com a defesa do Estado mínimo, e isso significava, dentre outras medidas, a decisão por privatizações, desregulamentação, flexibilização, dentre outros temas, provocando reformas que se confrontavam, em certa medida, com direitos sociais preceituados na CF de 1988²⁵. Na área de Educação, o projeto neoliberal impôs rigorosas condições à Educação, em especial à formação profissional, reforçando a concepção da escola dual, ou seja, a ênfase na educação propedêutica para as camadas sociais mais abastadas, em que as bases científicas são exploradas e a ênfase na educação profissional, no saber-fazer, para as camadas populares.

O Brasil chega ao final do século XX (IBGE, 2000) com o registro de 47 milhões (27%) de brasileiros na faixa de 15 a 29 anos, a chamada *onda jovem*, o que justificava a preocupação com essa faixa etária, ainda que as políticas neoliberais caminhassem numa linha ideológica pouco convergente para o incremento maior de recursos nas políticas sociais.

O Quadro 1 mostra um panorama dos principais programas e projetos, com os respectivos ministérios a que estão ligados.

Quadro 1 - Programas/Projetos para a Juventude no Brasil até 2003

(continua)

Ministérios/ Ano de criação	Programa/ Projeto	Público alvo e objetivo
Educação (ano de criação não identificado)	Para estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G)	Destinado a cidadãos estrangeiros com ensino médio completo, que principalmente estivessem inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico provenientes de acordos diplomáticos.
Educação 2001	Projeto Escola Jovem	Incidia sobre a implantação da reforma e sobre a ampliação da oferta do ensino médio. O maior desafio era pensar uma escola, no País, que preservasse a identidade dos jovens, mantivesse os alunos na escola, evitando evasão e reprovações.
Educação 2001	Projeto Escola Jovem	Envolvia políticas e programas voltados para a implantação da Reforma do Ensino após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases/1996. O Governo Federal recorreu ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e aos Estados da Federação para a implantação dessas políticas.

²⁵ Notadamente nas políticas para a Educação no Brasil, houve forte estímulo à expansão da educação privada, principalmente na educação profissional de nível médio e superior, que alcançou fração significativa da população jovem. Em meio a esse ideário, a Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu, nos Artigos 35 e 36, as diretrizes para a educação profissional de nível médio não mais integrada à educação básica.

Quadro 1 - Programas/Projetos para a Juventude no Brasil até 2003

(continuação)

Ministérios/ Ano de criação	Programa / Projeto	Público alvo e objetivo
Esporte e Turismo 1999	Programa Jogos da Juventude	Visa à promoção da prática de atividades esportivas entre jovens, na perspectiva do “esporte de rendimento” e do aprimoramento de talentos e de seleção de atletas.
Esporte e Turismo/ Educação/ Comitê Olímpico 2000	Olimpíadas Colegiais	Para jovens de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Visava fomentar o desporto escolar, o intercâmbio sócio-desportivo e o desenvolvimento do potencial esportivo brasileiro no país e em dimensão internacional.
Esporte e Turismo 1999	Projeto Navegar	Visa democratizar e difundir o acesso a esportes náuticos, priorizando adolescentes de 12 a 15 anos de comunidades ribeirinhas, lacustres e costeiras, em áreas de risco social e matriculados na rede pública de ensino. Em 2002, eram 37 núcleos do Projeto em 18 estados.
Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq) 1981	Prêmio Jovem Cientista	Público-alvo: graduados em curso superior, com menos de 40 anos, e estudantes de escolas técnicas e/ou curso superior com menos de 30 anos. Objetivo – estimular talentos e investir em estudantes e profissionais que desenvolvessem trabalhos inéditos ligados a várias áreas do conhecimento.
Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq) – 1999	Prêmio Jovem Cientista do Futuro	Público-alvo: alunos do ensino médio. Objetivo - estimular o interesse na carreira científica e tecnológica. Trata-se de uma versão similar à do Jovem Cientista. Estimula a pesquisa como fonte de aprendizagem e de produção de conhecimento.
Presidência da República Comunidade Solidária 1996	Programa Capacitação Solidária	Público-alvo: jovens de 16 a 21 anos de famílias de baixa renda de grandes regiões metropolitanas. Objetivo – combater o desemprego dos jovens de baixa escolaridade; fortalecer as organizações da sociedade civil, por meio de atividades e cursos voltados para o desenvolvimento de competências e de aperfeiçoamento de gestores sociais.
Ministério da Ciência e Tecnologia/ Conselho da Comunidade Solidária	Rede Jovem	Objetivos – conectar jovens, especialmente os das grandes metrópoles e de baixa renda, dando instrumento de integração e comunicação; identificar as condições propícias para subsidiar as iniciativas do Estado e da sociedade civil para integrar jovens – principalmente aqueles em situação de risco social – de forma sustentada e permanente, por meio da informática e da internet.
Justiça 1997	Serviço Civil Voluntário	Para jovens de 18 anos que optaram por não se alistar no serviço militar. As atividades organizam-se em torno dos Direitos Humanos, da qualificação profissional, da elevação da escolaridade e da prestação de serviços à comunidade.
	Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	Visa articular e estimular o sistema educativo instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Dirigida a adolescentes em conflito com a Lei que cumprem medidas judiciais socioeducativas não-privativas da liberdade.

Quadro 1 - Programas/Projetos para a Juventude no Brasil até 2003

(continuação)

Ministérios/ Ano de criação	Programa/ Projeto	Público alvo e objetivo
Justiça 1999	Promoção de Direitos de Mulheres no Abuso Sexual e à Exploração Sexual Comercial no Brasil	Público-alvo – jovens e meninas brasileiras violentadas sexualmente. Visa promover os direitos das jovens, especialmente as que se encontram em situação de risco, visando eliminar a violência. Integra o Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Saúde 1989	Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem (Prosad)	Público-alvo: pessoas de 10 a 24 anos. Trabalho na esfera da Secretaria de Políticas de Saúde. Articula diversos projetos e programas que lidam com questões relativas à adolescência e à juventude. Objetivo – promoção da saúde em nível federal, estadual e municipal.
Trabalho e Emprego 2º mandato de FHC	Jovem Empreendedor	Público-alvo: jovens entre 18 e 29 anos. Foco: foco regional. Objetivo: capacitação profissional e posterior financiamento de jovens com nível técnico que desejem abrir o próprio negócio. Não apresentou resultados positivos.
Assistência e Previdência Social 1999	Programa Brasil Jovem	Público-alvo: jovens de 14 a 25 em condições de vulnerabilidade social de toda natureza. Prioridade – municípios com alto índice de famílias de baixa renda; alto índice de doenças sexualmente transmissíveis e de Aids entre os jovens; comércio de drogas; gravidez na adolescência, etc. Objetivos: implantação dos Centros da Juventude e capacitação de jovens de 15 a 17 anos, como Agente Jovem de Desenvolvimento Social, mediante concessão de bolsas.
Assistência e Previdência Social (sem informação do ano de implantação)	Centros da Juventude	Atuação da responsabilidade do governo local – direcionados aos jovens e da comunidade. Seriam polos de distribuição de informações sobre programas, projetos e serviços na área de Saúde, Educação, Cultura, Capacitação para o Trabalho, Esporte, Proteção, Justiça e Assistência Social. Estabeleciam conexão entre oferta e demanda desses serviços.
Assistência e Previdência Social (sem informação do ano de implantação)	Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	Público-alvo: jovens carentes já alfabetizados, de famílias com renda <i>per capita</i> de até meio salário-mínimo. Âmbito de atuação: capitais com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Objetivo: com um ideário neoliberal, visava estimular o jovem para o desenvolvimento do seu papel de protagonista social e construir o próprio futuro; inserir e reinserir o jovem no sistema educacional; facilitar a superação para que atue de maneira cooperativa. Metodologia: frequência a curso de capacitação por seis meses, para depois atuar em sua comunidade, mediante bolsa.

Quadro 1 - Programas/Projetos para a Juventude no Brasil até 2003

(conclusão)

Ministérios/ Ano de criação	Programa/ Projeto	Público alvo e objetivo
Planejamento, Orçamento e Gestão 2000	Brasil em Ação/Grupo Juventude/ Avança Brasil	Público-alvo: jovens de 15 a 29 anos. Programa-piloto de coordenação de grupo de programas de atendimento à juventude, abrangendo seis ministérios, 11 programas e suas interações com os governos estaduais.

Fonte: Elaboração própria com base em Sposito e Carrano, 2003.

Não nos foi possível acessar o material para uma análise da extensão e da efetividade desses trabalhos nos Ministérios, para maior detalhamento desses programas e do alcance deles, por exemplo, quantos jovens foram beneficiados, em que estados e locais, dentre outros aspectos. Autores como Sposito e Carrano (2003), que atribuem as dificuldades nessa coleta, à incapacidade de coordenação do Governo Federal à época, para o acompanhamento e para a avaliação desses programas e projetos, mas é incontestável que as iniciativas governamentais, em favor da juventude, são relativamente recentes, haja vista que 60% foram implantadas majoritariamente, no final do século passado, quando a democracia brasileira começava a se fortalecer.

O governo Lula da Silva não rompeu com a política econômica que se instaurou no governo anterior, no entanto propôs uma linha de perfil social com maior intensidade. O contexto de ajuste fiscal, de certa maneira, forçou uma política social focalizada, em que se buscou atender os mais miseráveis entre os pobres e fomentar programas de complementação de renda, mas com total consentimento e incentivo do Banco Mundial. Na formulação de políticas para a juventude, em face da inexistência de referências normativas, o governo Lula da Silva optou por reformular os programas de qualificação, herdados do governo anterior, mantendo a descentralização, a focalização e a “terceirização” da execução dos programas.

Para Novaes (2007), as políticas para a juventude são o resultado de movimento social que aconteceu em 2004 em que ocorreu

[...] uma forte convergência de iniciativas, pesquisas e mobilizações que, partindo da sociedade civil, encontrou no governo federal o ambiente favorável à articulação e formalização de uma política pública voltada para os jovens. (NOVAES, 2007, p. 12).

Ações integradas entre ministérios ocorreram no sentido do fortalecimento de medidas que visavam à maior equidade para a população. Em 2005, o governo cria, Lei n. 11.129, de 30

de junho de 2005, o Conselho Nacional da Juventude. Em 2006, o governo já propõe uma política pública numa concepção mais arrojada, ao considerar a juventude como uma condição social, e os jovens, como sujeitos de direitos, à medida que se reconheciam os direitos da população jovem à educação, à saúde e ao trabalho nas distintas faixas etárias.

Os principais programas propostos de 2006 no governo Lula da Silva integram o Guia de Políticas Públicas para a Juventude e estão apontados no Quadro 2:

Quadro 2 - Principais programas/projetos para a juventude no Brasil, no governo Lula
(continua)

Ministério	Nome do programa/projeto	Público-alvo e Objetivo
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Projeto Agente Jovem	Público-alvo: jovens de 15 a 17 anos. Objetivo – criar condições para a inserção e a reinserção do jovem no sistema de ensino; promover o fortalecimento da relação familiar e comunitária e prepará-lo para atuar como agente de transformação e de desenvolvimento da comunidade. O Programa visa, ainda, contribuir para a redução dos índices de violência, de uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência, bem como desenvolver ações que facilitem a integração e a interação do adolescente no mercado de trabalho.
Ministério do Esporte	Programa Bolsa-Atleta	Público-alvo: jovens a partir de 12 anos. Objetivo – garantir apoio financeiro aos atletas, com alto potencial em competições nacionais e internacionais que não contam com o patrocínio da iniciativa privada. O Programa permite que o atleta treine sem precisar abandonar os estudos ou o esporte para ajudar no sustento da família. O benefício é dividido em quatro categorias: Estudantil, Internacional, Nacional e Olímpica/Paraolímpica.
Ministério da Educação (2003) Parceria com a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República	Programa Brasil Alfabetizado	Público-alvo: jovens com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar. Objetivo – promover a alfabetização dos brasileiros. Esse Programa transformou campanhas temporárias de alfabetização, de alcance limitado, em uma política pública permanente de acesso à Educação. A alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos visando à continuidade de estudos.
Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego Cooperação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Ministérios do Esporte e da Cultura	Programa Escola Aberta	Programa de ampliação de oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura das escolas públicas de 5. ^a a 8. ^a séries do ensino fundamental e do ensino médio, nos fins de semana com a atividades voltadas a toda a comunidade, e os jovens são os principais beneficiários do Programa. Uma parceria entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Quadro 2 - Principais programas/projetos para a juventude no Brasil, no governo Lula da Silva
(continuação)

Ministério	Nome do programa/projeto	Público-alvo Objetivo
Ministério da Educação Parcerias: instituições gestoras (ONG, Oscip, prefeituras, fundações, cooperativas, escolas técnicas) e empresas.	Programa Escola de Fábrica	Público-alvo: jovens de 16 a 24 anos. Objetivo – estimular o ingresso e a permanência dos jovens na educação básica regular e envolver o setor produtivo na formação desses jovens, aliando responsabilidade social à necessidade da indústria de contar com trabalhadores qualificados.
Ministério da Educação	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)	Objetivo: ampliar a capacidade de atendimento em todo o país com repasse de recursos. Subprogramas: Projetos de Investimento das Unidades Federadas e Políticas e Programas Nacionais. O subprograma Projetos de Investimento das Unidades Federadas repassa recursos aos estados e ao Distrito Federal para a implantação da reforma curricular e para a melhoria da qualidade e expansão da oferta de Ensino Médio em suas redes públicas. O subprograma de Políticas e Programas Nacionais assegura à Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, a coordenação nacional da Reforma do Ensino Médio.
Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente	Programa Juventude e Meio Ambiente	Público-alvo: jovens de idade entre 15 e 29 anos integrantes dos grupos em questão. Objetivo: ampliar a formação de lideranças ambientalistas e fortalecer os coletivos jovens de meio ambiente nos estados e na Rede da Juventude, pelo meio ambiente. A formação é realizada em cinco eixos: Educação Ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. Busca incentivar o debate sobre o tema entre os jovens.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Programa Nossa Primeira Terra	Público-alvo: jovens na faixa etária de 18 a 28 anos, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. Trata-se de uma linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, para jovens rurais e destinada à aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica.
Ministério da Cultura 2004	Programa Cultura Viva	Objetivo – estimular o protagonismo juvenil (ação Agente Cultura Viva); e aproximar a cultura brasileira da escola (ação Escola Viva) dentre outros objetivos de como: ampliar o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais e elevar a cultura popular ao mesmo patamar das manifestações tradicionalmente reconhecidas pela sociedade e contribuir para valorizar o conhecimento dos mestres do saber (ação Griô).

Quadro 2 - Principais programas/projetos para a juventude no Brasil, no governo Lula da Silva (continuação)

Ministérios/ Ano de criação	Programa/ Projeto	Objetivo
Ministério da Educação 2005	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Proeja)	Destinado às pessoas a partir dos 18 anos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio e que almejam a formação profissional. O programa além de cursos profissionalizantes de nível básico (qualificação profissional e técnico), oferece, dentre outros, curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> para docentes e gestores; constituição de núcleos de pesquisa com abertura de linhas de pesquisa nos campos de abrangência do PROEJA e produção de material didático. Os cursos são oferecidos pela rede federal de educação profissional, por entidades, empresas ou instituições que firmarem acordos de parceria com o Ministério da Educação e pelo Sistema S.
Ministério do Trabalho e Emprego 2003	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) ²⁶	Público-alvo: jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo. Objetivo – reforçar a qualificação socioprofissional para assegurar a inclusão social e a inserção do jovem no mercado de trabalho. O PNPE atende pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex-presidiários (esses em prioridade no atendimento). Modalidades: Consórcio Social da Juventude, o Empreendedorismo Juvenil e o Jovem Aprendiz, entre outras. O Programa Jovem Aprendiz alcança jovens de 14 a 24 anos. As grandes e médias empresas qualificam profissionalmente jovens, por meio do Sistema S ou por entidades especializadas e, por lei, deverão ter, em seu quadro, no mínimo, 5%, e no máximo, 15% de jovens contratados.
Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Desenvolvimento Social e do Trabalho e Emprego 2003	Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) ²⁷	Público-alvo: jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental. Objetivo: proporcionar aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.

²⁶ O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) foi criado pela Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003. Cabe ressaltar que a criação dessas modalidades de ações, visando principalmente à juventude menos favorecida, gerou resistência por parte de camadas sociais mais conservadoras.

²⁷ O Programa Nacional de Inclusões de Jovens (Projovem) foi instituído pela Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas, propiciando aos jovens brasileiros elevação do grau de escolaridade com conclusão do ensino fundamental da forma de curso prevista na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 81.

Quadro 2 - Principais programas/projetos para a juventude no Brasil, no governo Lula da Silva
(continuação)

Ministérios/ Ano de criação	Programa/ Projeto	Objetivo
Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) 2004-2005	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)	Objetivo: ampliar a distribuição de livros didáticos de Português e Matemática para os alunos do ensino médio. Em 2005, o Programa universalizou a entrega das publicações para alunos de 13,2 mil escolas públicas do ensino médio cadastradas no Censo Escolar de todo o país, à exceção das escolas de Minas Gerais e do Paraná, que desenvolvem programas próprios.
Ministério da Defesa Apoio: MEC, governos estaduais, prefeituras, União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Rondonistas, empresas privadas e estatais 2005	Projeto Rondon (relançamento), numa proposta encaminhada pela UNE	Público-alvo: jovens universitários Objetivo – levar estudantes de instituições de ensino superior a regiões menos favorecidas do Brasil, para o desenvolvimento de trabalhos nas respectivas áreas de estudo, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias; proporcionar aos estudantes um conhecimento da realidade do país e proporcionar oportunidades para que os jovens tenham oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Programa Pronaf Jovem – linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar com prazo de pagamento de 10 anos, com juros de 1% ao ano e prazo de carência de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto.	Público-alvo: jovens de 16 a 25 anos, filhos dos agricultores familiares. Exigência: ter concluído ou estar cursando o último ano do ensino médio em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional. Os recursos podem ser aplicados em projetos específicos de interesse de jovens agricultores e familiares, em atividades que agreguem renda e/ou em novas iniciativas executadas pela família.
Ministério da Educação 2004-2005	Programa Universidade para Todos (ProUni)	Público-alvo: estudantes de baixa renda e professores da rede pública que não tenham formação superior. Objetivo – democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o processo de inclusão social e gerar trabalho e renda aos jovens brasileiros, concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas inscritas no Programa. Estudantes com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (bolsa integral) ou de até três salários-mínimos, (para bolsa parcial de 50% do valor da mensalidade). Aos professores não se exigia comprovação de renda.

Quadro 2 - Principais programas/projetos para a juventude no Brasil, no governo Lula da Silva (conclusão)

Ministérios/ Ano de criação	Programa/ Projeto	Objetivo
Ministérios: Educação/ do Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Agrário Parcerias: estados, municípios, organizações não-governamentais e movimentos sociais com atuação no campo	Programa Saberes da Terra (Programa Nacional)	Público-alvo: jovens e adultos agricultores familiares. Objetivo – fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino. Oferece oportunidades de elevação de escolaridade, de qualificação social e profissional e o desenvolvimento de solidariedade e da cidadania. O calendário escolar é adaptado às condições climáticas e ao ciclo agrícola e o currículo é contextualizado às características do campo.
Ministério do Esporte Parcerias: Governo Federal, estados e municípios – ONGs, clubes sociais, entidades representativas de classe e representações da sociedade	Programa Segundo Tempo	Público-alvo: meninos e meninas, entre sete e 14 anos, matriculados na rede pública de ensino, provenientes de famílias com baixa renda. Objetivos – democratizar o acesso à prática esportiva no turno oposto ao da escola, com complemento alimentar, reforço escolar e ao material esportivo; desenvolver atividades recreativas e culturais, resgatando a cidadania, fortalecendo a boa relação familiar e a participação da comunidade nas questões locais.
Ministério da Defesa Participação: Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funcb), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) , essas duas últimas por intermédio de órgãos certificadores do Sistema S, 2004	Projeto Soldado Cidadão	Público-alvo: jovens com mais de 18 anos. Objetivo – preparar os jovens egressos do serviço militar para o mercado de trabalho (a maioria dos militares com perfil socioeconômico carente). Por meio do Programa, esses jovens passam a ter a oportunidade de aprender várias profissões nas áreas de Telecomunicações, Automobilística, Alimentícia, Construção Civil, Artes Gráficas, Têxtil, Eletricidade, Comércio, Comunicações, Informática, entre outras. O Projeto é ligado ao Programa de Desmobilização do Militar Temporário, incluindo também jovens que estão prestando o Serviço Militar Inicial.
Rede Certific (2009)	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada	Criado pela Portaria Interministerial n. 1.082 de 20 de novembro de 2009, a Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino- aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido por meio de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Programas Certific).

Fonte: Elaboração própria com base no Guia de Políticas Públicas para a Juventude, 2006, e no site do MEC, 2021.

Nos dois mandatos do governo Lula da Silva, todas as políticas surgiram imbricadas com os Planos Plurianuais (PPA) - 2004-2007/ 2008-2011. Na análise desse período, Sposito (2005) afirma que o desafio era pensar políticas que visassem à garantia de cobertura em relação

às diversas situações de vulnerabilidade e de risco social apresentadas para os jovens e, por outro, que buscassem oferecer oportunidades de experimentação e de inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais.

Nesse primeiro PPA, eram consideradas algumas prioridades na agenda pública como: inclusão social, desconcentração de renda, crescimento do emprego e proposta ambiental de sustentabilidade, dinamização do mercado de consumo de massa, redução da vulnerabilidade externa, valorização da identidade e da diversidade cultural, fortalecimento da cidadania e da democracia²⁸.

No período do primeiro PPA, as políticas para a juventude se instituíram, criando as bases para a implementação do Plano Nacional da Juventude, lançado em 2006. Essas políticas tiveram um caráter focalista e foram destinadas, predominantemente, às populações pobres, não alcançando, pois, o *status* de universalidade. Também não houve prioridade no tratamento da juventude em sua plenitude, uma vez que se destacavam programas protecionistas para crianças e adolescentes e, no caso desses, sem demarcação clara entre os conceitos de adolescência e juventude. É interessante notar que, no período do primeiro PPA, identificava-se o jovem como aqueles da faixa etária entre 15 e 24 anos. No segundo mandato (2008-2011), as políticas alcançavam uma faixa da juventude até 29 anos. Nessa etapa, a preocupação do governo com a juventude se evidenciou de forma mais explícita, haja vista que ela figura entre suas 19 metas prioritárias. Algumas alterações foram introduzidas nos programas já propostos para melhor corresponder às aspirações juvenis, incluindo ainda investimentos para a educação do campo e para as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, contemplando jovens em desvantagem social histórica no país, referendando, assim, a Educação como um dos instrumentos efetivos e propulsores de mudanças.

Em breve resumo, sobressaíram as propostas de inclusão digital e de preparação para o mercado de trabalho das novas gerações; a demanda de ampliação e de melhoria da educação básica, superior, profissional e tecnológica, com destaque para a rede federal; a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) com oferta de ensino profissional e tecnológico; os programas de desenvolvimento agrário para a juventude rural; e os programas

²⁸ Considerando o número de programas por ministérios, o Ministério da Educação concentrava o maior número, com oito programas. O Ministério da Saúde apresentava seis programas. Em seguida, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, com cinco programas, cada um. Já o Ministério dos Esportes e o Ministério da Defesa apareciam com quatro programas, cada. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Defesa, com três programas, cada um. O Gabinete da Presidência da República, o Ministério da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça, das Cidades, das Comunicações, do Meio Ambiente, do Planejamento, do Orçamento e Gestão, além das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Proteção da Igualdade Racial, apresentavam um programa cada.

de transferência de renda, com destaque para as famílias com jovens adolescentes. Ainda que o governo Lula da Silva tenha trabalhado na perspectiva de adequação ao modelo econômico liberal vigente, que substitui a garantia do emprego pela promessa de empregabilidade, é possível atribuir a esse período um marco nas políticas voltadas para a juventude, pelo surgimento de espaços institucionais em que se fortalece a disputa pela ampliação de direitos para a população jovem, especialmente aquela em maior situação de vulnerabilidade social.

Não obstante, ainda que se acreditasse no papel da Educação como instrumento de transformação social, as políticas nessa área ainda se mantiveram em grande medida, numa perspectiva da manutenção do *status quo*, uma vez que, em essência, trabalharam no sentido da emancipação, essa compreendida, no entanto, sem que se alterasse a forma de representação da juventude.

O Governo Dilma Rousseff manteve os programas e investiu na formação profissional. Em 2012, a implantação da Lei n.12.711, de 29 de agosto de 2012, Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, um contributo às camadas menos favorecidas da população no sentido do acesso à Educação. Trata-se de uma política pública que garante a reserva de 50% das matrículas para estudantes oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, e os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Esses 50% das vagas são destinadas a estudantes do ensino público e preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição.

Em 2013, a presidenta lançou o Estatuto da Juventude, garantindo direitos para jovens entre 15 e 29 anos²⁹. Na reflexão a respeito dos desafios que se impõem, cada vez mais, à juventude e, por conseguinte, aos programas e ações públicas, considera-se a juventude em sua pluralidade, ou seja, a parcela da juventude prepara-se para a vida adulta apenas por meio da Educação, e as outras juventudes, que buscam condições para conciliar a Educação e o trabalho, cientes de que a entrada e a permanência no mundo do trabalho têm, cada vez mais,

²⁹ Dentre os benefícios concedidos aos jovens, o Estatuto garante a meia-entrada em eventos culturais e esportivos de todo o país para jovens de baixa renda e estudantes, limitada a 40% do total. No entanto o Artigo que previa a meia-passagem em transporte interestadual foi vetado, bem como Artigo 45, que assegura linha de crédito especial, nas áreas urbana e rural, destinada ao jovem empreendedor. As passeatas de protesto nas ruas, contra as políticas do governo de 2013, e os vetos a respeito de benefícios pareciam ter uma tinta punitiva àquela juventude insurgente.

caracterizando-se pela irregularidade, pela intermitência, pela precariedade de salários e pela informalidade.

Ressalta-se, assim, a necessidade de trabalhar em direção a uma rede durável de relações, considerando que os programas e ações para a juventude devem contribuir para o acúmulo de capital social entre jovens, aqui entendido, de acordo com Pierre Bourdieu, como o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou de reconhecimento mútuo – ou, em outras palavras, fazer parte de um grupo (BOURDIEU, 2008). Nesse sentido, o desenho das políticas deve projetar o fortalecimento de uma “rede durável de relações” que ocorrerá, como consta no referido documento da SNJ (2014):

[...] na medida em que se reconheçam redes pré-existent e se busque agregar a elas novos recursos efetivos e/ou potenciais para favorecer a inclusão de jovens. Tais recursos devem contemplar diferentes dimensões da vida social; qualificar os espaços de aprendizagem (formais e informais); ampliar as possibilidades de identificação de oportunidades de inserção produtiva; promover e diversificar espaços de sociabilidade presenciais e virtuais. (SNJ, 2014, p. 43).

A crise econômica e política do governo Dilma, a necessidade de ajustes na proposta de governo e a redução de investimentos, em especial nas políticas sociais, atingem também as políticas para a juventude. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, sob acusação de improbidade administrativa, aprofundou as medidas restritivas, possibilitando o encaminhamento de propostas de reformas e da limitação das políticas em diferentes áreas da administração no governo Temer (2016-2018). A publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento de Empreendedorismo e StartUp para a Juventude (2018) é uma resposta clara à política neoliberal vigente.

O governo ultraliberal do governo Bolsonaro, que teve início em 2019, passa a defender um viés de extrema direita e de influência religiosa numa linha mais conservadora, que tem apresentado um contraponto para a concepção de Educação adotada, até então, pelos governos mais progressistas, considerados “de esquerda”, com tom pejorativo. O que se observa são tentativas de desmonte das políticas inclusivas que, em geral, não se têm efetivado em função de reações políticas e da sociedade.

Em junho de 2020, foi criado o Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve) para estimular a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios e a sociedade civil organizada, na promoção de políticas públicas para a juventude³⁰. O objetivo do Sinajuve é buscar promover

³⁰ O sistema foi desenvolvido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

a participação social e os debates em torno de tais políticas, para os brasileiros com idade entre 15 e 29 anos.

Em relação aos programas implantados, tivemos dificuldade de acesso, obtendo informação apenas do Programa Espaço 4.0, para Jovens de 15 a 29, um projeto de educação e tecnologia, apresentado em 2019, que envolve convênio com os municípios. A proposta é de imersão nas novas tecnologias, em ambiente de inovação e na indústria 4.0, pelo acesso a recursos tecnológicos dessa indústria com capacitação técnica para a ampliação de habilidades e competências e de engajamento no mundo do trabalho.

3.7 A POPULAÇÃO JOVEM NO PAÍS VISTA A PARTIR DO CENSO DE 2010

Pelo Censo de 2010, publicado pelo IBGE em 2012, do total de 190.732.694 habitantes, a população com menos de 30 anos contabilizou 57,7% e, dentro dessa faixa, os grupos que correspondem à população jovem de 18 a 29 anos correspondia a 26%. A distribuição da população residente do país por grupos etários mostrou a tendência de queda da proporção de pessoas abaixo de 30 anos de idade: em 2012, com estimativa de 47,7%, passando para 42,3%, em 2019. E os grupos que compreendiam os indivíduos de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos de idade correspondiam, respectivamente, a 10,8% e a 7,3% da população residente. A redução no crescimento da população jovem sinaliza para o processo de envelhecimento por que a população brasileira vem passando nessas duas últimas décadas.

Entender a situação da juventude e de como está evoluindo a população jovem num país, de certa maneira, é avaliar o potencial econômico desse país. A juventude é um período crucial para a formação educacional e profissional das pessoas e, para muitos, um tempo que define o futuro dessa parcela da população, daí a necessidade de políticas efetivas para a formação de indivíduos dessa faixa etária.

Apesar de esforços empreendidos com políticas e programas, as pesquisas oficiais mostram um país que ainda tem dívidas sociais com a população. Desde 2012, a Pnad Contínua – IBGE, cujo objetivo é produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho e de outras informações necessárias para o estudo e para o desenvolvimento socioeconômico do país, tem possibilitado o acompanhamento e a análise das oportunidades e dificuldades, em especial, mais agravadas nas faixas relativas à juventude.

Estudos do IBGE (2019) mostram ainda que o percentual de jovens ocupados praticamente não se alterou nos últimos anos: em 2014, eram 22,45%; em 2018, 23%. A

porcentagem de jovens que trabalham em atividades informais chega a 70%, mais uma vez evidenciando as dificuldades para o acesso ao trabalho que afligem a juventude. As políticas atuais de Reforma da Previdência e de Reforma Trabalhista são restritivas e caminham no sentido da redução de direitos existentes.

Na questão do trabalho, o processo que se vem acentuando, além do desemprego, é o fenômeno da *uberização*, uma versão modernizada do trabalho por conta própria, sem nenhuma proteção do Estado e, mais uma vez, são os jovens os mais prejudicados e os menos favorecidos.

Essa questão também pode ser analisada com maior detalhamento, sob a ótica da desigualdade, com desfavorecimento em relação aos negros e mulheres, fenômeno registrado em todos os extratos estatísticos.

Pelos dados da Pnad-Contínua, no terceiro trimestre de 2020, entre os jovens brasileiros na faixa de 18 a 24 anos, o índice de desocupação é de 31,4%, mais que o dobro da média nacional, que ficou em 14,6%, o que significa mais de um terço da juventude trabalhadora sem serviço.

Dados do primeiro trimestre de Brasil apontam um ligeiro decréscimo, ficando a taxa de desemprego no Brasil, na média total de 14,7%; entre os jovens de 18 a 24 anos, em 29; e, na média total, em 31%, grupo que representa 12% da população brasileira. Esse é um quadro preocupante e que demanda políticas públicas de geração de emprego e renda específicas. Analisados os microdados, fatores como sexo, idade, cor, região de moradia, escolaridade são agravantes, quando os maiores índices de desocupação penalizam mulheres, negros, os menos escolarizados, dentre outros fatores.

Registra-se maior percentual de jovens com fundamental incompleto ou equivalente (38,4%) entre os jovens pobres; em maior porcentagem, também estão os de cor ou raça preta ou parda (29,1%), enquanto os brancos somam 21,2%. Mulheres pretas e pardas formam o grupo mais desfavorecido (37,6%).

Quando se observa a condição de estudo e a situação de ocupação, os dados da Pnad Contínua (2019) mostram, em porcentagem, que a situação de grande fatia da população jovem brasileira de 18 a 29 anos, em 2019, é adversa, conforme retratado na Tabela 1:

Tabela 1 - Condição de estudo e situação de ocupação da população jovem de 18 a 29 anos, por grupo de idade (%)

Faixa etária	Grupos de Idade em %			
	Não ocupada e estudava ou se qualificava	Ocupada e não estudava, nem se qualificava	Ocupada e estudava e se qualificava	Não ocupada e não estudava ou se qualificava
18 a 24 anos	72,1	31,5	16,7	26,5
25 a 29 anos	5,5	57,3	12,3	24,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad Contínua, IBGE, 2019.

Os dados apontam que, na faixa de 18 a 24 anos, 38,4% estudam ou se qualificam, sendo que, desse percentual, 21,7% não trabalham. Esse percentual se modifica na população de 25 a 29 anos, que mostra 17,8% de jovens que estudam ou se capacitam, sendo apenas 5,5% os que não trabalham.

A faixa da população que apenas trabalha é a mais larga nos dois segmentos: 31,5% dos jovens entre 18 e 25 anos e, na faixa de 25 a 29 anos, são 57,3% dessa população, uma porcentagem significativamente maior. Além desse comparativo, o que merece atenção é a faixa de jovens que não trabalham nem estudam ou se qualificam.

Essa situação é mais agravante quando se comparam as variáveis sexo e cor. Nesses quesitos, o total da população jovem ocupada do sexo masculino é 14,3% maior que a feminina, e, na questão da cor, o total de jovens brancos empregados supera em 7,1% o grupo de negros e pardos. Na faixa daqueles que apenas estudam, as mulheres, ainda que em porcentagem pequena (2% a 3%), superam os homens. A respeito, porém, dos que não estudam nem trabalham, na variável sexo, a situação é mais séria para as mulheres, numa proporção aproximada de 10%; e, na variável cor, os negros e pardos são mais excluídos que os brancos, numa margem próxima de 7%.

Grande parcela dos jovens no Brasil que não está inserida nem no mercado de trabalho formal, nem em processo de formação escolar, mostra uma particularidade: são oriundos de camadas menos favorecidas e, em geral, estão nas periferias das cidades, e essa situação de negação de oportunidade de trabalho e de evasão escolar são a expressão das desigualdades que o país apresenta. É verdade que a desocupação total dos jovens não é um fenômeno apenas brasileiro, como já afirmamos, anteriormente, entretanto, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, torna-se mais alarmante.

É evidente que os jovens convivem com muitas contradições em relação ao trabalho, desde a formação, o acesso e mesmo a permanência no emprego e a escolha da profissão e da redução de perspectivas, o que, muitas vezes, tem acarretado uma condição de desenraizamento ou de descolamento entre o que escolheu ser e o que a sociedade lhe oferece e que o submete.

Nesse quadro, é necessário o registro sobre a complexidade do mundo do trabalho, que desestabilizou as carreiras, em função das formas de trabalho mais desregulamentadas e da redução de trabalhadores estáveis, resultando, de certa forma, num processo de desconsideração da carreira e da formação.

O sistema neoliberal induze-os geralmente a um trabalho mais precarizado, ou ao subemprego, com o discurso ideológico da meritocracia e da criatividade infinda do empreendedorismo.

Se é verdade que os jovens ganharam um protagonismo importante, também é verdade que os jovens são as principais vítimas, principalmente em períodos de crise, nas novas formas de pobreza e da marginalidade, da precariedade do emprego que o novo capitalismo gerou, o que confirma a vulnerabilidade que os alcança. São esses jovens que convivem intensamente com as contradições em relação à formação/trabalho, na dificuldade de estabelecer uma sintonia entre o que escolheram para si e o que a sociedade lhes oferece ou os submete, vendo-se então numa condição de desenraizamento ou de descolamento quase insustentável. Nesse sentido, Mészáros (2006) considera que:

No mundo tal como tem sido – e continua a ser – transformado pelo imenso poder do capital, as instituições sociais constituem um sistema estreitamente articulado. Por isso, não há qualquer esperança de sucessos *parciais* isolados, mas somente sucessos *globais* – por mais paradoxo que isso possa soar [...] Por isso, Marx falou da necessidade vital de mudar, ‘de cima a baixo’ as condições de existência como um todo [...]. (MÉSZÁROS, 2006, p. 217).

Mészáros (2006), em suas análises, destaca o papel da educação na sociedade. Para o autor, o “[...] complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores”, por meio dos quais os “[...] indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 263).

Importante ressaltar que a crise estrutural do capital se pode transformar em elemento propulsor de corrosão da ordem, uma vez que a redução do uso do capital produtivo, das mercadorias e da força de trabalho empurram também, de forma crescente, o sistema contra as ranhuras criadas por ele próprio, expondo-o a um limite absoluto.

Em face de tantas implicações que emergem quando da tentativa de definir a juventude, seria importante ainda incluir os movimentos informais que se desenvolvem nos meios

populares, organizados em ações coletivas, grupos que vêm surgindo na sociedade contemporânea e que vão ganhando força numa perspectiva de ruptura com as formas institucionalizadas, podendo transformar-se numa expressão simbólica desse período de incertezas em que vivemos, quando da leitura dos modos de exposição dos jovens aos conflitos dessa época.

Estamos diante de um cenário que reafirma a dimensão social que o termo *juventudes* incorpora e o quanto denuncia o seu não-lugar na sociedade. E o que falar da juventude de famílias tradicionais da pesca, que convivem com o ambiente do trabalho da pesca desde pequenos e adquirem essa habilidade de buscar o seu sustento desde muito jovens?

4 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, NO NORTE FLUMINENSE: UM ESPAÇO DE DISPUTAS

O estudo a que nos propomos, na tese, exigiu de nós um olhar retrospectivo pela trajetória do lugar onde encontramos os atores sujeitos da pesquisa, e fez-se pertinente que buscássemos entender, com maior clareza, conceitos como espaço geográfico, espaço social e território, numa perspectiva dialética. Nesse estudo, procurar compreender trajetórias de vida de jovens de famílias da pesca artesanal em São João da Barra, município do Norte Fluminense (NF), obrigou-nos a percorrer aquele território, situando a pesca artesanal desde a fundação do povoado até nossos dias, quando São João da Barra passa a ser um município confrontante da Bacia de Campos e, mais especificamente, a chegada do Clipa, um complexo porto-indústria totalmente privado, cuja implantação provocou mudanças estruturais que afetaram diretamente a pesca artesanal.

A pesquisa ocorreu, exatamente, pela tensão que esse cenário de mudanças impôs à região e, em especial, na pesca artesanal, ampliando as dificuldades e os desafios já inerentes à vida dos pescadores. As respostas dessa juventude de famílias tradicionais da pesca, em São João da Barra, trazem consigo a memória de mais de um século. Na verdade, as escolhas desses jovens e suas trajetórias de vida representam mais que seus desejos de futuro; elas simbolizam a continuidade ou a ruptura com uma atividade tradicional, com a história do lugar e de seus ancestrais. É evidente que a sociedade denominada como do conhecimento, em que a ciência e a tecnologia são determinantes, age como um chamado para outros caminhos distintos da pesca artesanal, e as oportunidades em relação à Educação e ao Trabalho entram nesse espectro de motivações para essa juventude tradicional, ainda que saibam das incertezas que o futuro apresenta em escala ascendente. Portanto as disputas de território ganham também essa dimensão de conflito interno quando das decisões desses jovens.

Nesse sentido, entendemos que um recorte no espaço-tempo, para tratar essa temática, favorece um desenho de cenário a partir do qual os objetivos que propusemos se definem. Assim, à medida que estabelecemos a relação entre a realidade dos sujeitos com quem dialogamos e o campo teórico, a expectativa é a de que o leitor possa também compreender a complexidade social do tempo/espaço em que vivem. É sob essa perspectiva que encaminhamos este capítulo, estabelecendo a simbiose, os nexos entre o espaço geográfico, material e o espaço social; o espaço natural e o espaço produto do trabalho humano. E ali, em determinado tempo e lugar, situamos a juventude da pesca artesanal do município de São João da Barra, tecendo seu futuro mediante às oportunidades de vida com que se defrontam na região. O estudo carrega

consigo, pois, nuances do campo material, do campo imaterial e simbólico, mas, necessariamente, faz reconhecer o território como um campo de forças, de pertencimento, de conflitos e de poder.

4.1 ESPAÇO: A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DE RIQUEZA

Embora guarde uma filiação à Geografia, o espaço não é um conceito-chave para todas as correntes desse campo de pensamento, como se observa na Geografia Quantitativa, em que ele é compreendido de forma ideal, sob influência positivista e, pela Geografia Crítica, visto em sua materialidade, com objetivações e subjetivações, sob influência do materialismo histórico.

Para essa incursão numa Geografia Crítica, convergem estudiosos oriundos de um campo mais amplo das Ciências Humanas como Arquitetura, Sociologia, Filosofia, História, dentre outros. Até mesmo a linguagem aqui merece um destaque, uma vez que nos detivemos nos sentidos da palavra em diferentes campos da ciência e até mesmo em sua utilização diacrônica ou sincrônica. Cumpre destacar que, pela natureza da pesquisa e pela amplitude desse campo de estudo, a opção foi pautar as reflexões mais detidamente pela Geografia Crítica, com base filosófica no materialismo histórico, ainda que saibamos não ser possível percorrer toda a riqueza que envolve esse campo de conhecimento.

Lefebvre (2006), sociólogo e filósofo, a fim de elucidar a sociedade contemporânea, numa perspectiva marxista, ampara seus estudos em outros campos do conhecimento, como a sociologia, a história e a geografia. Ao discutir a respeito da produção de conceitos o autor ressalta a particularidade da linguagem humana como instrumento de representação, ou seja, constata que um conceito é a expressão dos discursos dos sujeitos sociais a respeito dos fatos. Nesse sentido, no decorrer do tempo, ele poderia abrigar um sentido que, em outra época, não lhe seria possível.

Lefebvre resgata a reflexão de Santos (2012, apud QUEIROZ, 2014), ao se referir ao esforço que os pesquisadores devem fazer para compreender o processo de mudanças que o presente apresenta. Isso significa que os pesquisadores devem "voltar as costas" para as categorias que o passado oferece, uma vez que os fatos à disposição são independentes, e esses fatos só se tornam históricos mediante a identificação de relações de causa e efeito que os pesquisadores conseguem estabelecer, considerando uma determinada estrutura social, a partir de suas categorias de análise. Aqui nesse ponto específico, ele admite que, para a formulação

desses conceitos, há variáveis que entram nessa formulação e que estão ligadas intrinsecamente a cada período histórico.

Queiroz (2014), no ensaio sobre o pensamento de Milton Santos, destaca que o geógrafo dividiu quatro períodos ao tratar da história do espaço geográfico: o natural, que seria todo aquele período histórico geográfico anterior à Revolução Industrial, no século XVIII; e os períodos técnico, técnico-científico e técnico-científico-informacional, a partir da Primeira Revolução Industrial. A técnica é, portanto, para Santos, esse divisor de águas pois interferiu, decididamente, na natureza do espaço. Ou seja, a classificação do período como técnico só ocorreu quando a técnica passou a ter autonomia, ou seja, quando a qualidade de objetos técnicos passa a existir e não apenas a técnica humana em sua produção, o que corresponderia então à Primeira Revolução Industrial. Nas palavras de Santos (2006, p. 22), “[...] o primeiro enfoque é considerar a própria técnica como um meio. [...] uma das propostas principais de Jacques Ellul, para quem a ordem criada pela técnica inclui o homem em um verdadeiro novo meio natural”. E acrescenta que “[...] só passa a existir um meio técnico, quando o ser humano passa a produzir objetos técnicos, com autonomia de funcionamento, próteses humanas ao meio natural”.

Cada um dos dois períodos seguintes também foi demarcado pelas mudanças que ocorreram em função da Segunda e da Terceira Revolução Industrial. O período técnico-científico, da tecnociência, ocorre no século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, quando a ciência passa a ser agregada aos objetos técnicos³¹.

No Pós-Segunda Guerra, com avanço das telecomunicações, em função da Guerra Fria e, com a criação da internet, na década de 1990, o mundo vivenciou uma Terceira Revolução Industrial. A informação foi agregada aos objetos técnicos, e o ser humano passa, então, ao período técnico-científico-informacional, caracterizado pela globalização, pela modernização do campo e da cidade (SANTOS, 2006). Santos considera que:

O casamento da técnica e da ciência, longamente preparado desde o século XVIII, veio reforçar a relação que desde então se esboçava entre ciência e produção. Em sua versão atual como tecnociência, está situada a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização. (SANTOS, 2006, p. 115).

A cidade é uma categoria que endossa o estudo a respeito de espaço social em destaque, com todas as questões que orbitam ao redor desse conceito. De um sentido original latino

³¹ Foi neste século XIX que a ciência começou a se organizar sob o formato de disciplinas, e que a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia começaram a se firmar como Ciências Sociais, ao lado das Ciências Naturais.

civitas, a cidade³² seria o lugar onde se concentrava o poder, palavra que também deu origem a *cidadão*, aquele que a ela tem direito. No decorrer da história humana, as cidades transformam-se de acordo com os determinantes político-econômico-sociais de cada período histórico. Vasconcelos (2015), como se vê a seguir, trouxe marcos histórico-sociais divididos em seis períodos para situar a abordagem a respeito de conceitos e discussões com os autores com quem dialogamos.

(1) O período pré-acadêmico (1810-1869); (2) O período da institucionalização das ciências sociais (1870-1923); (3) O período entre as guerras mundiais (1914-1944); (4) O período do pós-guerra, dos ‘30 anos gloriosos’ (1945-1972); (5) O período do início da crise atual (1973-1994); (6) O período atual (1995-2015). (VASCONCELOS, 2015, p. 17).

Embora a complexidade e a importância desses estudos sejam inegáveis e mereçam maior aprofundamento, o recorte que trazemos vem no sentido de emoldurar um cenário para melhor compreender a trajetória de nossos atores. Reafirmamos, portanto, que o alcance de nosso olhar é demarcado pelas reflexões demarcadas a partir da Primeira Revolução Industrial e da ascensão do capitalismo como pano de fundo.

Na Ideologia Alemã, encontra-se uma definição do espaço urbano que se reconfigurava sob as premissas do trabalho fabril, na Inglaterra, sob os reflexos da industrialização e sob a formação da classe trabalhadora, que Marx percebia como uma “[...] realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades [...].” (MARX; ENGELS, 1984, p. 64 apud VASCONCELOS, 2015, p. 16).

Essas reflexões em Marx (2008) reforçam a ideia a respeito dos aspectos dicotômicos na compreensão do espaço: o *espaço natureza* e, nesse aspecto, fundamental para a produção humana; e o *espaço social*, pois, ao se apropriar da natureza e transformá-la, “[...] o homem produz os seus meios de existência”. Nessa abordagem, ele reafirma a relação social da produção, pois, nesse processo, “[...] os homens estabelecem relações entre si”, reafirmando o pensamento de Engels quando se referiu à reprodução da própria vida social e circunscrevendo-o à racionalidade da economia, à produção de bens e ao trabalho.

Do segundo momento, o período da institucionalização das Ciências Sociais (1870-1913), selecionamos Maunier, que, em 1910, em sua tese *A origem e a função econômica das cidades*, procurou estabelecer a diferença entre o espaço físico simples e homogêneo e o espaço social diferenciado e heterogêneo, definindo o espaço social como a “[...] projeção da sociedade

³² Do latim *urbs*, originou-se a palavra *urbano*, que também significa cidade.

na parte do espaço físico que ele ocupa” e a cidade como uma “[...] sociedade complexa cuja base geográfica é particularmente restrita relativamente a seu volume [...] (p. 44), dentro da concepção da morfologia social” (MAUNIER, 2004, p. 44 apud VASCONCELOS, 2015, p. 19), uma análise já sob a ótica sociológica.

Também nesse período, Max Weber teria proposto a definição de *Comunidade Urbana* em um de seus textos escrito sobre a cidade, por volta de 1910, no capítulo denominado *Conceito de cidade e categoria de cidades*, para efeito de estabelecer sua caracterização e estrutura.

Do período entre as Guerras Mundiais (1914-1944), destaca-se a obra *A cultura das Cidades*, de Mumford (1945), em que a cidade é compreendida como: “[...] plexo geográfico, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva” (MUMFORD, 1945, p. 433 apud VASCONCELOS, 2015, p. 19), evidenciando assim aspectos geográficos, econômicos, políticos e simbólicos.

No período pós-Guerra, dos “30 anos Gloriosos” (1945-1972), na classificação de Vasconcelos, período que coincide com a ascensão do capitalismo, a complexidade e o “não-percebido” da cidade, em relação ao seu alcance e aos aspectos materiais (visíveis) e não materiais (das relações e das redes), parecem já ser apreendidos pelo urbanista norte-americano Kevin Lynch, ao afirmar, em sua obra *A Imagem da Cidade*, que ela (a cidade) “[...] existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir.” (LYNCH, 1988, p. 11, apud VASCONCELOS, 2015, p. 19).

Lefebvre (2008), na tentativa de estabelecer um princípio de unicidade em sua percepção sobre o espaço, traz a ideia de “espaço inteiro”, o mundo. Dentro dessa ideia do todo, é que ele vai incluir o “espaço urbano” (a paisagem urbana) considerando-o como “[...] uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de reunião, a simultaneidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 49), e das artes, como costumava ser reconhecido em períodos anteriores à industrialização.

O teórico trouxe o conceito de cidade como “[...] a projeção da sociedade sobre o terreno” (LEFEBVRE, 2001, p. 64), no livro *O direito à cidade*, razão do título da obra. Destaca-se que esses estudos são publicados num momento da Europa, em que, principalmente a França, vivenciava uma onda de protestos contra as reformas educacionais, movimento que, aos poucos, ganhou a população francesa, culminando com uma greve geral. Na análise sobre o espaço urbano e sobre o direito à cidade, na verdade, vêm à tona as contradições e os conflitos que a industrialização carrega consigo em seu processo de expansão que, pouco a pouco, transbordou das capitais para outros centros urbanos no mundo.

Essas relações que a industrialização estabelece, intra e entre cidades, fizeram o autor reconhecer um:

[...] duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização; ele destaca que as consequências da urbanização em muito superavam as da industrialização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. (LEFEBVRE, 2008, p. 16).

As cidades passaram a ser produzidas como mercadorias, transformando-se numa realidade complexa, isto é, contraditória. Lefebvre vai tecendo contornos para a construção do conceito de espaço e de sua estreita relação com a produção e reprodução da vida. Ele reconhece o espaço como um ambiente construído a partir das relações instauradas entre produção-produto, obra-produto e natureza-produção, conceitos, pois, que estarão presentes no estudo. Ele reforça que “[...] o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa)” e, portanto, o “[...] espaço social que se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção) em determinado tempo.” (LEFEBVRE, 2006, p. 111-112).

Na teoria lefebvriana, o espaço, produzido e reproduzido por um processo de interações conectadas de forma dialética, ao mesmo tempo, produz e é socialmente produzido, sendo constituído, então, por três dimensões: o espaço concebido, percebido e vivido, o que faz insistir que o caráter social do espaço constitui, fundamentalmente, a indissociabilidade dessa trilogia e tem igual peso para a vida em sociedade pois incide diretamente sobre ela.

A primeira dimensão, segundo a classificação do autor (2006), é a do espaço concebido, que se situa no plano das ideias e das representações, isto é, trata-se de como traduzido por diferentes linguagens e conhecimentos. O “espaço percebido” se estaria pautando na percepção que se tem do fenômeno, em como os sujeitos o percebem; e o “espaço vivido”, esse sim, estaria no plano vivencial, no cotidiano das pessoas, como o espaço é experienciado pelos seres humanos em seu cotidiano, como imaginam que poderia ser. Todas essas reflexões não prescindem da ideia de que a dimensão social engloba a física e mental, uma vez que é nela que as relações e a vida social ocorrem.

Numa concepção marxista-estruturalista, Castells (1977, p. 152) dialoga com Lefebvre sobre a questão da cidade, reconhecendo o espaço como “[...] um produto material, em relação com outros elementos materiais [...]” e que lhe dão “[...] uma forma, uma função, uma significação social”. Ele também definiu estrutura urbana como um “[...] conceito que

especifica a articulação das instâncias fundamentais da estrutura social no interior das unidades urbanas consideradas.” (CASTELLS, 1977, p. 477).

Segundo Vasconcelos (2015), a proposta de substituir a noção de cidade pela de espaço urbano veio de Jean Bastié e Bernard Dezert, em 1980, o que eles definem como “[...] um espaço geométrico, mas como um espaço físico, um espaço-tempo, um espaço econômico, um espaço social e um espaço percebido e vivido”, reafirmando, assim, as dimensões apontadas por Lefebvre (BASTÉ; DEZERT, 1980, p. 39 apud VASCONCELOS, 2015, p. 17).

Vasconcelos (2014, p. 17) considerou que, no “[...] período do Início da Crise Atual (1973-1994), a discussão sobre a cidade cada vez mais complexifica, sob diversas correntes de pensamento”. Harvey é um dos autores mais expressivos e, em seus escritos, ele traduziu o espaço com um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação.” (HARVEY, 1980, p. 34). Nota-se, em sua obra, um esforço para conciliar a visão do geógrafo, numa perspectiva crítica, e a do sociólogo sobre o espaço urbano. Numa abordagem na perspectiva socialista, reconhece esse espaço urbano como “[...] o lugar das contradições acumuladas” (HARVEY, 1980, p. 174), aqui, portanto, sujeito a modificações constantes, provocadas pelo avanço científico e tecnológico e das formas de produção capitalista.

Numa abordagem mais sociológica, Lefebvre (2006) levanta elementos que retratam suas inquietações: o espaço como ambiente produzido e a natureza na relação produção-produto, tomada de assalto num mundo que vive o avanço científico e tecnológico, imantado por um capitalismo globalizado que se reinventa de forma acelerada para produz riqueza e lucro, mas sem abdicar de sua dura face de contradições, desigualdades e exclusão. Ao chamar a atenção para a corrida do capitalismo, principalmente a partir do século XX e, ao ressaltar as implicações diretas e destrutivas da matéria-prima da produção do espaço, já sinalizando nesse ponto para as questões ambientais, o autor afirma:

É preciso, inicialmente, reconsiderar o próprio mundo ‘moderno’, com seu duplo aspecto que o disfarça: capitalismo, modernidade. A matéria-prima da produção do espaço, não é, como para os objetos particulares, um material particular; é a própria natureza, transformada em produto, brutalizada [destruída], hoje ameaçada, talvez arruinada, com certeza localizada, cheia de paradoxo. (LEFEBVRE, 2006, p. 178).

Enquanto Lefebvre trata três dimensões: o “concebido”, o “percebido” e o “vivido” e de que maneira essas dimensões se processam, Harvey (2015) também procura estabelecer dimensões pelas quais esse espaço possa ser “compreendido”, reconhecendo que há diversas possibilidades de análise que podem se aproximar nesse esforço de análise. Para o autor, o

espaço pode ser compreendido a partir de três abordagens: o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional. O autor reforça, porém, que a compreensão das dimensões desses espaços demanda uma visão integrada, associada e dialética, tendo em vista que uma não se sobrepõe à outra, nem dela se distancia.

Harvey considera que o espaço absoluto seria aquela “[...] grade preexistente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo” (HARVEY, 2015, p. 128); é aquele espaço percebido dentro de sua materialidade, do que está “aqui” no mundo e/ou da realidade, sob o ponto de vista newtoniano ou euclidiano. O espaço relativo seria aquele apresentado a partir da sua sujeição ao espaço-tempo, não sendo possível, pois, compreender o espaço de forma dissociada de uma característica temporal. Dito isso, a relação de indissolubilidade também pode retratar na forma como se submetem à velocidade do movimento de transformação. É exatamente nesse aspecto da relação entre espaço-tempo, que o espaço ganha a dimensão do relacional, uma vez que ele se traduz na materialidade de objetos em sua temporalidade. Essa discussão, de fato, aproxima, em vários aspectos, as considerações de outros estudiosos, sejam geógrafos, sociólogos, filósofos ou profissionais de outras áreas.

Observa-se, nos autores, principalmente a partir 1970 e das mudanças que ocorreram, a necessidade de compreender as formas de vida, principalmente nas cidades, ou seja, a natureza do espaço e como essas modificações definem o território. não obstante, tratando-se das formas de vida no lugar, estaremos nos pautando principalmente pelos traçados metodológicos de Milton Santos, que propõe o espaço geográfico como uma categoria de análise e uma totalidade, o espaço da vida humana que está em constante movimento é algo abstrato, como uma instância social e como instância se impõe a tudo e todos.

Harvey (1980), também geógrafo e apoiado na matriz filosófica do materialismo histórico, converge para essa análise à medida que afirma ser o espaço um conjunto de processos sociais e formas espaciais.

As formulações teóricas de Santos trazem uma colaboração extraordinária para os estudos da Geografia ao considerar o espaço como o verdadeiro objeto de estudo da disciplina, elevando-o a uma categoria de análise. Neste sentido, o espaço passa a ser considerado como o próprio objeto da Geografia, e como tal, como uma totalidade.³³

³³ A Geografia, ao ocupar-se do que ocorre no presente, na vida das pessoas em sociedade, seria elevada à categoria científica e colocada no mesmo patamar de em que se posicionam tantas outras disciplinas como a economia, a cultura e a política. Ao reconhecer o espaço como objeto e como uma totalidade, a Geografia também deixa de ser pensada fragmentalmente ou de forma especificada, como é vem sendo tratada habitualmente.

O autor ressalta que o espaço geográfico e o espaço social não são sinônimos embora não possam estar dissociados. O espaço geográfico, para ele, é a totalidade e nele se insere o espaço social e, portanto, precisa ser analisado por meio dos conceitos socioespaciais que o constituem: paisagem, rede, território e lugar. O espaço geográfico seria a junção do espaço material, o espaço físico, com o espaço social, imaterial; o espaço natural e o espaço do trabalho humano.

O espaço, por estar em constante movimento, é fundado na herança do passado, ele reflete, porém, o dinamismo do mundo vivido no presente; é, portanto, um presente-presente e deve ser entendido em sua totalidade e em constante movimento. Assim sendo, esse espaço geográfico, diz Santos (2006), é um

conjunto indissociável de objetos em sistemas e de ações em sistemas; um sistema de objetos e um sistema de ações. [...] Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço - o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos porque também inclui a materialidade união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. (SANTOS, 2006, p. 199).

O sistema de objetos construído pelos homens tem uma intencionalidade, algum comando sobre a vida. Neste sentido, essa construção dos objetos é resultado de um conjunto de ações mais ou menos voluntárias e racionais e, ainda sua natureza seja abstrata, eles se tornam concretos em sua utilização. A paisagem seria, então, esse sistema de objetos, enquanto o espaço, aquele “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.”

Considerando o momento por que passa o mundo globalizado, o autor observa que “O espaço social é o espaço das redes e das interações espaciais, dos territórios e das territorialidades, dos lugares e das representações sociais.” (SANTOS, 2012, p. 155).

O espaço, para o autor não seria uma categoria técnica, pois além de seu sistema de objetos, envolve seu sistema de ações e, mesmo que comporte um conteúdo técnico, para tal, isso emana do homem e o homem não pode ser tecnologizado. Santos (2014, p. 23) reforça as mudanças que o mundo sofreu sob os efeitos do avanço científico e tecnológico e a apropriação dessas novas tecnologias pelo capitalismo, em seu processo de globalização ao afirmar que “[...] o mundo como espaço se torna o espaço global do capital”. Afirmo o autor (2006) ainda que:

Os objetos já não trabalham sem o comando da informação, mas, além disso, passam a ser, sobretudo, informação. Uma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação para os objetos, informação nos objetos. Todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico, ao serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente. Isso redefine inteiramente o sistema

espacial. Objetos criados deliberadamente e com intenção mercantil são movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial. Outros objetos têm, como motor, sistema de ações menos informadas e demandas menos exigentes de mais-valia. Assim se estabelecem na mesma área fluxos mais numerosos e diversos, tornando o espaço mais denso e mais complexo. (SANTOS, 2006, p. 143)

Para Santos, a ciência, a pesquisa, a tecnologia e *mass media* marcam esse período tecnológico, e sua apropriação pelas empresas internacionais tem servido ao processo de acumulação e de concentração de riqueza, sustentando a relação vertical entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as distâncias e desigualdades entre centro e periferia; entre Norte e Sul. Isso reforça a ideia de que a mudança do paradigma científico na produção incidu em definitivo sobre a cidade e sobre a vida.

Lefevre (1997 apud CRUZ, 2003) também alimenta essa discussão ao afirmar:

Não pode haver dúvidas de que a problemática do espaço resulta de um crescimento das forças produtivas. (falar de ‘crescimento’ *tout court* deve ser evitado, pois essa abstração está sendo definitivamente usada de uma maneira ideológica). As forças produtivas e a tecnologia permitem, atualmente, a intervenção em todos os níveis do espaço (escalas): local, regional, nacional, mundial. O espaço como um todo é, dessa forma, modificado, mas sem nenhuma abolição, concomitante, dos seus pilares – aqueles ‘pontos’ iniciais, aqueles primeiros *foci*, ou nexos, aqueles ‘lugares’ (localidades, regiões, países) situados em níveis diferentes de um espaço social no qual o espaço da natureza foi substituído pelo espaço – enquanto – produto [...]. (LEFEBVRE, 1997 apud CRUZ, p. 30).

Corrêa (2004, p. 11), na obra *O espaço urbano*, reforça essa ideia de que o espaço urbano é “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade social também não desaparece”. Corrêa (2004,) referindo-se aos agentes que “[...] fazem e refazem a cidade”, especifica que esses agentes são: “Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) Os proprietários fundiários; (c) Os promotores imobiliários; (d) O Estado; e (e) Os grupos sociais excluídos.” (CORRÊA, 2004, p.12).

A abordagem de Corrêa, numa certa medida, converge para Harvey, que já reconhece o espaço urbano como “[...] o lugar das contradições acumuladas”, numa ênfase talvez aos distintos interesses e contradições que encerra.

Na coerência com o que conceitua como “espaço”, Santos (1994, p. 69) aponta uma distinção entre urbano e cidade. Para o autor, o urbano seria o que frequentemente se aponta como o geral, o abstrato e o externo; e a “cidade” seria o particular, o concreto e o interno. A cidade seria, para o autor (1994), ao mesmo tempo, uma região e um lugar.

4.2 A CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Para compreender o movimento que ocorre no município de São João da Barra, optamos por pontuar determinantes geográficos, econômicos e político-sociais que influenciaram sua economia e a vida das pessoas, com destaque para as verticalidades que interferem no território, admitindo, assim, que essa leitura esteja associada à relação espaço-tempo.

Nessa linha de raciocínio, ao converter o olhar para a trajetória de vida de jovens de famílias da pesca artesanal, o fazemos considerando que essa trajetória e as escolhas não se dão ao acaso, mas vêm revestidas de condicionantes relacionados ao recorte territorial em que a teia de relações sociais são tecidas e, nesse sentido, percorremos desde a organização familiar tradicional da pesca artesanal e a cultura local até às complexas relações socioeconômicas escalares de município, que transitam do local ao global.

4.2.1 O município de São João da Barra em meio às relações escalares

Considerando a complexidade das relações que se estabelecem entre os grupos tradicionais que constroem sua trajetória de vida num determinado espaço de vida, no caso deste estudo o município de São João da Barra/RJ, e outros sujeitos, instituições ou empreendimentos como é o caso da presença da CLIPA neste município, não há como não nos determos na discussão sobre as relações escalares e sobre o território como espaço de existência.

Considerando que o foco do estudo é a possível interferência dos GIs nas escolhas dos jovens das famílias da pesca artesanal destacamos, neste circuito, como são relevantes os GIs, como a indústria de E&P de petróleo e gás na região NF e o Clipa, no município de São João da Barra e suas implicações comerciais globais, cujos interesses centrais não estão no espaço vivido. São geradores de riquezas e ao mesmo tempo de conflitos e, cada vez mais, tornam a realidade complexa.

Santos (1998, p. 18), ao referir-se a situações dessa natureza, reconhece que “[...] há um conflito que se agrava entre o espaço local, o espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e de origem distante que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los”.

Também as formulações de Milton Santos (1998) sobre o espaço como uma categoria de análise o levaram a avançar no conceito de “território”, como um desdobramento em suas

reflexões. O autor reafirma sua preocupação como a questão do conceito e faz suas ponderações:

Vivemos uma noção de território herdada da Modernidade incompleta do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso, mesmo carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro. (SANTOS, 1998, p.15)

Essa afirmativa é reiterada por Souza (2019a):

E ‘uso’ é resultado de práticas sociais, que no capitalismo têm sido entendidas como relações entre classes sociais, clara e nitidamente expressas pelas paisagens. Esse uso do território – e é bom lembrar que, exatamente por isso, o território para a Geografia só existe quando usado, praticado, historicizado, pois produto – esse uso – de relações sociais que determinam as paisagens urbanas e agrícolas, e não mais rurais e urbanas, ou cidade e campo [...]O espaço não se produz, o que se produz é o uso do território historicamente determinado, materializado visivelmente pelas paisagens. Campo e cidade, rural e urbano estão emprenhados no mesmo movimento da essência deste período histórico agonizante, dominado pela ciência pela técnica e pela informação. (SOUZA, 2019a, p. 16).

Esses usos, por sua vez, constituídos pelas dinâmicas dos lugares que revelam interesses específicos. Esse território, normatizado pelo Estado, é hoje disputado numa relação muitas vezes conflituosa entre empresas, que o tomam como recurso, pois o papel delas é fazer o sistema girar, e as pessoas comuns que vivem e constroem suas relações no lugar. O território ocupado pelas empresas é denso tecnologicamente, enquanto o território ocupado pelas pessoas comuns é menos desprovido de tecnologia, e por onde transitam por essa rede tecnológica comprometida. Aí está a base geradora das desigualdades sociais. Para Souza (2019b, p. 18), “o uso do território de cada país nação é revelador de suas culturas (ai aparece a cultura, nas formas, processos, conteúdos e estruturas) que balizam as relações sociais”.

Considerando essa realidade, Santos (1998, p. 16) em sua abordagem a respeito do funcionamento do território, trouxe os conceitos de “horizontalidades e verticalidades”. Como horizontalidades, ele entende a “[...] contiguidade de lugares vizinhos” e as verticalidades seriam “[...] formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”. Santos ainda aporta o conceito de espaço banal, herdada de Perroux (1963), no esforço de análise, como um recurso para contrapor à noção de rede, difundida atualmente e que justifica as verticalidades, mas, para o autor, o espaço banal é aquele que existe “[...] além

das redes, antes, das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes” (SANTOS, 1998, p. 16), enfim, o espaço de todos, o espaço abrigo.

Dessa forma, ousamos olhar o território em questão, ocupado por GIs, por empresas, que tomam o território como recurso para gerar riquezas, e que precisa estar servido de uma densa rede de conexões tecnológicas e, por nesse mesmo território, pessoas comuns, e aqui ressaltamos a população pesqueira e de agricultores que tradicionalmente construíram ali suas vidas e se apropriam desse território como valor de uso.

Vale observar, contudo, que o debate sobre o território não é recente, mas foi reacendido, principalmente, a partir da década de 1970, num esforço de explicar as alterações advindas do avanço do capitalismo em seu processo globalizador.

Tem-se registro de que o conceito de território foi formulado pelo geógrafo Friederich Ratzel, no final do século XIX, que o traduziu como expressão legal e moral do Estado. Estado seria o único detentor do poder e seus limites estão nas fronteiras. Ratzel revelava uma visão da Geografia de Estado, alimentada pelo determinismo, pelo romantismo e pelo imperialismo no século XIX³⁴. Tratava-se, pois, de uma política unidimensional que presumia a não existência de outras relações de poder, além da expressão legal e moral do Estado e, portanto, não admitindo a possibilidade de conflitos.

Em seus estudos, Fernandes (2009), ao analisar essa formulação determinista de Ratzel, observa que

forja uma consciência nacional e estabelece para o estudo da geografia a necessidade de um ‘espaço vital’, espaço necessário para o desenvolvimento e o progresso de uma nação tendo em mente que as formas de sobrevivência são limitadas e daí a busca por anexação de novos territórios. (FERNANDES, 2009, p. 60).

Raffestin (1993, p. 16), representante da escola francesa, também confronta essa política unilateral da geografia política clássica e declara: “Dizer que o Estado é a única fonte do poder é, como dissemos, uma confusão, mas também um discurso metonímico. Ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir com ele.” Em decorrência desse pensamento, o autor afirma:

Uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes. Para nós, a expressão geografia do poder é bem mais adequada [...]. Se dissemos, seguindo Lefebvre, que só existe o poder político, isto significa, levando-se em consideração o que precedeu, que o fato político não está inteiramente refugiado no Estado. Com efeito, se o fato político atinge a sua forma mais acabada do Estado, isto não implica que não caracterize outras comunidades: ‘Estudando de forma comparativa o poder em todas as coletividades, pode-se descobrir as diferenças entre o poder no Estado e o poder nas outras comunidades’! Para uma discussão do fato político, remetemos a

³⁴ Até a primeira metade do século XX, essa compreensão do território ainda era predominante.

Balandier. Admitimos que há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que a ameaça (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

Não é dispensável reforçar a importância desse movimento da academia no sentido de buscar novas concepções sobre território e territorialidade, principalmente nas últimas décadas, para registrar e compreender, com lentes mais potentes, essas “transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização socioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias” que alteraram a vida das pessoas na contemporaneidade. (PLEIN *et al.*, 2009, apud FERNANDES, 2009, p. 61). E nesse universo de análises, a geografia tem um valioso papel.

Raffestin (1993), em sua formulação, traz colaborações sobre o território, que clareiam nosso estudo

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Por essa afirmativa, Raffestin (1993) poderia estar admitindo que o território pode abrigar contradições internas bem como a possibilidade de ocorrerem desigualdades, disputas e sobreposições de territórios, considerada, neste caso, a leitura de territórios em rede. Raffestin traz para o campo de estudos uma proposição distinta daquela de Ratzel no que diz respeito ao poder. Partindo da premissa de que o poder “só sobrevive plenamente nas relações”, Raffestin (1993, p. 267) propõe que seja este o próprio o objeto da geografia humana,

o objeto da geografia humana não é para nós, o espaço, mas a prática e o conhecimento que os homens têm dessa realidade que chamamos de espaço. Parecerá audacioso, até presunçoso nesses tempos de incertezas epistemológicas, determinar um ‘objeto’ para a geografia humana. Talvez, mas não nos enganemos: mesmo aqueles que ostentam dúvidas não deixam de se referir a um objeto que nada mais é que um “demiurgo escondido” que lhes permite ‘pensar’. (RAFFESTIN, 1993, p. 267).

Portanto, ao olhar para o município em questão e a vida dos munícipes, vamos analisá-lo sob a força de diferentes agentes, e onde “[...] ocorre a dialética entre o externo e o interno,

o novo e o velho, o Estado e o mercado” (SANTOS, 1998, p. 17) e, portanto, onde estão presentes as relações de poder.

4.2.2 Uma reflexão sobre a dimensão do território pesqueiro

Território e pesca artesanal incluem as dimensões amplas que se configuram por áreas que abarcam os pesqueiros, mas, não menos importante os espaços de vida, da cotidianidade, da existência. (ARRUDA, 2019). Como aponta Coraggio (2007), a análise da economia popular considera a unidade familiar - e domiciliar – subordinando-as às necessidades de reprodução da vida. Tal aspecto é essencial para uma reflexão sobre o que se configura como território pesqueiro, uma vez que nela estão incluídos estes espaços domiciliares, as relações comunitárias que se configuram a partir desse lócus.

Nesse território pesqueiro, nos quintais das casas, entre os familiares e parceiros, a atividade da pesca comanda a reprodução da vida. O trabalho demanda uma convergência de saberes e de desempenhos que se revertem ou não em remuneração esse processo é entendido envolvendo toda a cadeia da pesca: desde a organização dos petrechos necessários para a pesca, a tessitura e o conserto dos nós das redes, a feitura dos barcos, a aprendizagem da arte da pesca, a relevante participação de tantas mulheres da pesca na administração das casas e na parceria com seus familiares na pesca (ainda que muitas vezes esse trabalho não reverta em dinheiro), o trabalho da pesca em alto mar e nas águas doces até a divisão do pescado para o sustento das famílias e a quantidade destinada à comercialização. Portanto, a economia familiar pode ser tomada como estrutural, o próprio celeiro para a atividade da pesca, para o território pesqueiro, uma vez que toda essa unidade familiar e domiciliar é convocada para suprir as necessidades de reprodução da vida.

Entender o território pesqueiro como espaço de vida, de existência também significa admitir o poder simbólico-cultural que a atividade confere à comunidade pesqueira; um território tomado em seu valor de uso, da própria natureza-fonte da subsistência e que se imprime uma identidade aos que vivem da pesca, uma dimensão que ultrapassa sua dimensão política, é cultural. Essa consideração no leva ao entendimento de Sack (1986):

Assim como a cultura, a tradição e história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como ela valorizam a terra. [...] A territorialidade, como um componente do poder não é apenas um meio para criar e manter a ordem. mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto

geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

Arruda (2019) ao tratar do território pesqueiro, faz referência às constantes ameaças que circundam a forma de existência dessas comunidades pesqueiras (e outras comunidades tradicionais como quilombolas, os ribeirinhos, etc) que ela identifica como um processo de desterritorialização.

É apropriado agregar a essa discussão, o debate que Haesbaert (2003) tem trazido a respeito da (des)territorialização, ligada à crescente exclusão socioespacial que vemos atualmente e que se mostra como derivação do sistema capitalista globalizado. Observa o autor:

Um dos problemas dos discursos sobre a desterritorialização, amplamente difundidos nas Ciências Sociais na última década, é que com frequência eles não fazem referência ao conceito de território ao qual se referem. No lugar de desterritorialização. Na verdade, o que temos hoje é um novo tipo de apropriação e dominação do espaço através de territórios-rede onde podemos ter acesso a uma multiplicidade de territórios, configurando outro(s). a desterritorialização. A desterritorialização deve ser enfatizada em seu sentido social. Ligada à crescente dinâmica de exclusão socioespacial a que denominamos aglomerados humanos de exclusão. (HAESBAERT, 2003, p.12)

Tratando de questões relacionada ao território, Raesbaert (2004, p.20) reforça que “em qualquer acepção, (território) tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” O autor traz Lefebvre em suas reflexões, que traça uma distinção entre esses aspectos de “dominação e de apropriação”, traduzindo a ideia de dominação como a expressão do funcional, do concreto e vinculada ao valor de troca, enquanto a “apropriação”, mais simbólica, está revestida do valor de uso, do “vivido”. A nosso olhar, essa discussão é bastante elucidativa para compreender o que os pescadores artesanais estariam vivenciando na região, ao que muitos estudiosos consideram de desterritorialização, posição já apontada por Arruda (2019).

Haesbaert (2004) reforça que

todo território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (‘lar’, para nosso repouso), seja como fonte de ‘recursos naturais’ – ‘matérias-primas’ que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2004, p. 23).

Santos (2006), ao se referir ao papel das instâncias de poder instituído nessas relações entre as empresas e o Estado:

Mais do que a formação socioeconômica é a formação socioespacial que exerce esse papel de mediação: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais. A utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles. Formas e normas, pois, trabalham como um conjunto indissociável. (SANTOS, 2006, p. 229).

Munidos dessas reflexões, pisamos numa região, a NF, em cuja dinâmica da reprodução, em escala local e regional, reverberam o supralocal e o global. Para Brandão (2014), é possível verificar nexos entre Território, Escalas Espaciais e Desenvolvimento. Para o teórico:

As relações capitalistas organizam a valorização à escala mundial e nacional e, simultaneamente, se estabelecem e posicionam em um dado lugar. A natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria e das relações mercantis), múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias) e situado, *in the place*. [...] No plano escalar regional/supralocal/subnacional a questão da formação de ‘enclaves’ ou de sistemas territorializados de produção, mais ou menos dinâmicos e ‘endógenos’, com diversos graus de autonomia de decisões de seus circuitos de ramos econômicos, dão a pauta da acumulação e das coalizões do bloco regional de poder estruturado nesse recorte espacial/escalar. (BRANDÃO, 2014, p. 33).

A base operacional da indústria de E&P do petróleo e gás na cidade de Macaé e no Porto do Açu, município de São João da Barra fazem esse papel no NF. São GIs que demandam investimentos públicos e privados de grande porte, em termos do capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos ao segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural, como analisam Cruz (2012) e Piquet (2007), dentre outros.

A disputa a que damos luz, portanto, em relação ao uso desse território é a que ocorre principalmente com os pescadores artesanais de São João da Barra (grande parte deles, também agricultores), que vivencia um processo em desterritorialização, mediante à presença de empresas de grande porte, GIs. (mais especificamente, o Clipa em São João da Barra), em sua forma de utilização funcional, com a finalidade de produção e circulação de riquezas, e o processo de dominação que impõem ao município.

Em sua preocupação, como geógrafa, na luta por direitos em favor dos sujeitos e das comunidades tradicionais, Silva (2020, p. 176) reflete a respeito das “ressignificações dos conceitos de território de poder e das ações dos sujeitos, analisando a multidimensionalidade e

a multiplicidade dos sujeitos e dos territórios nos conflitos sociais e na atualização das formas de dominação.” Nessa reflexão, revisita Haesbaert (2004; 2014) que esclarece:

Para falar em multiterritorialidade precisamos em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror-terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘*territorium*’ são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2004, p. 20)

Em seus estudos a respeito dos desafios que a pesca artesanal enfrenta no Rio de Janeiro, Silva (2011), face à dominação do território por grandes corporações, a indústria de E&P de petróleo e gás, em suas áreas de embarque e desembarque e de influência as empresas que se instalaram na localidade, reduziram os territórios de pesca, denuncia:

Na compreensão dos atuais processos de modernização que se realizam pela lógica econômica, mas também pelas ações e normatizações do Estado, essa modernização excludente – pois ao criar inovações sociais e espaciais – excluem pessoas e instituições, desvalorizam e liquidam outras formas de trabalho. A atividade da pesca artesanal apesar de ser responsável pela contribuição alimentar e ser importante posto de trabalho, vive nos limites contraditórios e paradoxais do Capitalismo. A modernização e a ocupação espacial dos grandes agentes econômicos nacionais e internacionais são pela sua própria natureza e segundo o modelo de racionalidade tecnológica opostos e destruidores dessa economia extrativa e tradicional (SILVA, 2011, p. 11).

Seria apenas transpor essa realidade para àquela que a comunidade pesqueira de São João da Barra vivencia, não somente pela indústria de petróleo e gás mas pelas atividades portuárias que limitam o território pesqueiro não apenas territorialmente, mas interferem na pesca e na vida marítima, muito pela poluição das águas que provocam.

Trazar essa fundamentação teórica se faz recurso indispensável para pavimentar nossa análise de modo a compreender as questões de centro, ou seja, as trajetórias de vida dos jovens de famílias da pesca artesanal do município de São João da Barra, suas escolhas e caminhos.

Nesse sentido, a preocupação em buscar fios que entrelaçassem os GIs e seus condicionantes econômicos e político-sociais que se impuseram a essa larga região do estado do Rio de Janeiro e seus reflexos no território, nas relações de Poder e de poderes, mas também, alimentar a expectativa de que a compreensão desses processos de territorialização, desterritorialização, ali existentes, possam fomentar movimentos políticos de intervenção, de resistência e insurgências.

Ainda que não nos seja possível discutir em profundidade essa temática como ela requer, cabe o comprometimento do pesquisador em reconhecer a incompletude do trabalho científico,

e sua natureza provocativa que sempre nos impulsiona para um *dever*, para o que a pesquisa é sempre capaz de oferecer.

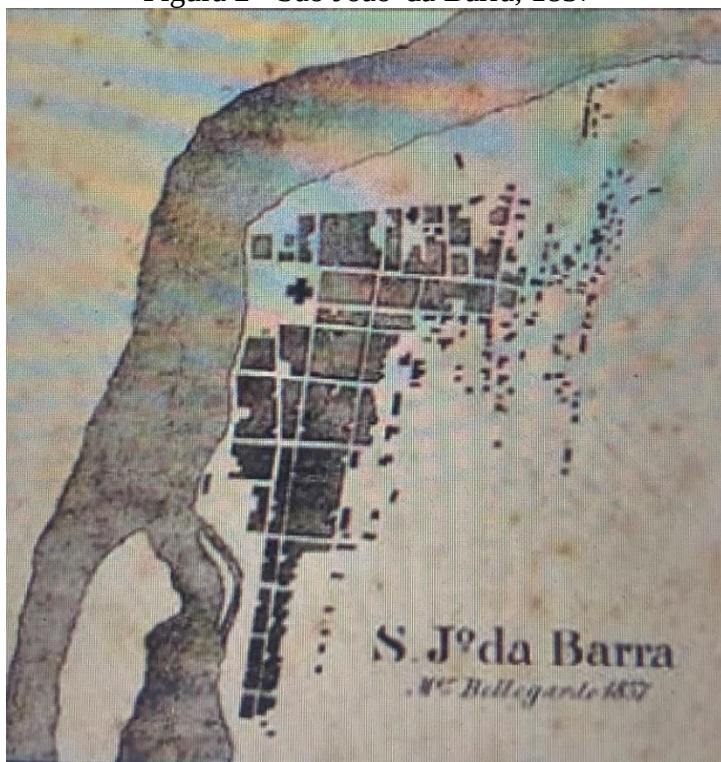
4.2.3 A pesca artesanal como marco histórico no processo de formação da cidade

A pesca artesanal tem uma relação com o município de São João da Barra desde a sua fundação, quando pescadores, oriundos de Cabo Frio, fundaram uma pequena aldeia na região de Atafona, na foz do rio Paraíba do Sul, em 1622, século XVII, para servir de base e apoio para seu trabalho. Ali estava, portanto, desde os tempos primeiros da colonização, o embrião de uma comunidade pesqueira embricada com a história do lugar.

Dados históricos do município que constam do IBGE apontam que o povoado foi elevado à categoria de Vila em 1676 e, a esse tempo, a economia girava, principalmente, em torno da pesca, da criação de gado e iniciava-se a cultura da cana de açúcar. Localizada na foz do rio Paraíba do Sul, a Vila de São João da Praia já no século XVIII, abrigava um porto para o escoamento da produção açucareira para Salvador, Bahia, a capital do país à época, e mercadorias para outras cidades (CEPERJ, 2017).

A denominação de Vila de São João da Barra foi-lhe conferida pelo Decreto de 15 de janeiro de 1833, e instalada em 15 de abril de 1833, título que permaneceu até quando a Vila foi elevada à condição de cidade. Com a vinda da Família Real para o Brasil, a Vila de São João da Barra passou a suprir as necessidades da Corte, no Rio de Janeiro, no início do século XIX e, em 17 de junho de 1850, em face do desenvolvimento e de suas relações de comércio, foi elevada à categoria de Cidade pelo imperador Dom Pedro II, passando a ser reconhecida como São João da Barra. Na Figura 2, temos, em foto, a planta da cidade de São da Barra.

Figura 2 - São João da Barra, 1837



Fonte: Biblioteca Nacional, 2019.

No início do século XX, em decorrência do assoreamento da foz do rio Paraíba do Sul e da crise na Companhia de Navegação, que terminou sendo vendida, tendo em vista que já competia em desvantagem com os navios estrangeiros que passaram a circular o Governo brasileiro oficializar a abertura da navegação ao mundo, a economia de São João da Barra sofreu um declínio crucial, praticamente, voltando à condição inicial de economia primária, dependente da agricultura e da pesca. Esse quadro foi atenuado pelo surgimento, em 1918, da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho.³⁵

Nas Figura 3, 4 e 5 temos lembranças de São João da Barra de tempos de outrora, quando o porto ainda era bastante ativo. A Figura 3 mostra um tipo de barco de transporte de mercadorias entre São João da Barra e Campos; na Figura 4, temos os estaleiros e as Figuras 5 e 6 se referem à cidade e sua movimentação pelo rio Paraíba do Sul naquelas primeiras décadas do século passado.

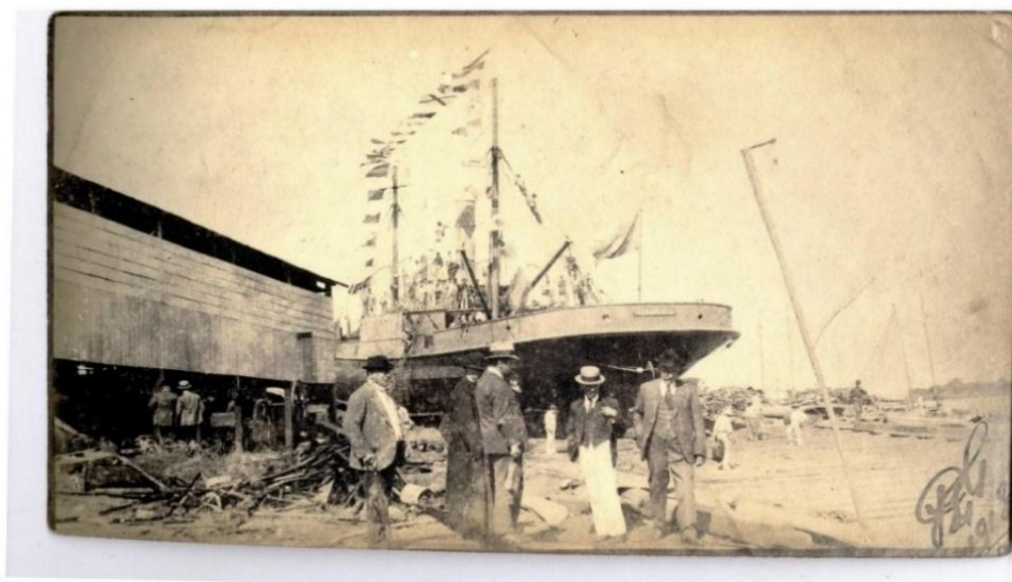
³⁵ Disponível em: <http://www.sjb.rj.gov.br/historico>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Figura 3 - Chalupa, tipo de barco que transportava mercadorias entre São João da Barra e Campos dos Goytacazes



Fonte: VASCONCELLOS, 2020a.

Figura 4 - Estaleiros em São João da Barra, 1918 - vapor Carangola



Fonte: SOARES, 2020.

Figura 5 - São João da Barra antiga – início do século XX



São João da Barra antiga

Fonte: VASCONCELLOS, 2020b.

A antiga região Norte do estado do Rio, a que pertencia São João da Barra, foi marcada por processos de ordenamento territorial que ocorreram acompanhando os leitos dos rios do sentido continente para a costa e com uma economia pautada essencialmente na produção e na comercialização de produtos primários, principalmente pecuária e produção de cana de açúcar. A localização na foz do Paraíba do Sul e a extensa área litorânea favoreciam a pesca artesanal em São João da Barra, atividade que ainda se mantém na região e envolve uma parcela expressiva da população por gerações sucessivas, apesar das dificuldades de diferentes ordens que os pescadores enfrentam.

Figura 6 - Prancha na foz do rio Paraíba do Sul, Pontal de Atafona

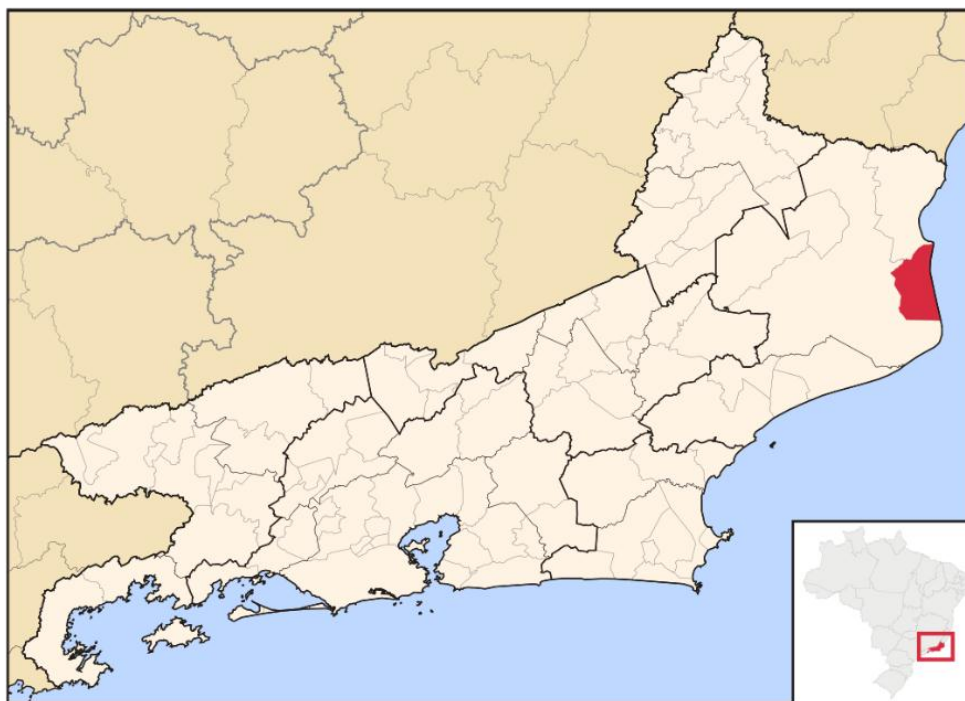


Fonte: VASCONCELLOS, 2020c.

A decadência da cultura da cana de açúcar na região, a partir do final da década de 1970, selou também uma segunda etapa na economia do município. Mais recentemente, a economia do município passou a contar com dois aportes de expressiva importância: os *royalties* e participações especiais (rendas petrolíferas), oriundos da indústria do petróleo na BC, e as verbas de arrecadação referentes às atividades do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, empreendimentos que, em certa dimensão, inauguraram uma nova fase para o município.

São João da Barra é um dos nove municípios que compõem a região Norte do estado do Rio de Janeiro. Confronta-se, a leste, com o oceano Atlântico; ao sul e oeste, com Campos dos Goytacazes; e, ao norte, com o município de São Francisco do Itabapoana, como mostra a Figura 7, a seguir. Vale observar que a região Norte Fluminense, até 1987, constituía um território muito mais extenso, abrangendo toda extensão do norte e noroeste fluminense.

Figura 7 - O município de São João da Barra na configuração do Norte Fluminense³⁶



Fonte: IBGE, 2020.

³⁶ Até 1988, o NF possuía apenas cinco municípios. Com a Promulgação da Constituição Cidadã, que consagrou o estímulo à descentralização, o município de Campos dos Goytacazes tem subtraídos alguns distritos que vão constituir o município de Cardoso Moreira, já em 1988, e, em 1986, ocorre o desmembramento de Italva, que passou a integrar o Noroeste Fluminense. O município de Macaé também sofre processo semelhante com a emancipação de Quissamã, em 1989, e de Carapebus, emancipado em 1995, assim como Conceição de Macabu. O município de São João da Barra perde o território de São Francisco do Itabapoana, cuja emancipação se deu em 1995.

4.2.4 Caracterização territorial e socioeconômica

A área de unidade territorial do município é de 458,611 km², correspondendo a 4,7% da área total da região norte do Estado. Pelos dados de Censo de 2010 (IBGE 2012), o município apontava população de aproximadamente 32.747 habitantes, dos quais 25.693 ocupavam a área urbana e 7.054, a área rural. A densidade demográfica, em todo o município, era de 71,96 hab./km². A estimativa da população para 2020 era de 36.423 habitantes (IBGE, 2020), o que representaria uma faixa de crescimento populacional de 11,22%.

Pela divisão territorial (2014), o município é constituído por seis distritos: São João da Barra, Atafona, Barcelos, Cajueiro, Grussaí e Pipeiras (5º distrito), onde se encontra a área da maior concentração de desalojados oriundos da construção do Porto do Açu.

A principal via de acesso é a BR-316, que liga São João da Barra a Campos dos Goytacazes, a maior cidade do NF, e segue na direção de Minas Gerais. Esses dois municípios compõem o Arranjo Populacional de Campos dos Goytacazes. São municípios muito próximos (30,44 km de distância), e Campos dos Goytacazes exerce, há mais de século, uma função polarizadora na região, se considerarmos a hierarquia das cidades, mantendo-se como a cidade polo, pela maior oferta de equipamentos públicos de Saúde de alta complexibilidade, de Educação e um comércio importante, dentre outros serviços.

A cidade de Campos dos Goytacazes sempre atraiu um número expressivo de sanjoanenses, seja em função do trabalho e/ou de estudos. A procura pela formação profissional e tecnológica e do ensino superior, em universidades públicas e privadas, provoca, diariamente, um intenso movimento pendular pela BR-136. Em razão das oportunidades de trabalho no Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, esse movimento pendular se tem intensificado nos últimos anos, agora de mão invertida, uma vez que grande parte de trabalhadores elege Campos dos Goytacazes para suas residências, deslocando-se para o Porto do Açu, pelo trabalho (COUTINHO, 2017). Entretanto, a rodovia, apesar de reformada para facilitar o acesso ao Porto e o transporte, está longe de atender às necessidades da região. Cabe registrar que a instalação do Complexo do Açu acelerou vem acelerando processo de conurbação entre esses dois municípios.

O município, de forte tradição marítima e fluvial, utiliza pequenas embarcações para o transporte de moradores em direção às ilhas próximas e para o município vizinho de São Francisco do Itabapoana. Acredita-se que a Ponte da Integração, sobre o rio Paraíba do Sul (ainda em construção), com 1.344 m de comprimento e 16,20 m de largura, ligando o município de São João da Barra a São Francisco do Itabapoana, concorrerá para melhoria significativa do

transporte terrestre para toda a área e, por conseguinte, para a dinâmica de crescimento da região. O transporte urbano foi instalado só recentemente, com três linhas que pertencem a uma mesma empresa de ônibus. O transporte alternativo também é utilizado, ligando o centro da cidade a outros distritos, como Atafona e Grussaí.

Uma outra configuração desse território também se aplicaria, relacionado aos estudos do IBGE, publicado em 2017, a respeito da necessidade de outros parâmetros para acompanhar o desenvolvimento das cidades. A defesa do IBGE vem respaldada na constatação de que os limites abstratos nos mapas geográficos de municípios, estados e regiões revelam muito pouco da complexidade da relação ao território, aqui compreendido pelas palavras de Santos (1998, p. 16): “O território são formas, mas o território da fluidez, posta ao serviço da competitividade que rege as relações econômicas”.

O estudo do IBGE traz a denominação de “Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias”, pautada nos conceitos de território-zona e território-rede, que evidencia um registro da dinâmica existente entre municípios. Campos dos Goytacazes, contíguo a São João da Barra, no NF, seria considerada então, pelo IBGE (2017), como uma Região Geográfica Imediata, por concentrar funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados e universidades, mas os dois municípios podem potencializar ações conjuntas.

O PIB per capita, em 2018, foi de R\$199.339,81, e o percentual de receitas oriundas de fontes externas, medida em 2015, foi de 74,7%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pelo Censo de 2010, foi de 0,671.

Em relação à escolaridade da população, pelos dados do IBGE (2019), em todo o município, há apenas 32 escolas do ensino fundamental, com 5.435 matrículas, um total inferior ao apresentado no Censo Demográfico de 2010 (IBGE-2012), que contou com 5.852 matrículas. Há nove escolas para a oferta de ensino médio, com 1.266 matrículas. Não obstante, em 2010, a taxa de escolarização, de 6 a 14 anos de idade, era de 97,5%.

Cumprir observar que, nesse panorama educacional, ainda há referência aos registros do Censo Demográfico de 2010, fato que requer do leitor um esforço de superação na leitura, em razão de mudanças previsíveis pela distância temporal. Somado a essa assincronia, a constatação do volume de mudanças, nesses últimos anos, forçou-nos a percorrer outras fontes a fim de cotejar e complementar os dados na construção de uma narrativa, ainda que o esforço esteja longe e possa ser considerado encerrado.

No campo da educação profissional e tecnológica, desde 2014, o município conta com um *campus* avançado do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), o *campus* São João da Barra, embora a Prefeitura do município já tivesse firmado, desde o ano de 2002, uma parceria

com a essa instituição federal, em tempo em que se consagrava como Escola Técnica Federal de Campos, no sentido de instalar um Núcleo Avançado de Educação Profissional no município, inicialmente com o curso técnico em Turismo e, posteriormente, em Informática Industrial, Logística e Segurança no Trabalho. Campos dos Goytacazes continua recebendo um número representativo da população jovem para a formação profissional e de nível superior.

São João da Barra ainda não conta com instituições de ensino superior. Esse é um dos apontamentos dos jovens locais, nas entrevistas realizadas, que revelaram observar maior interesse e procura por parte dos munícipes pelos cursos técnicos de nível médio e pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade também com oferta na rede pública.

A economia é baseada na pesca, na agricultura, no turismo regional e na indústria de bebidas. O município passou a receber forte incremento das rendas petrolíferas oriundas da exploração e da produção do petróleo e gás na Bacia de Campos e de recursos internos.

Um fator decorrente do crescimento populacional e dos recursos é a resposta na máquina pública, que passa a sofrer forte pressão no sentido da prestação de serviços, em especial, na saúde, na educação e no transporte. A Tabela 2 mostra dados relativos ao valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita* e Impostos sobre produtos e população estimada do município por atividade econômica.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, impostos sobre produtos e população estimada do município de São João da Barra, 2017

Valor (1000 R\$)							População Estimada (2017)
Valor adicionado bruto					Impostos sobre Produtos	PIB <i>per capita</i> (R\$)	
Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública			
4.380.603	41.381	1.775.680	2.197.012	366.530	307.455	133.282	35.174

Fonte: Ceperj (2017).

Embora a arrecadação do município tenha crescido significativamente nas duas últimas décadas (principalmente pelas rendas petrolíferas e pelos recursos relativos às operações no Porto do Açu) e tenha alcançado um PIB *per capita* que o elevou à primeira posição na NF, terceira posição no ERJ e 45.^a posição dentre os 5.570 municípios do país (IBGE Cidades, 2019), essa riqueza ainda não se refletiu na mesma proporção e de forma equânime, no desenvolvimento humano.

Os estudos foram realizados pelo Ipea, a partir dos dados do Atlas da Vulnerabilidade Social, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), relacionados aos Censos de 2000 (IBGE, 2002) e de 2010 (IBGE, 2012), tomando, como parâmetros, os indicadores *Renda e Trabalho*, *Capital Humano* e *Infraestrutura Urbana*. A Tabela 3 mostra esse Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios do Norte Fluminense (NF) em suas três dimensões.

Tabela 3 - Índice de Vulnerabilidade Social, em suas três dimensões, nos municípios do Norte Fluminense (2000-2010)

Municípios	IVS Renda e Trabalho			IVS Capital Humano			IVS Infraestrutura Urbana		
	2000 (A)	2010 (B)	Δ % B/A	2000 (A)	2010 (B)	Δ % B/A	2000 (A)	2010 (B)	Δ % B/A
Campos dos Goytacazes	0,463	0,332	-28,3	0,419	0,332	-20,8	0,297	0,244	-17,8
Carapebus	0,446	0,356	-20,2	0,429	0,290	-32,4	0,433	0,323	-25,4
Cardoso Moreira	0,495	0,415	-16,2	0,469	0,378	-19,4	0,286	0,218	-23,8
Conceição de Macabu	0,433	0,326	-24,7	0,413	0,385	-6,8	0,185	0,150	-18,9
Macaé	0,321	0,219	-31,8	0,364	0,291	-20,1	0,331	0,332	0,30
Quissamã	0,503	0,330	-34,3	0,484	0,326	-32,6	0,359	0,243	-32,3
São Fidélis	0,473	0,267	-43,6	0,436	0,320	-26,6	0,127	0,088	-30,7
São Francisco de Itabapoana	0,583	0,452	-22,5	0,564	0,437	-22,5	0,456	0,241	-47,1
São João da Barra	0,498	0,341	-31,5	0,516	0,329	-36,2	0,222	0,171	-23,0

Fonte: Aquino, Campinho e Pereira, 2018.

Como a tabela acima bem evidencia, houve melhora em todas as dimensões do IVS³⁷, em todos os municípios do NF, ainda que, nessa evolução, apenas São João da Barra e Conceição de Macabu tenham alcançado *muito baixa* vulnerabilidade em um subíndice (infraestrutura humana), ainda que, na classificação final, todos tenham apresentado o IVS na posição de *média* vulnerabilidade. O IVS transforma-se em um recurso complementar ao IDHM, medida que aponta a disponibilidade ou não disponibilidade de recursos e condições necessárias para o alcance de um patamar mínimo de bem-estar das populações, podendo transformar-se em um balizador para o poder público no sentido da implantação de políticas públicas.

A situação de São João da Barra é bastante peculiar, por se tratar de um município predominantemente com área rural e com distritos pouco populosos. Apesar da melhora no

³⁷ O IVS varia entre 0 e 1 e apresenta estágios: *muito baixa* , *baixa* , *média* , *alta* e *muito alta* vulnerabilidade, de acordo com o valor obtido na avaliação. Para o IVS, entre 0 e 0,200, considera-se *muito baixa* vulnerabilidade social; valores entre 0,201 e 0,300 indicam *baixa* vulnerabilidade social; valores entre 0,301 e 0,400 são de *média* vulnerabilidade social, ao passo que, se posicionado entre 0,401 e 0,500, *alta* vulnerabilidade social. Qualquer valor igual ou acima de 0,501 e 1 indica que o município possui *muito alta* vulnerabilidade social.

Índice da Infraestrutura Urbana, ele aplica-se numa margem pequena da população. O acesso à água tratada é o bem mais extensivo aos distritos. No subíndice *coleta de lixo*, a melhora foi substantiva e, no saneamento, o resultado é mais tímido, fatores que têm implicação direta na saúde da população. Dados do IBGE Cidades apontam 37,3% da população com esgotamento sanitário adequado. O saneamento básico é um fator relevante e revela o grau de desenvolvimento de um país. No Brasil, há uma herança de negligenciamento nessa área, e, só nas duas últimas décadas, têm-se intensificado os marcos regulatórios para a extensão desse recurso.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), analisado com os dados de 2000-2010, retirados do Censo Demográfico, São João da Barra mostra uma evolução positiva (sendo 0,548 – 2000 – e 0,671 – 2010), embora corresponda à 76ª posição no *ranking* do ERJ. Os investimentos, principalmente na Saúde e na Educação, na última década (2010-2020), poderão provocar um melhor resultado no Censo 2020, ainda sem previsão para acontecer, em face das dificuldades do momento atual, com a pandemia da Covid-19.

De acordo com Campinho e Arruda (2019), outro instrumento que auxilia a análise do desenvolvimento humano é o Índice Firjan³⁸ de Desenvolvimento Municipal (IFDHM) consolidado, que avalia essa evolução nos municípios do ERJ. Semelhante ao IDHM, calculado a partir dos parâmetros Renda, Educação e Longevidade, o IFDHM também é calculado a partir de uma média simples de três dimensões relacionadas a direitos essenciais: Emprego e Renda; Saúde e Educação. Para esse cálculo, a Firjan utiliza-se da base de dados públicos disponibilizados do Governo Federal por meio dos Ministério do Trabalho, da Saúde e da Educação. Quanto menor o índice de seguridade de direitos, maior convergência para o conceito da vulnerabilidade social, mais um dado que confirma crescimento do município que, em 2005, apresentou curva ascendente em seu IFDHM, sendo 0,6882 em 2005; 0,7282 em 2010; e 0,7501, em 2015³⁹. Nesses dois índices, os resultados foram favoráveis, ainda que o município apresente o IDHM com resultado regular, e que o IFDHM permaneça na faixa de desenvolvimento moderado. Pelos dados da Firjan (2015), os investimentos em Saúde e em Educação, que têm maior ingerência do poder local, foram mais expressivos.

³⁸ O IFDHM acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, e sua metodologia possibilita determinar se houve melhora ou queda em função da adoção de políticas públicas específicas.

³⁹ O IFDHM varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Dentro dessa escala, considera-se de baixo desenvolvimento o município que apresenta uma situação que o situe até 0,4. Na faixa de desenvolvimento regular, situam-se os municípios classificados de 0,4 a 0,6 na escala; com desenvolvimento moderado, aqueles municípios que se posicionam de 0,6 a 0,8; e acima de 0,8 estão os municípios que alcançaram alto desenvolvimento.

Uma outra forma de perceber a vulnerabilidade social é recorrer ao número de pessoas e de famílias inscritas no CadÚnico, âmbito das políticas assistenciais do governo federal. O Programa Bolsa Família (PBF) assiste 3.439 famílias, totalizando 10.138 pessoas, o que significaria aproximadamente 27% da população. Num olhar de retrospectiva, essa quantidade expressiva de famílias que persistem num grau de pobreza indesejável revela um quadro preocupante de vulnerabilidade no município, que precisa ser modificado com políticas de desenvolvimento.

4.3 IMPACTOS DERIVADOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NO NF: INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS E O PORTO DO AÇU

Nessa abordagem, é válido ressaltar que as referências ao município de São João da Barra não podem estar dissociadas das mudanças que ocorreram na região, embora seja necessário destacar o sentido fluido que a palavra possui, e nem sempre é empregada uma acepção marcadamente geográfica e registrada nos atlas.

No caso em tela, a ideia de região, por vezes, vem associada à percepção de espaço social, de configurações e de arranjos de ambiente construído e da localização das atividades produtivas, o que leva a referendar a defesa de Massey (1981) a respeito da sua não naturalização:

[...] as regiões não são necessariamente preestabelecidas para a análise da diferenciação intranacional...as regiões se constituem como efeitos de análise, sendo então definidas em relação ao desenvolvimento espacial desigual do processo de acumulação e seus efeitos nas relações sociais (inclusive políticas). A análise das condições de desenvolvimento desigual não implica, portanto, uma regionalização preestabelecida. (MASSEY, 1981, p. 58).

Outros estudos a respeito de desenvolvimento regional perpassam por esses conceitos, levantando múltiplas vias de análise. Para Oliveira, a região é um espaço de dominação e de luta de classes. Segundo o sociólogo,

Uma ‘região’ seria em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 1981, apud. CRUZ, 2003, p. 34).

A pujança da cultura da cana-de-açúcar, na região, refletia-se numa elite política com forte tendência conservadora. A referência à semântica de região, a abordagem de Vainer (1993), esclarece:

Região é um padrão de reprodução da relação de dominação para dentro (da região) e para fora ou em outras palavras, uma forma de articulação dos grupos dominantes em nível regional e desses com os grupos dominantes em nível nacional. (VAINER, 1993, p. 21).

Essas reflexões a respeito do conceito de “região” dão sentido à seleção de fatos pretéritos na trajetória regional, como recurso auxiliar para a construção da narrativa. Também permite o salto temporal para compreender o período do pós-guerra até os anos de 1970, quando eclodiu a crise petróleo no mundo, a desestabilização do modelo econômico desenvolvimentista e o Estado Nação, começando então a se efetivarem as mudanças no sistema capitalista, após a década de 1980, na perspectiva do neoliberalismo e da globalização.

A corrida mundial na questão da energia, baseada no petróleo, era crescente no mundo. O Brasil, além das iniciativas de prospecção e de exploração, impulsionou, à época, a busca por outras fontes de energia, apostando no etanol, combustível de primeira geração, resultado do avanço tecnológico. Nesse período, foi implementado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que destinava grandes montante à indústria sucroalcooleira de recursos e para a modernização do setor, e os engenhos e as usinas do NF viram-se premidas a absorver essas mudanças tecnológicas, à custa de endividamento elevado.

Além quadro da dívida externa brasileira, o crescimento da inflação na década de 1980 também provocou reflexos severos no Proálcool e na indústria sucroalcooleira, no NF, fazendo com que Piquet (2007) denominasse a região como “região-problema”. Até 1990, o que se registrou foi a falência da maioria das usinas, a venda de outras, com a transferência das cotas para o estado de São Paulo e para o Nordeste, gerando um período crítico na economia e, de certa maneira, encerrando um ciclo econômico na região. Atualmente, estão em funcionamento apenas duas, uma em Campos dos Goytacazes e outra em São Francisco do Itabapoana, essa na fabricação de álcool.

4.3.1 A indústria do petróleo e gás reconfigura o perfil dos municípios do NF

A descoberta dos poços de petróleo na BC e a chegada da Petrobras inauguravam um processo intenso de mudanças numa abrangência de alcance global/local e, de certa forma, representou o resgate da esperança de desenvolvimento econômico para a região que enfrentava

uma economia estagnada, altas taxas de desemprego e um preocupante êxodo do trabalhador rural para a periferia das cidades.

A BC está situada na região sudeste do Brasil, contempla uma área de, aproximadamente, 100 mil km², confrontando-se, pelo Alto de Cabo Frio, com a Bacia de Santos, hoje detentora da maior parte da produção nacional de petróleo e gás, e com a Bacia do Espírito Santo, pelo Alto de Vitória.

No território fluminense, a BC abrange os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras (região das Baixadas Litorâneas), Macaé, Quissamã, Carapebus, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, NF, alcançando, então, o território capixaba até as proximidades de Vitória.

É importante destacar o recebimento de vultosos recursos financeiros, reconhecidos por *royalties* e participações especiais do petróleo, por esses municípios fluminenses, uma fração da riqueza extraída, como uma condição imposta, pelo compromisso intergeracional com as gerações futuras, como medida mitigatória e por reparação pelas agressões ambientais e pelos impactos negativos advindos desse tipo de indústria. Os critérios para o repasse de *royalties* e participações especiais para os municípios são regulamentados por um conjunto de leis e normas construídas ao longo do tempo – Leis n. 7.525, de 22 de julho de 1986; n. 9.478, de 6 de agosto de 1997; e n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010 – estando todos esses dispositivos legais em vigência⁴⁰.

Dentre os municípios fluminenses que recebem as verbas petrolíferas da BC, Campos dos Goytacazes, Macaé, categorizados pela Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997, como municípios “[...] confrontantes e afetados pelas Instalações de Embarque/Desembarque” e São João da Barra, “[...] confrontante mas não afetado pelas Instalações de Embarque e Desembarque”, são os que recebem as maiores quantias. A condição de São João da Barra como confrontante ocorreu em 2000. A legislação contempla ainda, com *royalties*, municípios da chamada zona limítrofe, que compreende os municípios contíguos aos enquadrados na zona de produção principal do estado, “[...] bem como os Municípios que sofrem as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural.” (BRASIL, 1986). Entre os municípios fluminenses enquadrados na zona limítrofe, estão São Francisco de Itabapoana, Conceição de Macabu, Cardoso Moreira e São Fidélis (NF), mas em proporção

⁴⁰ Por regra, a definição desses municípios como confrontantes ou limítrofes para o recebimento de maior ou menor volume de verbas petrolíferas é decorrente de um traçado de linhas ortogonais arbitrárias (que se admite, ainda, com ligeiro tom de intervenção política).

significativamente inferiores. A Figura 8 mostra a extensão da BC e a concentração dos pontos de exploração do petróleo.

Figura 8 - Extensão da Bacia de Campos, 2017



Fonte: PORTAL LUBBES, 2017.

O fato é que uma região tradicionalmente rural, ao passar a sediar um polo petrolífero, conhece agora um verdadeiro renascer econômico⁴¹. O efeito das rendas petrolíferas mudou também o poder, subtraindo-o das mãos de uma elite política, tradicional, conservadoras da indústria da cana-de-açúcar, como bem traduz Piquet (2004):

Esta nova riqueza leva à coexistência de fortes contradições: mercado de trabalho segmentado, de elevada exigência tecnológica no setor petrolífero convivendo com formas de trabalho quase escravo nas usinas remanescentes; presença de grandes empresas transnacionais lado a lado a empresas locais que nada têm em comum com o sofisticado mundo do petróleo; elevados índices de subemprego e desemprego combinados a uma intensa demanda por mão-de-obra qualificada; uma elite social de poder econômico em declínio que monopoliza o discurso regionalista, vis à vis uma nova elite pouco afeita ao local. (PIQUET, 2004, p. 27).

Nas décadas de 1980-1990, quando o país estava mergulhado em séria crise econômica e altíssima inflação, a presença da indústria do petróleo dinamizava-se, com grande oferta de

⁴¹ As dificuldades da indústria do petróleo e gás, a partir de 2014, em função da queda do preço do barril do petróleo; as alterações na política da Petrobras na direção da exploração do pré-sal, o envolvimento da Petrobras em corrupção, somados ao momento de crise política no país, criaram todo um ambiente de crise econômica e de desemprego que atingiram duramente o emprego em toda a região cuja economia é dependente dos *royalties*.

empregos na BC, e, em especial, no NF, que vivia a decadência da indústria sucroalcooleira, retardando as consequências da crise do capitalismo, que dava seus reflexos no Brasil.

Um empreendimento dessa magnitude traz exigências muito específicas para a absorção de profissionais e algumas dificuldades para o lugar. É bem verdade que, ao arrebanhar a mão de obra capacitada, recém-saída das escolas técnicas e das universidades e majoritariamente jovem, em certa medida, a indústria do petróleo atendia a uma fração significativa da população ativa que expectava a criação de postos de trabalho.

Esse deslocamento da população ativa para a região do petróleo contribuiu, sobremaneira, para acelerar a urbanização, transformar a configuração regional e urbana e engendrar novos padrões demográficos nesses municípios, definindo Arranjos Populacionais, na direção da metrópole do Rio de Janeiro, pela BR-101, e uma longa área conturbada.

Cruz (2012) considera que houve uma verdadeira *segmentação* entre os municípios participantes dessa economia regional. Destaca que a movimentação populacional na direção de Macaé se estendeu a municípios contíguos, como a Rio das Ostras, que também recebeu uma parte da indústria de base, e a Quissamã e Carapebus, que aumentaram suas taxas de população, modelando-se como municípios dormitório, mas com mercado pouco dinâmico⁴². Campos dos Goytacazes, ainda que não sofresse alteração na curva das taxas de crescimento demográfico, em função da economia do petróleo⁴³, por ser cortada pela BR-101 – Governador Mário Covas, pela infraestrutura e pela posição estratégica, fortaleceu-se como centro logístico de distribuição e de armazenamento de mercadorias para atacado e varejo e, em especial na Educação, pela oferta de ensino profissional e tecnológico e de serviços para atividades *offshore*. Os outros municípios, não beneficiados com rendas milionárias nem com instalações do complexo, sofreram um esvaziamento econômico e demográfico, ficando nas periferias desse processo. A Figura 9 mostra uma plataforma de exploração de petróleo na BC, em alto mar, sendo atendida por um navio de transporte de barris de petróleo.

⁴² Por outro lado, a presença da Petrobras em Macaé inflacionou o setor imobiliário, em função da elevação da procura por domicílios, tornando-se uma atividade bastante dinâmica com a construção de edifícios, condomínios fechados e novos bairros. A oferta de emprego no município atrai profissionais de outros municípios. Grande número desses trabalhadores de municípios mais próximos de Macaé opta por não instalar as famílias em Macaé e se desloca para lá, diariamente, num movimento pendular.

⁴³ Campos dos Goytacazes é o maior recebedor bruto de rendas petrolíferas (royalties e participações especiais).

Figura 9 - Plataforma de exploração de petróleo na Bacia de Campos, 2018



Fonte: BARRETO, 2018.

É verdade que as políticas públicas dos municípios, em grande parte, têm sido favorecidas por essas rendas. Entretanto cabe a ressalva de que esse conforto proveniente da *riqueza negra* nos cofres públicos dos municípios petrorrentistas⁴⁴ produziu também efeitos adversos, na medida em que gerou, por parte da máquina pública, certa preguiça fiscal além de resultados pouco profícuos nas propostas que objetivam uma diversificação econômica desses municípios, como forma de garantir ou de promover desenvolvimento num futuro anunciado do não-petróleo, que já se concretiza, haja vista as dificuldades que se impuseram aos municípios, desde 2015-2016⁴⁵, em função de expressiva subtração de valores nas parcelas de *royalties*, resultante da crise do petróleo e do enfraquecimento na exploração dos postos maduros da BC pode ser considerada um anúncio de tempos mais sombrios. Ainda que não se vislumbre um retorno aos anos de apogeu do petróleo, a partir de 2017, esse cenário parece anunciar o declínio de mais um ciclo econômico na região.

Hasenclever e Fauré (2019) referindo-se aos efeitos da crise econômica decorrente da E&P de petróleo e gás na região, atribuem essa dificuldade ao fato de que

⁴⁴ O termo *petrorrentismo* referendado por Serra *et al.*, em 2006.

⁴⁵ Somada a essa crise, a recente exploração do petróleo na camada do pré-sal, principalmente na Bacia de Santos, em detrimento de poços do pós-sal, também concorreu para a reconfiguração das políticas da Petrobras, com consequências negativas para os municípios da BC.

A produção extrativa de *commodities* em resposta à demanda externa, sem uma preocupação clara de induzir localmente a valorização industrial, limitando-se a exportar os produtos *in natura* e a realizar uma política de conteúdo local de baixa resolução. Não se viu esforços coordenados de criar empregos de maior qualidade e afastar uma trajetória de desenvolvimento espúria de especialização na extração de recursos naturais, ainda que a política de APLs estivesse presente. (HASENCLEVER; FAURÉ, 2019, p. 477).

É preciso lembrar, nesse ponto da narrativa de cenário, que esse ciclo do petróleo, além de não ser homogêneo, não absorve a todos e deixa para trás os segmentos sociais menos favorecidos e menos qualificados, que pouco respondiam à complexidade das atividades relacionadas à E&P do petróleo e gás, o que nos leva a resgatar Santos (1998) com a reflexão sobre o valor do “espaço banal”, o espaço de todos. Retomamos essa questão mais adiante.

Essa digressão, ainda que breve, poderia suscitar, no leitor, as seguintes indagações: que relação poderia existir entre a indústria do petróleo na região e as comunidades pesqueiras em São João da Barra? E com os jovens dessas comunidades? E qual é o grau de impacto das políticas mitigatórias?

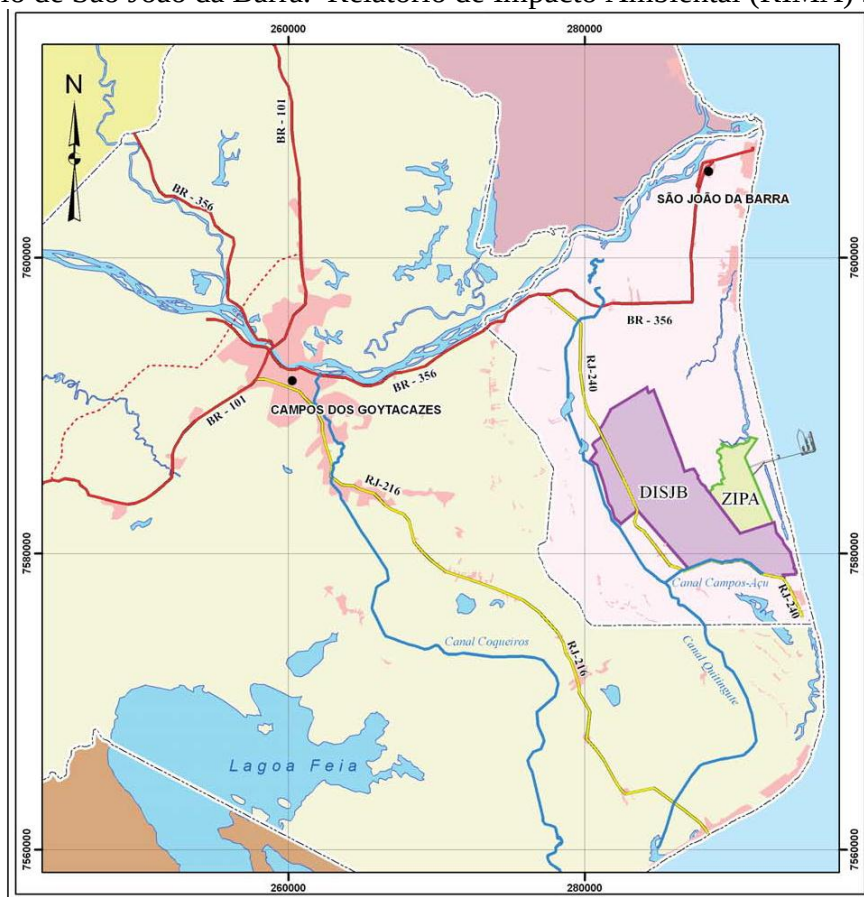
4.3.2 O Complexo Industrial Logístico Portuário do Açu em São João da Barra

Quando a indústria do petróleo e gás já havia traçado sua fração do litoral fluminense e operava fartamente, outro grande empreendimento chega ao município de São João da Barra, o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, cuja construção iniciou em 2007.

Esse projeto está relacionado às políticas do Governo Federal no sentido de investimentos para a ampliação da infraestrutura portuária no país, dentro das relações do comércio mundial, principalmente voltado para exportação de *commodities*. Localizado em um determinado território, o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu retrata a relação multiescalar (global, nacional e subnacional). O fato reposiciona as discussões sobre desenvolvimento, trabalho e emprego.

Para o Complexo do Açu, foi desapropriada uma área territorial de 130.000 Km², correspondente a um terço do território sanjoanense (454,669 km²). Essa delimitação demandou negociações formais para desapropriações de terras, procedimento amparados por decretos e todo um arcabouço legal.

Figura 10 - Área com a localização do Distrito Industrial do Porto do Açú – Infraestruturas do município de São João da Barra. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) 2011



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), 2011.

Estamos, então, diante de um cenário de disputa por território e pela legitimação do poder corporativo sobre a gestão territorial municipal. Não obstante, há que se registrar que, nesse confronto, as forças são desiguais e conflituosas. Esse grande projeto de desenvolvimento, pensado inicialmente pelo empresário Eike Batista, foi totalmente aceito não apenas pelas diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal) e pelas instituições públicas e privadas, sob um discurso que anunciava grande crescimento econômico e a geração de emprego e renda para a região, para legitimar o empreendimento.

Promessas dessa natureza são utilizadas por empresas como certa “chantagem locacional” para que os Estados cedam às suas demandas territoriais e, na maioria das vezes, o Estado alia-se a setores do capital, mesmo contrariando a opinião popular. Em nossa pesquisa, contra os interesses das comunidades tradicionais da pesca artesanal, muitos deles também agricultores. Os conflitos já se evidenciaram desde o momento da definição do espaço-meio ambiente para a delimitação do Distrito Industrial de São João da Barra, necessário para a existência do Clipa, que resultou em desapropriação de terras de pequenos agricultores do

Quinto distrito e em impedimentos de pescadores artesanais em exercer sua atividade econômica, em áreas próximas, e a criação de Unidades de Conservação. Essas desapropriações, feitas por decretos, abrangem uma área aproximada de 7.200 hectares de terra pertencentes a 1.500 pessoas, segundo os registros da Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia (Asprim), associação que denunciou o processo de desapropriações no V Distrito de São João da Barra e que ainda luta pela permanência de alguns pequenos produtores nas suas propriedades e no recebimento das devidas indenizações. Silva (2011), em suas análises, considera que

Na compreensão dos atuais processos de modernização que se realizam pela lógica econômica, mas também pelas ações e normatizações do Estado, essa modernização excludente – pois ao criar inovações sociais e espaciais – excluem pessoas e instituições, desvalorizam e liquidam outras formas de trabalho. A atividade da pesca artesanal apesar de ser responsável pela contribuição alimentar e ser importante posto de trabalho, vive nos limites contraditórios e paradoxais do Capitalismo. A modernização e a ocupação espacial dos grandes agentes econômicos nacionais e internacionais são pela sua própria natureza e segundo o modelo de racionalidade tecnológica opositores e destruidores dessa economia extrativa e tradicional. (SILVA, 2011, p. 11).

A figura 11, a seguir, mostra a extensão do Complexo Logístico Industrial Portuário de São João da Barra que ocupou um terço de toda a extensão do município.

Figura 11 - O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú, São João da Barra, 2019



Fonte: ABREU, 2019.

Além de tudo isso, da apropriação do espaço, há uma ação destrutiva e agressiva na reprodução dos biomas, na flora e na fauna regionais, com consequências de curto e médio

prazo para o sistema em sua totalidade, já ocorrem evidências da voracidade do sistema capitalista, e uma das explicações dessas transformações espaciais não se apresentarem de igual forma em todos os lugares. Medidas de mitigação pelos danos, previstas em lei, são adotadas na perspectiva de minorar esses estragos e conflitos ambientais. A Figura 12 mostra o Porto já operação.

Figura 12 - Porto do Açú, município de São João da Barra, já em operação, 2020



Fonte: VALOR ECONÔMICO, 2020.

Uma área portuária, além de privatizar o espaço e de alterar os ecossistemas, com consequências de curto e médio prazo, em geral, estabelecem-se em um território como enclave, uma vez que essas atividades demandam poucas intermediações com o lugar. É bem verdade que as operações portuárias concorrem para a arrecadação do município, com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e favorecem a gestão municipal, e, ao mesmo tempo, com a instalação de empresas, surgem postos de trabalho e oportunidades de desenvolvimento para a região, no entanto nem sempre esses benefícios são equitativos às intervenções que provocam, nem mesmo na quantidade prometida de empregos e melhorias. É preciso ressaltar que esse “território usado” se vai mostrando numa dimensão apartada da dinâmica tradicional, pois as atividades portuárias, multiescalares, não mostram aderência com o local. Entendemos aqui, a expressão referenciada em Santos e Berger (2007), para quem

[...] o território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si. O território é o chão, mais a identidade. Identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS; BERGER, 2007, p.

14).

Nas modernas cadeias logísticas, ressalta Monié (2006), os transportes desempenham uma função estratégica adicionando valor por meio da articulação de múltiplas escalas, atividades e atores no universo produtivo mercadológico, na perspectiva de um serviço cada vez mais seguro e eficiente. No entanto um porto não pode ser pensado apenas do ponto de vista técnico e operacional. O autor chama a atenção para a possibilidade de um porto não:

[...] ser apenas um corredor, ele é mais: um instrumento a serviço de um projeto de desenvolvimento. [...] Ao mesmo tempo, ressalta um novo cenário global favorável à aproximação porto-cidade, bem como a necessidade de um projeto democrático envolvendo forças públicas e privadas na construção de comunidades portuárias, a exemplo do que já ocorre no norte da Europa (Antuérpia e Havreés). Consideradas as diversas características do mundo globalizado, destaca-se a prática que prioriza a agilidade nas conexões que transportam bens ou serviços, tangíveis e/ou intangíveis, e também uma maior valorização das potencialidades locais, que deveriam interagir com a dinâmica do comércio local ou global sob a ótica da. (MONIÉ, 2006, p. 977).

Este é um desafio que se impõe ao Porto do Açu e que está em seu projeto, não obstante o tempo ainda pequeno em que vem operando, mas que, no entanto, o processo capitalista de apropriação já deu mostra de sua voracidade, inclusive na área imobiliária. De forma similar ao que ocorreu em Macaé e em municípios próximos, o inflacionamento do mercado imobiliário foi alto em função da construção do Porto do Açu, atingindo principalmente os municípios de São João da Barra e de Campos dos Goytacazes, que vêm sofrendo um processo de reestruturação urbana.

Se é possível reconhecer que podem ter um grande potencial de desenvolvimento para a região, em termos de postos de trabalho e de riquezas (incluindo, nesse item, as verbas petrolíferas, ISSQN, etc.), também é verdade que o vínculo que estabelecem com a expansão da economia global não os compromete com o lugar, haja vista as dificuldades que o NF vem enfrentando, muito derivada da crise do petróleo.

Trazendo agora as lentes para as relações de trabalho e para as formas de vida da população, a preocupação foi identificar o que a presença do Clipa e da indústria petrolífera tem provocado nas oportunidades para a população ativa e, até mesmo, refletido no sistema escolar e na oferta da educação no município e, em especial, para os jovens da pesca, interferindo em seus desenhos de vida.

4.3.3 Impactos ambientais e as comunidades tradicionais em São João da Barra: pescadores artesanais e agricultores

Invisibilidade e desvalorização, duas palavras mais destacadas nas falas dos jovens nas entrevistas, quando se trata das dificuldades que os pescadores enfrentam na atividade pesqueira em São João da Barra. Em contrapartida, os entrevistados demonstram consciência a respeito da importância histórica da pesca no lugar e se orgulham da história de seus ancestrais. Dois posicionamentos que resumem a persistência desses pescadores que, além da vulnerabilidade a que são submetidos em função das intempéries das águas e a instabilidade da pesca, veem-se direta ou indiretamente impactados por situações impostas ao território, como ocorreu nesses últimos dez anos em São João da Barra, em função da implantação do Clipa. Esse é um cenário muito recorrente no ERJ, que recebeu a indústria de E&P do petróleo na BC.

Esses conflitos ambientais ocorrem com frequência, quando grupos sociais menos favorecidos e politicamente mais fracos são atingidos negativamente em suas vidas, em decorrência das intervenções no território realizadas por outros agentes. Em geral, nessas situações, há pouco diálogo que esclareça os posicionamentos distintos entre agentes externos, indivíduos e grupos sociais, cujo poder econômico e político é desigualmente distribuído.

Em diversos pontos da narrativa, referimo-nos à implantação desses GIs na região. A partir desse item, a atenção será especificamente voltada para o Clipa, para as implicações políticas e sociais desse processo e para os conflitos ambientais que as atividades portuárias impõem aos agricultores e pescadores artesanais, em especial, do 5.º Distrito de São João da Barra, devido à construção de barreiras que restringem o acesso das embarcações dos pescadores artesanais próximo à área do Porto do Açú e à criação de Unidades de Conservação (UCs), o que, em certa medida, atinge mais fortemente a pesca continental.

Em 2020, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apresentado pela Prumo Logística (2020, p.38), no respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a fazenda de Caruara foram desapropriadas para servir a instalações portuárias e à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de Caruara.

Somado a esse dado a respeito de áreas de Reserva Particular de Patrimônio Ambiental, ressalta-se que a fazenda de e Saco d'Antas também foi desapropriada e agregada à RPPN e mais duas UCs criadas: a Área de Proteção Ambiental de Grussaí e o Parque Estadual da Lagoa do Açú, como compensações ambientais pela implementação do Clipa.

O conflito ambiental do Quinto distrito de São João da Barra é um emblemático caso de injustiça social, pois a área destinada à construção do Clipa, onde pequenos agricultores e

pescadores artesanais desenvolviam suas atividades de subsistência e se localizam resquícios de Mata Atlântica, foi transformada pelo poder público como área de interesse do Estado para instalação de empreendimentos industriais. Nesse contexto, o município de São João da Barra pode ser caracterizado pela presença de corporações nacionais e transnacionais que têm, como objetivo, a implantação de grandes empreendimentos de exploração e apropriação dos recursos naturais.

Pescadores da região apontam que os maiores problemas que enfrentam nessa região são: proibição da atividade pesqueira próxima a área do Porto, falta de sinalização, afugentamento dos peixes, falta de incentivo e de acompanhamento dos representantes do empreendimento junto aos pescadores, devido à construção de barreiras que restringem o acesso das embarcações dos pescadores artesanais próximo à área do Porto do Açú e à criação de Unidades de Conservação (UCs).

Desapropriações desse porte são frequentes no Brasil, em políticas de estímulo ao crescimento econômico baseadas na realização de grandes projetos de investimentos. O Clipa faz parte de um conjunto de medidas do governo Lula da Silva, visando ao desenvolvimento do País. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criavam-se as condições necessárias para que houvesse crescimento econômico, aumento da oferta de emprego e melhores condições vida para a população brasileira (MARTINS, 2014; ALVARENGA, 2013). Em contrapartida, correu um número expressivo de licenças em obras de grande impacto no ambiente e que afetaram as populações nativas, em especial, as mais desprotegidas, abrindo espaço para a emergência de conflitos ambientais, resultado da desregulamentação ambiental e flexibilizações de leis ambientais (ACSELRAD, 2004).

Em geral, nessa disputa pelo território, fica explícita a relação desigual de poder entre os atores, sendo que a comunidade atingida, inclusive pela fragilidade na organização e na representação política, recorrentemente sai perdedora.

Oliveira (2004) acrescenta que a luta entre esses agentes está diretamente relacionada à capacidade em fazer com que suas respectivas representações e crenças sejam conhecidas como legítimas, transportando então para o campo simbólico. Essa constatação de que a disputa pelo território e seus recursos materiais precisa alcançar o campo do simbólico é reforçada por Malagodi (2012) quando fala da necessidade de esses grupos prejudicados conseguirem levar a questão a um debate público de modo que consigam participar de decisões sobre a produção espacial e reivindicar seus interesses, problematizando inclusive o próprio discurso do sistema capitalista, que vem se apropriando dessa defesa da sustentabilidade para renovar a sua lógica. Contraditoriamente a esse discurso ambientalista, o capitalista desenfreado continua a registrar

sua marcha de expropriação de riquezas, haja vista os desastres ambientais que comprovam esse desrespeito ao ambiente. Harvey (2016) ressalta que,

[...] todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos (e vice-versa). Sendo assim, tudo depende do propósito dos projetos socioeconômicos e ecológicos: bem-estar das pessoas ou taxa de lucro? [...] Consequentemente, o apoio popular **ao ambientalismo das grandes empresas tem sido útil tanto para o capital quanto para as políticas ambientais**. Parte dessa política, infelizmente é simbólica, e não substantiva. Isso é conhecido como “greenwashing” – **disfarçar um projeto com fins lucrativos como um projeto para melhorar o bem-estar das pessoas** (HARVEY, 2016, p. 231, grifo nosso).

Com o apoio em Harvey (2016), entendemos que, de certa maneira, esse processo de disputa desvela, além do monopólio da violência do Estado, o seu papel central na indução do desenvolvimento, que, historicamente, no Brasil, tem sido mais favorável aos grandes investimentos, em detrimento das camadas menos favorecidas.

O Estado seria, em tese, o intermediador no sentido da garantia da igualdade e de direitos. No entanto a história do País mostra inúmeros casos semelhantes de deslocamentos, de desapropriações de terras, de impactos ambientais que caem, sempre com mais força, sobre as populações mais pobres, em nome de um desenvolvimento que nem sempre ocorre. Zhouri e Laschefski (2010) consideram que, na maioria das vezes, o Estado carrega uma dubiedade, pois, de um lado, ele é o implementador de políticas de crescimento que acirram conflitos ambientais, e, do outro, surge como mediador, pois, por vezes, defende as populações atingidas.

No Brasil, esse movimento abarca uma série de injustiças ambientais relacionadas à expansão da exploração predatória no território. São inúmeros os casos de populações atingidas por atividades industriais, testemunhas de lançamentos industriais indevidos, detritos das fábricas que poluem as águas dos rios, apropriação privada de recursos hídricos, uso do solo rural, loteamento em áreas de risco, entre tantas agressões à qualidade de vida.

Em São João da Barra, as falas dos atores confirmam o protagonismo da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), em relação ao favorecimento da indústria, no período das desapropriações para a criação do distrito industrial no município, movimento que se transformou em mais um fator de dificuldades para os pescadores artesanais na região, principalmente nas imediações do porto, antes de livre acesso para a atividade da pesca. São esses, pois, os principais perdedores nessa disputa de território, mostra da soberania do capitalismo.

É bem verdade que os grandes empreendimentos atuam dentro de uma lógica econômica de mercado globalizado, cujo efeito recai sobre o universo dos trabalhadores, distanciando-os em posições na sociedade. Essa desigualdade, como sendo o próprio rosto do capitalismo, é,

portanto, expressa nas relações de poder sobre os mais fragilizados. Singer (2002), ao se referir à desigualdade, filha legítima do capitalismo, e ao personalizá-la entre os empregados que despontam e, em oposição, os derrotados, que são os desempregados, ou seja, os ganhadores e perdedores, observa:

Enquanto os primeiros acumulam capitais, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até quase tornem inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. (SINGER, 2002, apud ARRUDA, 2019, p. 81).

Essa é, de fato, a situação de existências dos pescadores artesanais em São João da Barra, aqueles que vivem predominantemente concentrados em algumas áreas do município, sendo as principais delas: Atafona (localidade da sede da Colônia de Pescadores Z2), Barra do Açu (a localidade mais próxima do empreendimento) e Grussaí. Por ocasiões, também são considerados agricultores, mas não abandonam a pesca, seja como forma de subsistência, como lazer ou até mesmo para o comércio, como fonte de renda.

Dados obtidos junto ao Censo do PEA Pescarte (2016) e à Colônia de Pescadores Z2 (2020) de Atafona indicam que mais de duas mil pessoas estão envolvidas na pesca no município. Na maior parte, no cotidiano laboral desses pescadores artesanais, registram-se relações de parentesco e vizinhança historicamente construídas que se estendem ao exercício da atividade por gerações, dentro de uma outra lógica: a da parceria, do companheirismo e da solidariedade. Esse cerco na região do Clipa obrigou os trabalhadores da pesca a alterar seu mapa laboral e estabelecer outras rotas para sua atividade e, em parte, adotar formas distintas de comércio.

Atingidos em seu ambiente laboral e até em suas moradas, sem que o Estado responda com políticas públicas eficientes para a proteção desses trabalhadores da pesca artesanal, essa atividade econômica tradicional vê-se mais uma vez ameaçada. Os pescadores, contudo, persistem na pesca. A figura 13 retrata a precariedade que atinge pescadores na região, em especial no V Distrito.

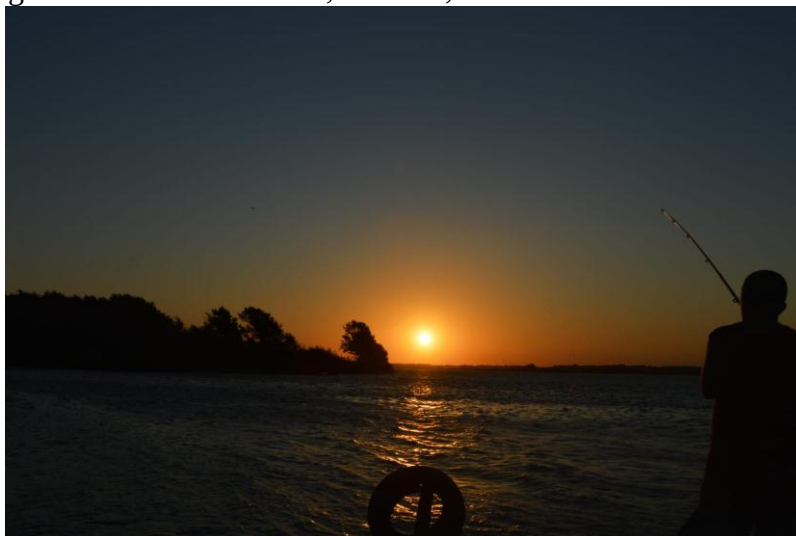
Figura 13 - Casa de pescador no V Distrito de São João da Barra



Fonte: O autor

Em oposição ao tempo acelerado e frenético da busca desenfreada pelo lucro, o tempo dos pescadores tem outra medida, um tempo lento, o tempo real; da natureza. Tratando-se dessas comunidades tradicionais⁴⁶ da pesca artesanal, o cerceamento de seu mapa de pesca gerou em rol de dificuldades, ampliando até mesmo a insegurança em relação ao sustento do núcleo familiar, o que seria impensável na pesca, ao futuro dos filhos o que, de certa maneira, pode concorrer no traçado do futuro da atividade da pesca na região.

Figura 14 - Pesca artesanal, Atafona, distrito de São João da Barra



Fonte: MEIRELES, 2020a

⁴⁶ A compreensão da ideia de comunidade na pesquisa se apoia no conceito de Marx Weber: “como um grupo que aspira ser uma totalidade”.

No contraponto do trabalho repetitivo de grande parte das atividades executadas pelos trabalhadores mais pobres, o corpo do pescador é um fator central na pesca; um corpo de coragens, de resistência e de técnica diante da força, e ao ritmo das marés e ao trabalho duro e arriscado nos barcos. Na Figura 15, uma cena em fim de tarde no mar de Atafona.

Figura 15 - Canoa de Pesca - Atafona, distrito de São João da Barra



Fonte: MEIRELES, 2020b.

Não há dúvida de que o cerceamento do mapa de pesca gera em rol de dificuldades, amplia o grau de insegurança em relação ao sustento do núcleo familiar e ao futuro dos filhos e pode se somar às razões que desmotivam os pescadores, gerando um sentimento de que o destino da atividade da pesca na região possa ser comprometido a médio ou longo prazo.

Em contrapartida, parece existir alguma força ou determinação que mantém os pescadores no trabalho da pesca artesanal, mesmo com as duras restrições às atividades mais tradicionais que lhes são impostas; um “sentimento de pertença”. Esses pescadores, porém, ainda que a história de vida de sua família apelasse pela permanência desses jovens, na pesca, alimentam outros sonhos para seus filhos. E os jovens, como vêm construindo seus sonhos, uma vez que cresceram tendo diante de si um horizonte mais amplo, pelas vias da Educação e do trabalho. Estariam dispostos a abandonar o trabalho da pesca, a incerteza dos mares e buscar outras trilhas em suas trajetórias de vida? A respostas a esse conflito encontramos em nossas entrevistas que constam no capítulo seguinte.

5 OS DIFERENTES OLHARES E AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Olha, eu acho que, quem nasceu para ser pro mar, ele vai ser pro mar, independente se vai estudar. Ele pode fazer uma faculdade e não estar feliz. Se é do mar, é do mar [...] então, acho quem se for para colocar em pauta, o pescador não vai ser afetado, porque quem é do mar vai ser do mar. Não importa, não é a gente que seleciona, é a própria natureza, é o próprio mar. A pesca é uma arte, é um dom. (Jovem Pescador 3, 2020).

A pesca é uma arte, é um dom. (Jovem Pescador 3, 2020).

Neste capítulo, abordaremos a trajetória metodológica percorrida pela pesquisa, a sua natureza, os métodos e instrumentos utilizados. A leitura e análise consideraram, pois, uma realidade desnudada pela pesquisa e a partir dos pressupostos teóricos que com ela dialogam. Destacamos, neste capítulo, reflexões sobre a juventude tendo em vista o protagonismo dos sujeitos jovens nesse estudo; sobre o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, o PEA-BC e o Projeto de Educação Ambiental Pescarte (PEA) Pescarte e sua contribuição para o estudo e como forma de triangulação desses dados secundários com os dados coletados nas entrevistas com os jovens das famílias tradicionais da pesca.

5.1 A JUVENTUDE COMO PROTAGONISTA

A juventude, como um processo de preparação para a vida adulta, traz, em si, um aspecto transitório e intimamente ligado à ideia de tempo, um elo entre o ontem, o hoje e o amanhã, numa tensão complexa, criando uma suposta unidade na diversidade de vivências pessoais que vão constituir uma história de vida.

Para discorrer e analisar a trajetória de vida da juventude da pesca no município de São João da Barra, campo de nossa pesquisa, em princípio, procuramos compreender as expectativas e as escolhas dos sujeitos, com clareza de entendimento de que essas trajetórias não significam escolhas que acontecem sob força exclusiva do acaso. Trata-se de um processo estruturado socialmente e que abrange um conjunto de estratégias e vivências no marco de uma oferta social, determinada no tempo e no espaço. Nas palavras de Born (2001, p.243), trata-se de:

Nas palavras de Born (2001), trata-se de:

[...] um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. A localização dos acontecimentos, a duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida são normalmente o resultado de informações que perpassam a população como, por exemplo, a idade média para casar, a idade média para ter o primeiro filho, duração de treinamento, idade em ingresso escolar, anos de escolaridade, idade para aposentadoria, e assim por diante. (BORN, 2001, p. 243).

Se essas trajetórias, em certa medida, se constroem a partir de determinantes sociais, o que faz crer que elas possam ser previsíveis, elas se enriquecem das diferenças e singularidades nacionais e culturais. No entanto, cabe ressaltar que, as realizações individuais dessas trajetórias são únicas, o que nos faz perceber diferenças e similaridades, aproximações e interdependências com os determinantes.

Nesse sentido, o referencial teórico a respeito da diversidade da juventude, suas diferentes faces, bem como os aspectos que compõem a estrutura social em que vivem foram pesquisados, na perspectiva de subsidiar a análise a respeito da juventude da pesca artesanal, nessa faixa de 18 a 29 anos e o esforço se deu em pinçar fatos e dados para identificar no território, elementos que talvez pudessem ser propulsores de desejos, resistências ou desistências na trajetória desses jovens.

5.2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Na escolha do percurso metodológico, a opção foi por uma metodologia que triangulasse diferentes métodos e diferentes maneiras de observar a realidade, de modo a permitir também um cruzamento de dados, no sentido de analisar a trajetória de vida desses jovens, nosso eixo analítico. Para Born (2001), a triangulação permite três resultados diversos em relação a seu vínculo: i) congruentes, quando chegam ao mesmo resultado, o que reforça a validade das conclusões; ii) complementares, quando possibilitam obter um quadro mais completo do fenômeno investigado de tal forma que os métodos representam perspectivas, aspectos, ou níveis de realidade diferentes. E, para que essas conclusões possam ser chamadas de complementares, elas devem trazer a possibilidade de poder ser integradas sob uma premissa teórica comum; ou iii) divergentes/incongruentes – nesse campo, tivemos poucos resultados imprevisíveis, que nos obrigaram a retomar o processo e recompor a proposta.

Dubar (2005) considera que configurações identitárias surgem a partir da articulação de duas dimensões: a biográfica e a relacional. A primeira dimensão seria a identidade social e profissional que o indivíduo constrói no decorrer do tempo, a partir das categorias que as

instituições oferecem: família, escola (considerados pelo autor como aparelhos de socialização primária); mercado de trabalho, empresa, ou seja, organizações e profissões (aparelhos de socialização secundária). A dimensão relacional diz respeito ao reconhecimento, em determinado momento e no interior de um espaço determinado, a legitimação das identidades dos indivíduos associada aos saberes, competências e reconhecimentos de si, propostos e expressos por esses indivíduos nos sistemas de ação.

A intenção, ao utilizar essa multiplicidade de meios foi então, captar, de forma mais criteriosa, como ocorreu a interação entre os aparelhos de socialização primários (família, comunidade, escola) e os aparelhos de socialização secundários (mercado de trabalho, profissões) na construção das identidades desses jovens de famílias da pesca artesanal na BC, para, então, compreender as expectativas, os motivos, as aspirações, os valores que esses jovens conformam em suas trajetórias de vida.

Dubar (2005) também chama atenção para o fato de que esses aparelhos de socialização primária podem entrar em interação conflitante com os aparelhos de socialização secundária e, nesse caso, provocam crises de legitimidade. Crises de legitimidade podem se configurar como crises de crescimento e conduzir à mudança social, ou seja, a construção de um mundo específico e de uma identidade especializada não coincidente com a reprodução social, na verdade, um dos pontos nevrálgicos quando se pretende compreender a trajetória de vida.

Para Velho (1989), é a partir dessa noção de vivências pessoais, no decorrer do tempo, que se constroem os projetos de vida, e esse sentido de encadeamento das etapas, no decorrer do tempo, leva à elaboração de planos e de condutas orientadas para chegar a um objetivo, dando sentido às experiências vividas. Velho (1989) esclarece que o projeto de vida é uma noção intimamente ligada à ideia de indivíduo, característica da sociedade ocidental e sustentada por duas concepções: a primeira refere-se à ideia de que os indivíduos escolhem ou podem escolher; a segunda vem ligada à ideia de que cada um é portador de um conjunto de potencialidades particulares, que constitui sua marca própria. Nesse sentido, a história (biografia) de alguém seria a fusão mais ou menos concretizada dessas duas concepções. De acordo com Velho (1989), os projetos de vida são construídos em sintonia com as experiências socioculturais, com as vivências e as interações interpretadas, portanto, esses projetos, como conjunto de ideias e de formas de conduta, estão ligados num tempo e espaço determinado a outros projetos e condutas.

É exatamente por esse caleidoscópio que percorre nossa lupa, auxiliada por todo o material consultado e selecionado. Esses jovens de famílias tradicionais, além das dificuldades inerentes ao ofício da pesca, vivenciam as interferências e os desafios com que a região se

depara seja no campo das relações de trabalho e econômicos, seja nos aspectos políticos, culturais, ambientais e de direitos sociais. Nossa apreensão da juventude é, pois, compreendê-la não apenas como uma faixa etária, uma fase de vida, mas como construção social, histórica e cultural, e que as maneiras de experienciá-la variam de acordo com as diferenças de classe, de etnia, de gênero, etc. (BOURDIEU, 1983).

Na concepção bourdiana, os percursos de vida são concebidos como produtos de interações produzidas segundo um movimento dialético. Esse movimento ocorre entre a interioridade e a exterioridade da experiência social como a “[...] dialética da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade.” (BOURDIEU, 2000, p. 163). Em princípio, esse percurso permite uma superação de estruturas dicotômicas que retratam a indissociabilidade entre o individual e o social.

Bauman (2003) afirma que a identidade, já em sua definição, traz uma dimensão conflitiva, uma vez que consiste numa classificação e reclassificação dos grupos em categorias socialmente construídas a partir de determinados elementos culturais, tomados como referência pelo grupo em relação ao(s) outro(s), tais como: língua, religião, raça, nação, símbolos, etc. O conceito de identidade apresentado como o reconhecimento de pessoas e grupos sociais pressupõe, em essência, a ideia do outro, diferente de um “eu”, daí a possibilidade intrínseca do conflito, da disputa e do poder.

Portanto, analisar a trajetória dos jovens da pesca não seria possível sem considerar a identidade, o *ethos*, das comunidades tradicionais da pesca, como pessoas e um grupo social. É bom ressaltar que comunidades locais, tradicionais, construídas por meio de ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem-se em fontes muito importantes de identidades e podem transformar em reações defensivas contra condições impostas pela situação global que, muitas vezes, impõem-se num território de forma interventiva, alterando todo um sistema.

Castells (1999) considera que toda identidade é resultado de um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou por um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. A questão é como se dá esse processo de construção, sua origem, finalidade e peculiaridades, como observa o sociólogo.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

O autor avança, considerando três formas e origens na construção de identidade:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e de sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos; Identidade de projeto: quando os atores, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Assim, para o autor, enquanto a identidade legitimadora dá origem a um conjunto de instituições e organizações, a uma sociedade civil e a atores sociais estruturados e organizados, que reproduzem a identidade que dá sentido às fontes de dominação estrutural, a identidade de resistência possibilita a formação de comunidades, de formas de resistência coletiva, em face de uma situação de opressão ou de dificuldades. O processo de construção da identidade do projeto seria o desdobramento da segunda origem ou a forma de criação de identidade. A identidade de projetos possibilitaria a construção de novo *ethos*, ou seja, possibilitaria a criação de um ator social coletivo, um projeto de uma vida diferente, com base naquela identidade oprimida inicial, mas que se expande, redefinindo-se numa perspectiva de transformação social. Ao estabelecer essas nuances, Castells aponta que toda construção de identidade social implica relações de poder.

Organizado esse cenário, os dados obtidos foram analisados sob a luz das teorias que embasaram o estudo, com a preocupação de avaliar sua pertinência ou não em relação a essas comunidades. Esse é o processo central do mergulho analítico nos textos⁴⁷ para possibilitar interpretações e explicações de modo a obter respostas para as questões que motivaram a pesquisa.

A pesquisa de campo, junto com a pesquisa documental foram os passos seguintes da pesquisa. Na pesquisa de campo o movimento foi de aproximação com os jovens com o objetivo de obter dados primários. Mais uma vez, em função dos limites de distanciamento impostos pela pandemia, as entrevistas foram predominantemente realizadas *on-line*, diretamente com os jovens do município de São João da Barra. Com a preocupação em recolher maior riqueza de informações, a opção foi pela entrevista semiestruturada, pois ela permite recolher alguns dados de forma mais rápida e reservar espaço para que o entrevistado relate questões mais complexas

⁴⁷ Ressaltar aqui a ajuda dos aplicativos para gerenciar e explorar os diferentes documentos (entrevistas, notas de campo, relatórios, etc.), criar categorias, codificar textos, fazer cruzamentos, uniões, interseções de códigos já criados, armazenar ideias, lembretes e notas sobre os dados, importar e exportar dados.

e fatos pessoais mais densos, possibilitando então uma melhor compreensão sobre suas opções, sobre suas escolhas e sobre sua trajetória de vida.

Ouvir esses jovens e tangenciar suas biografias, como orienta Born (2001, p. 244), possibilita uma “[...] interpretação subjetiva da própria vida de uma pessoa”, na medida que “[...] não apenas inclui o local dos acontecimentos, mas também a sua opinião, os motivos, planos para o futuro, assim como percepção/interpretação do passado.” (BORN, 2001, p. 244). As entrevistas foram construídas no sentido de perceber a relação entre os projetos, as escolhas de vida desses jovens das famílias da pesca artesanal e em que medida seus sonhos estão sendo realizados.

A escolha por realizar entrevistas se baseia em Nogueira (1982, p. 113), que a considera “[...] como meio auxiliar para se fazer um arrolamento e obter acesso a fontes mais seguras de dados objetivos”. Para o autor, a entrevista deve ser utilizada sempre que “[...] se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias e que se espera que alguém esteja em condições de prover”. Na utilização desse instrumento, a seleção dos entrevistados foi feita aleatoriamente e sempre que houvesse, por parte deles, a disposição em nos receber.

Ao proceder a análise de dados, estabelecemos relações e sentidos com o referencial teórico, para que os dados secundários e as anotações realizadas possam melhor compreender, complementar, referendar ou confrontar as declarações dos jovens de famílias de pescadores nas entrevistas realizadas.

O acesso a encontros realizados pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte com pescadores e pessoas envolvidas na cadeia da pesca artesanal, em encontros virtuais, e a presença em seminários com os pesquisadores e técnicos envolvidos no projeto foram o ponto de partida para estabelecer os primeiros contatos esses jovens no município. Por meio desses, obtivemos indicações de outros jovens que não faziam parte de qualquer programa de Educação Ambiental e assim, sucessivamente. Pescadores da Colônia da Pesca também nos auxiliaram com a cessão dos contatos de seus filhos e conhecidos. Não houve, de nossa parte, a preocupação em definir, de antemão, o perfil dos jovens para a realização das entrevistas e, no esforço de análise, as falas dos jovens bem retratam distintas percepções a respeito dos temas abordados.

O período de extrema dificuldade para o deslocamento em função do isolamento social imposto pela pandemia que tem assolado o mundo⁴⁸, de fato, retardou os trabalhos e, como

48 Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara que o surto identificado do novo coronavírus (2019-nCoV) deveria se constituir em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

seria impossível prever o término dessa situação trágica de saúde pública, optamos pelos recursos tecnológicos para a interlocução com os sujeitos da pesquisa. A proposta da entrevista foi reorganizada, incluindo alguns outros tópicos, de modo a não perder detalhes importantes que pudessem ser complementares à compreensão do texto, como gestos ou expressões faciais, sinais capturados no “olho no olho”, em um contato presencial.

Como o acesso a recursos tecnológicos são desiguais, para as entrevistas, optamos pelo uso da internet por meio do aplicativo Google Meet®, mas, com aqueles que não conseguiam o acesso pela plataforma, o recurso foi o telefone móvel. A preocupação com o contexto que vivíamos, de imprecisão e de tensão, e a possibilidade de termos um prejuízo na qualidade das entrevistas, fizeram com que, por vezes, voltássemos a contactar as pessoas. Pouco a pouco, as dificuldades iniciais foram afastadas e as entrevistas aconteceram, fluindo com facilidade, pela evidente disposição dos entrevistados em nos atender e contribuir com suas respostas às questões e posicionamentos. O empenho para a realização desse trabalho com o apoio da tecnologia, teve como fonte sustentadora os estudos de Hine (2004) a respeito da antropologia virtual e as possibilidades que devem ser consideradas a partir desses recursos no estabelecimento de ações dialogais.

Até que as entrevistas acontecessem e os jovens disponibilizassem um tempo para a entrevista, foram vários os contatos, por telefone, explicando o objetivo da pesquisa e minha condição de doutoranda. Reforçamos a importância da entrevista no momento em que dialogávamos, acrescentando o pedido para que autorizassem a gravação, com a garantia do anonimato, caso o participante assim o desejasse, e só depois iniciávamos as perguntas.

A pesquisa foi organizada de modo a identificar: i) Como os jovens veem a pesca artesanal na região a partir das atividades de seus familiares; ii) Quais pontos positivos e negativos apontariam; iii) Se têm ou já tiveram participação na cadeia da pesca; iv) Quais são os seus projetos de futuro; v) Que fatores concorreram para suas escolhas; vi) Como e onde construíram ou vêm construindo a trajetória escolar; vii) De que forma a presença do Porto do Açu vem interferindo na atividade dos pescadores artesanais na região; viii) Se projetam seu futuro na pesca ou se dispõem a outras oportunidades frente às economias do aporte regional (do petróleo e do Porto). A intenção foi propor um conjunto de perguntas, de modo a reunir

(ESPII). Em 11 de março de 2020, a OMS passou a considerar a doença com caráter de pandemia e já se estendia por 115 países. No Brasil, houve uma observância a essa posição da OMS, conforme se vê registrada na RECOMENDAÇÃO Nº 022, DE 09 DE ABRIL DE 2020 que reúne as medidas com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19, decorrente do SARS-CoV- 2, novo Coronavírus (<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1112-recomendac-a-o-n-022-de-09-de-abril-de-2020>). Acesso em 28 de maio de 2021)

possíveis fatores familiares e condicionantes socioeconômicos que denunciasses situações de vida que impelem as opções de futuro dos jovens do município.

Foram onze entrevistas, com duração de aproximadamente uma hora e meia. Entrevistamos quatro jovens do sexo feminino. Os entrevistados com quem conseguimos contato, seja diretamente ou por indicação de terceiros (pais ou amigos) e se dispuseram a colaborar, participaram e opinaram com tranquilidade face às questões formuladas.

Essa etapa de entrevistas encerrou-se no momento em que as respostas já se tornavam recorrentes, não apresentando elementos novos significativos, o que já denunciava certo grau de exaustão. Para Duarte (1999, p. 144), as entrevistas sejam realizadas até quando “[...] for possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão”, ou seja, o momento que o autor considera como “ponto de saturação”. Uma vez que esse “ponto de saturação” só ocorre no decorrer do processo, o número de entrevistados não foi também definido *à priori*.

O eixo central na condução desses diálogos tinha, como alvo, a compreensão mais ampla do que instiga esses jovens nas escolhas que vêm adotando, o que os aflige e principalmente as razões que os movem para se dedicarem à pesca artesanal ou para se afastarem dela, ou ainda se desejaram abandonar a pesca e não puderam fazê-lo, considerando que, em tese, encontram-se em fase de construção da vida adulta, embora essa cronologia não se aplique, com inteireza, aos filhos de famílias da pesca que, desde a infância, já desenvolvem experiências de trabalho na pesca, junto a seus familiares.

Ao estabelecer a relação dialógica com os pesquisados nas entrevistas, tivemos ainda o cuidado com os espaços semânticos partilhados, sem quaisquer restrições a temas que eles pudessem vir à tona, em especial à questão de diferenças e de preconceitos. Durante a realização das entrevistas, de início, alguns tópicos importantes que tangenciam as questões da pesca artesanal, como as questões ao gênero e outros problemas comuns às juventudes na atualidade, deixaram perceber no discurso de alguns jovens, a questões sociais como discriminação, principalmente em relação às minorias.

Oliveira (1996, p. 21) reforça que “[...] é nesse ímpeto de conhecer que o *ouvir*, complementando o *olhar* participa das mesmas precondições deste último na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes”, ocorrendo o que define como uma “fusão de horizontes”. Para o autor, “[...] é nesse ímpeto de conhecer que o *ouvir*, complementando o *olhar* participa das mesmas precondições deste último na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes”. Portanto consideramos que as entrevistas com esses jovens ocorreram, de forma bastante horizontalizada

e próxima, o que nos permitiu uma maior aproximação com a realidade, o que nos auxiliou para que os esquemas conceituais que trazemos não se sobrepusessem ao que foi possível ver a partir da realidade que os jovens nos relatavam.

Para a sustentação teórica na leitura dos dados, recorreremos à técnica da análise de conteúdo, com a classificação de conteúdo temático. Recorremos a Turato (2003, p. 442) quando defende ser uma forma que “[...] procura nas expressões verbais ou textuais os temas gerais recorrentes que fazem a sua aparição no interior dos vários conteúdos mais concretos, portanto uma primeira forma de categorização e subcategorização constituindo o corpus”.

Após as análises de informações (notas e textos, fragmentos de discursos, imagens, trechos de entrevistas, expressões recorrentes e significativas), codificadas em categorias teóricas, constroem-se as reflexões, os levantamentos de dúvidas ou a reafirmação de convicções; o desafio do escrever. É importante ressaltar ainda que a preocupação em traduzir a realidade observada por meio da linguagem é sempre uma interpretação dialética e metafórica, uma vez que a linguagem traz, em si, um aspecto ideológico.

Por fim, ao trazer à análise a realidade desses jovens de famílias tradicionais da pesca artesanal, as questões econômico-sociais da região que interferem nas aspirações, é possível compreender que, mesmo considerando as diferenças que são marcantes e, por vezes, decisivas para as trajetórias de vida, sejam esses jovens de áreas rurais ou urbanos, é evidente que eles não estão imunes, em maior ou menor força, aos embates que a modernidade lhes apresenta e se movem impulsionados por seus sonhos, seus temores e coragens para romper barreiras, pois, acima de tudo e em qualquer lugar, em seu interior, pulsa o vigor da juventude, a busca de uma identidade, imantados dos sonhos, da cultura, de seus medos e coragens.

Nessa definição de identidade, há referência importante à compreensão das trajetórias dos jovens da pesca, observando a potência da identidade individual/social dessa juventude e como se comporta frente às oportunidades de trabalho distintas da pesca que a região proporciona. Ou seja, até que ponto esses jovens constroem resistências para permanecer na pesca ou com “[...] material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade”, como Castells (1999, p. 24) bem sinalizou acima.

Com esse entendimento e com os dados da pesquisa documental, produzida pelo PEA–Pescarte da BC, pudemos estabelecer relações de dados quantitativos relacionados ao perfil dos pescadores artesanais e captar outros aspectos para analisar, com maior clareza, a realidade trazida para essa tese. Consideramos que o trabalho desenvolvido no PEA Pescarte da BC, por pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), envolvendo mais de 80 pessoas, entre técnicos, educadores sociais e pesquisadores, junto a

comunidades da pesca artesanal de sete municípios da Bacia de Campos, tem contribuído para estudos da pesca na BC. O Censo foi uma das ações realizadas no primeiro ciclo do referido projeto. Apesar de sofrer interrupções, por razões que escapam aos pesquisadores e à UENF, já é possível identificar uma colaboração expressiva junto às comunidades da pesca, no sentido de seu fortalecimento e organização como profissionais na economia da pesca. Segundo Campos, Timóteo e Arruda (2018), responsáveis pelo projeto, o PEA Pescarte visa “[...] além da formação cidadã, uma intervenção social, que tem, por anseio ampliar a capacidade organizativa dos pescadores por meio do desenvolvimento e implementação de projetos de geração de trabalho e renda.” (CAMPOS, TIMÓTEO, ARRUDA, 2018, p. 71).

No Censo PEA Pescarte, coletamos dados referentes à escolaridade, à formação profissional e ao trabalho dos filhos dos pescadores nessa faixa de 18 a 29 anos, e iniciamos o traçado do perfil socioeconômico. No tratamento dos dados do Censo, o apoio tecnológico utilizado foi feito pelo software estatístico SPSS, um recurso facilitador que possibilita cruzamentos entre os dados, recodificações e construção de tabelas sínteses.

Esse conhecimento do grupo de pescadores, predominantemente por meio do Pescarte, possibilitou-nos o acesso às comunidades pesqueiras além de obter elementos para conhecer o contexto de vida desses pescadores, de suas dificuldades e necessidades. No contato com as comunidades, tivemos, de certa forma, a possibilidade de cotejar a realidade com os temas discutidos nas reuniões e palestras realizadas pelos pesquisadores do PEA Pescarte. Nesse ano de 2020, excepcionalmente em função da pandemia, os encontros ocorreram de forma virtual.

Antes, porém, de nos debruçarmos na análise dos dados, é importante trazer ao destaque o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, a proposta de trabalho do PEA Pescarte e o Censo do PEA Pescarte, fontes secundárias a que recorreremos ao considerar comunidades tradicionais atingidas por impactos ambientais.

5.3 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS, O PEA BC

Criado a partir da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 001/10, pelo Ibama, o PEA Pescarte, com seis linhas de ação, é uma exigência imposta para obtenção de licenciamento ambiental das atividades marítimas de petróleo e gás em caráter regional, de caráter regional educativo. O Programa visa articular os projetos de Educação Ambiental, de empresas que atuam na indústria marítima de petróleo e gás na BC, como a Petrobras, Shell, Statoil, Chevron, Petrório e OGPARG, para os grupos sociais afetados pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados.

Nesse sentido, as situações desfavoráveis causadas pelas atividades da indústria de E&P do petróleo e gás, impostas ao ambiente e a determinadas comunidades, devem estar obrigatoriamente sujeitas à adoção de medidas mitigatórias. A partir da referida Nota Técnica, têm surgido projetos com a finalidade de envolver a sociedade e em especial, essas comunidades, sob a responsabilidade de instituições de pesquisa e das universidades, a exemplo da Bacia de Campos, o PEA da BC. Os objetivos centrais do Programa de Educação Ambiental da BC, definidos na Nota Técnica Cgpeg/Dilic/Ibama 01/10 são:

- i) garantir o alinhamento entre as ações que serão desenvolvidas nos programas de educação ambiental regionais; direcionar as diferentes linhas de ação e seus processos educativos de modo que venham a convergir para uma efetiva gestão ambiental regional;
- ii) garantir que os processos educativos estejam voltados para a mitigação dos impactos da atividade licenciada;
- iii) otimizar o processo de licenciamento, esclarecendo quais são os objetivos da CGPEG/IBAMA em relação à construção de um programa de educação voltado para a gestão ambiental regional; e
- iv) reduzir a criação de expectativas por parte dos grupos sociais envolvidos na realização de diagnósticos participativos. (BRASIL, 2010, p. 4).

Costa e Brito (2019), referindo-se aos Programas de Educação Ambiental projetados pelo Ibama, desde os fins de 1990, ressaltam o valor da sua proposta pedagógica. Para os autores,

[...] ela busca articular os saberes tradicionais com os conhecimentos teóricos acerca do meio ambiente e os impactos gerados pelas atividades licenciadas. Dessa feita, a abordagem pedagógica visa ampliação da consciência socioambiental dos sujeitos da ação educativa para um redirecionamento de suas interações sociais respeitando os sentimentos de pertencimento desses atores aos seus territórios e os seus modos de vida. (COSTA; BRITO, 2019, p. 175).

Nesse sentido, para os pescadores, é no viver a realidade, no espaço concreto do trabalho entre seus pares, na relação do pertencimento à pesca, a partir da consciência dos conflitos de território que se impuseram ao território e que comprometem o ambiente de onde retiram seu meio de produção e das relações que estabelecem com outros agentes, que esses sujeitos se educam e educam o outro.

5.4 O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE (PEA PESCARTE)

Criado em 2014, por uma parceria firmada entre o Ibama, Petrobras e a UENF, o Projeto de educação ambiental Pescarte (PEA) Pescarte, classificado na linha A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental –

foi implantado sob a orientação e a execução de professores, pesquisadores e técnicos do Centro de Ciências do Homem da universidade.

O Projeto visa mobilizar, incentivar e orientar essas comunidades pesqueiras de 38 comunidades que vivem nas 246 localidades dos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana para que esses pescadores artesanais e seus familiares, participem das diferentes ações e/ou atividades propostas, de natureza educativa no sentido do “[...] fortalecimento da organização comunitária para ações de Geração de Trabalho e Renda de comunidades de pescadores artesanais dos municípios que têm essa atividade direta ou indiretamente afetada pelas atividades da Petrobras na Bacia de Campos.” (TIMÓTEO, 2013a, p. 1). A escolha desses municípios foi pautada pelos seguintes critérios: interferência da atividade petrolífera na pesca artesanal, o volume médio de pescado desembarcado em toneladas, o quantitativo de pescadores e sua renda familiar (TIMÓTEO, 2013a).

Com o objetivo de estimular a organização comunitária, o PEA Pescarte em sua pauta de ações, em sua proposta de trabalho, previa:

[...] discutir e elaborar projetos produtivos junto com os pescadores artesanais e seus familiares, a partir de análises participativa da cadeia produtiva do pescado, que levem à valorização social de suas práticas e tradições, e que lhes garantam uma alternativa de complementação de suas rendas monetárias. (TIMÓTEO, 2013b, p. 9).

Esse processo, desde o início dos trabalhos, vem acontecendo. A Figura 16, a seguir, mostra a área de abrangência do PEA Pescarte na Bacia de Campos. Trata-se, portanto, de um projeto de mitigação.

Trata-se, na verdade de um redimensionamento na participação social dessas pessoas, um dos impasses com que elas se deparam na iminência de fazer suas escolhas, tendo em vista que a vida do mar incita uma liberdade total e certa imprevisibilidade.

Destaca-se que a Proposta do projeto para atuação na linha de ação A, do Programa Plataformas de Cidadania, a universidade prevê “[...] promover investigações e divulgação científica no campo interdisciplinar da EA que subsidiem os processos de Licenciamento Ambiental na BC” (TIMÓTEO, 2013b, p. 7). À medida que o PEA Pescarte avançou nessa perspectiva, ganharam também relevância, com maior solidez acadêmica, as informações sobre essas comunidades pesqueiras, respondendo a uma necessidade histórica em quantificar a comunidade pesqueira nessas regiões fluminenses e, como corolário, poder oferecer subsídios para as futuras políticas públicas direcionadas a essa área.

Na atuação do PEA Pescarte, registra-se uma pauta efetiva no sentido de desenvolvimento de processos formativos que visem à disseminação de conteúdo, habilidades, competências que afetem positivamente comportamentos referenciados nos princípios da economia solidária, na construção de autonomias e do pleno desenvolvimento da cidadania, em especial no que tange à participação em processos que têm, na democracia popular participativa, seu horizonte de desejo e um de seus pilares de sustentação.

Quando se trabalha o estímulo à participação mais efetiva e colaborativa de trabalhadores, é fundamental que isso aconteça para uma mudança na cultura, em relação ao controle social e ao enfrentamento de questões em diferentes escalas (local, regional, estadual), o que faz robustecer a autonomia e o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território.

Vale reforçar que a criação de Programa Plataformas de Cidadania, direta ou indiretamente, estão alinhadas com a defesa da sobrevivência no planeta e tendem a crescer como uma exigência da sociedade e, em consequência perceptível, favorecem o rigor na implantação de legislação de controle ambiental, o que confirma as palavras de Piquet (2007):

A expansão da economia brasileira em novo ‘formato’ requer, pelo menos, o enfrentamento das seguintes questões: necessidade da formação de uma nova força de trabalho e crescente questionamento quanto ao uso predatório do meio ambiente natural e construído, e o debate em torno da nova função do Estado. (PIQUET, 2007, p. 128).

Talvez fosse possível admitir que a Petrobras tivesse, a princípio, pensado no saldo positivo para a empresa ao financiar os projetos, uma vez que uma indústria é movida essencialmente pelo lucro, como mostra Harvey. Não obstante, um Programa de Educação

Ambiental traz, em essência, uma força transformadora. *Conhecer para transformar*, retomando a epistemologia freiriana, é o princípio que moveu o PEA Pescarte. Encontros, debates, visitas às comunidades, a eleição de sete Grupos Gestores (um por município) com até 20 (vinte) representantes da classe pesqueira e que se (co)responsabilizaram para a realização de visitas e discussão de experiências exitosas na área de produção (aquicultura e maricultura), no beneficiamento e na armazenagem do pescado e ainda na comercialização de produtos daí oriundos e, em especial, o Censo do PEA Pescarte fazem parte desse “conhecer”, na primeira fase do Projeto.

A segunda fase do PEA⁴⁹ visou ao fortalecimento dos vínculos existentes entre os pescadores(as) artesanais e seus familiares, ou seja, ao protagonismo desses trabalhadores e ao aprofundamento da assimilação de princípios da economia solidária, do cooperativismo e das diversas iniciativas associativas bem-sucedidas na produção, no beneficiamento e na comercialização do pescado. As ações com os grupos eleitos foram intensificadas, e as discussões começaram a se direcionar no sentido da seleção dos projetos de geração de trabalho e renda que seriam implementados nos municípios.

Um trabalho dessa natureza pressupõe metodologias que estimulem a participação e o envolvimento das pessoas de modo que se viabiliza, na verdade, como defende Layrargues (2002, p. 35), “[...] um processo educativo eminentemente político que visa ao desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”, visão essa consoante com a definição da vertente de educação ambiental crítica.

Tratando-se da atuação do Projeto no município de São João da Barra, inicialmente, as comunidades de Atafona, Barra do Açu, Grussaí e Centro e no II Ciclo, alcançou as seguintes localidades: Vila Esperança; Cehab; Coreia; Carrapicho; Pontal; Quixaba; Azeitona; Mato Escuro; Alto do Cardeiro; Capela de São Pedro; Sabonete; Água Preta; Palacete; Pipeiras; Vila da Terra; Folha Larga; Outro Lado da Lagoa; Chapéu do Sol; Cajueiro; Degredo; Barcelos; Chatuba; Beira Rio – São Pedro; Rua de Baixo, Pedregal.

Neste ano de 2021, o PEA Pescarte está numa terceira fase, após um período de interrupção, resultante de uma conjuntura sociopolítica marcada por forte crise sanitária,

⁴⁹ Tratando-se da atuação do Projeto no município de São João da Barra, inicialmente, as comunidades de Atafona, Barra do Açu, Grussaí e Centro e no II Ciclo, alcançou as seguintes localidades: Vila Esperança; Cehab; Coreia; Carrapicho; Pontal; Quixaba; Azeitona; Mato Escuro; Alto do Cardeiro; Capela de São Pedro; Sabonete; Água Preta; Palacete; Pipeiras; Vila da Terra; Folha Larga; Outro Lado da Lagoa; Chapéu do Sol; Cajueiro; Degredo; Barcelos; Chatuba; Beira Rio – São Pedro; Rua de Baixo, Pedregal.

ambiental e econômico/produtiva num contexto de paralisia e de incapacidade de governança a nível do executivo federal, em face da sua escolha por uma proposta ultraliberal que avança no sentido do cerceamento de direitos, que concorre para o aumento do desemprego e da informalidade, atingindo mais fortemente os segmentos mais vulneráveis da população. Trata-se, pois, de um momento de exacerbação de dificuldades, em especial quando se observam o desrespeito que vêm ocorrendo às comunidades tradicionais em relação a seus territórios e seus direitos negados, o que reforça a importância dos conteúdos formativos previstos e alguns já em desenvolvimento pelo PEA Pescarte.

5.5 CONTRIBUIÇÕES DO CENSO PEA PESCARTE

O Censo PEA Pescarte, realizado no I Ciclo do Projeto (2014 a 2016), teve, como objetivos, caracterizar a comunidade da pesca artesanal, atualizar o Diagnóstico Participativo da BC e ser referência para execuções futuras de ações de intervenção social na atividade pesqueira (COSTA, 2019) e reuniu uma base de dados na qual constam 10.082 pessoas e, desse total de 32 comunidades circunscritas em sete dos municípios selecionados⁵⁰, 4.234 delas são envolvidas diretamente nas atividades pesqueiras.

No Plano de Trabalho PEA Pescarte - Segundo Ciclo há o registro de que, na primeira fase, “[...] o Projeto realizou 26 grupos focais (Pescadores, Esposas, Jovens e Mistos), que permitiu a atualização e confirmação dos resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC” (TIMÓTEO, 2016, p. 2), um trabalho que auxiliou significativamente na realização do mapeamento dos pescadores artesanais. As respostas obtidas no Censo foram de cunho quantitativo.

É importante lembrar que a pesca possui um papel importante no abastecimento mundial de alimentos e se trata de uma atividade que envolve milhares de pessoas, em geral, de populações costeiras.

No que tange aos benefícios do pescado para a alimentação e, em especial, para a saúde, de acordo com a FAO (2020), destaca que os pescados podem ajudar na complexa questão da “triple carga de la malnutrición” (inseguridad alimentaria, desnutrición y sobrepeso) e acrescenta:

⁵⁰ Os municípios (já destacados no início desse item) são: de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

El pescado, especialmente los pescados pequeños que se consumen enteros, además de aportar proteínas de alta calidad, pueden ser ricas fuentes de ácidos grasos omega 3, vitaminas A, D y B, y minerales tales como calcio, cinc, yodo y hierro, mientras que las algas marinas representan una excelente fuente de ácidos grasos, vitaminas y minerales. Entre los beneficios del consumo de pescado pueden mencionarse los siguientes: menor riesgo de enfermedades crónicas, como las enfermedades cardiovasculares; mejor salud materna durante el embarazo y la lactancia; mejor desarrollo físico y cognitivo en la primera infancia; y mitigación de los riesgos para la salud relacionados con la anemia, el retraso del crecimiento y la ceguera infantil. (FAO, 2020, p. 168).

No entanto, apesar de toda essa riqueza do pescado, a insegurança alimentar ainda assombra uma grande parte dos pescadores na região de São João da Barra (58,9%), como analisado em Cunha *et al.*, (2019) e, dentro das escalas definidas de insegurança alimentar leve, moderada e grave, 1,5% ainda se encontram nessa última condição, 10,4% na moderada e os demais 41,1% com insegurança alimentar leve. Esta é uma questão que tem ligação direta com a renda da pesca que fere de perto esses pescadores, sobretudo, quando se veem forçados a submeter seu pescado aos moldes da comercialização capitalista.

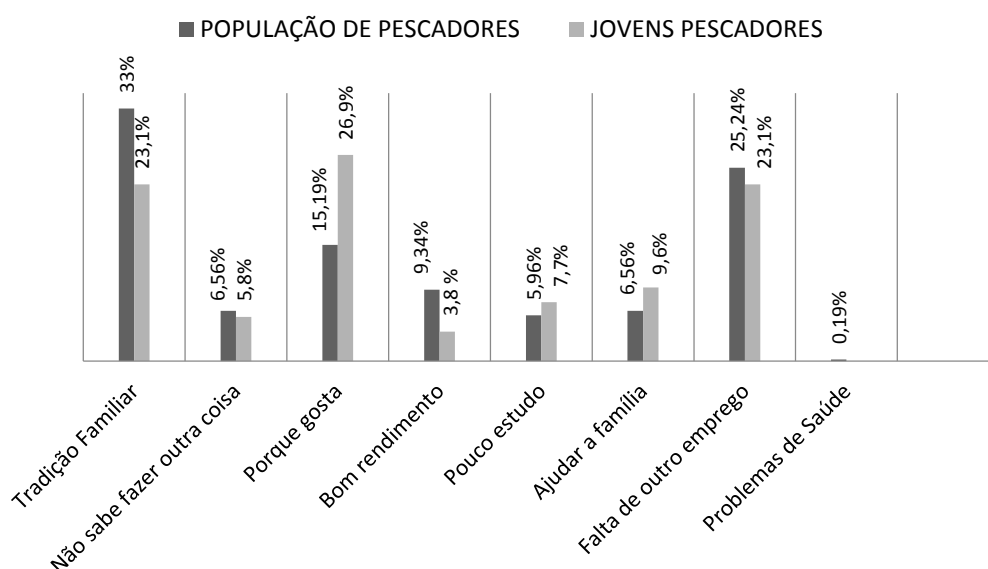
Feito esse breve apanhado do PEA Pescarte e do Censo, a história e os desafios de vida de pescadores artesanais dos municípios que fazem parte da área litorânea alcançada pela Bacia Sedimentar de Campos assumem maior protagonismo no sentido de conhecer as dificuldades e os desafios, as vitórias e expectativas dos pescadores. Dos municípios atendidos, para o estudo, o recorte de nosso interesse, foi São João da Barra, onde, aproximadamente 504 jovens entre 18 a 29 anos de famílias tradicionais da pesca responderam ao Censo e, dentre esses, 111 se definiram como pescadores artesanais.

Dentro de um panorama tão instigante, optamos por consultar a base de dados do Censo do PEA Pescarte (2016) na perspectiva de buscar aspectos na “saga” desses trabalhadores da pesca como: i) rendimento mensal médio e quanto julgam que seria suficiente para viver da pesca; ii) por que preferem a pesca; iii) se pretendem continuar na pesca e as razões para isso; iv) se têm interesse no associativismo, vi) formação profissional, dentre outros, que pudessem ser considerados fatores contribuintes para as escolhas desses jovens para a sua permanência ou não na pesca e as expectativas que alimentam para esse ofício. Dados que, sem dúvida, subsidiaram a análise da trajetória de vida quando da realização das entrevistas realizadas com os jovens dessas famílias da pesca.

Sobre o rendimento médio familiar de pescadores de São João da Barra, o cálculo foi de R\$ 1.040,81, pouco mais que um salário-mínimo e, quando se interrogou sobre qual a estimativa que teriam do rendimento necessário para “viver da pesca”, esse valor sobe para R\$ 1.947,16.

Sem dúvida, as quantias são modestas e revelam a carência econômica desses pescadores. Também se pode inferir ser essa uma das razões de muitos pescadores buscarem uma atividade secundária, como a agricultura, por exemplo, fato muito habitual em São João da Barra, um município cuja população se depara, por longas décadas, com poucas oportunidades de trabalho e que tem, na pesca, uma fonte de subsistência. Pelos dados do Censo PEA Pescarte (2016), dentre as opções apresentadas como razão para a escolha da pesca como profissão, no Gráfico 1 pode ser se analisar que há uma aproximação significativa entre as porcentagens registradas em um e outro grupo no que tange à escolha das opções.

Gráfico 1 - Resposta (em %) dos entrevistados, quando indagados por que escolheram a pesca como principal ocupação



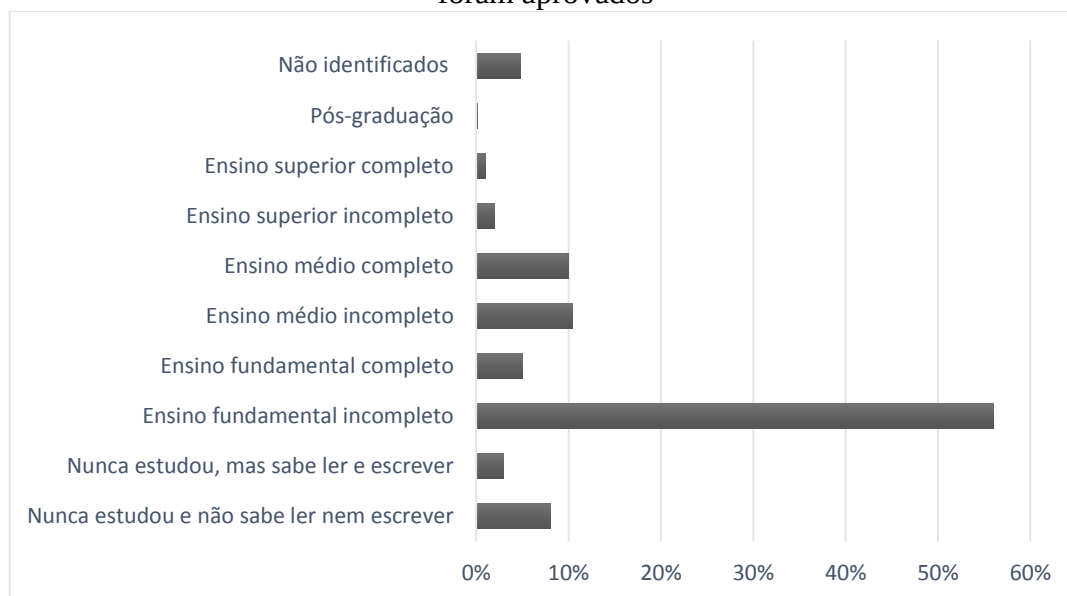
Fonte: Elaboração própria com base no Censo PEA Pescarte, 2020.

Comparado esse cenário, a realidade não se mostra muito distinta, uma vez que a “tradição familiar”, o fato de “gostar da profissão” e a “falta de outro emprego” são as razões mais fortes. Questões que bem traduzem as condições de vida dessas comunidades tradicionais se evidenciam também nas opções: “não sabe fazer outra coisa”, “ajudar a família” e “pouco estudo.” No que se refere ao trabalho na pesca, o Censo mostra que 64% da população total de pescadores começou a trabalhar antes de 18 anos, sendo que, 40% desse percentual trabalha desde crianças, portanto, com 12 anos ou menos.

Em relação ao “pouco estudo”, os dados do Censo confirmam essa situação, no item que questiona o último grau/série/ano em que as pessoas entrevistadas obtiveram aprovação, uma evidência da baixa escolarização dessa comunidade pesqueira, uma vez que 72% de seus

membros não tiveram acesso ao ensino médio e desses, apenas 5% concluíram essa etapa da educação básica. como se vê no Gráfico 2.

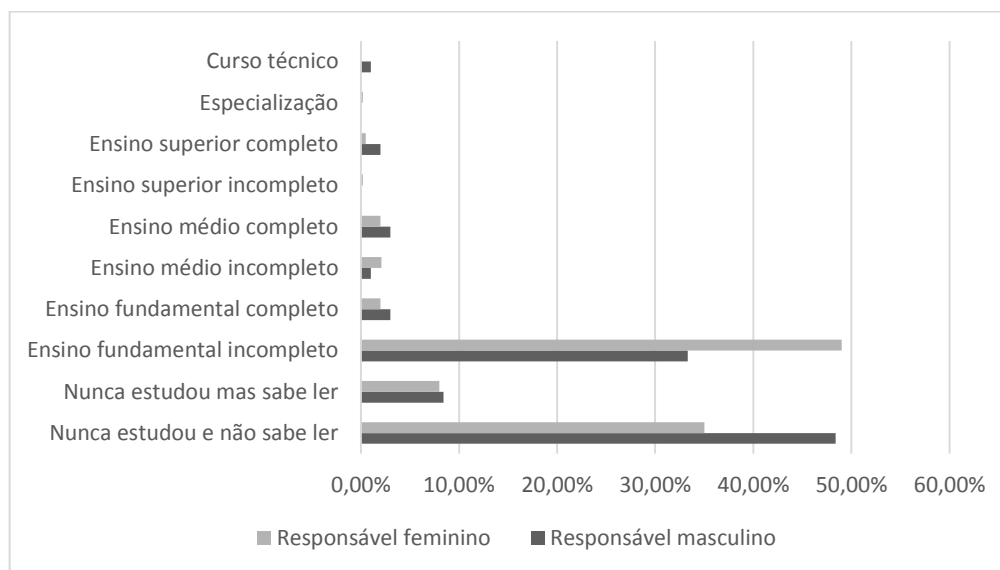
Gráfico 2 - Resposta (em %) dos respondentes a respeito do último grau/série/ano em que foram aprovados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

Há que se ressaltar que, não se trata somente das dificuldades de acesso à escola que o município apresentava por décadas (realidade que se modificou principalmente nos anos pós 2000), mas pela própria característica das comunidades de pescadores, que, historicamente, as crianças e jovens não permanecem na escola por muito tempo, seja pela necessidade de trabalhar ajudando a família, seja pela própria estrutura escolar que tem dificuldade em propor currículos com a flexibilidade necessária para acolher a diversidade da população, situação que se comprova ao ver retratada a escolaridade dos responsáveis (masculino/feminino) desses respondentes, como se vê no Gráfico 3.

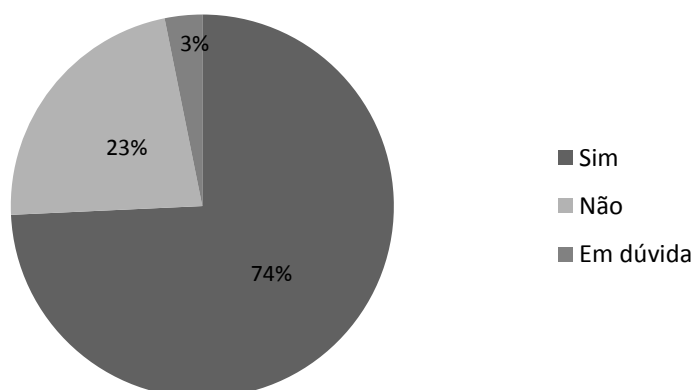
Gráfico 3 - Resposta (em %) da população entrevistada a respeito da série/grau de escolaridade de seu responsável masculino/feminino



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

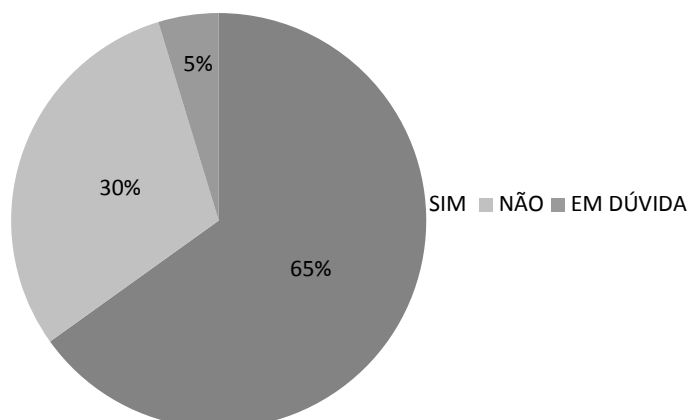
Essas questões iniciais nos conduziram à seguinte pergunta: se eles têm intenção de permanecer na pesca. Os Gráficos 4 e 5 mostram a resiliência e a identidade dos pescadores em relação à pesca artesanal, o que fortalece a percepção sobre a forma de ser e de estar no mundo dessas pessoas, de como compreendem a realidade que os cerca e de certa maneira determina suas escolhas, suas dificuldades e desafios. Ao cotejar os dois contingentes: a população de pescadores e a população jovem de 18 a 29 anos, os resultados não se distanciam muito, embora denuncie que a fração entre aqueles que não pretendem continuar na pesca tenha crescido um pouco entre os jovens (30%), como se observa a seguir:

Gráfico 4 - Pretensão da população pesqueira em continuar ou não na pesca. Resposta em %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo PEA Pescarte, 2020.

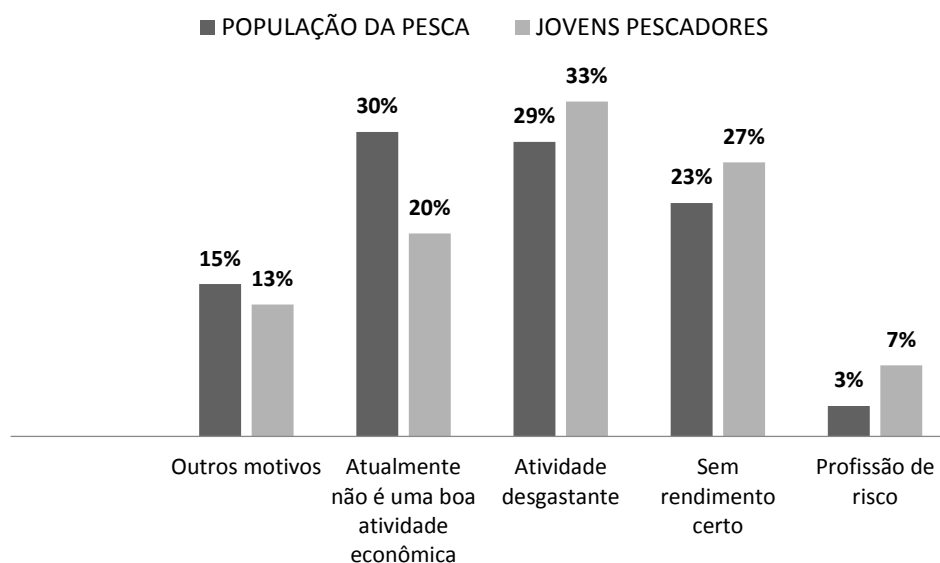
Gráfico 5 - Pretensão da população jovem em continuar ou não na pesca. Resposta em %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

A respeito daqueles que estão em dúvida, o ínfimo resultado (3%, no conjunto de pescadores e 5%, entre os jovens), de certa forma, só reforça a importância da pesca como uma fonte de renda a que podem recorrer sempre. No entanto, há uma preocupação permanente em relação a este fato, uma vez que fração expressiva dos dois universos da pesquisa (68,4% dos pescadores e 67,3% dos jovens na faixa definida) admitem que a renda do trabalho não é suficiente para suprir todas as necessidades durante um mês. Essa posição justifica, em parte, o fato comum em São João da Barra de esses pescadores exercerem uma segunda profissão. E indagados se, com uma renda mais alta (por eles próprios estimada), fariam opção por se manter apenas como pescadores, a resposta afirmativa chegou a 82% entre os pescadores e 72,2% entre os jovens. também neste quesito, a fidelidade dos jovens decréscimo de, aproximadamente 10%. Dentre aqueles que **não** têm intenção de continuar na pesca, o Gráfico 6 mostra as seguintes variáveis relacionadas, respectivamente, à população de pescadores e apenas ao grupo de jovens entre 18 e 29 anos.

Gráfico 6 - Resposta (em %) da população da pesca e apenas do grupo de jovens pescadores a respeito das razões de não querer continuar na pesca

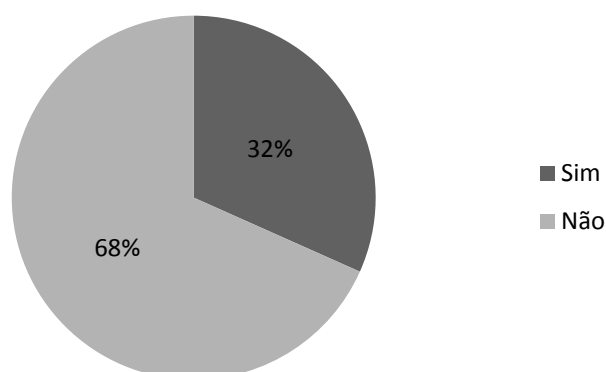


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

Razões relativas à renda (podendo até mesmo associar o item “atualmente não é uma boa opção” com “sem rendimento certo,” são as mais recorrentes, ainda que chame a atenção para os itens ‘atividade desgastante’ e ‘profissão de risco’ que praticamente se complementam.

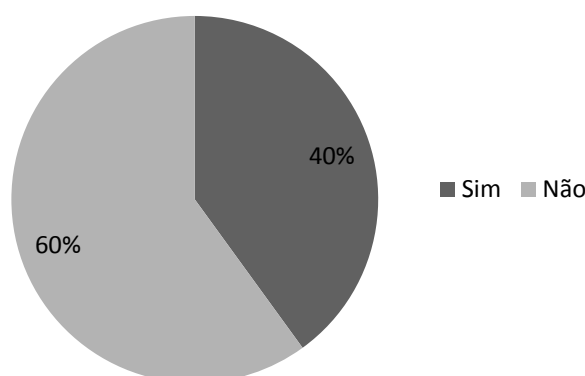
Uma pergunta provocativa para o nosso estudo foi referente à posição desses jovens da pesca artesanal em relação ao futuro e nesse panorama, incluindo os filhos. A resposta apresentada no Gráfico 7 mostra que, embora a questão econômica seja um forte determinante, outras razões também são importantes para que esses jovens pescadores não aspirem que seus filhos atuem na pesca, o que revela a preocupação em possibilitar um futuro melhor para os filhos, face às dificuldades que a pesca artesanal enfrenta e, em especial em São João da Barra, essa realidade se agrava em decorrência dos conflitos ambientais provocados pelos grandes investimentos.

Gráfico 7 - Opinião dos respondentes se gostariam que seu filho(a) viesse a ser um pescador(a), caso a renda da pesca fosse aquela que ele estimava como necessária para a sobrevivência. Resposta (em %) da população da pesca.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

Gráfico 8 - Posição dos jovens da pesca quando questionados se tivessem a renda (estimada com a atividade da pesca se gostariam que seu filho viesse a ser pescador(a). Resposta em %.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte (2020).

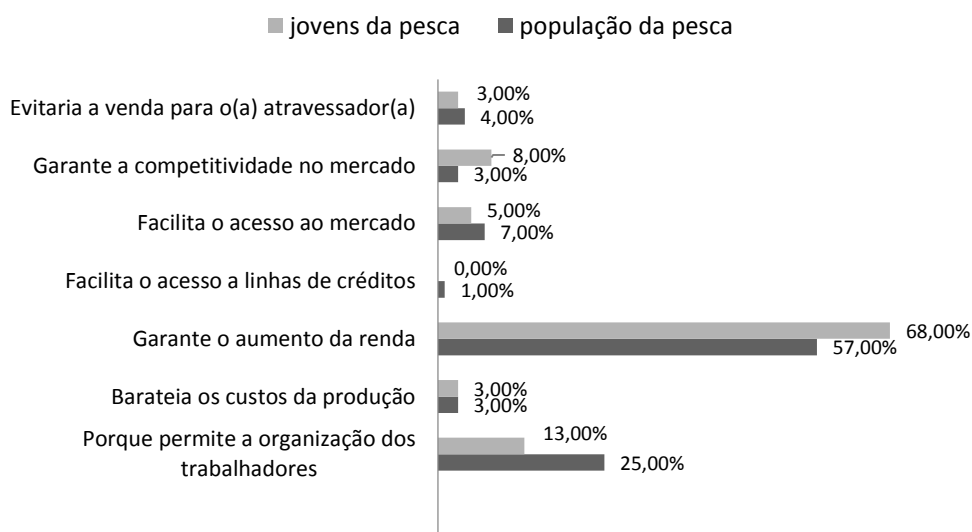
Ao que parece, existe alguma força ou determinação, um sentimento de pertença que mantém esses trabalhadores resilientes no trabalho da pesca artesanal, mesmo com as duras restrições que são impostas a essa atividade tradicional. Não obstante eles alimentam, para seus filhos, outros sonhos, ainda que a história de vida de sua família apele pela permanência desses jovens na pesca.

Outra questão relacionada às expectativas com a pesca foi sobre a necessidade ou a disposição desses pescadores de uma nova forma de organização da economia da pesca. E, de fato, existe o embrião dessa disposição entre os pescadores, como se percebe no resultado do Censo, como se percebe quando se fez a pergunta “Se houvesse um trabalho associativo com cooperativa, pequena empresa ou unidade produtiva gostariam que o filho participasse?” A

resposta positiva é expressiva. Da população de pescadores entrevistados no Censo, 87%, responderam que, caso houvesse uma cooperativa/associação/unidade produtiva na sua comunidade administrada pelos pescadores locais e a universidade, dariam preferência na venda de seu pescado para ela. Tratando-se apenas do grupo de jovens filhos de pescadores, esse sentimento demonstra estar consolidado, pois esse índice sobe para 95,1%.

Essa comunidade pesqueira tem consciência de que para tanto, é necessário o fortalecimento de vínculos, parcerias e laços de solidariedade para que as associações entre os pescadores realmente sejam efetivas e é exatamente nessa perspectiva que o PEA Pescarte trabalha, uma Educação Ambiental crítica que defende formas alternativas de desenvolver a economia e de combater a submissão às amarras do sistema capitalista. Diegues (1983) ressalta que, em casos específicos, na articulação entre empresa e pescadores artesanais, principalmente pelo estabelecimento de postos de compra de empresas pesqueiras em áreas de produção artesanal, pode surgir uma complementaridade entre as duas formas de produção, ainda que se observe a subordinação da atividade da pesca artesanal à forma capitalista de produção. Considera, entretanto, que essa articulação não compromete as principais características da atividade. As razões apresentadas como positivas estão dispostas no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Posição (em %) do grupo de respondentes quando questionado se aceitaria fazer parte de uma cooperativa/ associação/pequena empresa/unidade produtiva



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

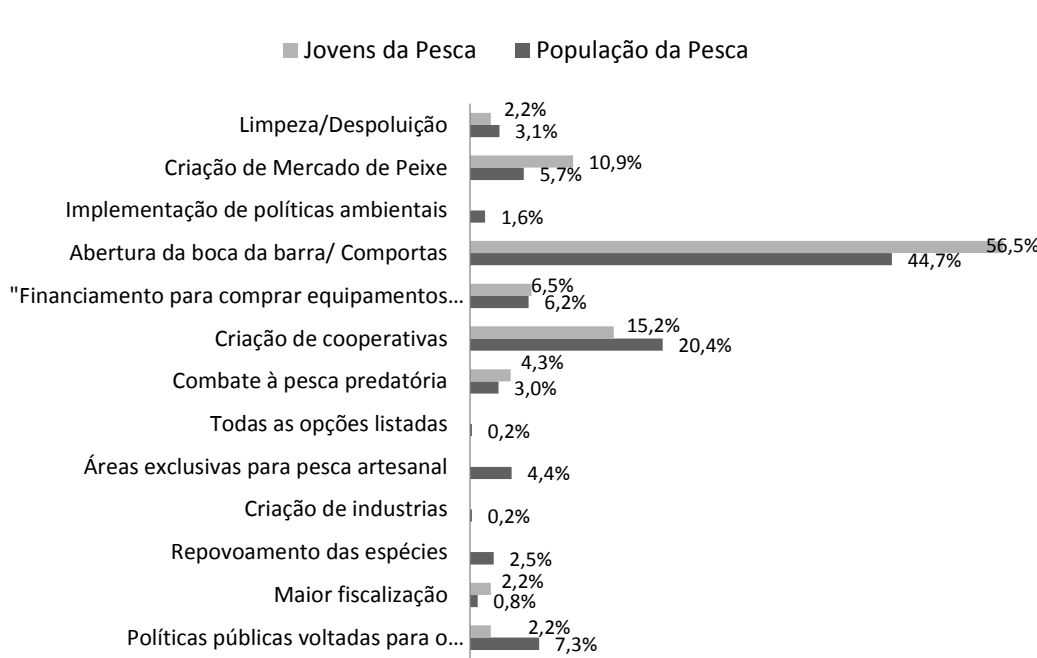
As respostas mais frequentes como: “permite a garantia de aumento da renda” e “permite a organização dos trabalhadores” revelam, mais uma vez, a preocupação com a renda e a fragilidade da organização de categoria; como corolário, poderíamos acrescentar a necessidade

de apoio que esses trabalhadores precisam ter dos órgãos públicos, universidades e sociedade no sentido do fortalecimento e reconhecimento da categoria.

Questionados também a respeito do que poderia ser feito de mais importante para o desenvolvimento da pesca artesanal na região, os jovens pescadores mostraram bastante coerência em suas propostas. Novamente a questão da comercialização do pescado se evidencia como prioridade, caso consideremos uma conjugação das propostas: “criação de cooperativas e criação de mercado de peixe.” A abertura da “boca da barra” é um pleito muito defendido pelos pescadores como dificuldade para suas atividades e que poderia ser atenuado, caso houvesse empenho da prefeitura local. Essas questões foram bastante reiteradas pelos jovens de 18 a 29 anos entrevistados, como veremos mais adiante.

É importante inferir, ao analisar o Gráfico 10, que essas propostas dos pescadores jovens estão, direta ou indiretamente, vinculadas a ações que demandam políticas públicas de apoio à atividade pesqueira, como se registra a seguir.

Gráfico 10 - Opinião (em %) dos pescadores que responderam à pergunta se gostariam que o filho(a) participasse de associações, caso existissem cooperativas, pequena empresa/unidade associativa para a economia da pesca



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

Soma-se a este cenário o fato de os pescadores terem baixa proteção social, traduzida no fato de 30% do total de pescadores entrevistados no Censo PEA Pescarte (2017) nem possuírem sequer um documento relacionado à atividade pesqueira como o Registro Geral da

Pesca (RGP) e o Registro da Embarcação e 41% deles não contribuírem para a previdência social, o que representa uma fração significativa de vulnerabilidade social. Além desses dados, também se registrou que apenas 42% dessa população da pesca possui conta bancária.

Visto sob outro ângulo, são dificuldades que concorrem para o esvaziamento e a desistência de muitos deles em buscar uma outra profissão, ainda que não seja o acesso ao mercado de trabalho também seja um caminho cada vez mais sinuoso, principalmente para os jovens em nossos tempos.

A preocupação, ao buscar esses dados no Censo foi desenhar um cenário macro que envolve a vida dos jovens filhos da pescadores e que podem interferir, em certa dimensão, em suas escolhas quanto ao futuro.

Vale retomar, nesse ponto, à discussão que circunda o status dos jovens em idade de se inserirem no mercado de trabalho, quando estudos apontam fatias dessa faixa de população brasileira classificada como “Nem-nem, ou seja, que nem está estudando, nem inserida no mercado de trabalho, como aponta a Pnad/IBGE. Numa análise do trabalho apenas sob a ótica do aspecto econômico, seria possível compreender a razão por que se um índice significativo de jovens de famílias da pesca estaria nesse status de Nem-Nem: são oriundos de famílias de baixa renda, em geral, moradoras em áreas periféricas ou rurais, com dificuldades, desde a infância, para o acesso à escola e à formação profissional, o que compromete o desenvolvimento exigido na atualidade, uma vez que chegam à fase da juventude sem terem concluído o ensino fundamental ou o médio.

Peixoto *et al.* (2019, p. 291) apontam que na população de pescadores da bacia de Campos, o Censo registrou que dentre os indivíduos de 15 e 29 anos⁵¹, 23% são jovens nessa situação de inatividade, o que corresponderia a 5% de toda a população dessa comunidade pesqueira, incluindo-se nessa categoria os (desocupados, desempregados ou ajudantes domésticos sem remuneração.

Analizando, porém, sob essa ótica, porém, sob outra lente, a da economia familiar, a própria natureza do trabalho e do envolvimento dos membros das famílias na pesca artesanal, uma de suas características dessa atividade, desautorizam, em certa proporção, a análise desses dados numéricos. Isto porque, em geral, os filhos e as filhas das famílias tradicionais da pesca artesanal, desde muito jovens vão assumindo responsabilidades, sejam elas remuneradas ou não, nas águas, em terra ou mesmo no trabalho domiciliar, mas que contribuem, favorecem a obtenção da renda, uma vez que todo o produto da pesca reverte para a família.

⁵¹ Por insuficiência de indicadores, não apresentamos o percentual de “nem nem” entre os indivíduos de 18 a 29 anos.

Peixoto *et al.* (2019, p. 290) se apoia em autores que se dedicam a esses estudos sobre jovens e destaca a fragilidade conceitual na denominação “nem-nem”, observação com quem concordamos. Para esses estudiosos, essa classificação “nem-nem”, esbarra em algumas dificuldades como analisar apenas sob o ponto de vista do economista do trabalho e que os critérios de medição do trabalho têm dificuldades para classificar formas de trabalho não remuneradas dos jovens e mulheres e, nesse sentido, possibilitaria certo inflacionamento da estatística. Também se reportam a Pietro e Parra (2013) para destacar a crítica de que o termo nem-nem “seria mais uma etiqueta com grande apelo midiático do que um conceito sólido como outros conceitos estatísticos e que não foi até o momento apreciado por nenhuma Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho – CIET”.

Essa fragilidade para a análise de dificuldades sociais nessa “passagem para a idade adulta” que muitos jovens enfrentam se aplicaria à realidade dos jovens da pesca artesanal que, em certa medida, apesar de se adunarem ao perfil dos nem-nem, necessitam de outros parâmetros que possam traduzir sua posição na família, no que se relaciona à natureza da atividade em que as relações de trabalho são singulares e se firmam, em geral, em parcerias e na camaradagem e na colaboração dos membros da família. Não obstante, essa “informalidade” necessitaria de uma releitura no que se reconhece como segurança e apoio aos pescadores e seus familiares, dentro de uma perspectiva de uma nova economia que pode ser construída com uma educação nesse sentido e com políticas públicas.

5.6 A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DE DADOS

Na realização das entrevistas, tínhamos em mente a afirmativa de Born (2001), em relação à trajetória de vida como uma estrutura social, em comparação com o que é chamado de biografia normal e que essas realizações individuais das trajetórias/biografias são únicas, mas contêm semelhanças e dissonâncias com o contexto que envolve os sujeitos. A finalidade então, como já citado no item que trata do percurso metodológico, foi perceber, apoiado em Born, a “[...] interpretação subjetiva da própria vida de uma pessoa”, a respeito da “[...] opinião, os motivos, planos para o futuro, assim como percepção/interpretação do passado.” (BORN, 2001, p. 244). Com esses filhos da pesca artesanal, dialogamos nesse capítulo cujo fluxo, de certa maneira, obedeceu às falas dos jovens nas entrevistas.

A técnica utilizada para estudar os dados coletados nas entrevistas foi a análise de conteúdo com base em Turato (2003), como mencionado anteriormente, tendo em vista que é no conteúdo das falas, no como se fala e nas expressões utilizadas, que os sujeitos revelam sua

realidade, sua visão de mundo e outras características que, transformadas em categorias e subcategorias, dão melhor direcionamento à análise.

No encaminhamento das perguntas, a questão dos impactos ambientais no município de São João da Barra e as motivações políticas que localizaram o Porto do Açu, naquela região, sem que a população tivesse o protagonismo necessário, surgiram, desde o princípio, como um dos temas. No entanto, à medida que os depoimentos cresciam, percebemos que nem todos os entrevistados davam ao Clipa tanto destaque como imaginávamos. A possibilidade de que o trabalho no Porto estaria subtraindo os pescadores dessa atividade não se confirmou, ainda que todos os entrevistados demonstrassem conhecimento da questão, o que reforça a situação de dificuldades que os alcança e as mudanças no cotidiano do local, principalmente na região mais próxima do Porto do Açu, inclusive a problemas relacionados à juventude, como a drogatização e a gravidez na adolescência que, na análise dos entrevistados, intensificou-se, principalmente, nas região do porto.

Em relação a essas questões, além da escola como um local de reunião dos jovens, não tivemos o registro, no município, de políticas públicas para jovens no sentido de criação de espaços de convivência e debates, de ambientes voltados para arte e lazer que somassem valor à vida social dos jovens.

Os entrevistados demonstram certo desconforto com a mudança no perfil da população local, em função da migração de trabalhadores para o município, no período da construção do Clipa e que, mesmo depois de dispensada, permaneceu na região, em frágeis condições de vida, intensificando os problemas já existentes. Essa análise, no entanto, não foi priorizada na pesquisa.

Diante de tantas variáveis que vão surgindo, era necessário o cuidado para que não nos afastássemos da preocupação central, ou seja, como os jovens, a partir da realidade em que estão mergulhados vêm construindo seus sonhos, sua trajetória, nesse horizonte de vida, em que as oportunidades entrelaçam o discurso da necessidade de Educação e da formação profissional mais especializada. Estariam esses jovens dispostos a abandonar o trabalho da pesca e, diferente de seus ascendentes, buscar outras trilhas para suas trajetórias de vida?

Portanto, por meio dos discursos, trechos de entrevistas e expressões recorrentes, definimos as categorias para encaminhar as reflexões e responder aos questionamentos que nos levaram à pesquisa, afirmando ou negando, pois, as hipóteses levantadas.

Delimitar a faixa de 18 a 29 anos foi uma formalidade facilitadora pelo interesse em estabelecer comparações com outros dados relativos à juventude, como o Censo Demográfico Nacional e Pnad Contínua. Quanto ao fator de ingresso no trabalho, a premissa nem sempre se

aplica aos filhos e filhas de famílias tradicionais da pesca artesanal, uma vez que, por tradição, desde a infância, os filhos participam de atividades relacionadas à pesca e aprendem esses saberes junto a seus responsáveis.

O respeito, a admiração pela pesca constaram em todos os depoimentos. Além desse sentimento, destacam a singularidade do trabalho, a autonomia e a liberdade, embora ressaltem os riscos a que são submetidos cotidianamente, a insegurança e a necessidade de valorização e proteção por parte do Estado, para sua permanência. Também dedicamos atenção às políticas para a educação e que possibilitam maior acesso a níveis mais elevados de escolaridade aos jovens da região, em especial no que se refere à educação básica e à formação profissional.

Na caracterização geral, nossos entrevistados preencheram o requisito básico de serem descendentes de famílias da pesca de São João da Barra, com ancestralidade paterna ou materna na pesca de mais de uma geração. Para melhor compreensão das categorias e subcategorias de análise, o Quadro 3 apresenta uma breve caracterização desses jovens:

Quadro 3 - Caracterização dos entrevistados (idade, local de residência, escolaridade e escolaridade dos pais)

(continua)

Entrevistados	Sexo	Idade	Moradia	Escolaridade	Escolaridade dos pais
(Jovem Universitária 1)	F	20	Sim. Alto do Cardeiro – 5º Distrito de S. João da Barra (Açu)	Superior incompleto	Pai – ensino fundamental incompleto Mãe – ensino médio completo
(Jovem Universitário 2)	M	20	Campos dos Goytacazes	Superior incompleto	Pai – ensino fundamental incompleto 2ª esposa do pai – curso normal médio
(Jovem Universitária 3)	F	28	Campos dos Goytacazes	Superior incompleto	Pai – ensino fundamental incompleto Mãe – normal médio e superior incompleto
(Jovem Universitário 4)	M	21	Campos dos Goytacazes	Superior incompleto	Pai e mãe – ensino fundamental completo
(Jovem Universitário 5)	M	19	Atafona	Superior incompleto	Pai – ensino fundamental completo Mãe – ensino médio
(Jovem Pescador 1)	M	26	Grussaí – entre Água Preta e Mato Escuro	Fundamental incompleto	Pai e mãe – ensino fundamental incompleto

Quadro 3 - Caracterização dos entrevistados (idade, local de residência, escolaridade e escolaridade dos pais)

(conclusão)					
Entrevistados	Sexo	Idade	Moradia	Escolaridade	Escolaridade dos pais
(Jovem Pescador 2)	M	28	Atafona	Fundamental	Pai e mãe – ensino fundamental incompleto
(Jovem Pescador 3)	M	24	Cajueiro	Médio completo e curso técnico em Enfermagem	Pai e mãe – ensino fundamental completo
(Jovem Pescador 4)	M	29	Atafona	Fundamental	Não identificado
(Jovem Estudante 1)	M	20	Barra do Açu	Médio integrado ao técnico	Pai e mãe – ensino fundamental completo
(Jovem Esposa de Pescador 1)	F	26	Atafona	Médio incompleto	Não identificado

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Dos entrevistados, quatro deles são de famílias numerosas, com seis ou sete irmãos. Os demais têm uma constituição familiar menor, com dois, três e quatro irmãos. Apenas um dos entrevistados, com 29 anos, pescador, revelou ser casado e com dois filhos, de oito e quatro anos, cuja esposa tem 26 anos, também filha de pescadores. Essa constatação talvez nos permita admitir uma relação causal entre escolaridade e organização familiar, ou seja, como os jovens entrevistados (não por escolha da pesquisadora) foram, majoritariamente, estudantes de ensino médio e do ensino superior, a escolarização possa ser um forte elemento para que tenham optado por deixar para mais tarde assumirem a responsabilidade com família e filhos, uma conduta própria da sociedade moderna, distanciando-se, assim, da realidade mais corriqueira evidenciada nas comunidades tradicionais, em que os jovens assumem desde muito cedo condições que são atribuídas à “vida adulta”, ou seja: trabalho, família e filhos.

Na indicação da procedência familiar, apenas um jovem citou a família materna como oriunda de outro estado, ainda que três deles mencionassem um tempo de vida em que a família esteve fora do município. Portanto 91% dos jovens são de famílias sanjoanenses tradicionais tanto do lado materno, quanto paterno.

Em relação à residência, houve diversidade de distritos. Essa distribuição espacial dos entrevistados agregou dados ao estudo, pois permitiu captar detalhes mais localizados dos conflitos ambientais a respeito do território, em especial, em relação ao distrito de Pipeiras e às localidades próximas do Porto do Açu, área delimitada para Unidade de Conservação, onde os pescadores costumavam pescar e atualmente são impedidos.

De acordo com os dados apresentados no quadro, dois jovens vivem em Campos, em função dos estudos, mas a residência da família continua sendo em São João da Barra. Em outro caso, a família inteira transferiu-se para Campos, já há algum tempo. Os demais sempre vivem em São João da Barra.

Quanto à escolaridade, dois deles revelaram que, durante uma parte do ensino fundamental, estudaram no Rio de Janeiro, em escolas públicas. Todos os outros, estudaram em escolas públicas, no município. Num comparativo com a escolarização dos seus pais e responsáveis, sem exceção, os jovens apresentam nível de escolaridade mais elevado, o que retrata, de certa maneira, uma maior oferta de educação no município e, portanto, a democratização do acesso à educação que ocorre no município, mas pode também ser resultado do empenho das famílias em escolarizar seus filhos. Observamos ainda que, em três famílias visitadas, as mulheres possuem grau de escolaridade mais alto que o marido pescador. Dois jovens ainda não concluíram o ensino fundamental, embora tenham dito que, mais tarde, pretendem voltar a estudar, mas não sabem se na escola mesmo. Justamente esses são pescadores desde muito novos e querem permanecer na pesca.

Na apresentação das falas dos entrevistados em nossa questão de estudo, optamos por referenciá-las com uma identificação numérica do jovem e apostos: Jovem Estudante 1, 2, 3, Jovem Pescador 1, 2, 3, 4 e Jovem Universitário 1,2, 3 e assim sucessivamente.

Para o desenvolvimento da questão do estudo e sistematização na análise de dados da pesquisa, definimos as seguintes categorias e aspectos relevantes para essa composição da seguinte forma:

Categoria 1 – A pesca artesanal e o local, considerada a categoria-eixo, a pesca artesanal envolve toda a construção familiar desses jovens entrevistados, sua identidade como membros de uma comunidade onde a pesca é a única ou a mais importante fonte de produção e reprodução de existência. Nessa categoria, destacamos os aspectos:

- a) ancestralidade;
- b) subsistência familiar.

Categoria 2 – A realidade do trabalho na pesca

- a) reconhecimento social da profissão de pescador;
- b) Pontos positivos e negativos;
- c) Políticas de apoio necessárias à pesca.

Categoria 3 – O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, o território, as oportunidades educacionais e os jovens da pesca

- a) Intervenção no território e conflitos ambientais;
- b) Oportunidades e desafios.

Categoria 4 – Expectativas e Trajetórias de Vida: a relação Trabalho, Educação, formação profissional

5.6.1 A atividade da pesca artesanal e o local

No que se refere à categoria 1 – **A atividade da pesca artesanal e o local** – a ancestralidade, um dos condicionantes para que o jovem participasse da pesquisa, foi ressaltada no sentido de aguçar a percepção a respeito da força da tradição familiar, das várias gerações na pesca artesanal, como constitutiva da identidade desses jovens.

A ancestralidade e a tradição da família, na pesca, evidenciam-se, por exemplo, nas seguintes falas: “Meu pai é pescador, e a família de meu pai, tio, avô paterno, avó era pescadora, porque sempre trabalhava ajudando meu avô a fazer alguma coisa, limpar camarão, coisas assim... Pescavam no rio e no mar.” (Jovem Estudante 1, 2020). Depoimento bastante singular foi a do Jovem Universitário 2 (2020) a respeito do local de origem da família de sua mãe, a ilha da Convivência, hoje praticamente deserta em função do volume de areia que a violência do avanço do mar deslocou naquela direção e da erosão do Pontal de Atafona, ligando a ilha ao continente. Há referência também à família do pai, oriunda de São Francisco do Itabapoana, quando ainda pertencia a São João da Barra, uma menção à criação daquele município que correu após em função do processo de redemocratização do país, após a Promulgação da Constituição da República de 1988.

São muitos os depoimentos dos jovens em que o sentimento de admiração pela “arte da pesca” é expressivo, ainda que não pretendam seguir na profissão. Sem dúvidas, os vínculos com a vida da/na comunidade da pesca estão presentes na memória afetiva desses jovens e são decisivos para alguns deles. Todos contaram momentos de sua infância na pesca, participando de lançamentos dos barcos ao mar, trabalhando em atividades relacionadas à pesca com os pais, tios ou avós na conservação dos barcos, na limpeza do pescado. Enfim, são memórias, talvez com uma dose de romantismo ou de saudosismo, em que a família traz uma conotação de unidade.

Nessa relação dentro da família, a presença da mulher na pesca é também destacada, ainda que, na maioria deles, o olhar ainda sustente a visão conservadora em relação à

participação feminina como uma colaboradora, pois “[...] ajudam a pescar de alguma forma, em fazer rede, já foram marisqueiras etc.” (Jovem Pescador 2, 2020).

O Quadro 4 apresenta algumas falas dos sujeitos sobre a pesca, distribuídas em duas colunas, considerando a seguinte distinção: falas de quem está na atividade pesqueira (coluna 1) e de quem não se vê na pesca, embora mantenha a admiração a respeito da profissão de seus ancestrais (coluna 2). A paixão pelo mar é uma constante, como se percebe na fala do Jovem Pescador 1:

O que a gente vê na pesca é muito bonito. O trabalho lá no mar é muito bonito. Eu gosto. Só quem sabe como é o trabalho sabe como é. Não dá nem para explicar direito como é, o contato com o mar, com a natureza, isso é muito bom. A sensação do mar.

Quadro 4 - O reconhecimento da arte da profissão de pescador e a dimensão cultural

Jovens na atividade da pesca	Jovens fora da pesca
Então... isso é bonito, ser pescador. A gente não tem vergonha de dizer que é pescador. Vejo até como um ponto positivo. Às vezes, eu vou lá visitar meu pai, lá na beira do Porto, e tem esses pescadores de rio. Porque a gente que é pescador de mar, o serviço é mais complicado. (Jovem Pescador 3, 2020).	Eu sempre tive curiosidade, interesse. Não que eu tivesse pensado em ir para o mar com meu pai, porque não tenho estrutura para ir para o mar, mas tenho vontade de ir para a vida acadêmica, para entender, documentar um dia de pesca no mar e tal. Mas não para ser da pesca. Eu acho uma profissão linda. (Jovem Universitária 2, 2020).
O que a gente vê na pesca é muito bonito. O trabalho lá no mar é muito bonito. Eu gosto. Só quem sabe como é o trabalho sabe como é. Não dá nem para explicar direito como é, o contato com o mar, com a natureza, isso é muito bom, sensação do mar. (Jovem Pescador 2, 2020).	No dia do velório do meu pai, chegou uma moça e falou assim pra mim: — Ah, mas vocês têm que dar continuidade. Aí meu sobrinho falou assim pra mim: — É, meu avô sempre falou para dar continuidade no trabalho dele. Tipo, olha só, uma criança que já quer isso, sabe. Meu pai também falava assim: — Olha, você vai ter de trabalhar no meu lugar quando eu não estiver mais aqui. E ele tem isso, ele já está com isso na cabeça. (Jovem Universitário 1, 2020).

Fonte: Elaboração própria com base nos depoimentos de sujeitos da pesquisa.

A respeito da pesca como atividade de subsistência familiar, presente na história da família, as falas são recorrentes, como se lê nesses depoimentos: “É, normalmente o pescador tem duas ou três profissão. É porque é assim, a pesca não dá pra se sustentar só da pesca... é muito difícil viver só da pesca. Ah, meu pai é agricultor, é pescador, é mecânico, é tudo... é o que vier... faz biscate...” (Jovem Pescador 1, 2020); “Sim. A família vive da pesca. Meu pai viveu da pesca. Pescava e depois colocou uma peixaria quando ficou mais velho e e com problema de saúde” (Jovem Universitário 1, 2020) e, ainda, “O meu avô, pai de minha mãe,

sempre sustentou a família dele da pesca e a lavoura. Agora ele é morto. Meu avô sempre teve canoa e, quando meu avô era vivo, sempre pescou, sempre viveu da pesca. A paixão dele era a pesca e a agricultura.” (Jovem Estudante 1, 2020).

Todos os entrevistados demonstraram firmeza ao reconhecer a pesca como uma atividade de subsistência importante para as pessoas, como se lê nessa declaração: “A pessoa não pode ter a pesca só por esporte, mas se manter, sobreviver da pesca e ver na pesca a tradição.” (Jovem Pescador 1, 2020). E ele acrescenta ainda que a pesca, por ser uma atividade tradicional, tem adeptos em muitas famílias que possuem “barquinhos” (expressão do jovem) e torna-se uma atividade prazerosa, um passatempo, mas funciona também como um momento de aproximação entre familiares e munícipes e de contar a história da pesca e das experiências de cada um, como bem testemunha:

Então, essa tem mais oportunidade e, quando você vai fazer um churrasco, você vai contar pra uma pessoa, assim, que não entende dessa história, um amigo novo, você fala assim: ó, eu fiz isso com meu pai, você passa toda essa história. (Jovem Pescador 1, 2020).

Um expressivo depoimento foi do jovem que, embora ame a pesca e tenha orgulho de ser pescador desde muito jovem, sabe das limitações e das dificuldades que envolvem o trabalho e afirma: “Trabalho desde os 15 anos. Eu gosto sim, mas não pretendo ficar velho na pesca, porque é uma classe que não é reconhecida em Atafona.” (Jovem Pescador 3, 2020).

Um fator particular nesse distrito é o fato de muitos pais ou avós dos jovens entrevistados serem também agricultores, confirmando a proximidade dessas atividades na área alimentar, como explicam os jovens ao serem questionados se a pesca era central, ou se os familiares têm outro meio de trabalho. Como uma das jovens bem situou, em São João da Barra, as duas áreas possuem elementos comuns: são atividades de subsistência sazonais e praticadas por comunidades tradicionais. E, de certa forma, os conflitos ambientais que se registraram no território atingem, ao mesmo tempo, alguns trabalhadores, prejudicando-os de duas formas: na pesca e na agricultura. Isso esteve presente nas declarações da maioria dos entrevistados, a exemplo de:

A pesca geralmente é de subsistência. Meus pais sempre trabalharam na agricultura e pesca. Os trabalhadores da pesca aqui não são exclusivamente pescadores, nem exclusivamente agricultores. Então as duas atividades se mesclam. (Jovem Universitária 1, 2020).

A menção à pesca como parte da cultura local ressoa como uma trincheira, uma arma, um direito de existência e de identidade dos cidadãos da pesca naquele município. Ao problematizar os antagonismos e as formas de cooperação no circuito produtivo da pesca artesanal nas cidades, em especial, na região metropolitana, Antonia Silva (2014, p. 30), ressalta a necessidade de valorizar a análise das economias locais sob uma ótica diferente da que ocorre na produção científica que separa “o trabalho e a cultura; a economia e a compreensão das sociabilidades; a geografia urbana, a geografia econômica e a de geografia da cultura.” Isso significaria valorizar outras formas de economia e de setores populares, a cultura, que o capitalismo globalizado não absorve ou mesmo, por vezes, expulsa, como ocorre principalmente nos países subdesenvolvidos. Nesse viés, a autora, estabelecendo uma relação com a produção de riquezas dos países latino-americanos, recorre a Zaoual (2006), economista marroquino que, em sua narrativa sobre os “sítios” nos mercados da África como uma categoria analítica que engendra as economias africanas e descortina uma dimensão mais complexa das economias locais, apresenta uma “ciência sensível que ajuda a ver que nem todo mercado é capitalista, que nem toda economia é abstrata, genérica ou racionalmente neutra, como a imposta pela sociedade de massas e pelas bolsas de valores (SILVA, 2014, p. 29), destacando assim, a dimensão humana expressas nos “elos entre as ações modernas, impostas pelo tempo presente, com as heranças culturais historicamente produzidas” (Idem, p. 30), o que nos incentiva a compreender a multiplicidade de relações que se estabelecem no lugar e possibilitam a construção da economia local, num diálogo interdisciplinar.

Portanto é notório que o respeito e o reconhecimento a essa ancestralidade na pesca e o valor histórico e cultural da atividade na história da região pulsam forte no depoimento que segue: “Então, desde criança, eu sou acostumado a ir para aqueles barcos, a ver aqueles barcos descarregando peixe... essas coisas todas. Eu sou metido nessa cultura.” (Jovem Pescador 2, 2020).

Ficou evidente, pelas falas, que o ambiente familiar é um dos componentes fortes na construção dos projetos de vida e na estruturação de suas trajetórias. Na verdade, a ancestralidade e a tradição são fundamentais para a construção do “saber-fazer da pesca”, uma vez que eles reconhecem que “aprender a fazer, fazendo” faz parte da história do pescador artesanal. É junto com os familiares, mestres e camaradas, que a observação e a experimentação possibilitam que eles dominem a ciência do seu fazer, a “arte da pesca”, mergulhados no ritual do movimento dos barcos nas águas e, aos poucos, definindo seus traçados.

No entanto um movimento de resistência, que não chega a ser de ruptura, parece-nos ter raízes dentro da própria família, fato que pode ser observado na seguinte fala: “Minha mãe

nunca me deixou ir para o mar com ele não, por uma questão de segurança mesmo e, também, pelos novos tempos, porque está muito difícil hoje você conseguir viver da pesca.” (Jovem Estudante 2, 2020). Ou seja, a negativa de ir para o mar representa a negação ao aprendizado da “arte da pesca”, desde muito jovem com os mais velhos, o que evidencia o desejo da mãe no sentido de um outro futuro ou uma outra trajetória para o filho que não fosse a pesca.

5.6.2 A realidade do trabalho na pesca

A categoria 2 – A realidade do trabalho na pesca vem imbricada principalmente com um forte sentimento: gostar do que fazem, em qualquer tempo e em qualquer idade. Os jovens falam da paixão dos seus familiares pela pesca, outros até admitem que esses não saberiam trabalhar em outra coisa, e veem, com naturalidade, o fato de os pescadores desistirem das águas quando se aproximam de 50 anos, 60 anos, pelo fato de o trabalho da pesca exigir muito esforço e expor o corpo ao sol e ao sal. Uns se aposentam, e outros, quando saudáveis ainda, ou em condições de trabalhar, procuram fazê-lo dentro da cadeia da pesca, e foi recorrente a referência a algum parente ou camarada com doença impeditiva ou que sofreu acidente no mar. Mas pescam em alguma ocasião. Uma mostra dessa preferência pela pesca foi relatada pelo Jovem Pescador 1 (2020) ao se referir ao pai, já aposentado e que mora fora de São João da Barra, mas veio passar um período com os filhos: “Ele vai passar uns tempos aqui... aí... sabe a primeira coisa que ele fez? Foi pescar”.

A questão geográfica do município é um dos determinantes para a pesca. São João da Barra é uma região litorânea, além de ser cortada por rios e lagoas. Todo esse potencial hídrico é explorado. De acordo com os dados do Pescarte, os pescadores de São João da Barra pescam com até 11 pessoas, em barcos de os barcos maiores, de 12 m, 14 m e 16 m, de acordo com as referências recebidas na conversa com os pescadores e pelos dados do Censo PEA Pescarte. Barcos menores e as canoas servem, predominantemente, aos pescadores da pesca continental. Nas entrevistas, essa classificação ficou bastante demarcada, conforme se lê no depoimento a seguir:

Aqui, pesca tem duas grandes regiões: Atafona, Grussaí e para o Centro da cidade, a pesca é marítima; no 5º distrito, a pesca é continental, em rios e lagoa. Aqui, meu pai e minha mãe vão pescar. Mais meu pai. Minha mãe vai quando precisa. Em geral, vai o meu pai mas às vezes, ela contribui para acabar mais rápido. Geralmente é assim, mas quando tem muito serviço, eles trabalham juntos. Aqui, em relação à pesca na lagoa e no rio, ela é noturna. Pesca com tarrafa e tróia, pesca ilegal, mas bem comum em São João. Fazem um cerco, como se fosse uma armadilha para o peixe. Minha mãe bota meu pai para fazer. A mão fica muito machucada. (Jovem Universitária 1, 2020).

Uma fala importante da Jovem Universitária 3 (2020) foi a respeito do pai, pescador marítimo, que optou por trabalhar em regiões mais próximas de Macaé, afastando-se de São João da Barra. Apesar de a movimentação dos pescadores pelo mar fazer parte da rotina da pesca em busca de concentrações de pescados, e o próprio pai da jovem já ter pescado em águas capixabas, quando a pesca do tubarão estava em alta, como a filha declarou, a razão maior de o pai da jovem haver se mudado de Atafona foi porque a área do litoral de São João da Barra tem-se alterado muito e já não render como antes. Neste item, ela se reporta às intervenções no território que vêm ocorrendo em São João da Barra, em função do Clipa.

Ao indagar se os pescadores, além das técnicas tradicionais, utilizam tecnologias mais modernas, percebemos que a posição do Jovem Pescador 3 é favorável à sua utilização, embora reconheça que o pescador tradicional nem sempre a elas se submete, conduta que tem muito da cultura e do aprendizado no próprio fazer da pesca. Vejamos:

Então a gente começou a colocar tecnologia, que é para a segurança nossa, mas a gente acaba muitas vezes caindo. Eu desloquei a minha mão por causa de um cabo, era um cabo com corda de tecido, e ela acabou estalando e deslocou a minha mão. E em alto mar. Se tivesse um cabo de aço, isso não teria acontecido. São coisas que podem ser evitadas, a verdade é essa. Até o serviço em baixo d'água é um serviço perigoso. Até o mergulho, hoje em dia, para quem trabalha embaixo d'água, já tem barco que trabalha com cilindro, porque esse é um serviço muito perigoso, pode bater com a cabeça. [...] então, hoje em dia, o trabalho vem-se tornando mais seguro, em certos barcos. Mas, se você não buscar segurança, para eles tanto faz como tanto fez. (Jovem Pescador 3, 2020).

Um dos entrevistados revela:

[...] na realidade, a gente sabe de tudo um pouco, porque quem busca “aprender fora” acaba não vingando. Então ele tem de aprender de tudo um pouco e vai acumulando aquilo. Então, mesmo quando eu não estava trabalhando em alto mar, eu estava na beira do Porto, eu estava vendo as atividades, às vezes tinha uma pesca pra chegar com barco, aí tinha uma aglomeração para levar a pesca até o bar, aí chamavam pra chegar junto. (Jovem Pescador 3, 2020).

Vale lembrar que o termo *mestre* é originário do latim *magister*, cujo significado é referente a quem ensina, aconselha, conduz e/ou guia na elaboração de uma obra. A prática da mestria está presente desde a Idade Média, e foi “[...] na antiga organização dos mesteres que o termo mestre assume o seu significado. O mestre dirige a oficina, mas, ao dirigi-la, ensina e simultaneamente, cria uma obra.” (SERRÃO, 1971, p. 48 apud RAMALHO, 2020, p. 317).

O mestre é a figura no barco que detém o conhecimento acumulado, durante sua vida, sobre a pesca e o mar no ambiente de trabalho. Ele conhece o curso dos ventos, pressente as tempestades, identifica o movimento dos cardumes, das nuvens e o momento certo de jogar as

redes. Ele domina o movimento do corpo para lançar os instrumentos da pesca. Nem sempre é ele o dono do barco, mas é das figuras centrais, uma vez que o seu saber sobre os segredos do mar jamais é descartado, ainda que os pescadores incorporem tecnologias mais modernas e sofisticadas.

O barco pesqueiro comporta, além de familiares, “camaradas” que participam do trabalho em atividades diversas e que são geralmente remunerados sem contrato de trabalho formal. Pela característica do trabalho, mais livre e colaborativo, os pescadores, mestres e camaradas constroem também uma relação de confiança essencial à sobrevivência.

Essa identidade de grupo social é significativamente importante na vida das populações pesqueiras, pois fortalece a percepção do trabalho como valor de uso, ainda que, em uma parte dessa rede, os pescadores sejam obrigados a se submeter às amarras da exploração capitalista. É emblemática a análise que o Jovem Pescador 3 faz dessa situação do trabalhador da pesca em relação aos frigoríficos no município:

Então, aqui em Atafona, ainda tem aquele pensamento antigo, tem os barões dos frigoríficos, não é? Aqui a gente vende para os frigoríficos porque é mais perto, demanda menos dinheiro, mas, em compensação, o preço é que eles querem, mas quando vai direto para o Ceasa, a maioria da pesca industrial vai para o Ceasa, o preço às vezes é melhor, mas a Prefeitura daqui não dá as condições básicas pra a gente colocar o peixe para o Ceasa, então a gente deixa por aqui mesmo. (Jovem Pescador 2, 2020).

A respeito do **reconhecimento social da profissão de pescador**, os entrevistados demonstraram um sentimento de orgulho por pertencerem a uma família de pescadores, como se percebeu na categoria 1, em depoimentos acima. Quanto ao futuro na pesca, um dos pontos laterais em nossa pesquisa, uma vez que seguimos a desenho de vida dos jovens, sob nossa ótica, alguns pontos reiterados e que dizem respeito exatamente a esse (não) reconhecimento da profissão, como a *desvalorização e a invisibilidade* do pescador e da profissão, tornaram-se bastante reveladores.

Intensamente apontadas por vários jovens, seja pelas condições da própria atividade, seja pela falta de apoio, a desvalorização e a consequente invisibilidade poderiam ser tomadas como palavras chaves para definir a situação dos pescadores, haja vista a recorrência da ideia, de forma declarada ou subliminar, nos pontos negativos apontados.

As dificuldades que os pescadores enfrentam na pesca têm uma força simbólica enorme e, sem dúvida, tornam-se fortes razões para a imagem ou uma leitura desfavorável da atividade e, até mesmo, um convite ao abandono da pesca. São razões pelas quais alguns saem à procura de outro trabalho, mais rentável, ainda que talvez não fosse sua aspiração, pois guardam o

“saber da pesca” em suas memórias, como seus mapas e com um porto seguro, como descreve, em sua simplicidade, o Jovem Pescador 1.

Tipo assim... por exemplo. Ele (o pai) sempre pescou, né. Parou agora e foi trabalhar no Porto, né. Aí, quando ele sair do Porto, qual a primeira coisa que ele vai fazer? Vai procurar uma coisa pra trabalhar. E o que ele tem pra trabalhar? É pesca, agricultura é o que ele sabe fazer desde pequeno, às vezes. (Jovem Pescador 1, 2020).

Algumas ponderações a respeito da dificuldade da pesca se reportam à seguridade do pescador, por se tratar de um trabalho perigoso, arriscado, com muitos acidentes e, na região, os pescadores, em geral, não firmam contratos, de acordo com as leis trabalhistas do país, como o jovem define como a “carteira assinada”.

A condição de trabalho, na nossa região, não é de carteira assinada; lá no Sul, é de carteira assinada. Então isso acaba deixando a gente à mercê, porque estar em alto mar é muito é perigoso [...] E é um risco muito grande, porque nem um socorro decente você tem. Se você não tem carteira assinada, você não tem um plano de saúde, você não tem um auxílio. Quem vai socorrer sua família quando você estiver machucado? Porque arriscou sua vida indo lá. Seu instrumento é seu corpo. (Jovem Pescador 3, 2020).

Cada ano que passa, a gente fica na esperança que melhore, mas a gente vê aqui o que acontece na pesca, para melhorar, é muito difícil. Mas o curso que eu já fiz é um pouco relacionado também à movimentação de carga. Ajudaria muito, né... eu teria um ganho certo por mês. Teria os direitos também. Porque a pesca, você não tem muito direito, se sair do barco, você não recebe rescisão, essas coisas assim. E assim, é uma coisa mais valorizado também, com carteira assinada. Esses cursos que eu futuramente quero fazer são para eu trabalhar embarcado, em convés, que é parecido com a pesca em questão de barco, trabalho em convés, essas coisas assim, trabalho no mar. Gostaria de trabalhar *off-shore*, barco grande. O trabalho *off-shore* é parecido com o da pesca porque trabalha no mar. (Jovem Pescador 2, 2020).

São manifestações concretas e sucessivas dessa desvalorização e do desprestígio, que, inclusive, nos depoimentos dos jovens que já se decidiram pela profissão; jovens que aprenderam, desde cedo, sobre a “arte da pesca”, amam o que fazem, mas reconhecem que a vida de pescador, principalmente em São João da Barra, enfrenta muitas situações difíceis que poderiam ser evitadas caso houvesse mais apoio das autoridades.

Um ponto muito ressaltado na pesca são as consequências da pesca na saúde do servidor, como registrado aqui: “[...] um trabalho muito duro, muito rígido, que exige muito das pessoas e depois de uma certa idade, ele passa a ter problemas de saúde, porque trabalha muito tempo embaixo do sol, muito trabalho braçal.” (Jovem Universitário 5, 2020).

A história da pesca, em São João da Barra, de certa forma, rememora a trajetória histórica dos pescadores pelos quatro cantos do país, desde o período da colonização dessa terra Brasil e na constituição das pequenas comunidades, dos pequenos povoados. O sentimento comunitário e de pertencimento que se parece constituir é um elemento dessa atividade laboral e permanece na atualidade. Da mesma forma, no espaço social, esses trabalhadores artesanais fazem parte de uma fração em uma posição inferior, com baixa escolaridade, baixa renda e baixo capital cultural.

Ao citar a condição do baixo capital cultural, essa referência é pautada em Bourdieu (2008), que utiliza essa expressão para se referir à situação de classe na sociedade e, de certa forma, o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe, pois engloba uma série de elementos como gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, etc., convergindo para o conceito de *habitus* por ele também formulado.

Considerando, ainda nesse contexto, a situação não muito favorável para a pesca no município e a fragilidade das políticas de apoio, compreende-se que esse aspecto, a desvalorização do trabalho do pescador, possa ser um dos pontos negativos mais reiterados no depoimento dos filhos dos pescadores.

Ainda que, de início, não fosse intenção nossa tratar a temática da figura feminina na pesca, ela emergiu de maneira muito significativa. Cabe ressaltar que, pelos dados do Censo PEA Pescarte, 38,1% da população de jovens de 18 a 29 anos revelou ter sido criada apenas pelas mães, uma proporção bastante elevada, enquanto pouco mais da metade (57,1%) foi criada por pai e mãe, e os 2,4% restantes tiveram como responsáveis somente os avós.

Não obstante, no que se refere ao trabalho na pesca, quando os jovens se reportam às mulheres, esse papel de provedora parece não se evidenciar e nem sua posição de trabalhadora é percebida (ou valorizada) com muita clareza na cadeia da pesca e, por consequência, sua identificação como pescadora ou mesmo como marisqueira é, de certa forma, deixada sempre em segundo plano, reflexo da estrutura social machista, muito evidente na comunidade pesqueira.

E esta percepção ficou evidenciada nos depoimentos dos jovens nas entrevistas realizadas. Pareceu-nos que, ainda que estejamos dialogando com uma geração mais jovem, esse sentimento em relação à inferiorização da mulher não mudou muito. A maioria refere-se às mães, avós, irmãs e tias que participam da atividade da pesca, com a compreensão de que o pescador é sobretudo quem lança as redes em busca do pescado, como já abordamos no capítulo 3. As mulheres em atividade da pesca são apresentadas como *ajudantes*, porque limpam o peixe, o camarão, etc., o que ressalta a estrutura familiar patriarcal ainda existente, como se

registra nessa fala a seguir: “Bom, a maioria das mulheres... 99% das mulheres trabalham indiretamente, pois elas não vão pescar, são donas de casa, quem cuida das crianças e ajuda no pescado, mas não é um emprego delas. A mulher, é obvio, mas não tem visibilidade nesse trabalho.” (Jovem Universitário 5, 2020).

A discriminação, a atitude machista é resistente, mas temos falas importantes da luta por reconhecimento dos direitos das mulheres. Alguns já demonstram maior conscientização a respeito do papel da mulher da/na pesca e, portanto, na sociedade. Isso esteve presente nos depoimentos:

Infelizmente há isso, mas não, ela está fazendo um trabalho, não é só jogar a rede, fora o preconceito, por ser uma mulher, achar que não faz o mesmo trabalho que o homem, o desrespeito com as mulheres... Tem uma mulher interessantíssima [...], pescadora... ela pesca com seu irmão. O irmão, ele praticamente, vamos dizer assim, não desmerecendo, ele só pilota a canoa. Ele só faz isso. Ela pega o siri, ela pega o camarão, então ela é a pescadora e ele pilota o barco. Mas não... ele é o pescador, porque ele é homem e ela é ajudante, porque ela é mulher. (Jovem Universitária 3, 2020).

A desvalorização da mulher e a sua posição na hierarquia do trabalho não ocorre apenas na pesca, mas em todas as esferas da sociedade, e pesquisas sucessivas, a exemplo da Pnad Contínua mostram sistematicamente essa realidade. Na pesca, esse quadro não é diferente, e as considerações de Santos (2019) fazem ver que a família da pesca é um núcleo que perpetua o sentido patriarcal da sociedade, em que às mulheres fica reservado o lugar secundário no trabalho, até mesmo no sentido de sua liberdade e remuneração.

[...] as mulheres pescadoras configuram-se como o grupo mais vulnerável (vivenciam a precarização, tanto em relação a salários, direitos e condições de trabalho), em que os dualismos abstratos indicam a incorporação da unidade familiar como meio de emancipação social das pescadoras (SANTOS, 2019, p. 83)

Não obstante, as mulheres nas comunidades pesqueiras exercem um papel importante e estratégico para a unidade familiar, conforme declaram todos ao se referirem às atividades que mães, avós, irmãs. Para o autor,

[...] a delimitação da identidade profissional das pescadoras perpassa pela problematização da naturalização dos processos sociais, que determinam nichos femininos fortemente marcados por estereótipos, que polarizam e se territorializam em uma visão polarizada (“o mar de dentro” para as mulheres e “o mar de fora” para os homens) do ordenamento espacial de divisão simbólica das atividades. (SANTOS, 2019, p. 89).

E essa compreensão, de fato, parece naturalizada nas pessoas e até mesmo os jovens que compreendem como se comporta a sociedade não dão mostras de que há possibilidades de mudanças nessa hierarquia, quando se analisam as seguintes falas:

É, pelos discursos que eu já ouvi, pelas entrevistas que eu já fiz com mulheres isso é tão forte, tanto algumas, algumas mulheres, elas ainda infelizmente, não se veem na figura de pescadoras. Acontece que principalmente o que ajuda a formar isso é que elas se veem na condição de ajudante. Até o próprio marido, não a reconhece como pescadora, vê como uma ajudante. – ‘Ela vai ali para me ajudar’. Não, ela não vai ali te ajudar. Ela se ela vai junto com você ela é uma pescadora. Isso acontece muito, as pescadoras não se reconhecerem e os pescadores não as reconhecerem. Principalmente as marisqueiras, aquelas que limpam camarão, não são reconhecidas como pescadoras, porque há uma fantasia de que pescador é só aquele que joga rede. (Jovem Universitária 3, 2020).

Por outro lado, é importante admitir que a participação econômica feminina, é significativa para assegurar o bem-estar da família e sua posição socioeconômica, ainda que sua posição seja quase invisibilizada pelas condicionantes sociais.

A multifuncionalidade feminina “no mar de dentro” traz para a cena questões relativas à estrutura hegemônica capitalista, que impõe determinados comportamentos e que deixam nos bastidores da economia outras formas que podem ser mais rentáveis e dignificantes para comunidades tradicionais ou para determinadas atividades em que a família se constitui como base do trabalho, reconhecidas como economia familiar, economia popular e solidária, tema que traremos mais adiante.

A respeito dessa “nova economia”, mas já nem tão nova assim, mas que vem ganhando expressão nas últimas décadas, principalmente nos países em desenvolvimento na América Latina, há que se considerar que a economia da pesca se mostra com condicionantes que favorecem esse tipo de organização do trabalho.

Nessa defesa do universo de uma economia popular e solidária, trazemos para eixo de nossas considerações duas ideias conceituais de Coraggio (2000): “[...] a unidade doméstica” e o “[...] fundo de trabalho”. Para o autor, a unidade doméstica é entendida como a família, nuclear ou extensa, com base em relações de consanguinidade e afinidades, isto é, podendo ser formada até mesmo de amigos. Assim, “[...] a unidade doméstica, como microunidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital são as células da economia capitalista.” (CORAGGIO, 2000, p. 95). O conceito traz a ideia de *fundo de trabalho*, em suas múltiplas formas de efetivação, a que Coraggio entende como:

[...] o conjunto das capacidades dos membros de cada unidade doméstica, pelo que estes são capazes de obter os produtos que satisfaçam as suas necessidades seja de trabalhar para consegui-los, quer diretamente, quer através do intercâmbio com outros trabalhos ou produtos. Tendo em vista alcançar a reprodução vital de todos que compõem cada unidade doméstica, esse fundo de trabalho pode se tornar efetivo de diversas maneiras. (CORAGGIO, 2000, p. 95).

O autor inclui diferentes possibilidades na utilização desse “fundo de trabalho”. Num primeiro grupo, reúne as formas mercantis e pecuniárias ligadas ao mercado de trabalho ou ao mercado de bens e serviços⁵² e que, ao final, revertem-se em dinheiro, como: i) o trabalho assalariado, de venda da força de trabalho; ii) o trabalho que produz bens ou serviços, sob a forma de mercadorias vendidas por um preço determinado.

Outra forma de utilização do fundo que o autor destaca é aquela que não passa pelo mercado nem se reverte em dinheiro, mas que contribui para a reprodução da unidade doméstica – as atividades do “trabalho doméstico”. Dentro dessa categoria, incluem-se também as formas mais ampliadas da economia popular: “[...] o trabalho solidário para produzir bens e serviços ou serviços de consumo coletivo” – como acontece quando “[...] distintas unidades domésticas de um lugar ou região entram em acordo para resolver alguma de suas necessidades comuns.” (CORAGGIO, 2000, p. 98).

Coraggio avança para outro patamar de organização ao se referir ao investimento na capacidade de os próprios trabalhadores e membros da comunidade doméstica se capacitarem e se organizarem, de modo que estejam habilitados para diagnosticar e resolver problemas, produzir e consumir mais racionalmente. Isso significaria, portanto, um esforço pré-definido para um “[...] trabalho de formação e desenvolvimento das capacidades individuais ou coletivas”. E o autor prossegue:

A redução da receita real da maioria da classe trabalhadora concorre para modificara estrutura do uso do trabalho: a simples impossibilidade de comprar por falta de receitas parece fazer emergir outros tipos de intercâmbio (como a troca) e fomentar outras formas de produção (trabalho para o autoconsumo individual e coletivo) e circulação (redes de abastecimento para diminuir o custo de vida). Mas, agora, o que se trata é de superar os comportamentos reativos e potencializar ativamente a capacidade dos trabalhadores, para que eles possam se contrapor de maneira mais eficaz e como classe a essas tendências destruidoras da vida. (CORAGGIO, 2000, p. 99-100).

Existem áreas de atividade econômica que podem ser fortalecidas e aperfeiçoadas tecnologicamente, no sentido de se estruturarem dentro dos princípios da economia popular e

⁵² A lista de bens e serviços é bastante ampla e capaz de gerar formas de trabalho desde os bens mais elementares, até outros mais sofisticados como os bens artísticos.

solidária, pois é inegável a possibilidade de iniciativas locais e inclusivas mais aderentes à cultura concorrerem para a economia dos municípios, desde que amparadas por mecanismos institucionalizados e outras instâncias da sociedade, principalmente nesse período de redução das rendas petrolíferas para os municípios do NF.

A pesca artesanal seria uma dessas atividades econômicas importantes, mas é pouco assistida pelas políticas públicas, quando ouvimos os pescadores (e aqui novamente ressaltamos a importância da academia e das instituições de formação profissional) no campo da formação para a emancipação.

Analizada sob a teoria de Coraggio (2000), a própria estrutura organizacional da pesca artesanal, na busca pela reprodução da vida, em sua essência, pode estar situada no mundo da economia popular, uma vez que traz essa vertente da pesca de subsistência e, se incluirmos a unidade doméstica (familiares e camaradas) e a forma como tratamento ao fundo do trabalho, as semelhanças são substanciais.

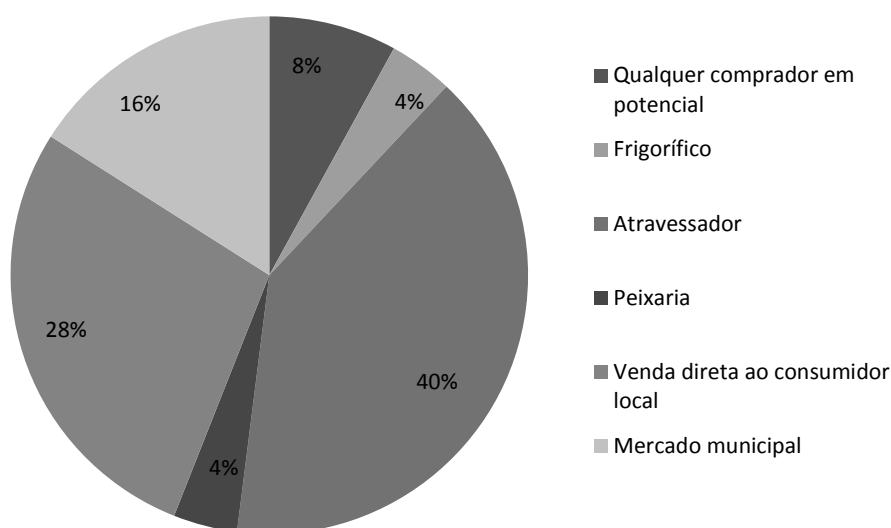
É aqui que consideramos a importância do diálogo da universidade com a sociedade e, em especial, com as populações sujeitas a conflitos ambientais, na perspectiva de sua organização e empoderamento como sujeito de direitos; e do empoderamento desses sujeitos, como estaremos tratando mais adiante, ao trazer alguns apontamentos a respeito da Educação Ambiental numa vertente crítica que questiona, problematiza e busca caminhos de superação com iniciativas coletivas e transformadoras e de combate a injustiças do *status quo*.

Ainda que a realidade não possa ser analisada sob uma ótica bilateral ou maniqueísta, a solicitação para que os entrevistados definissem os **pontos positivos e negativos da pesca** se transformou **num** exercício de *brainstorming*, auxiliando na compreensão de situações desfavoráveis que desestimulam a juventude das famílias da pesca. Neste sentido, aspectos que estão relacionados ao reconhecimento da atividade da pesca voltaram à pauta quando solicitamos que estabelecessem pontos negativos e positivos.

Nesse item, há recorrentes falas sobre a invisibilidade e a desvalorização da profissão e a condição penosa do trabalho; sobre a falta de apoio das instâncias do poder, principalmente da Prefeitura; e sobre a exploração do trabalho. Essa falta de percepção sobre a pesca chega a nível tal que, às vezes, deixa de ser admitida como uma profissão. A Jovem Universitária 1 (2020) relata que as pessoas não entendem a pesca e a agricultura, como atividades mútuas, complementares, pois muitos pescadores também são agricultores, e a pesca perde visibilidade. Além disso, “A pesca continental, essa tem perdido muito território e muita diversidade no que tange às espécies de peixe, e isso tem feito a atividade meio que desaparecer”, destacou a jovem, cujos pais, pescadores, enfrentam essa realidade.

Um dos aspectos conflituosos no trabalho desses pescadores é o momento da comercialização do pescado e todos, os pescadores mais antigos e os mais jovens, mostram-se insatisfeitos com os mecanismos habituais nesse processo de venda. Dentre as opções de comercialização apresentadas, os pescadores de São João da Barra vivenciam a seguinte situação como mostra o gráfico a seguir, um cenário que justifica a aderência à vontade expressa no Censo PEA Pescarte favorável à criação de cooperativa.

Gráfico 11 - Indicativo (em %) da preferência dos pescadores no que se refere à forma de comercialização de sua produção



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

O atravessador tem um protagonismo significativo nesse momento, com o recebimento de 40% da pesca, e a eles os pescadores estão sujeitos quando do acordo do preço para a venda do pescado. Os frigoríficos, embora com 4% do pescado, mas também retiram sua “mais-valia” sobre os pescadores. Em seguida, nessa relação de proporcionalidade da venda do pescado, vêm o consumidor local (26,0%) e o mercado municipal (16,0%), retratado na Figura 17.

Figura 17 - Mercado de Peixe Municipal, em Atafona, distrito de São João da Barra



Fonte: O autor, 2020.

Essa questão do atravessador é, reiteradamente, apontada como ponto negativo para a pesca artesanal.

Aqui tem cinco, cinco frigoríficos. Eles fornecem o gelo, alguns compram o peixe, a maioria, mas o peixe que a gente pega aqui tem a quantidade, a gente manda pro Rio, tem o caminhão que leva o peixe da gente pro Rio, para vender lá no mercado do Rio. Entrega direto. E isso favorece o pescador, com certeza. Porque o pescador vende o peixe pro dono do frigorífico, do frigorífico vai pro Rio. Assim, mandando direto de caminhão pro Rio, já tem um ganho melhor. Porque os donos de frigoríficos já ganham em cima nisso. Aí bota o preço abaixo para compensar e mandam pro Rio. E a gente já manda direto, não manda pra eles aqui não. (Jovem Pescador 2, 2020).

A pergunta sobre qual comportamento os pescadores adotam quando o preço não atende às suas expectativas mostra que 61,5% deles responderam que vendem assim mesmo, 23,1% negociam com os compradores, contra os 7,7% que procuram outro comprador, e outros 7,7%, que conseguem guardar o pescado para outro dia.

Esse cenário pode desvelar algumas situações possíveis: os pescadores submetem-se ao atravessador porque não têm condições ou habilidades para a comercialização do pescado; não possuem os recursos necessários para o armazenamento da produção (em especial os frigoríficos); não procuram outro comprador porque, no município, há um certo monopólio na

relação com o frigorífico, ou até mesmo porque eles têm a percepção de que podem voltar a pescar para compensar o prejuízo e vendem “assim mesmo”.

Em relação à venda local, também se observa essa exploração, haja vista que o Jovem Pescador 3 (2020) sinaliza que o pescado tem um preço padrão, e a gente não pode exceder desse preço. E quem trabalha direto na venda pode o preço que quer. Às vezes, a gente vende o peixe que é R\$ 2,50 o quilo e, quando vai comprar na peixaria, é a R\$10,00, R\$15,00 reais [...]”.

A percepção dos pescadores é bastante lúcida a respeito da exploração do trabalho e da “mais-valia” e vem expressa nas críticas negativas dos jovens quando se referem à ação dos frigoríficos que se colocam entre o produtor e a venda. Portanto não passa despercebida a força dos poderosos em contraste ao desprestígio e à fragilidade do pescador em São João da Barra, como revela este jovem: “Mas eles não querem tombar o grupo ali em Atafona, porque são uns caras milionários que têm bastante dinheiro, bastante poder, muitas casas, então, se eles meio que... se fizessem isso, seria uma briga muito grande.” (Jovem Pescador 3, 2020).

Além desse fator, o alto custo do óleo e a dificuldade com o gelo, essenciais para o trabalho, são pontos que terminam por prejudicar ainda mais o pescador. A consciência da exploração também é evidente no depoimento do Jovem Universitário 2 (2020), em relação ao trabalho da cadeia da pesca, inclusive considerando a conivência dos órgãos de fiscalização que deveriam estar na defesa da atividade da pesca, como se percebe nesse depoimento.

Porque o órgão da pesca estadual, que é a FIPERJ, não é, a FIPERJ não liga pra isso. Ela fecha os olhos e quando ela vai participar de algum evento, de alguma coisa que tem pescador e, quando eles dizem que eles querem acabar com o atravessador, eles dizem que a gente está dando jeito. [...] Aí, a moça que faz tabua, sabe quanto ela recebe por cada tabua que o atravessador dá? 80 centavos. (Jovem Universitário 2, 2020).

Na indicação dos pontos positivos, eles foram mais reticentes e, em geral, o prazer e a beleza do ambiente marítimo, a liberdade e o aspecto cultural, a autonomia no trabalho foram exaltados nos depoimentos, até mesmo, mesclados de uma visão até mesmo um pouco romântica, como pode ser observado: “É um trabalho cultural, tem muita riqueza, muita técnica, passa de pai para filho. É uma coisa meio cultural, trabalho muito certo, muito digno” (Jovem Estudante 2, 2020); “[...] de certa forma, ainda tem como tirar o alimento da pesca, não tanto como antigamente.” (Jovem Estudante 3, 2020) e, ainda, como fala o Jovem Pescador 3 (2020) é:

É uma coisa que conta muito para o bem-estar mental da gente, ele é uma terapia. É um serviço que, pelo menos para mim, que venho de gerações de minha família, para mim, isso tudo dá orgulho. É um serviço que, apesar de ser um pouco sofrido, ainda é rentável. (Jovem Pescador 3, 2020).

Na verdade, o que mais se apresenta nesse rol de pontos positivos dizem respeito à tradição, à ancestralidade e que estão presentes nas comunidades, cujo sentido abriga ideias e sensações como proteção, parceria, pertencimento, segurança, dentre outros.

No entanto algumas colocações são provocativas e merecem considerações, como foi a análise da Jovem Universitária 1 (2020), que destaca a autonomia e a organização do trabalho como diferenciais positivos. São expressões que devolvem a discussão marxista ao desvelar os processos de apropriação do tempo e do domínio do processo de produção que o trabalhador sofreu na fábrica no modelo de produção fordista, ou seja, a desapropriação da técnica e do tempo do trabalhador e que levou a uma compulsória dissociação entre o “saber” e o “fazer”.

Em contraste, a imagem de um barco pescador com o “mestre” e seus “camaradas” fala por si. Ainda que as corporações de pescadores, como as dos demais ofícios, tenham deixado de existir, a organização do trabalho inspirada naquela maestria, em boa dose, permaneceu em algumas profissões, dentre elas, a dos trabalhadores do mar. Para Ramalho (2007, p. 116), essa “[...] atividade produtiva afirma e respalda noções de uma cultura do trabalho, de uma ideologia produtiva, que expressa sentimentos de arte e de liberdade e que formam e conferem valor à própria existência da comunidade local”.

Quando optam pela pesca, embora eles tenham mais autonomia na organização do trabalho, na comercialização da pesca, os pescadores esbarram com uma realidade distinta, com os atravessadores em uma estrutura de troca mais diretamente relacionada com a sociedade capitalista e, nesse sentido, não estão, pois, imunes a toda a complexidade e a contradições do sistema.

Nesse ponto das entrevistas, já começamos a aprofundar o questionamento na direção do catalogamento de fatos e opiniões que pudessem estar revelando razões pelas quais eles vêm fazendo suas opções e desenhando suas trajetórias de vida.

A respeito das **políticas necessárias de apoio à pesca**, há uma multiplicidade de aspectos a considerar. A insegurança de vida, os riscos no mar, a fragilidade nas políticas assistivas aos pescadores compõem uma realidade que pesa muito nas decisões desses trabalhadores, por mais que eles se orgulhem de ser pescadores. Para aqueles que já são pescadores, a percepção é de que o descaso das instâncias governamentais, estadual e municipal, a quem atribuem a maior parte da responsabilidade em apoiar os pescadores locais, é uma das razões dessa desvalorização da profissão, haja vista que essa crítica foi reiterada, como mostram alguns depoimentos com a cobrança em relação às políticas de apoio necessárias à pesca, como é o caso da construção do entreposto e do quebra-mar.

Os Jovens pescadores confirmam a dificuldade que a região do Pontal de Atafona apresenta hoje, pelo acúmulo de areia, decorrente do avanço do mar na foz do rio Paraíba do Sul, e toda essa erosão dificulta a chegada dos barcos. A fotografia (Figura 18) abaixo retrata essa realidade.

Figura 18 - Ruínas no Pontal de Atafona, distrito de São João da Barra



Fonte: MEIRELES, 2020c.

Portanto, enfrentar o mar em Atafona é um desafio que está em todas as etapas da pesca, mas há recursos que podem ser adotados para suavizar essa lida. O Jovem Pescador 3 descreve a dificuldade que enfrenta em seu dia a dia:

A gente chega aqui de madrugada e só pode entrar de tarde ou no outro dia, porque tem que esperar a maré encher pra gente entrar. E isso é um absurdo, total desprezo com o pescador, ter de ficar mais horas lá fora porque, poxa, Atafona está sumindo. E pra quem é do governo, eles não estão nem aí, porque não é a casa deles, que estão sumindo no mar. A maioria não é daqui, não são enraizados, não têm história aqui, eles não têm lembranças da infância aqui. (Jovem Pescador 3, 2020).

Não obstante, a descrença em relação ao poder público é flagrante, como se nota na fala do Jovem Pescador 3 (2020), ao considerar que “Todos esses projetos são fogo de palha, em época eleitoral, e, passou a eleição, acabou, depois eles esquecem”.

A inação da Prefeitura é apontada sob vários pontos e aspectos, desde o incentivo “[...] uma maior presença com palestras, e mais valorização da pesca”, com incentivos e mais reuniões com pescadores”, como cita o Jovem Pescador 4(2020). Um depoimento sobre o

descaso do poder público é sobre a aplicação do orçamento, pois o Jovem Pescador 2, 2020 considera que: “Ah, a Prefeitura poderia ajudar mais, porque quando, assim, quando eles precisam de verba, sabe de onde eles tiram primeiro? Da Secretaria de Pesca”.

Além disso, aponta o descuido com a limpeza e drenagem do rio, o que representa também uma dificuldade enorme para os pescadores: “O Estado tinha um programa chamado Limpa Rio. Aí, ele veio aqui, limpou o rio, dragou, arrumou o rio até... ficou bom. Só que a prefeitura deixou sujar o rio, né. Não teve continuidade [...] a Prefeitura diz que o rio é estadual... o rio é estadual... e assim nada...”. (Jovem Pescador 2, 2020).

Uma cooperativa, ou coisa do gênero, facilitaria em muita coisa. Aqui começaram a fazer um entreposto. Fizeram... eu acho que foi a Prefeitura, junto com uma firma aí, fizeram uma obra bonita, uma obra grande. Se estivesse funcionando, daria bastante suporte ao pescador, mas está abandonado. Nunca funcionou, desde quando ficou pronto, mas as coisas está acabando, o telhado está caindo... (Pescador 2, 2020).

Esse apontamento da possibilidade de criação de uma cooperativa já se apresenta como um movimento no sentido de pensar outras formas de organização do trabalho que possam escapar do sistema existente, com esforços coletivos.

Revedo os dados do Censo, em relação à questão relacionada a outra forma de organização (se houvesse uma cooperativa/associação/pequena, empresa/unidade produtiva na sua comunidade administrativa, administrada pelos pescadores locais e a universidade, dariam preferência à venda do pescado para ela?) praticamente foi unânime a resposta positiva (95,1%), bem como a aceitação de fazer parte de um empreendimento associativo da pesca artesanal (cooperativa, associação, pequena empresa/unidade produtiva), quando 90,7% mantiveram sua posição, um resultado que mostra ser conveniente e um tema sensível a esses trabalhadores uma nova alternativa de cadeia da pesca.

Como um corolário, a economia familiar e solidária, portanto, precisa ser vista como uma alternativa importante à atividade desses pescadores. As razões para essa aceitação: a possibilidade da organização dos trabalhadores (13%); a garantia de aumento da renda (78,3%); e a facilidade de acesso ao mercado (8,7%). É clara a insatisfação dos pescadores no que diz respeito à renda que conseguem com a pesca e que há necessidade de outras formas de tratativas comerciais e de organização dos pescadores. Dentre os 4% que não têm interesse, um não identificou o motivo, e outro considerou que esse tipo de organização gera conflitos.

No município, há jovens que trabalham em barcos maiores, de 12 m e 14 m, utilizados para a pesca industrial. Esses consideram a pesca lucrativa e são pescadores que têm mais domínio das tecnologias, ainda que admitam os riscos e os problemas que afetam a atividade.

Entendemos que, em São João da Barra, pela pesca industrial e pela iniciativa dos pescadores mais jovens que as tecnologias atuais vêm sendo inseridas na pesca. E, o que é previsível, elas entusiasmam, trazem mais segurança e proporcionam melhores condições de trabalho e possibilitam uma pesca mais farta a esses trabalhadores. Talvez sejam esses os que mais percebem a falta de apoio das esferas públicas, a exploração no momento da comercialização. No entanto a cultura tradicional da pesca continua pulsando forte.

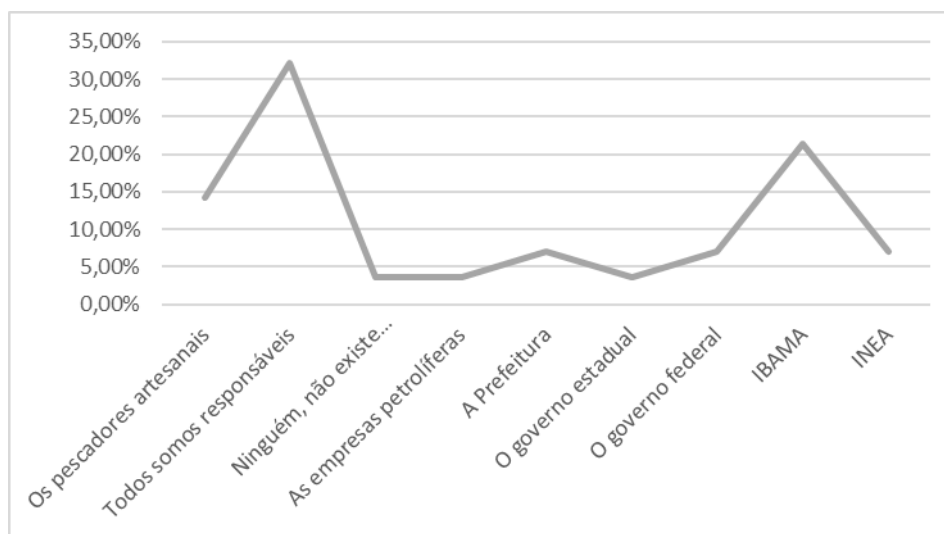
Não, gente, a pesca industrial está aí pra isso, gente, o consumo de peixe é gigante, e isso demanda muita tecnologia. Pra gente que nem previu isso, o que vê hoje!! Para mim, é a mesma coisa que brincar com vídeo game. É a mesma coisa, a gente usa computadores, a gente usa sonares, é uma coisa totalmente diferente, é uma coisa prazerosa, que a gente gosta, então... é um serviço que, pelo menos para mim, que venho de gerações de minha família, para mim, ser naturalizado daqui, tudo isso dá orgulho a gente chegar aonde está chegando, superando gerações passadas. Então é isso, é bonito, ser pescador. (Jovem Pescador 3, 2020).

Embora tenha sido um posicionamento importante no que se refere à adoção de hábitos, visando à preservação ambiental e ao desenvolvimento de uma consciência ecológica, mesmo que se perceba uma visão mais tradicional de proteção ambiental e de reciclagem, que os jovens pescadores demonstraram em um ou outro depoimento, há que se observar que são iniciativas ainda dispersas, independentes de qualquer política pública, mas com indícios de um movimento incipiente entre os pescadores, como se percebe no depoimento abaixo.

Porque a gente que pesca precisa da proteção ambiental, porque os antigos jogam tudo dentro d'água, vai tudo para baixo com a comida. Começamos a fazer lixeira com galões de óleo diesel que são descartáveis, e a gente começou a reutilizar esse material [...] pegando rede velha e fazendo lixeira gigante que dá para ficar dez quinze dias no mar e você colocar o lixo ali separado em galões, até quando chegar em terra. [...] A gente viu, em São Paulo, e começou a fazer, não precisou ninguém de serviço público, de nenhum poder fazer. A gente via começar também a colher óleo também e não jogar no rio Paraíba. Pelo menos é uma coisa para a proteção ambiental, que é uma coisa muito importante. (Jovem Pescador 3, 2020).

A consciência da responsabilidade em assumir protagonismo na proteção ao ambiente, que se registra nessa fala, tem se ampliado entre os envolvidos com a pesca, pois 46,4% admitem que devem ser responsáveis, no entanto ainda há aqueles que ignoram a questão (3,6%) enquanto uma grande parcela transfere essa responsabilidade para órgãos públicos como Ibama (21,4%), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) (7,1%) e as instâncias de governo federal (7,1%), estadual (3,6%) e municipal (7,1), como mostra o Gráfico 12:

Gráfico 12 - Posição dos respondentes quando questionados a respeito de quem deveria assumir a responsabilidade de proteger o meio ambiente, em especial, o mar/lagoa (em %)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo PEA Pescarte, 2020.

Reforçamos que são iniciativas válidas, necessárias, mas é possível inferir que a concepção de preservação ambiental e de sustentabilidade ainda está pautada por uma leitura tradicional, distinta da proposta de educação ambiental, cujos princípios vêm associados à construção de um novo modelo de organização social que passe pela percepção da coletividade, pela importância e pelo fortalecimento de participação nos processos de decisão, numa perspectiva da emancipação social. Nesse sentido, estaríamos num verdadeiro exercício na direção de um modelo de democracia participativa, distinta do modelo hegemônico, neoliberal, de democracia representativa, como afirma Santos (2003, p. 27) como uma das formas de emancipação que confronta as formas de poder, uma vez que “confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual.”

Vale a observação de que, nos depoimentos de cinco jovens entrevistados que são participantes de Projetos de Educação Ambiental da BC, PEA Pescarte, desenvolvido junto a comunidades atingidas por conflitos ambientais na BC, já se percebe uma atitude mais crítica em relação aos problemas e aos conflitos ambientais na região. São contribuições que podem estar sinalizando para a organização da atividade da pesca artesanal sob outras bases, o que comprova o êxito dessa política ambiental. Os jovens entrevistados também se referiram a outros Projetos de Educação Ambiental que conhecem ou frequentam como o Rema e o Territórios do Petróleo, que possuem a mesma concepção no sentido de uma educação emancipadora, firmada em Paulo Freire (1987), principalmente em sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

No diálogo, eles mostraram muita clareza no que tange à consciência de classe e da necessidade de participação popular no sentido da defesa dos interesses da categoria. Em nossa ótica, esses jovens evidenciam um capital social e uma consciência de classe extraordinários, sem o deslize de naturalizar ou de homogeneizar a realidade e, revestidos do pertencimento ao lugar, veem-se capazes de agir consciente e coletivamente na defesa de mudanças nas condições de vida. É uma avaliação da importância do papel da universidade para a sociedade em expoente alto. O reconhecimento de quanto esses projetos têm sido decisivos em sua formação aparece em muitas falas:

[...] por meio deles que eu soube assim reivindicar meus direitos, soube assim o que era mesmo a pesca, a importância da pesca. É, eu só ia ao rio pescar ali e ficava por isso mesmo. Tipo assim, se eu via o rio sujo eu não fazia nada, porque eu não sabia... o Pescarte também, com esses projetos, incentivando o pescador a se manter na pesca, né, já que a prefeitura não tem incentivo, esse projeto tem. (Jovem Pescador 2, 2020).

Minha escolha e meu processo formativo vêm dos projetos de Educação Ambiental. É impossível não falarmos nesses projetos. Dos cursos do Pescarte que o projeto ofereceu. Eu acho que os projetos, inclusive, são dos únicos meios que possibilitam essa inserção das pessoas na universidade [...] vi, em outros municípios, também de que participei de outros projetos, como foi um divisor de águas na vida de outros jovens como eu. Porque a gente não tem muita perspectiva aqui. (Jovem Universitária 1, 2020).

Faço parte do Projeto Territórios do Petróleo. [...] Aí, eu aprendi, né, passando pra frente, e eles podem fazer também, vão aprendendo [...] a gente tenta se organizar. Aí agora eu tava vendo até com o pessoal do Associação do Açú, a Associação da AMA... de incentivar os pescador a fazer o cadastro pra poder não deixar essa produção morrer, no caso, porque, do jeito que estão, eles não vão desacreditados, não vão fazer o cadastro, não vão fazer nada. (Jovem Pescador 2, 2020).

Tem um documentário que uma das minhas educadoras do Rema me apresentou, de um lugar lá do Rio Grande do Norte que eu quero conhecer, fazer uma pesquisa. O pessoal de lá conseguiu embargar, olha só, uma comunidade de pescadores menor do que Atafona conseguiu embargar um complexo portuário durante dez anos. Você tem noção disso, uma comunidade com menos de quinhentos pescadores conseguir embargar uma obra de complexo portuário multinacional?! (Jovem Universitário 2, 2020).

São depoimentos que nos permitem avaliar a ação educativa desenvolvida pelos projetos vinculados ao Programa de Educação Ambiental da BC junto às comunidades e como os sujeitos participantes já se mobilizam no sentido de ações coletivas e na compreensão de seu papel social, quando antes, a Colônia da Pesca era a principal, se não única representatividade coletiva e de organização dos pescadores.

Por diferentes vozes, mas de forma recorrentes, o trabalho realizado pelos projetos do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, patrocinados pela Petrobras e desenvolvidos pela UENF, é reconhecido e enaltecido como um divisor de águas, um fator

diferencial na vida desses jovens. A proposta do PEA Pescarte, com base na Educação Ambiental Crítica – uma educação contextualizada, trabalhada no sentido de evidenciar os problemas estruturais da sociedade e as causas básicas do baixo padrão qualitativo da vida de alguns trabalhadores como um processo construído e que pode ser modificado. A fala da jovem entrevistada sinaliza claramente para a importância desse fortalecimento da participação da classe:

Acho que falta um pouquinho de fé e um pouquinho talvez de projetos, de alguém assim com eles, ajudando, orientando, mostrando que eles têm direitos e que eles podem recorrer. Que eles devem se mobilizar mais, a Secretaria de Pesca se mobilizar mais, um projeto que pudesse mobiliar mais... assim, uma liderança, né. Eles ouvem mais quando tem alguém deles, da realidade deles. Acho que dariam mais ouvido, né, a alguém da realidade deles que sentisse na pele o que o outro sente. Acho que falta isso também, descobrir lideranças ocultas. (Jovem Universitária 2, 2020).

Maturidade e consciência política na perspectiva de criar mecanismos de ação pela via da participação coletiva, um movimento que sinaliza para o que Santos (2003) defende como “[...] democratizar a democracia”, ou seja, a forma de democracia que se tornou “[...] hegemônica ao final das duas guerras mundiais”, mas admite que ela “[...] implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a organização dos governos.” (SANTOS, 2003, p. 39-40). Parece-nos que, nesse século, desponta um movimento distinto, a defesa de uma democracia participativa, em que as organizações da sociedade, cientes de suas necessidades e direitos, buscam um papel mais protagonista nos fóruns de decisão e nas instâncias de poder. Dentro desse contexto, seria sensível a força política do cidadão que, em ações pactuadas junto aos pares, vão em busca de condições mais favoráveis de vida. O outro movimento seria o empenho para que o poder local tenha a sensibilidade e decisão política para instaurar uma conduta na perspectiva de uma governança colaborativa.

No que se refere à Educação Ambiental Crítica, o trabalho vai nessa direção. Para Layrargues (2002, p. 161), a Educação Ambiental Crítica “[...] é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”. Para esse movimento, o trabalho educativo ocorre no sentido do trabalho participativo e da solidariedade de modo que os sujeitos sejam capazes de agir conscientemente no próprio movimento da história, sem considerar as suas contradições. Nessa discussão dos problemas relacionados à vulnerabilidade socioambiental que alcança em maior medida grupos específicos, o Loureiro e Cunha (2008) ressaltam a importância dessa abordagem crítica que

deve estar presente na educação ambiental e da importância da participação política dos sujeitos:

Sabendo que a educação ambiental não é um campo homogêneo e que reflete a diversidade das concepções teóricas que fundamentam os também diversos educadores e educadoras ambientais, esclarecemos que nos referimos à educação ambiental em uma abordagem crítica. Nessa, parte-se de um princípio de grande relevância para a construção do processo democrático e autônomo da gestão ambiental: os sujeitos são entendidos como indivíduos historicamente determinados, constituídos e se constituindo socialmente em ações políticas com vistas à transformação societária. (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p. 238)

Reforçamos, pois, que, mediante as fraturas evidentes do sistema capitalista que comprometem a reprodução da vida, principalmente das populações mais pobres, nos países, a sobrevivência das camadas populares e o direito ao trabalho são temas que sempre mereceram a atenção de estudiosos e que devem ser problematizados, como uma verdadeira busca de movimentos de reação à ideologia dominante.

À medida que de São João da Barra foi escolhida para a construção do Porto do Açú, como um nó na rede de circulação global, principalmente de *commodities*, no local, no município, estão os reflexos mais evidentes das ranhuras dessas relações ambientais conflituosas em que o poder econômico, respaldado pelo Estado, atua em favor de alguns em detrimento de outros, e, em geral, as classes menos favorecidas são as que mais sofrem esses reflexos. Silva (2011) aprofunda essa discussão a respeito das disputas de território e acrescenta:

Por um lado, a relação do Estado com o território tem sido feita de forma coercitiva de controle da sociedade e do espaço geográfico conforme anuncia Polantz (2000). O autor contribui ainda para identificar o território como próprio da ossatura do Estado, ou seja, faz parte de sua estrutura e da racionalidade técnica própria da burocracia estatal e da imposição da soberania. Por outro lado, território, atualmente, tem assumido outras noções. O chamado território da cidadania, território culturais, vem aparecendo junto às políticas públicas federais. Desse modo, o termo quer seja nas políticas públicas, quer seja na literatura acadêmica tem se tornado cada vez mais presente e mais difuso. (SILVA, 2011, p. 11).

A democracia participativa está ali no horizonte, como um chamada para um maior protagonismo dos cidadãos e fortalecimento da organização e participação social e, ainda que o sistema atual seja resistente, as lacunas e as contradições que evidencia não impedem o fortalecimento de forças de resistência.

Nesse sentido, é necessário que a presença do Clipa, em São João da Barra, e todas as mudanças no território e na vida das pessoas sejam problematizadas; a dimensão dessas relações, global, nacional, subnacional, sejam bem avaliadas, na perspectiva de garantir à população local parte dessa riqueza, além de toda a garantia intergeracional também no que se

refere à questão ambiental. A categoria 3 apresenta uma leitura nesse campo, junto aos jovens entrevistados, com o objetivo de tentar compreender em que dimensão os jovens são atingidos por esse empreendimento.

5.6.3 O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú

Categoria 3 – O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú, o território, as oportunidades educacionais e os jovens da pesca – o diálogo foi bastante rico e sinalizou para outros aspectos não dimensionados no momento da criação do instrumento de pesquisa. A questão do território como espaço de disputas de forças antagônicas foi o ponto nuclear de questões, uma vez que são evidentes os conflitos ambientais em São João da Barra, desde o período das negociações para a definição do espaço para a operação do porto e dos limites do Clipa, como aponta Malagodi (2012) quando trata da processo de implantação do complexo de mega-empreendimentos no contexto do Porto do Açú e as tensões e os conflitos ambientais gerados desde então, em prejuízo principalmente das populações tradicionais, como uma das faces do que Acselrad (2004) considera como a “geografia do dissenso.” Essa menção à expressão de Acselrad vem como uma síntese do que ocorreu recentemente à dinâmica gerada no Estado do Rio de Janeiro na busca de recuperação do crescimento econômico em detrimento do que termina por provocar como danos ambientais, conflitos esses que se tornam possíveis a partir de um mecanismo de *injustiça ambiental* (ACSELRAD, 2004) e recai, sobretudo sobre as populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis: a *injustiça ambiental* é o mecanismo.

Ainda que a adversidade seja uma constante na atividade da pesca, todos os jovens se referiram à disputa do território, mediante a questão provocativa que lançamos no sentido de perceber se eles compactuam com a ideia de que, de fato, o Porto cerceou a região onde os pescadores costumavam pescar e, em voz unânime e sem constrangimento, não deixaram dúvidas de que os pescadores se sentiram usurpados e desrespeitados com a chegada do Complexo.

Estabelecer uma relação causal entre o Porto do Açú e a pesca artesanal aglutina, pois, vários pontos: o fato real, o Porto do Açú na região, as mudanças que impôs e as disputas de território, e a representação social que esse megaempreendimento produziu na sociedade local e, em especial, nos pescadores e jovens. Essas ideias ora se aproximam, ora são antagônicas, entretanto jamais ignoradas nas considerações dos entrevistados.

Nessa categoria, o Porto do Açú, a ideia do Porto como ameaça apareceu com frequência. Os pescadores que pescam em canoa, nos rios e lagoas da região, sofrem mais restrições em seu trabalho, principalmente os do Quinto distrito por estarem próximos ao Porto do Açú, que teve grande parte privatizada pelo empreendimento. A disputa pelo território, no período inicial da construção do Porto, foi um fato lembrado, conforme se verifica no depoimento de um jovem, identificado aqui como Jovem Pescador 1, quando indagado se o Porto cerceou muito a atividade em que habitualmente os pescadores costumavam ir pescar. Importante chamar a atenção que esse conflito ambiental também ocorreu com agricultores do município⁵³. A resposta veio sem constrangimento e, sob diversos aspectos, revelando o quanto os pescadores se sentiram usurpados e desrespeitados com a chegada do Porto.

A respeito dessa intervenção no território e desses conflitos ambientais, há importantes contribuições dos jovens, depoimentos que apresentamos em dois grupos: o de jovens pescadores e o de jovens estudantes, conforme pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 - Depoimentos de jovens pescadores e jovens estudantes a respeito da intervenção no território e dos conflitos ambientais causados pelo Porto do Açú -2020

(continua)

Jovens pescadores	Jovens estudantes
Sim, interferiu bastante. Hoje em dia, ninguém pensa muito mais em pesca, só pensa em porto. Lá, tem oferta de trabalho, mas é aquela coisa... não acho que seja um serviço que é merecido, acho que poderia ser melhor. Imagina você sair daqui... deixar de ser pescador, ganhar um salário de dois ou três mil reais para ganhar um salário de mil e trezentos reais, trabalhando de segunda a sábado, saindo de casa cinco horas da manhã e chegando em casa sete horas da noite. Então é muito melhor você ser pescador. É como um serviço <i>off-shore</i> , supercontrolado.	Depois da chegada do Porto, caiu a qualidade de solo e qualidade da água. Para a pesca continental, a gente tem perdido muito território e muita diversidade no que tange às espécies de peixe, e isso tem feito a atividade meio que desaparecer. Meu pai, por exemplo, não tem muito espaço para pescar e, quando tem esse espaço, não encontra mais tanto peixe como encontrava antes. Então, mais do que nunca, a pesca tornou-se unicamente de subsistência, e é quase impossível viver da pesca e da agricultura também. Junto com isso tivemos alguns conflitos, como: abertura de barra, que existia na região, sempre fizeram aqui... é tradição aqui... não pode mais, foi proibido. Atualmente, eles dizem que não tem mais peixe, camarão, não tem mais siri, porque não é drenado. Nesse sentido, esse processo de gentrificação e processo de industrialização desenfreado, na região, tem prejudicado a pesca. (Jovem Universitária 1, 2020).

⁵³ Importante chamar a atenção que esse conflito ambiental também ocorreu com agricultores do município, sobre quem os efeitos da construção do Clipa foram bastante traumáticos, pela desterritorialização, embora o Porto tenha adotado ações de mitigação definidas em documentos legais.

Quadro 5 - Depoimentos de jovens pescadores e jovens estudantes a respeito da intervenção no território e dos conflitos ambientais causados pelo Porto do Açu - 2020

(conclusão)

Jovens pescadores	Jovens estudantes
Interferiu pro pescador de ir pescar no rio de Quipari, né. E aí ele podia ir beirando o mar e chegava o rio, perto, né... entrava lá e pescava seu peixe. Agora não pode em Quipari, está tudo fechado em Quipari, agora só a boca da Barra que é aberto. E, até mesmo quando a gente vai pra Boca da Barra, que é pra pescar dentro do Porto, agora tem uma área deles lá que é mais cercada (Jovem Pescador 1, 2020).	Nossa! Mexeu demais... demais.... demais. Não só com a vida, né, como o ambiente. Acabou com a praia, porque, por conta do Porto do Açu, a erosão aumentou a salinização aumentou... a poluição aumentou, entendeu? Os agricultores que não usavam agrotóxicos tiveram de começar a usar os agrotóxicos para poder ter seu sustento, né, porque não estavam conseguindo ter uma plantação perto do complexo portuário. Não tem como. E aí, essas pessoas, perto de onde minha mãe mora, têm alguns pescadores, né [...] Quando chegou o porto, o barco dele é retirado daquele local, ele é levado pra outro lugar, que é mais distante. E olha só: ele tem de gastar com gasolina pra chegar a Atafona, são 22 km, você gasta gasolina pra chegar até Atafona, você gasta mais gasolina pra sair de Atafona pra poder chegar pelo menos perto do Porto... óleo diesel dentro do barco pra chegar ao porto do Açu, né, e aí você gasta uma coisa que você não gastava antes, né. Porque os pescadores não podem chegar perto da plataforma. Existe uma lei que o pescador, ele só tem que chegar a 500 m de distância. (Jovem Universitário 1, 2020).
No caso, ele limitou, mas os pescadores não concordam com muitas coisas que o Porto faz, então eles estão atravessando a cerca do Porto e estão pescando lá dentro do porto. Eles estão desrespeitando, mas o Porto também fez isso com a gente, né... eles estão pescando, assim. [...] se a caminhonete do Porto pega eles lá dentro da área deles, pega a rede, pega o remo e prende eles ainda. É situação difícil que eles correm, essas coisas. Já teve gente que foi preso, teve gente que perdeu rede... eles estão desrespeitando, mas o porto também fez isso com a gente, né... (Jovem Pescador 1, 2020).	Sim, interferiu sim. Porque, assim, a poluição vem também. Assim, são muitos navios grandes que encostam no Porto e, com isso, não vai dizer que não vai prejudicar a natureza? Eu acompanhando, eu não estudei isso. Tem rumores que a chegada do porto fez o mar avançar no Açu e muitas coisas e tb uma questão da Barra do Açu, que sempre foi um lugar com muito peixe, com a chegada do Porto, eu senti que o Açu ficou abandonado. É a minha opinião, um pensamento meu. E com a Açu ficar abandonado, eles fecharam o acesso à lagoa. (Jovem Estudante 1, 2020)

Fonte: Elaboração própria com base nos depoimentos de sujeitos da pesquisa.

Esse paralelismo entre os jovens da pesca e aqueles que não estão na pesca optaram pela vida acadêmica ou ainda estão na educação básica, há pontos que me chamaram a atenção: sob a ótica de quem está “dentro do barco”, o conflito é sentido de maneira cotidiana, em que o Porto retira deles oportunidades no trabalho na pesca e o Porto é a “grande dificuldade”, irreversível, pois foi construído ali e já afetou as condições do trabalho, seja porque o território foi privatizado, seja porque o volume e a diversidade do pescado já se alterou, mas percebem essa realidade como algo que está posto numa atitude de certa naturalização de um fato que é social, econômico e político.

De acordo com o Censo Pescarte (2016), quando indagados quais alterações eles têm percebido, nos últimos 5 anos, na sua área de pesca, 80,4% deles apontaram que SIM e, pela ótica desses pescadores, a principal referência foi o “fechamento da Barra”, alternativa que aparece associada a outros fatores como o “surgimento de recifes artificiais”, “volume/derramamento de óleo”, “redução no tamanho de peixes”, “desaparecimento de algumas espécies”, “criação de zonas exclusivas para pesca” e similares. O “assoreamento/poluição” e a “diminuição do volume e quantidade do pescado” também foram citados mais repetidamente.

Como consequência (confidenciam), alguns pescadores reagem em desrespeito às normas e pescam nas lagoas, correndo riscos de serem autuados, mais um elemento que concorre para a necessidade que esses pescadores têm em desenvolver uma atividade paralela para complementar a renda, não sendo a pesca a atividade principal.

Da mesma forma que, para alguns, o Porto do Açu traz a representação de oportunidades de emprego para o local, há os que são céticos em relação a esse quadro. O depoimento desses jovens traz reflexões bastante aderentes ao que acontece.

O Porto? Mudou sim. Então, tem vários pontos. Tem o ponto da ilusão das pessoas, tem o ponto da safadeza que envolveu muitas coisas dentro do meio da política, tem os royalties, da participação social que o Porto manda, tem a questão do RPPN. São várias coisas. Mas primeiro ponto é a questão da ilusão, né. Isso a gente volta lá em 2012, 2013, foi na época quando o Rema começou. (Jovem Universitário 1, 2020)

E não há como desconsiderar a fala do pescador Jovem 3 (2020), que, em sua crítica, admite a oferta de empregos no Porto, mas que isso não compensa pois, para ele, funciona como uma forma de escravidão e de exploração do trabalho. Nessa análise, subjaz o sentimento de pertencimento, da autonomia e liberdade que a pesca proporciona, em contraposição ao trabalho assalariado e controlado por horas e pelo relógio, em tese, a compreensão da exploração do trabalho e mais valia, da mesma forma que destacaram quando apontaram a comercialização com os atravessadores e com os frigoríficos. E a alma do pescador pulsa “Então é muito melhor você ser pescador.” (Jovem Pescador 3).

No depoimentos dos jovens estudantes e universitários, dos que olham a pesca e se veem “fora do barco”, a leitura dos conflitos ambientais foi mais abrangente e já amparada de uma compreensão mais acadêmica, em menor ou maior dimensão do problema.

Há situações e considerações, inclusive, que ultrapassam o local e abordam a situação da pesca numa ambiência regional, considerando a presença da indústria do E&P de petróleo e gás na BC e os reflexos das medidas de mitigação em função dos conflitos ambientais, bem

como de apoio e proteção existentes aos pescadores, numa dimensão regional e, em especial, em Macaé, como se vê na fala que segue da Jovem Universitária 3 (2020), quando os compara a São João da Barra:

Pelo que eu sei, a Petrobras tem as medidas de proteção, porque o fluxo de barcos e plataformas é maior em Macaé. Mas Macaé tem mercado que você consegue levar pra fora. E, até mesmo quando o mercado está numa condição ruim, ela ainda é melhor que em Atafona. (Jovem Universitária 2, 2020).

Uma percepção recorrente foi a de que pescadores também vislumbram, no Porto, uma forma de se afastarem dos riscos da pesca, até mesmo porque a pesca requer força física e os mais idosos correm mais risco, como o Jovem Estudante 1, cujo pai já não pesca mais com assiduidade. “Meu pai é pescador, mas agora ele está trabalhando no Porto. Quando pesca, faz no rio do Açú.” (Jovem Estudante 1, 2020).

Se buscarmos o jargão que aconselha, em situações conflituosas e de desafios, em lugar de *crise*, ler *oportunidades*, nessa análise encaminhada na categoria sobre o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú, as opiniões dos dois grupos convergem, embora revestidas de uma visão crítica mais apurada daqueles que estão concluindo sua educação básica ou já na universidade e são mais atentos às questões sociais e políticas.

E o discurso dominante que repica na desvalorização da pesca se percebe até mesmo no diálogo entre um rebocador e um pescador que prestava serviço ao Porto, na ronda de um barco de uma plataforma. “Se você não obrigar seu filho a virar pescador e você der uma Educação de qualidade, seu filho vai poder tá aí em cima, se você quiser”, de acordo com o relato do Jovem Universitário 2 (2020), que continua trazendo a seguinte inferência:

E então, quando ele chegar na casa e ele olhar a realidade dele, ele vai pensar assim: pô, não vai ser todo mês que eu vou poder trazer um iogurte para minha filha ou pro meu filho, não vai ser todo mês que eu não vou conseguir fazer uma coisa. Então ele vai fazer o quê? Vai fazer tudo com que o filho não entre para a pesca, vai fazer com que o filho estude, pro filho conseguir entrar em uma faculdade e entrar no Porto. (Jovem Universitário 2, 2020).

O ambiente familiar, não há dúvidas, é um fator importantíssimo na vida das pessoas, para além da educação escolar, e não é diferente nessa comunidade pesqueira. Também esse é um elemento forte para que os pescadores atualmente orientem seus filhos para que estudem e façam outras escolhas profissionais. Escola e pesca seriam então incompatíveis? Eis uma dúvida intrigante que se somou no momento que encaminhamos questões relacionadas à escolaridade dos familiares e dos jovens.

5.6.4 Expectativas e Trajetórias de Vida: a relação Trabalho e Educação

É consensual, na sociedade, que a trajetória escolar se transformou num requisito, numa espécie de passaporte para fazer jus às oportunidades que a vida contemporânea é capaz de oferecer. No Brasil, no entanto, esse processo vem ocorrendo de maneira muito aquém do que seria necessário para que o País se posicionasse com o padrão de escolarização necessário, haja vista que só foi possível ao poder público falar em ensino fundamental universalizado, na década de 1990, e, até nossos dias, o ensino médio, ainda que nessa última década tenha se expandido, ainda não se universalizou. Dados do Censo da Educação Básica do Inep/MEC de 2020, apontam que o Brasil apresenta 7.550.753 matriculados no ensino médio e 1.936.094 no médio técnico, totalizando 9.486.847 estudantes.

Em relação às matrículas de EJA médio – Educação de Jovens e Adultos, não houve um decréscimo de 6,2% no último ano, estando atualmente com 1.252.580 pessoas. O Censo 2020 apresenta a rede estadual com maior participação na matrícula do ensino médio com 84,1%, enquanto a rede privada 12,3%, e esses percentuais de matrículas se mantiveram relativamente estáveis entre 2016 e 2020, e a concentração das escolas de ensino médio nas cidades chega a 94,8%, de acordo com o Censo. Em relação à zona rural, registra-se que 96,2% das matrículas são atendidas pela rede pública (BRASIL, 2020, p. 27).

Enquanto isso, observou-se um aumento de 1,0 p.p. na participação das matrículas da rede federal, resultado da política de expansão da educação profissional que se fortalece com a criação da rede federal de educação profissional e tecnológica e dos Institutos Federais (IFs) pela publicação da Lei n. 11.892, de 29 dezembro de 2008, que possibilita a construção de *campi* dos IFs em regiões interioranas e periféricas, por todo o País.

A expansão da rede federal ocorre a partir de um projeto de interiorização do ensino superior e das escolas federais de formação profissional de nível médio que ultrapassa a lógica da localização metropolizada da ocupação humana e econômica do território brasileiro. Trata-se, pois, de uma decisão não apenas numérica; ela carrega uma intenção política, de concorrer para o desenvolvimento do país, à medida que concorre para a diminuição das desigualdades regionais, ampliando o acesso à educação. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas no ensino médio e profissional na zona rural, o que comprova o sucesso da política de expansão da rede federal e dos IFs.

O Porto do Açu, em São João da Barra, foi um dos argumentos que se somou aos critérios de expansão dos IFs para receber um *campus* do IFFluminense. Defendia-se ali, a necessidade da formação escolar mais qualificada e técnicos especializados para os postos de

trabalho no CLIPA, numa concepção que estabelece certa linearidade entre educação e desenvolvimento. Embora seja verdade que educação é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de um país ou de uma região, essa afirmativa precisa ser analisada como um dos condicionantes, dentro do universo sociopolítico, ou seja, a relação educação-desenvolvimento é, antes de tudo, uma construção histórica, que integra um projeto de país. Pensando na atual fase do capitalismo no mundo que se globalizou, pode-se, até mesmo, considerar a existência de um projeto global.

Considerada por essa ótica, a interiorização dos IFs pode ser tomada como um movimento contra hegemônico, pois possibilita o fortalecimento e a elevação da escolaridade de camadas da população brasileira que, até o século XXI, ainda não teve direito a esse bem social.

Nesse sentido, a questão de base, ao tratar da relação entre educação e desenvolvimento nos IFs e um grande empreendimento como o Porto do Açu ou a indústria de E&P de petróleo e gás, é o conceito de educação e para qual modelo de desenvolvimento essas instituições foram criadas. Ou ainda: de que desenvolvimento se está falando? Bastaria a sua ação reservada ao espaço interno da inclusão produtiva, por meio da formação de trabalhadores para os postos de trabalho, considerando uma política neoliberal que apregoa a redução, ou mesmo, a supressão de direitos do trabalhador, na perspectiva de uma concentração cada vez maior do capital ou de problematizar essa realidade?

Os IFs foram criados para ultrapassar esses limites, para servir à sociedade, e teriam, por princípio, uma concepção de educação emancipadora e, nesse projeto, incluem-se os menos favorecidos, as tecnologias sociais que permitem o acesso ao conhecimento, as pesquisas aplicadas, os empreendimentos solidários e de médio e pequeno porte, às temáticas da contemporaneidade em favor da vida e das aspirações de jovens e adultos, aspirantes ao trabalho, embora se reconheça a existência de forças conservadoras no interior dessas instituições que remontam à origem das escolas de formação profissional no país, que sobrepunham a preparação para o mercado de trabalho à formação humanista.

No entanto, o momento histórico está a exigir um movimento mais efetivo para reverter o cenário de desigualdades extremas que submetem as populações e de superação de modelos impostos pelo capitalismo globalizado, que acentuou assimetrias e desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais profundas entre os países centrais, semiperiféricos e periféricos e, nessa perspectiva, a relação educação, desenvolvimento ganha uma dimensão até mesmo confrontante ao modelo hegemônico.

Se, no imaginário social, o argumento em defesa do Porto do Açu foi o desenvolvimento regional, e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes atuou de forma ilusória, pois o capitalismo, de fato, não é capaz de incluir todos, ou se, sob a caba desse discurso, justificavam-se ou encobriam, a princípio, os conflitos ambientais e as perdas dos agricultores de pescadores artesanais, saldos positivos também ocorrem, e a narrativa desses jovens é bem ajustada nesse aspecto, haja vista o depoimento:

Então, teve muito a ilusão aonde, hoje em dia, até os jovens se sentem mal em falar sobre isso, né, porque teve jovem que adiantou faculdade, adiantou se matando, estudando dia e noite, na perspectiva de conseguir entrar no Porto, entendeu que era um lugar novo, uma coisa que tava na época, quando começou, em 2008 por aí, 2008 pra 2009, quando o Porto estourou, que o salário de um faxineiro no porto do Açu era R\$ 3.000,00, todo mundo queria isso, entendeu? Todo mundo queria entrar como auxiliar de uma coisa para receber isso. (Jovem Universitário 2, 2020).

A partir de todo esse cenário, nosso diálogo foi aprofundando questões mais pessoais e relativas à realidade de vida de cada um, seus sonhos, as lutas, as vitórias, como vêm realizando suas escolhas e como se imaginam no futuro, considerando uma trajetória de vida.

Se, em relação ao trabalho no Porto do Açu, eles já demonstraram compreensão do verdadeiro potencial de trabalho naquele complexo portuário, no universo da educação, a leitura revela mais segurança e otimismo. A importância da escola é indiscutível, e esse posicionamento se intensificou nas duas últimas décadas em São João da Barra.

Na comunidade da pesca, se, em outros momentos, a escola não parecia ser feita para o pescador, pela sua rigidez em relação a tempos e mesmo a seleção dos conteúdos, haja vista que a baixa escolaridade é uma evidência recorrente entre os pescadores mais idosos, o Censo PEA Pescarte (2016) comprova essas estatísticas em relação aos familiares dos entrevistados. No entanto, se a escola não atraia os pescadores, pois para o seu trabalho, a escola do pescador são os petrechos e o barco e os saberes da pesca, a realidade hoje sinaliza em outra direção.

O que se evidencia é uma tomada de posição de muitos desses pais, e esse discurso também está interiorizado na atitude da maioria dos jovens entrevistados, considerar a escola como o único instrumento possível para que seus filhos mudem seu status no espaço social, como os depoimentos comprovam:

Meu pai não quis que meu irmão fosse viver da pesca, por querer um futuro melhor para nós. Se até os pais não querem que seus filhos vivam da pesca, que chances ela tem de sobreviver? Isto condena a pesca a uma mudança ou a uma progressiva extinção. Porque tem muito isso, não é? Apesar de ser uma tradição muito bonita, para essa geração da nossa idade, os pais estão tentando evitar por causa da dificuldade de viver da pesca. (Jovem Universitária 3, 2020).

Meu pai nunca me estimulou a ir para a pesca. Ah, porque ele tem o pensamento ainda é um serviço sofrido, pegou uma época ruim. Eu até entendo o lado dele, e, até hoje, ele não me estimula a pescar, nem a mim, nem a ninguém da minha família a pescar. (Jovem Estudante 3, 2020).

Meu pai nunca foi a favor de eu seguir esse negócio de pesca não, porque, antigamente, era algo com muito mais produção de pescado. Eu nunca cheguei a ir para o mar com ele não. E, com 17 anos, eu me afastei por causa da relação com meus estudos. (Jovem Estudante 3, 2020).

Bom, meu pai estimulava a gente a estudar. Para vida dele... quando assim... eu mostrei o diploma de Enfermagem para ele, foi o maior orgulho, mas, quando eu resolvi deixar o jaleco para ir para a rede, para ele, foi a morte. Ele chorou... falou que não aceitava ter estudado tanto para poder ir para o mar, enfrentar tanto sofrimento, mas... não foi para ele. O coração bate pra dentro, pro alto mar. (Jovem Pescador 3, 2020).

Prova evidente de que os pais desejam um “destino melhor” para seus filhos está nesse depoimento do Jovem Pescador 3, com ensino médio completo e com formação profissional, mas que resolveu “retirar o jaleco” da enfermagem e tornar-se pescador para viver no/do mar.

O papel, nesse item da figura da mãe ou responsável, chama a atenção e tem centralidade na vida de vários jovens. Quase todos que concluíram o ensino médio ou que já estão no ensino superior pertencem a famílias cujas mães ou responsáveis são profissionais ou têm escolaridade básica completa. Dentre as famílias cujas mães possuem nível mais elevado de escolaridade, estão os filhos que já se encontram na universidade, como reconhece esse jovem: “Então, toda a educação e a autonomia que eu tenho foi por parte de meu pai e da minha madrastra. Minha madrastra é professora e, desde novo, ela já falava com a gente que tinha de estudar. Eu sou o único que já terminei o 2º grau, dos cinco.” (Jovem Universitário 2, 2020).

Outro caso que foi ressaltado a respeito da influência da mãe, traduzida da seguinte forma: “Minha mãe já é mais letrada, minha mãe foi até a 8.ª série. Eles são daqui, mas minha mãe morou, um tempo, no Rio, então, nesse sentido, ela teve um pouco mais de acesso à educação, né.” (Jovem Universitária 1, 2020). Vale ainda a observação de que o único jovem entrevistado (Jovem Pescador 1, 2020) que deixou a escola antes de concluir o ensino fundamental tinha a mãe analfabeta até a idade adulta, tendo-se alfabetizado recentemente, na modalidade educação de jovens e adultos (EJA) e, que, segundo ele, “[...] parou na quinta, há um ou dois anos atrás, mas ela vai voltar”.

E, ao que nossa análise alcança, os jovens mostram segurança nas escolhas que vêm fazendo. São vários os depoimentos que nos permitem essa articulação:

Meus pais sempre permitiram e incentivaram para que estudássemos e fizéssemos o que a gente quisesse na vida. Coincidentemente, nós escolhemos áreas que guardam afinidade com a pesca. Eu, nas Ciências Sociais, e minha irmã, na Administração e na Contabilidade, e ela está mais voltada para a questão de empreendimentos solidários.

Ela faz parte do GAL, mas tenta trabalhar também com agricultores familiares que precisam de algum tipo de ajuda. (Jovem Universitária 1, 2020).

É interessante esse vínculo com a comunidade. Seria coincidência a escolha das jovens por áreas que guardam afinidade com a pesca? Arriscaríamos dizer que o sentimento de comunidade está enraizado na alma desses jovens e em suas escolhas, pois distanciar-se do habitual, do desenho provável de uma trajetória, por vezes parece trazer um sabor de ruptura, um desafio difícil de enfrentar, como reconhece a jovem:

É. Minha prima mesmo fez Contabilidade, foi morar em Campos, trabalhou muito tempo em empresas em Campos, trabalhou no Porto, só que adoeceu, ficou muito ansiosa, ficou muito estressada e largou voltou para casa, para administrar o empreendimento da família, que é voltada para a agricultura. Volta com mais estrutura para mudar a forma de trabalho. (Jovem Universitária 1, 2020).

Decidir pelo afastamento da pesca representa o distanciamento da “comunidade”, daí pensar que essa decisão pode ser analisada sob dois sentidos distintos ou melhor, sentimentos que estão presentes nessas decisões: comunidade e liberdade, dois valores importantes. A ideia de localidade e de mundo; permanência e incertezas. E, por que consideraria dessa forma? A opção por uma situação implica a perda da outra, e este é um conflito que subjaz às escolhas. E, neste aspecto, a ponderação de Bauman (2003, p. 11) é de que: “Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos. Isso não é razão para que deixemos de tentar (não deixaríamos nem se fosse uma boa razão)”.

No caso desses jovens, a vida na comunidade tem cheiro de sal e mar, de uma identidade construída, de segurança, onde parece não haver surpresas, onde todos parecem tornar o estar juntos ainda melhor e mais agradável, bem como a vontade de melhorar a vida, podendo pensar até que todos à nossa volta nos querem bem; um porto seguro, como falou o jovem pescador entrevistado.

Não tem jeito. Quem vive ou quem viveu da pesca e vai migrar para outro trabalho algum dia sempre vai voltar, porque não tem jeito, não tem outro trabalho aí, porque a pessoa já sabe como é o trabalho, já sabe como funciona, é uma segurança de trabalho também. A pesca ainda é um porto seguro e, embora está ameaçada, mas ela pode permanecer por essas razões também. (Jovem Pescador 4, 2020).

Para entender melhor essa questão de escolaridade, diante de tantas afirmações, recorremos a Bourdieu (2007). O autor, referindo-se ao papel da escola, afirma que, além da função da integração moral, defendida por Durkheim e por outros autores dessa linha de pensamento, existe outra função: a da integração cultural (ou lógica) da instituição escolar. É por essa abordagem que o autor considera ser possível a escola se transformar em um fator

fundamental de consenso cultural e de um senso comum como base para a comunicação e, assim, para se consolidar-se como um instrumento de distinção. Para Bourdieu,

O que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e de acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns. (BOURDIEU, 2007, p. 207).

Com essa função formadora de *habitus*, a Escola propicia a quem está submetido a sua influência, “[...] uma disposição geral, geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes de pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de ‘*habitus cultivado*’.” (BOURDIEU, 2007, p. 211). A reflexão a respeito da função cultural da Escola ou da sua capacidade de gerar um *habitus* cultivado legitima as falas dos filhos dos pescadores, quando se referem aos esforços dos pais em incentivá-los à Escola para melhorar o patrimônio e melhorar sua posição na estrutura das relações sociais. Em tese, a Escola possibilitaria a esses jovens se apropriarem de um capital cultural que possa permitir uma outra posição na hierarquia das classes sociais. E, nesse sentido, a escola, além de ser um dos instrumentos de reprodução, torna-se também um possibilidade de “transformação”. Bourdieu (2008) define *estratégias de reprodução* como:

[...] o conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe [...] Por intermédio da disposição em relação ao futuro – essas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social, possuídos pelo grupo, assim como o seu peso relativo na estrutura patrimonial. E, em segundo lugar, do estado – por sua vez, dependente do estado da relação de força entre as classes – do sistema de instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (estado de costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc) [...] mais precisamente, tais estratégias dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução, a qual define a transmissividade do patrimônio, fixando as condições de sua transmissão, ou seja, o rendimento diferencial que possa ser oferecido aos investimentos de cada classe ou fração de classe pelos diferentes instrumentos de reprodução. (BOURDIEU, 2008, p. 122).

No entanto, também encontramos aqueles jovens que pretendem permanecer na pesca, por razões relacionadas à estrutura familiar, amam o que fazem e também considere, como em outros tempos, que a relação entre escola e pesca não é tão necessária, como se a sabedoria da pesca fosse apartada do conhecimento escolar, embora este não seja um pensamento majoritário.

Sim... geralmente acontece com o jovem que, desde novo, não tende muito a gostar de estudar ou porque os pais, chegando junto, pedindo para ajudar, eles terminam seguindo a carreira da pesca, junto com os pais. Normalmente, quando eles vão, desde

cedo, para o estudo, sempre tende a ir para outras áreas e não para a pesca. (Jovem Pescador 4, 2020).

A consciência de que é necessário se capacitar e que há possibilidades para que isso ocorra, até mesmo no próprio município, é percebido na fala de quase todos os jovens entrevistados.

Sim, com certeza. Porque, na minha época, não tinha nada disso, recurso aqui era a pesca só e pronto. Não tinha outra coisa. Se quisesse trabalhar, tinha de ir para Macaé, e eu não tinha essa visão antes também. Antigamente, era só aqui. Então as crianças, antigamente envolvidas na pesca, não tinham outra opção, não viam por que terminar os estudos primeiros, e entravam pra pesca de cabeça. Já hoje em dia, têm outra visão, com estudos, com cursos, um curso superior, uma coisa assim, dá pra conseguir uma coisa melhor, um ganho certo, mais capacitado, ele pode entrar no Porto do Açu. (Jovem Pescador 4, 2020).

Não, os jovens hoje procuram se capacitar bastante. Hoje em dia, a gente vê que o IFF vive lotado, prova de que eles querem. Tem gente que vai buscar se capacitar em Campos, quando aqui não tem. O pessoal, hoje em dia, busca bastante, porque, para eles, querem trabalhar em empresa. O pessoal tem se capacitado sim, porque trabalhar aqui como pesca e as coisas mais tradicionais em São João da Barra, eles não acham rentável, porque só tinha pesca, agricultura e, na prefeitura, hoje em dia ninguém quer mais nada desses três. (Jovem Pescador 3, 2020).

O advento da chegada do Porto do Açu também concorreu para essa disposição no sentido de criar condições para a oferta da formação profissional de nível técnico no município e, inclusive, participou do processo para a construção de um *campus* Instituto Federal Fluminense, instituição com autonomia para ofertar as modalidades de ensino, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio. A intercessão educação-trabalho-formação profissional ganha mais espaço na vida em sociedade, e o discurso sobre a importância da escolaridade se intensificou.

Esse movimento em favor da educação e as iniciativas favoráveis nesse campo, no município, sem dúvida, interferem nas aspirações, nos hábitos e na trajetória de vida dos munícipes, em especial dos que veem uma nova motivação para elevar sua escolaridade, como declara o Jovem Estudante 1, que reconhece a importância da educação como caminho para a realização de seus sonhos:

Atualmente eu estou tentando me qualificar para tentar pegar uma vaga melhor no Porto. Eu já fiz um curso técnico em Logística que eu fiz no Senac e, atualmente, eu estou cursando o técnico em Mecânica, no IFF. A minha paixão é matemática. (Jovem Estudante 1, 2020).

Necessário destacar que a presença do IFFluminense tem forte representação como formador de técnicos especializados e, no período da implantação dos cursos, que demandava,

por lei, a realização de audiências públicas para ouvir as representações locais, o discurso dominante foi em favor de uma formação com forte conexão ao Porto do Açu, a exemplo do Curso de Petróleo e Gás e Mecânica. Não obstante, cabe lembrar que um IF possui objetivos que orientam a instituição, com princípios e diretrizes pautados na perspectiva de uma Educação emancipadora.

Por conseguinte, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Pedagógico (PPP) do *campus* São João da Barra, a proposta educacional, ao interligar ciência, tecnologia, trabalho e cultura, favorece aos estudantes uma leitura crítica da realidade, de modo que sejam sujeitos de sua história e tenham a autonomia necessária para participar das decisões que dizem respeito aos interesses da vida em sociedade, como analisa o jovem que concluiu o curso de Petróleo e Gás no *campus* São João da Barra:

Depois que se falou em Porto, aqui em São João da Barra, no município, desde 2016, 2017, 2018, ele chama mais a atenção para a questão do emprego. Até mesmo no IFF, há procura de jovens para trabalhar no Porto. Eu vi isso porque os cursos do IFF são voltados para o Porto, é Construção Naval, Petróleo e Gás, Mecânica. Sim... Mas eles aprendem muito dentro do curso, aprendem desenho técnico, Mecânica. Vários alunos chegam no IFF pensando que é só Porto, mas não: há muitos professores lá que mostram vários caminhos que preparam para outras coisas. (Jovem Universitário 2, 2020).

Em tese, a permanência dos jovens na atividade da pesca está condicionada a fatores diversos, complexos e nem sempre favoráveis, como é a falta. E a escola, nesse universo, vem representar uma dimensão cada vez mais representativa: a de oportunizar condições para o acesso a bens sociais e simbólicos; a escola como um “[...] terreno de encontros e de acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns”, segundo Bourdieu (2007, p. 207).

É fato que, tratando-se da escolaridade, o desenho dessa geração sinaliza para possibilidades diferentes da trajetória de seus pais. Ao analisarmos a categoria escolaridade, apenas um deles não concluiu o ensino fundamental, enquanto 45% dos entrevistados, aproximadamente, encontram-se no ensino superior. Num comparativo com a geração dos pais, os pescadores não passaram do ensino fundamental e, dentre as mães, a escolaridade é mais alta um pouco, sendo que uma ainda não completou o ensino médio, duas têm ensino médio completo, e uma delas, ensino superior.

A respeito de quais cursos procuraram para a sua formação, além do ensino fundamental, separamos em dois blocos: i) cursos sem ligação direta com a pesca; ii) cursos diretamente ligados à atividade da pesca. Cursos que podem ser classificados nesse primeiro bloco: Fotografia, Técnico de Auxiliar Administrativo, Técnico em Enfermagem, Técnico em

Petróleo e Gás (IFF), Logística (Senac), Técnico em Mecânica (IFF), dentre outros. Essa procura pela escolaridade e por profissionalização pelos adolescentes e jovens, na cidade, é reconhecida pelos entrevistados:

Sim, hoje em dia, eu tenho orgulho da juventude de São João da Barra, é uma geração nova que está vindo, que busca aprender, que busca conhecimento, cara, isso é bom, isso é ótimo. Vejo, hoje em dia, eles têm feito um movimento do pessoal do IFF, que trabalha com política, e eu acho o máximo, porque eles trabalham com vários tipos de assunto, vários tipos de abordagens e são discussões inteligentes, você vê que são jovens que sabem o que estão falando [...]. (Jovem Pescador 3, 2020).

Em relação aos cursos diretamente ligados à atividade da pesca, temos algumas referências:

E a gente também trabalha com a preocupação com a segurança. Eu já trabalhei em Segurança no Trabalho e já fiz especialização. E eu fico de olho em algumas braçadeiras, porque, para eles, se tiver com uma correntezinha fininha e subir, está bom, eles não estão nem aí, se vai cair ou se não vai cair. Então a gente busca quebrar muito isso. “Não, aquela corrente não dá, vamos trocar, vamos colocar isso no peso correto; não, isso aqui não vamos puxar com a mão”, e aí a gente já puxou com a mão, mas a gente colocou guinchos hidráulicos, por que, para que fazer força se, hoje em dia, tem guincho hidráulico para fazer? (Jovem Pescador 3, 2020).

Na leitura comparada com os dados do Censo PEA Pescarte, em dois itens referentes à formação profissional, dentre as 22 opções sugeridas, os mais assinalados foram o de Informática/Letramento Digital (15,8%); Mecânica em geral (12,3%) e Administração (10,5%). Eletrotécnica, Idiomas/Inglês e Cabeleireiro receberam a mesma proporção de interessados (7%) e Segurança do Trabalho (5,3%). Com 3,5% das intenções, ficaram os cursos de Marinheiro de Convés, Condução de Rebocador, Culinária/Confeitaria, Marinheiro Auxiliar de Convés, Solda, Técnico em Logística e Petróleo e Gás. Os menos desejados receberam apenas 1,8% das intenções: Aperfeiçoamento da Atividade Pesqueira, Bombeiro, Construção Naval, Mergulhador, Salvatagem, Artesanato, Técnico em Enfermagem, Engenharia. Salvo algumas exceções, são cursos que podem dialogar com a atividade da pesca, o que comprova a disposição desses jovens em não desistir da profissão ou não se afastarem completamente dela. Prova viva dessa luta é a existência de centros de capacitação para o trabalho na pesca em São João da Barra, em especial, na Colônia de Pescadores em Atafona e no V Distrito, como se vê nas figuras a seguir:

Figura 19 - Centro de Formação de Pescadores em Atafona, distrito de São João da Barra



Fonte: O autor.

Figura 20 - Centro Comunitário Pesqueiro – V Distrito de São João da Barra



Fonte: O autor.

Na fala desse Jovem Pescador 3 (2020), percebe-se essa disposição e valorização da pesca, quando sugere cursos que poderiam ser ofertados no município:

Colocar uma infraestrutura de ensinamentos para os jovens, não que seja tanto para ir para o alto mar, mas, com uma mecânica diesel, que é para trabalhar com motores e máquinas de embarcações, coloca curso para aprender a fazer barcos, que aqui tem bastante, trabalhar com carpintaria, automação, trabalhar com mecânica, trabalhar com elétrica hidráulica, são tantos serviços em torno de uma coisa só, você vai dar serviço para tanta gente, vai dar emprego para o pintor, para o serralheiro, para o carpinteiro, você dá emprego para o soldador, você vai mantendo... a economia do local girava em torno de uma coisa só, o pescador. (Jovem Pescador 3, 2020).

Quanto ao acesso ao nível superior, é representativo o número de jovens na universidade, nesses últimos cinco anos, realidade quase impensável em décadas anteriores. Resultados do Censo sobre a escolaridade dos pescadores entre 18 e 29 anos, dentre os 187 (cento e oitenta e sete) respondentes, mostram que 5,3% deles declararam ter ensino superior incompleto, 0,5%, superior completo, e outros 0,5%, pós-graduação. No entanto 79,9% já declararam não frequentar mais a escola.

Esse processo tem sido um divisor de águas para esses jovens, e as opções profissionais são variadas e, nem sempre, retratam uma relação com a pesca, ainda que esse universo seja inspirador, como se vê nesses depoimentos.

Minha irmã mais velha é formada em Administração pela Cândido. Coincidentemente, nós escolhemos áreas que guardam afinidade com a pesca. Eu, nas Ciências Sociais, e minha irmã, na Administração e na Contabilidade, mas ela está voltada para a questão de empreendimentos solidários. Ela faz parte do GAL, mas tenta trabalhar também com agricultores, familiares que precisam de algum tipo de ajuda. (Jovem Universitária 1, 2020).

Alguns jovens já deixaram a escola, decidindo-se pela pesca. Outros, permanecem na escola, principalmente na formação profissional e na universidade. Os sonhos de futuro, para alguns, já estão bastante claros e, nas respostas, quando perguntamos como se veem daqui a cinco e dez anos: “Eu me vejo trabalhando na área de Administração. Antes queria fazer agronomia” (Jovem Universitária 3, 2020); “Pretendo continuar na pesca” (Jovem Pescador 4, 2020); ou “Eu quero a Fotografia como profissão. Vou criar um estúdio de fotografia.” (Jovem Universitário 2, 2020).

Eu tenho muitas fotos, né. [...] O que que acontece é que a fotografia é uma história congelada. E eu tenho também uma foto do pôr do sol, que é a coisa mais linda do mundo, que está batendo o pôr do sol, e tinha um cara pescando com uma varinha, e aí ficou uma coisa mais linda porque eu fiz a silhueta dele, e ele ficou todo preto, todo escuro, só que ele jogando a varinha pra dentro do mar, com o pôr do sol do lado. (Jovem Universitário 2, 2020).

O número de universitários cresceu significativamente na primeira década do nosso século, e um dos fatores que pode ter influenciado foi o investimento nas políticas públicas afirmativas, o que pode ter sido um elemento facilitador na realização de projetos de vida. Em São João da Barra, além de fatores políticos, o Porto do Açu é percebido como uma possibilidade de crescimento. Essas projeções de futuro estão evidenciadas nas falas dos jovens como a Universitária 1, com atuação no PEA Pescarte que, até 28 anos, espera já ter concluído o mestrado e possivelmente o doutorado e retarda, para esse período, a maternidade, dentro, portanto do espectro moderno da mulher brasileira que, cada vez mais, estão retardando o sonho

da maternidade. O interessante é que, nesse espectro profissional, ela inclui em seu projeto de trabalho, talvez no Executivo, no campo da Educação Ambiental.

Assim como a relação com o trabalho interfere nos projetos desses em relação às suas escolhas sobre permanecer na pesca ou sobre buscarem formação escolar e profissional para alcançarem melhores espaços e opções no mundo do trabalho. As considerações que seguem a respeito das falas dos sujeitos e que estão organizadas de modo a evidenciar suas expectativas de vida e em que medida eles consideram como importante a escolarização como determinante para o trabalho, ou seja, a relação escolaridade, expectativa e opção de trabalho.

O Jovem Universitário 5 tem, como objetivo, formar-se em Engenharia Civil, ama a matemática e quer ser reconhecido como o “engenheiro fulano de tal”, expressão que denota o orgulho pela profissão. Os sonhos são os mesmos de tantos outros jovens urbanos que esperam alcançar estabilidade de vida, conhecer o mundo, dar o conforto com que os pais sempre sonharam. E o especial, construir a própria casa.

Outra que nos chamou a atenção foi a do Universitário 4, que já trabalha no Porto, e migrou para o curso de Engenharia, embora seu sonho fosse a Educação Física, mas não escolheu essa área, porque o “pessoal dele” dizia que não dava certo pela questão do retorno financeiro. Entretanto ele cita que sempre teve interesse pela parte de equipamentos e, por ser filho de pescador, sempre estava no barco, no meio das máquinas, e o interesse pela engenharia veio desse tempo.

O Universitário 6, que iniciou o curso de biologia na UENF, em 2020, com a pandemia, ainda não tem muita certeza de seu futuro. Na verdade, pareceu-nos que sua aspiração é outra, cursar Design de Modas em São Paulo. É clara a instabilidade na decisão ou na dúvida a respeito de possibilidade de realizar seu sonho, pois admite que, caso continue na Biologia, provavelmente avançaria para o mestrado e seria professor. Nesse depoimento, percebe-se o trabalho da UENF no sentido das possibilidades que oferece a seus acadêmicos de graduação em relação ao prosseguimento de estudos.

(risos) Boa pergunta... ótima. Assim... Eu espero e não espero pela pesca. Porque, se for pela pesca, eu pretendo, peço a Deus que eu cresça bastante, que eu possa ser o mestre daqui a cinco ou dez anos. Porque, como eu falei, por mais que eu ame o mar, que seja marinheiro de verdade, às vezes você está no mar e acaba favorecendo muito para os barões daqui. Acaba sendo um sofrimento, porque você dá o seu sangue pra ver outra pessoa enriquecer. Isso não é legal, e a gente tem muito disso aqui. Na hora de receber, nem sempre é aquilo e acaba levando um tombo. Porque não tem nota, você tem recibo. Já acontece até comigo. Hoje a gente tem nota, trabalha com tudo isso, mas eu vejo pessoas antigas aqui que não conhecem isso e vão lá vender um peixe por um preço, e acaba que o peixe é outro (Jovem Pescador 3, 2020).

Na modernidade, as questões referentes à juventude são cada vez mais complexas. A fase de vida de “coragens”, em que os jovens se sentem desafiados a alçar voos, a dar as costas para o que parece estável no núcleo familiar tem dado sucessivas mostras de impossibilidade, em face das instabilidades e das inseguranças do mundo hoje, vê-se pressionada a conter-se. Num tempo de indiferenças e de negações, de invisibilidades e de fluidez, em que tudo nos escapa das mãos, sair de sua comunidade pode representar uma alteração no status social, e a via que traçaram foi pela Educação.

Nesse ponto, as considerações de Sposito e Carrano (2003) são pertinentes ao defenderem o termo juventudes, quando pretende compreender esse período de vida, em cuja trajetória os determinantes sociopolíticos culturais deixam suas digitais bastante evidentes.

As evidências das agruras que afligem a juventude também surgem nesses relatos, principalmente em relação às jovens. A liberdade, ou suas faces conhecidas como autonomia, identidade, implicam um outro naipe de emoções: o desafio, a incerteza, o não conhecido, como se compreende bem o diálogo das jovens que fizeram escolhas distintas de tantas outras jovens da comunidade. Pela fala dessa jovem, percebe-se o distanciamento dessas famílias tradicionais, em que o futuro parece estar escrito e como a modernidade faz o seu apelo em relação à juventude e do que se projeta hoje para uma jovem universitária, com projetos próprios, pessoais.

De alguma forma, define uma hierarquização do mundo, mas a gente tem que trazer sempre esse contraponto, olhar para as escolhas, ao fazer essa reflexão “A gente fica muito triste quando vê todas as nossas amigas de infância grávidas ou casadas e, assim, só com o ensino médio [...] porque é o comum aqui, né. As pessoas de nossa idade ou estão casadas ou estão prestes a casar” (Jovem Universitária 1, 2020). Mas, ao mesmo tempo, o sentido da “comuna” aflora e pondera se elas não estariam bem nessa condição ou até melhor que aqueles que fizeram outras escolhas e outros caminhos, com maior autonomia e planos próprios.

Embora todo o diálogo com a universitária revelasse uma extraordinária leitura crítica da sociedade, bem como liberdade e clareza em definir sua trajetória de vida, essa determinação não invalida o conflito entre a vida que escolheu e aquela de seu núcleo original. Avançando nas reflexões, destaca um fator interessante e que precisa ser discutido: a ideia que vem sendo colocada em xeque do distanciamento e da hierarquização urbano-rural que, principalmente em função do avanço das novas tecnologias, esses limites se têm tornado ou podem se tornar mais tênues.

E aí eu fiquei assim... joga tudo fora que você já estudou. Porque é assim, é isso, né, são modos de vida diferente, são escolhas diferentes; são tão legítimas quanto [...]. Eu acho que tem que pensar é que a gente tem que oferecer as possibilidades para todo mundo, as oportunidades, elas têm que conhecer, elas têm que escolher, têm subsídios para fazer aquela escolha. Acho inclusive que, me colocar, como algumas pessoas até fazem, como parâmetro positivo, é muito entender e muito colocar um parâmetro de cidade como superior ao parâmetro rural. (Jovem Universitária 1, 2020).

Uma fala amadurecida da Jovem Universitária e transpassada de uma consciência de direitos a que todo cidadão brasileiro deveria ter acesso para que possa ser capaz de fazer escolhas e realizar seus sonhos. Uma fala argumentativa que rebate na questão ideológica da meritocracia, tão defendida pelo ideário conservador.

Ao final, a partir desses condicionantes, foi possível compreender se esses jovens pretendem ou não continuar na pesca e quais razões concorrem para essa trajetória, reconhecendo, como afirma Born (2001), que uma trajetória de vida, apesar de essa realização ser individual e única, também indica diferenças e similaridades, aproximações e interdependências dentro de um contexto social.

Nesse sentido, definir com exatidão o tempo que destinamos às entrevistas, jamais traduziria a singularidade de cada entrevista, desde os primeiros contatos com os jovens, o diálogo e o tratamento posterior às entrevistas. Foram depoimentos que condensaram fragmentos de lembranças de infância, formas de sentir o mundo em que vivem, seus sonhos de futuro e decisões, esperanças e coragem. Todos contaram momentos de sua infância na pesca, participando de lançamentos dos barcos ao mar, trabalhando em atividades relacionadas à pesca com os pais, tios ou avós na conservação dos barcos, na limpeza do pescado. Enfim, são memórias, talvez com uma dose de saudosismo, em que a família traz uma conotação de unidade e de proteção.

O caminho tecido na infância e na adolescência começa a mostrar, nas escolhas desses jovens, os fios que teceram. Se, por um lado, as entrevistas possibilitaram-no uma leitura mais aprofundada da trajetória desses jovens, filhos de pescadores artesanais, de certa maneira, ao cotejá-las com os dados apurados do Censo, elas também revelaram em meio aos sonhos e às posições que assume mediante as situações que a sociedade lhe proporciona, toda a complexidade da economia da pesca artesanal e possibilidades para que esses trabalhadores possam alcançar um índice mais elevado de qualidade de vida humana.

6 CONCLUSÃO

Esta tese se construiu a partir de pesquisa em profundidade conduzida pelo objetivo de analisar as trajetórias de vida de jovens de famílias da pesca artesanal do município de São João da Barra, no Norte Fluminense, num contexto de mudanças econômicas e sociais impulsionadas pela presença de grandes empreendimentos e pela promessa de oportunidades de trabalho e de educação na região.

Inicialmente buscamos conhecer a relação entrelaçada entre a pesca artesanal e o nascedouro do município de São João da Barra. Nesse aspecto, pudemos perceber que os pescadores artesanais estão presentes na região, desde a fundação de uma pequena aldeia, na região de Atafona. Conhecedores não somente da geografia local, esses pescadores são protagonistas da história do lugar, com uma participação significativa na produção e na reprodução da vida no município. Eles viveram o apogeu da cidade em séculos anteriores até seu declínio econômico, nas primeiras décadas do século XX e, mais recentemente, experienciam um outro momento com a força pela presença de grandes empreendimentos que trazem em seu bojo expectativas e preocupações.

Aos moradores do lugar, o cenário de barcos que entram mar/lagoa adentro e retornam com uma variedade de pescado é algo cotidiano que não desperta grande curiosidade. No cotidiano do município, os pescadores comercializam seu pescado. Aos veranistas e turistas que movimentam as praias da região, principalmente Grussaí e Atafona, os pescadores vendem seus peixes frescos, camarões de várias espécies e ganham bons ouvintes para suas aventuras pelos mares, rios e lagoas.

Os pescadores sempre estiveram ali, lançando suas redes de arrasto ou de emalhe, a linha e o anzol, a tarrafa ou outros meios, porém o que nos motivou as indagações que levantamos neste estudo e que possibilitou olhar para esses jovens com interesse particular à pesquisa foi compreender a trajetória de vida das novas gerações locais da pesca, uma atividade tradicional, em busca de analisar os impactos da nova configuração da relação com o mundo do trabalho nesse contexto mais recente. Acompanhar a trajetória de vida de jovens de famílias tradicionais da pesca em São João da Barra, mediante as oportunidades de educação e trabalho na região, no período atual, proporcionou-nos um encontro em que o passado e o futuro de uma atividade econômica mostram pontos de confluência e de distanciamentos.

Se, desde há muito, os pescadores vêm enfrentando um progressivo avanço do mar e destruição de região do Pontal de Atafona, resultado das agressões às águas no leito do rio Paraíba do Sul, e consequente enfraquecimento da força do rio, para se impor ao mar, em

Atafona, em tempos presentes, os pescadores vivenciam disputas de território com outras economias como o turismo, o setor imobiliário e a presença de grandes indústrias, como a E&P do petróleo e gás na BC e a presença do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, tudo isso provocando mudanças significativas com sérias consequências nas águas e no solo, lugar de vida e identidade daqueles pescadores. A instalação do Porto do Açu, no município de São João da Barra, expõe o caráter de instalação e operação dos Grandes Projetos de Investimento no território.

Nesse sentido, vimos a necessidade de abordar questões que circundam o tema central. Num primeiro momento, ao percorrer o olhar, ainda que de modo sucinto, fizemos uma retrospectiva histórica a respeito do contributo cultural dessas comunidades tradicionais, o legado intergeracional, os acordos tácitos bem peculiares que regem o trabalho coletivo da pesca. Em seguida, buscamos compreender os determinantes para a caracterização da juventude, numa perspectiva predominantemente sociológica e o quanto, nas últimas décadas, com o movimento do capitalismo no mundo, a juventude é trazida para o centro de discussões que envolvem a sociedade. E, nesse universo, o destaque para as políticas públicas para a Juventude, principalmente em relação à extensão da escolarização e mecanismos para inserção no trabalho, denunciam essa preocupação, uma vez que elas são necessárias para contrapor, em certa medida, aos efeitos das crises do capitalismo. Em países da periferia do capitalismo, como o Brasil e demais países da América do Sul e Caribe, essas questões vêm associadas a situações que denunciam a desigualdade social e os efeitos da exclusão sobre os jovens, o que justifica a defesa de políticas de ação afirmativa, que se adotaram principalmente, nos governos progressistas recentes.

Em linhas gerais, os estudos a respeito da adolescência e da juventude situam esse período na vida, a partir de conceitos que ultrapassam os limites biológicos, isso porque pode ocorrer alguma variação nessas divisas, em função de condições sócio-históricas e econômicas e que terminam por transportar a discussão para outro plano. Nesse sentido, as distinções que matizam a juventude provocam uma abordagem mais complexa.

Em especial na América Latina, a complexidade de fatores que envolvem a vida do jovem justifica estudos da Sociologia e da Educação que visam pluralizar o termo e considerar “juventudes” como abordado no capítulo que trata deste tema. Essa diversidade se faz evidenciar fatores econômicos, políticos, sociais e mesmo fatores geográficos concorrentes nessa delimitação: são jovens oriundos de camadas sociais distintas, de culturas distintas, do campo ou de cidades, jovens das comunidades tradicionais da pesca artesanal, comunidades indígenas, os quilombolas, dentre outras.

Percorrido esse universo, situamos o território e o espaço construído e a polissemia que esses termos abarcam, para entender as intervenções no NF com a presença de GIs e as relações econômicas com mediações que abraçam diferentes escalas, do global ao regional e local, mostrando-se essa escala local como um ponto de fixação da rede globalizada, a exemplo das considerações de autores citados, como aclara Queiroz (2014):

No lugar, ocorre a dialética das escalas no território: entre as redes e os lugares, entre os lugares em rede e os lugares contíguos, entre o local e o global. No lugar, ocorre a dialética entre as verticalidades – relações verticais, de hierarquia, externas ao lugar, geralmente novas ao lugar, e geralmente demandadas pelo mercado e pelo Estado – e as horizontalidades – relações horizontais, de vizinhança e proximidade, internas ao lugar, geralmente velhas e demandadas pelo Estado e pelas pessoas que vivem no lugar. (QUEIROZ, 2014, p. 158).

Nesse ponto, o referencial teórico percorrido ressaltou as disputas de poder, a fragilidade do poder local e a ambiguidade que adota, por vezes, ao tratar de assuntos que confrontam o poder econômico e os interesses da população. O estudo apontou que a realidade tem mostrado que o local tende a reforçar o poder econômico em detrimento das camadas sociais menos favorecidas, com pouca representatividade política, haja vista os conflitos ambientais tão frequentes em situações dessa natureza, como se registra no caso do Clipa, o que ocorreu no quinto distrito de São João da Barra, local onde pescadores e agricultores tradicionais foram forçosamente desalojados. Em contrapartida, há que se destacar as políticas de mitigação que vêm sendo adotadas sob exigência legal aos empreendimentos de grande porte, cuja natureza do trabalho, por si só, já comporta um potencial considerável de risco ambiental como a E&P de petróleo e gás e as atividades portuárias.

À compreensão das forças em disputa, principalmente, resultantes das políticas neoliberais que se expandiram no mundo, desde os anos de 1980, e a que o Brasil aderiu nos anos de 1990, consideramos que foi importante ressaltar o papel do avanço científico e tecnológico que possibilitou tantas mudanças, à medida que tornaram fluidas as barreiras que estabeleciam distâncias e limites entre continentes, entre países e regiões, entre o rural e o urbano. Como corolário, mudanças, hábitos e vida significativos, puderam ser observados com concentrações cada vez mais densas nas cidades. As discussões sobre os direitos universais da pessoa humana se ampliam, uma vez que as questões referentes à educação, trabalho, moradia, transporte, saúde, saneamento, mais prementes na sociedade moderna, ganham importância haja vista as desigualdades geradas pelo capitalismo, obrigando a adoção das políticas que possam garantir o “direito à cidade”, face ao papel seletivo do Estado, como um de seus agentes modeladores, e de políticas para a organização do espaço urbano.

Por meio dos estudos e da pesquisa, foi possível constatar que, no Brasil, ganham expressão as políticas recentes para a Educação, a exemplo da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com o propósito da interiorização da educação profissional e tecnológica e do ensino superior no país, dentre outras políticas afirmativas.

Finalmente, nossos atores entraram em cena por meio das entrevistas. E, como seus ascendentes são de famílias tradicionais da pesca artesanal, com valores, crenças e hábitos, esses jovens trazem as marcas da tradição impressas na construção de sua identidade. Por essa razão, para compreender suas escolhas, suas aspirações, a leitura de vida desses jovens, entendemos que conhecer o “sentir a vida no lugar” dessa comunidade pesqueira de origem seria fundamental.

E o sentir a vida no/do lugar fez reconhecer a importância da pesca na região, acompanhar os sulcos dos barcos, os encantos e desencantos daqueles que conhecem a “arte da pesca”, e analisar as dificuldades crescentes da atividade que se apresentam imbricadas com questões socioeconômicas e políticas. Dificuldades que estariam traduzidas nas vozes dos atores e em suas posições que variam desde a decisão em buscar novas formas de fortalecimento da economia da pesca artesanal para permanecerem na atividade até a triste constatação de que a desistência seria a melhor saída, pelo menos, para seus filhos, o que, em última instância, configura-se como a ruptura com a tradição secular e com o lugar.

Para a aproximação com esse universo de pesca, as publicações dos pesquisadores do Projeto PEA Pescarte na BC foram fundamentais e, em especial, o acesso aos dados do Censo PEA Pescarte, aplicado às comunidades pesqueiras. O propósito em triangular o referencial teórico e a pesquisa documental com os dados do Censo PEA Pescarte, referentes aos pescadores de São João da Barra, com a pesquisa de campo com os jovens das famílias pesqueiras do município foi um procedimento metodológico que trouxe subsídios para compreender como esses jovens vêm desenhando suas trajetórias de vida e até onde a força da comunidade tradicional enraizado resiste (ou não), aos “chamados da modernidade” apregoados por um discurso hegemônico de “oportunidades de trabalho”, principalmente após a chegada do Clipa, que simbolmente acena para o discurso hegemônico da exaltação da necessidade de Educação e para a condição intransferível do sucesso como a resposta do esforço individual.

Uma questão de fundo que também justificou as entrevistas foi a tentativa de compreender como esses jovens veem a sua posição na sociedade, ou seja, em que medida os seres humanos são determinados por sua herança genética e pelas circunstâncias sociais e culturais ou se são apenas levados a acreditar que decidem individualmente sua trajetória.

Tratando-se, pois, de jovens de comunidades tradicionais da pesca, seria tentar dimensionar a força da vida em comunidade na decisão desses jovens, se eles seriam ou não suficientemente autônomos para aperfeiçoar o legado que receberam ou para romper com suas heranças históricas.

Esse viés da pesquisa nos levou a reforçar a ideia de que uma trajetória de vida, ainda que possa parecer uma decisão individual, está enredada a questões existenciais que se originam nas famílias bem como à realidade social que aprisiona ou impulsiona as pessoas a seguir adiante em seus sonhos e expectativas. É assim que, no campo da pesquisa, percebemos que a tradição e a ancestralidade continuam pulsando forte nessa geração de 18 a 29 anos, mas nem sempre se traduzem na disposição em se manter na profissão, e a crença de que a dinâmica da vida moderna, mais urbana, pode trazer a realização de suas aspirações já sinaliza para outros mares. Para esses, que até mesmo já se encontram no ensino superior, a conquista de capital cultural e social é uma possibilidade que não atribuem à atividade pesqueira, que todos consideraram (pais e filhos) como desvalorizada e, de certa maneira, invisibilizada na sociedade.

Das constatações com que nos deparamos, a consciência desses jovens a respeito da importância da escola foi unânime, como condição para a realização de seus planos e mudança de posição; na sociedade. Esse talvez seja um dos pontos de inflexão entre passado, presente e futuro, pois é fato que a trajetória escolar dos pescadores ser marcada pela desistência, haja vista a escolaridade dos pais (principalmente os homens) dos entrevistados e os dados do Censo PEA Pescarte, já apresentado anteriormente.

A realidade agora é diferente. Não só os jovens que optaram por cumprir todas as etapas da educação básica buscam os cursos profissionais técnicos e tecnológicos ou as universidades, mas também aqueles que querem ser pescadores. Entre esses, encontramos ainda quem não concluiu o ensino fundamental, mas afirmou que, se fossem mais novos, talvez tivessem feito a opção pela escola, porque veem agora como ela é importante. Outros que concluíram o ensino médio e possuem qualificação, mas optaram pela profissão de pescadores. Ainda mais visível essa certeza vem pelos pescadores adultos participantes e jovens do PEA Pescarte que revelam, nas reuniões, o quanto “a educação importa”. Uma Educação emancipadora que solidifica as iniciativas da Educação Ambiental crítica, norteadoras do Projeto.

É possível também admitir que a proximidade territorial de uma escola pública favorece a interação entre os diferentes grupos sociais e interfere na vida das pessoas, num sentido da coletividade, como tal, pode sinalizar para outros horizontes de vida. Nesse aspecto, a narrativa de que o estímulo dos pais desses jovens no sentido da permanência na escola soa como

corolário. A política de expansão da rede federal e a presença de um *campus* do IFFluminense em São João da Barra, em nossa percepção, integram esse ideário. Ao apontar a ação de um IF, faz-se referência a uma educação profissional e tecnológica no sentido de construção de oportunidades e da dignidade da pessoa humana. Essa defesa não desconsidera que a educação profissional é uma modalidade imersa numa arena de disputa, na qual se confrontam uma concepção de educação e de formação cidadã, mas, ao mesmo tempo, convicções econômicas que a atravessam dentro de uma visão mais conservadora e de hierarquia social que mantêm, ou mesmo ampliam a distância entre as camadas sociais.

Nesse sentido, a escola, por ser um espaço preparado para o debate de ideias e de construção de conhecimento, pode ter um papel diferente daquele que alguns educadores metaforizam como um funil, que é de escolher uns em detrimento de outros e, dentre esses, ficam para trás os mais pobres; a escola pública, numa perspectiva transformadora, faz-se ponte para oportunidades e fortalece as consciências no sentido de defender e conquistar condições dignas e de respeito à vida para todos. É possível admitir que, até mesmo os pescadores adultos não questionam essa realidade, pois defendem que a Educação está na base do processo de desenvolvimento econômico e incentivam seus filhos a estudar, para que tenham melhores condições de vida.

Nesse ponto, uma inferência a respeito da compreensão sobre desenvolvimento, uma vez que esse conceito vem sendo ressignificado com o passar do tempo e, em relação às políticas econômicas implementadas, as relações entre os indivíduos e as organizações são afetadas pelo espaço que os separa.

Para nossa análise, falar em desenvolvimento nos levou a pensar, com bases nos estudos bibliográficos realizados, dentro de uma perspectiva de reprodução ampliada da vida humana e natural, que esse precisa ser dimensionado de forma a atender as reivindicações legítimas da sociedade. A compreensão do desenvolvimento passa pela produção de uma riqueza, não medida pelo valor de mercado dos bens e dos serviços acumulados, mas pela utilidade na satisfação de tais necessidades. Isso significa, em tese, uma mudança no conceito da participação popular e no modelo de democracia e de produção e de reprodução da vida. Princípios que reconhecemos pujantes na Educação Ambiental Crítica, desenvolvida pelo PEA Pescarte, que se constrói a partir de condicionantes da participação popular, em que as oportunidades educacionais e as políticas de apoio à pesca artesanal no município têm sido, de fato, efetivas, visando à outra economia em que esses pescadores, “os invisíveis sociais”, possam desenvolver um trabalho mais emancipado, sem se sujeitarem às amarras da exploração comercial. Tratando-se da economia da pesca, o empenho vem no sentido da organização em

outro patamar da capacidade coletiva de trabalho e de decisões já existente no cotidiano desses pescadores, mas que seja banhada do sentido da defesa dos direitos da cidadania plena, incluindo a possibilidade de ter voz e voto nas instâncias de decisão.

Nossos achados nos permitem afirmar que a pesquisa atendeu, em tese, ao objetivo a que nos propusemos, na medida em que pode verificar que, de fato, a realidade mostra um movimento de saída da pesca dessa geração dentre 18 a 29 anos e que as oportunidades de Educação e de trabalho acenam positivamente para essa decisão. Mas isso não significa uma ruptura com a atividade, pois a tradição e a ancestralidade estão tatuadas em sua identidade. Se o mundo possibilitará a realização de seus projetos de vida, só as ondas do tempo decidirão.

No momento, o que é possível verificar, é que, talvez mais que muitos jovens urbanos, eles vêm seguros em suas escolhas, como profissionais da pesca ou Engenharia, Ciência Política, Administração, Biologia ou Fotografia, mas certos de que há um ponto que os une como coletivo e que é intransferível: uma vida regada e construída por valores solidários que tecem a rede da “arte da pesca”.

Nossos jovens vêm construindo suas trajetórias de vida. Para muitos, a pesca sofre, cada vez mais, desprestígio social, e já optaram por novos horizontes. Se, em princípio, a preocupação, ainda que não verbalizada, fosse de que a pesca artesanal estivesse ameaçada a um desaparecimento, a observação do jovem entrevistado que, sem que eu lhe perguntasse a respeito, disse ser surpreendente ver que, apesar de tantas situações adversas e de muitos jovens sanjoanenses declararem que não pretendem seguir na pesca, “eles estão lá”, compondo esse diverso mosaico da juventude brasileira.

É evidente que o estudo não finaliza a questão, mas pode incitar novas questões e novas indagações sobre os destinos da pesca na região. Ao final, em nossa reflexão sobre o objeto desta tese, acreditamos que, o futuro da pesca está sendo escrito por esses jovens, por essas vozes originárias da cultura da pesca, que aprenderam com seus pais a mover seus corpos, a manipular os petrechos nos mares e que sabem que decidir seu destino é algo tão profundo e incerto como a profundidade das águas. Mas ousam ir adiante. Talvez isso repercuta como mais um convite a acompanhar essas trajetórias de vida, pois a incompletude é sempre o desafio para a caminhada.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Juventude situações e condições: Políticas juvenis na perspectiva da relação entre convivência, cidadania e novo status juvenil. **Última década**, Santiago, v. 10, n. 16, p. 117-152, mar. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362002000100005>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Ação Educativa, n. 5/6, p. 25-36, maio/dez. 1997.
- ABRAMO, H.W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer XVI**, [s. l.], n. 1, jan./dez., p. 13-25, 2015.
- ABREU, W. [Sem título]. 2019. Fotografia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9q-9f9cW_dQ. Acesso em: 2 mar. 2020.
- ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294 p.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago., p. 335-351, 2004.
- AQUINO, C. N. P.; CAMPINHO, A. L. M. C.; PEREIRA, L. A. C. Vulnerabilidade Social dos municípios do Norte Fluminense. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO – NORTE FLUMINENSE: DA CRISE À RETOMADA ECONÔMICA?, 17., 2018, Campos dos Goytacazes. **Anais [...]**. Campos dos Goytacazes, RJ: UCAM, 2018.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 279 p.
- ARRUDA, A. P. Condições Habitacionais dos Pescadores na Bacia de Campos. In Trabalho e pesca no litoral fluminense. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora da UENF, p. 6-19, 2019a.
- ARRUDA, A. P. S. Elementos e características da economia solidária. In: TIMÓTEO, G. M. (coord.). **Economia Solidária e desenvolvimento social: perspectivas e desafios no contexto da educação ambiental**. Campos dos Goytacazes, RJ.: Editora da UENF, 2019b. p. 80-91
- ATTIAS-DANFUT, C. Jeunesse et conjugation des temps. **Sociologie e sociétés**, [s.l.], v. 28, n. 1, jan./dez. 1996, p. 13-22. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/001014ar>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ATTIAS-DANFUT, C.; SEGALON, M. **Avoir 20 ans em 2020**. Le nouveau fossé des générations. Paris: Odile Jacob, 2020.

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS DO BRASIL (AGB). **Relatório sobre os impactos socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açu**. Seção Local. AGB: Rio-Niterói, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/561109-Relatorio-dos-impactos-socioambientais-do-complexo-industrial-portuario-do-acu-i.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BARRETO, C. [Sem título]. 2018. Fotografia Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/petrobras-arremata-novo-bloco-do-pre-sal-na-bacia-de-campos>. Acesso em: 27 jan. 2020.

BASTIÉ, J.; DEZERT, B. *L'espace urbain*. Paris: Masson, 1980.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca da segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **A individualidade numa época de incertezas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. **São João da Barra**, 2020. Fotografia.

BRANDÃO, C. A. Crises do(s) Capitalismo(s) e os espaços produzidos nas escalas mundial, nacional e regional. In: ETGES, V. E. **Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional**. Sta. Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2014, p. 9-39.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP/MEC. **Censo da Educação Básica**. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=L5692&text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 7.525, de 22 de julho de 1986**. Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei n. 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência

da República, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17525.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.779.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 6 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010.** Presidência da República, Casa Civil, 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Sistema Nacional da Juventude**. 2020. Disponível em: <https://sinajuve.ibict.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Nota técnica Cgpeg/Dilic/Ibama n. 01/10**. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, DF: MEA, 2010. Disponível em: http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90_notatecnica%2001-10_programasdeeducacaoambiental.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. **Pnad Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 1.082, de 20 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. (MEC e TEM), Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1942-portaria1082-2311099-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Recomendação n. 022, de 09 de abril de 2020**. Recomenda medidas com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19. Conselho Nacional da Saúde. Brasília, 2020. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/images/Recomendacoes/2020/Reco022.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Resultado do Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude. Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por H. Abramo**. Brasília: SNJ, 2014.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan./jun. p. 240-265, 2001.

BOURDIEU, P. **La « jeunesse » n'est qu'un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans Les jeunes et le premier emploi.** Paris: Association des Ages, 1978. p. 520-530. Disponível em: <http://www.tupeuxsavoir.fr/publication/la-jeunesse-nest-quun-mot/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática:** precedido de três estudos da etnologia Cabila. Oeiras: Celta, 2000.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

BOURDIEU, P. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **A distinção:** crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre. Zouk, 2008.

CAMPINHO, A. L. M. de C.; ARRUDA, A. P. S. N. de. Índice de Vulnerabilidade Social do Município de São João da Barra dentro do espectro do Norte Fluminense. **Boletim Petróleo, Royalties e Região,** Campos dos Goytacazes, ano 16, n. 63, p. 42-52, ago. 2019.

CARDOSO, A. Juventude, Trabalho e Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH,** Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, maio/ago. 2013.

CASAL, J. **Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta.** Política y Sociedad, Barcelona, n. 1, p. 97-104, 1988.

CASTELLS, Manuel. *La question urbaine.* Paris: François Maspero, 1977.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATÃO, M. do Ó; PEREIRA, M. C. Juventude e criminalidade sob a perspectiva da Escola de Chicago. **Revista da Faculdade de Direito,** Rio de Janeiro, n. 28, p. 131-156, dez. 2015.

CENSO PEA PESCARTE. Projeto de Mitigação ambiental. PETROBRAS/IBAMA/UENF. Campos dos Goytacazes. 2016.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (Ceperj). **Produto Interno Bruto dos municípios 2015 Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Cperj, 2017.

COSTA, K. V. As práticas de comercialização do pescado na pesca artesanal: uma reflexão sobre a subordinação do pescador artesanal ao intermediário no litoral norte fluminense. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense:** reflexões a partir do censo do PEA Pescarte. [s. l.]: PEA Pescarte, p. 34-55, 2019.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. 5. ed. São Paulo: Ática. 2004.

COSTA, K. V.; BRITO, C. I. de. Participação Popular na Gestão Pública do Meio Ambiente: A aderência da comunidade Pesqueira Artesanal aos Espaços Educativos Proporcionados pelo Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás. *In*: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. [s. l.]: PEA Pescarte, p. 170-204, 2019.

COUTINHO, M. B. de S. **A expansão dos condomínios residenciais em Campos dos Goytacazes**: uma análise do bairro Novo Jockey. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2017.

CORAGGIO, J. L. Una perspectiva alternativa para La economía social: de la economía popular a la economía del trabajo [An alternative perspective for the social economy: from the popular economy to the labor economy]. *In*: CORAGGIO, J. L. (org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas** [The social economy from the periphery: Latin American contributions] Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 165-195.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In*: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 55-76.

CRUZ, José Luís Viana da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

CRUZ, J. L. V. da Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 9, n. 1/3, p. 43-50, jan./dez.2007.

CRUZ, J. L. V. da. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no norte do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. 1, p. 31-61, 2012.

CUNHA, A. R. A. *et al.* Insegurança Alimentar entre os Pescadores Artesanais: status e perspectivas a partir do inquérito alimentar do Censo PEA Pescarte. *In*: TIMÓTEO, G. M. (coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. [s. l.]: PEA Pescarte, p. 57-68, 2019.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. A sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Nupaub/USP, 2004.

DUARTE, L. **As redes do suor**: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba. Rio de Janeiro: Eduff. 1999.

DUBAR, C. **A socialização**: construção de identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Torres, 2005.

FERNANDES, D. Território e territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 59-68, jul./dez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, G. G.; MACEDO, J. G. de. Culturas Juvenis: uma resignificação contemporânea? **Travessias**, Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Artes, Cascavel/PR, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3359>. Acesso em: 4 mai. 2019.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, p. 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 10 jun.2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multiterritorialidade, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho e Geografia**, Porto Alegre. v. 29, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 12 mai.2021

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 126-152, 2015.

HARVEY, D. **As 17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HASENCLEVER, I.; FAURÉ, Y. Limites dos arranjos produtivos locais: Macaé no cenário de reconfiguração da cadeia do petróleo e gás. In: SILVA, Scheila R. A.; CARVALHO, Meynardo Rocha de (org.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, p. 475-473, 2019.

HINE, C. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004. Disponível em: <http://ethnographymatters.net/blog/2013/11/29/christine-hine-on-virtual-ethnography3-internet/> Acesso em: 17 mai. 2021.

HOUAISS, A. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HOWE, N; STRAUSS, W. The next 20 years. **Harvard Business Review**, [s. l.], v. 85, n. 7-8, p. 41-52, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Cidades. **São João da Barra**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 12 fev.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultado do Censo Brasileiro de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE,2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultado do Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Fotografia. (IBGE, Projeção da População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>. Acesso em 21 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2020. Fotografia. Disponível em: <https://www.wikiwand.com/pt/Lista de municípios do Rio de Janeiro>. Acesso em 05 set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

KRAUSKOPK, D. **Participación social y desarrollo en la adolescencia**. 3. ed. San José: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2003.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: Quintas, J. S. (org.). **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2. ed. Brasília: Edições Ibama, 2002. p. 161-198.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, F. C. **O conflito entre a exploração *off-shore* de petróleo e a atividade pesqueira artesanal**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://brazilrounds.anp.gov.br/arquivos/Round9/sismica_R9/Bibliografia/Lopes. Acesso em: 2 dez. 2020.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 11, n. 2. p. 451-463, jul./dez. 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. 2004. 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1999.

MALDONADO, F.; SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, p. 323-333, 2006.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MALAGODI, M. A. S. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1- 12, 2012. Disponível em: [file:/// https://journals.openedition.org/espacoeconomia/136](file:///https://journals.openedition.org/espacoeconomia/136). Acesso em: 28 fev. 2021.

MASSEY, D. Regionalismo: alguns problemas atuais. **Espaço & Debates**, São Paulo, NERU, ano 1, n. 4. p. 50-83, 1981.

MARX, K. **O capital**. vol. I. tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, G. R. Atores hegemônicos (velhos e novos) e a organização do território fluminense: o Porto de Itaguaí e o Porto do Açú. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Porto Alegre: Letra 1, p. 1172-1183, 2014.

MEIRELES, V. H. M. [Sem título]. 2020a. Fotografia.

MEIRELES, V. H. M. [Sem título]. 2020b. Fotografia.

MEIRELES, V. H. M. [Sem título]. 2020c. Fotografia.

MÉSZÁROS, A. **Teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MILKMAN, R. A new political generation: millennials and the post-2008 wave of protest. **American Sociological Review**, Washington, v. 82, n. 1, p. 1-31, 2017.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. do S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 975-95, nov./dez. 2006.

MUMFORD, L. **La cultura de las ciudades**. Buenos Aires: Emecé, 1945.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 4a. ed. 1982.

NOVELLA, R. *et al.* **Millennials na América Latina e no Caribe**: trabalhar ou estudar? Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 2018. Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Millennials_en_Am%C3%A9rica_Latina_y_el_Caribe_trabajar_o_estudiar.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019

NOBRE, M. N. S; SOUZA, T. G. Um retorno ao lulismo? Uma análise das políticas públicas de juventude no Governo Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010). **Revista Socializando**, ano 5, n. 1, mai. p. 62-7, 2018. ISSN 2358-2361.

NOVAES, R. C. R. **Documento técnico contendo proposições para o Programa Estação Juventude**. Brasília: SNJ, 2012. (mimeo).

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39 n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, S. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos no Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conceitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 79-106, 2004.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN ET LA AGRICULTURA (FAO). **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**, La sostenibilidad en acción. 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9229es/ca9229es.pdf>. Acesso: 17 nov. 2021.

ORTEGA Y GASSET, J. “Juventude”. In: ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 239-248.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, [s.l.], v. 25, p. 139-165, 1990.

PEIXOTO, V. *et al.* Análise socioeconômica e Caracterização familiar dos Pescadores Artesanais dos Municípios Confrontantes à Bacia de Campos – RJ. In: TIMÓTEO, G. M. (coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes: Editora da Uenf, 2019. p. 97-119.

PEIXOTO, V. *et al.* Os “Nem-Nem” na População de Pescadores Artesanais dos Municípios Confrontantes à Bacia de Campos – RJ. In: TIMÓTEO, G. M. (coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes: Editora da Uenf, 2019. p. 287-293.

PIQUET, R. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Bahia, v. 9, p. 27-35, 2004.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 167 p.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Abramo, 2004. p. 217-241.

PORTALLUBES. [Sem título]. 2017. Fotografia. Disponível em: <https://portallubes.com.br/2017/08/bacia-de-campos/>. Acesso em: 5 set. 2020.

PRUMO LOGÍSTICA. RIMA: **relatório de impacto ambiental Projeto Spot – AÇU Petróleo**. S.A.P. Rio de Janeiro: Açú Petróleo, 2020. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/RIMA_SPOT.pdf. Acesso em 21 fev. 2021.

QUEIROZ, T. A. N. de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para onde!?**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, ago./dez. p. 154-161, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do encantamento: trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, UNICAMP, 2007.

RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do Encantamento: Trabalho sinônimo de Arte, Estética e Liberdade na Pesca Marítima**. Campinas: Ceres-Unicamp; São Cristóvão: Edufs, 2017.

RAMALHO, C.W. N. Mestria da pesca: cultura de um ofício. **Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, Lisboa, v. 24, n. 2, p. 315-337, jun. 2020.

RESENDE, A. T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. *In*: SILVA, Catia Antonia (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: Desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequências, p.43-67, 2014.

RIMA. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL [Sem título]. 2011. Fotografia. Disponível em: <https://ceivap.org.br/downloads/eia-rima-distrito-industrial-de-sao-joao-da-barra.pdf>. Acesso em 12 jul. 2019.

SACK, R. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, B. S. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura, Souza (org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-78.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M. *et al.* (org.). **Território**: Globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, V. J. dos. Trabalho e Relações de Gênero na Pesca Artesanal: Mudanças e Permanências. TIMÓTEO, G. M. (org.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora da UENF, p. 82-95, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, **Histórico do Município**. Disponível em: <https://www.sjb.rj.gov.br/home>. Acesso em: 10. jul. 2019.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SERRA, R.; TERRA, D.; PONTES, C. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 59-82, jan./dez. 2006.

SILVA, C. A. Circuitos produtivos da pesca artesanal no Rio de Janeiro – Brasil: desafios e contextos. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, Costa Rica, v. 2, p. 1-17, jul./dez. 2011.

SILVA, A. P. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Palmas, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/108691/1/bpd3.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. *In*: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A. Produção Geográfica e novos recortes socioespaciais nas lutas, nas resistências e na contra-hegemonias: reflexões sobre sujeitos e comunidades tradicionais no espaço brasileiro. **Revista da ANPEGE**, Mato Grosso do Sul, v. 16. n. 30, p. 170-189, 220.

SOARES, G. [Sem título]. 2020. Fotografia.

SOUZA, T. N; OLIVEIRA, V. P. S. Conflito socioambiental entre atividades de pesca artesanal marinha e implantação de atividades portuárias no Norte Fluminense. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4, n. 2, p. 219-229, 2010.

SOUZA, M. A. A tal Cidade Média sempre foi execrada por mim, pelo direito que tenho de fazê-lo no Brasil, pois criei o monstro! Entrevista com a Dra. Maria Adelia Souza. [Entrevista concedida a] NEGRI, S. S.; SANTOS, J. W. M. C. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 12-25, nov. 2019. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/13798/209209212621>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **Revista latino-americana e Caribenha de geografia e Humanidades**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área de educação. In: SPOSITO, M. P. (coord.). **Juventude e escolarização: estado do conhecimento**. São Paulo: Ação Educativa, p. 7-33, 2005. Disponível em: www.acaoacademica.org. Acesso em: 15 mar. 2021.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 175-214, 2005.

SPOSITO, M. P. CARRANO P. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TIMÓTEO, G. M. Trabalho e Trajetória Profissional do Censo Pescarte 2016: um Olhar sobre a Formação do Trabalhador da Pesca Artesanal no Litoral Fluminense. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora da UENF, 2019.

TIRIBA, L. Educação popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007.

TOMÁZ, A. de F.; SANTOS, G. (org.). **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. Brasília: Conselho pastoral de pescadores, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE/RJ). Secretaria-Geral de Planejamento. **Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro. São João da Barra**. Rio de Janeiro: TCE, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/almcc/Downloads/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202016%20-%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20da%20Barra%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/almcc/Downloads/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202016%20-%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20da%20Barra%20(1).pdf). Acesso em: 21 mar. 2019.

TURATO, E.R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis (RJ): Vozes; 2003.

TIMÓTEO, G.M. PROGRAMA PLATAFORMAS DE CIDADANIA. **Justificativa para atuação na linha de ação A**. Campos dos Goytacazes. 2013a. Disponível em:

http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/proposta/6_proposta%20projeto_linhaa_pescarte_rev01_corpo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

TIMÓTEO, G.M. PLATAFORMAS DE CIDADANIA. **Proposta de projeto para atuação na linha de ação A**, UENF. 2013b. Disponível em: http://www.proposta%20projeto_linhaa_pescarte_rev01_corpo.pdf. Acesso em 5 maio 2019.

TIMÓTEO, G.M. Programa Petrobras de Educação Ambiental da Bacia de Campos: Plataformas de Cidadania. **Plano de Trabalho do Projeto PESCARTE** – EA Linha de Ação A: Organização comunitária para participação na gestão ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. 2013. Disponível em: http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano_trabalho/6_pescarte%20-%20plano%20de%20trabalho%20dois%20anos_final_digital.pdf. Acesso em 26 set. 2019.

TIMÓTEO, G.M. PEA PESCARTE. **Plano de Trabalho para o Segundo Ciclo do PESCARTE. Linha de Ação A**: organização comunitária para participação na gestão ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. PEA-Pescarte, UENF, 2013. Disponível em: http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano_trabalho/6_pescarte_plano%20de%20trabalho%20segundo%20ciclo_rev.02%20ibama%20final.pdf. Acesso em 12 jun. 2020.

VAINER, C. B. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 21-34, set. 1993.

VALOR ECONÔMICO. [Sem título]. 2020. Fotografia. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/06/22/petrobras-vai-dobrar-exportaes-de-petrleo-a-partir-do-porto-do-au.ghml>. Acesso em: 3 nov. 2020.

VASCONCELLOS, L. da S. [Sem título]. 2020a. Fotografia.

VASCONCELLOS, L. da S. [Sem título]. 2020b. Fotografia.

VASCONCELLOS, L. da S. [Sem título]. 2020c. Fotografia.

VASCONCELOS, P. de A. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 17-23, dez. 2015. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1780>. Acesso em 23 jan. 2021.

VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 90-113, 1989.

WALTER, T. **Novos usos e novos mercados**: qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Seropédica/Rio de Janeiro, 2010.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

CONSULTA BIBLIOGRÁFICA

- BRASIL. **Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude E-START. Plano Nacional de Desenvolvimento de Empreendedorismo e StarUp para a juventude.** Brasília: SNJ, 2018. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/plano-nacional-de-desenvolvimento-de-empreendedorismo-e-startups-para-juventude/> Acesso em: 5 jan. 2021.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-48 2008.
- DIEGUES, A. C.; SALLES, R. (org.). **Ciências Sociais e o mar no Brasil.** São Paulo: Nupaub/USP, 1998. (Coletânea do II Encontro).
- INFO ROYALTIES. **Universidade Candido Mendes,** Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- LOUÇÃ, F. Marx e o trabalho, origem de todas as coisas. 2016. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/marx-e-o-trabalho-origem-de-todas-as-coisas/2016>. Acesso em: 7 maio 2021.
- PORTAL PEA-BC. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=pea>. Acesso em: 3 set. 2019.
- PORTO DO AÇU. **Regulamento Portuário.** Administração Portuária do Porto do Açu Porto do Açu Operações S. A. 2. ed. São João da Barra: Porto do Açu, 2019.
- SANTOS, M.; BERGER, M. **Território, Territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.
- VILAÇA, N. M; LOPES, A. F. A implantação do Porto do Açu: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos. **Boletim do Observatório Alberto Lamago,** Campos dos Goytacazes, v. 12, n. 2, jul./dez. 2018, p. 335-360. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/11376>. Acesso em: 7 fev. 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nº _____ Data da aplicação: ____/____/2020

Nome do Entrevistado (opcional): _____ Idade _____

Município onde reside: _____ Rua _____ Nº _____

Estado civil _____ Filhos? _____

LOCAL DE MORADIA

1. Você sempre morou em SJB? Nasceu em São João da Barra?
2. Sua família sempre morou aqui em SJB?

FAMÍLIA - TRABALHO E PESCA

3. Sua família é tradicionalmente da pesca?
4. Há quanto tempo a sua família trabalha na pesca artesanal?
5. Quem da sua família trabalha com pesca artesanal? As atribuições de cada um na pesca.
6. E você? Conhece a arte da pesca? Também trabalha ou já trabalhou na área da pesca?
Em caso positivo, com quanto anos começou a trabalhar na pesca?
7. Sua família realiza alguma atividade além da pesca?
8. Em sua família, as mulheres trabalham na pesca?
9. Que avaliação faria da importância da ação feminina na pesca?

ESCOLARIDADE

10. Conte-nos um pouco de sua trajetória escolar.
11. Considera que a escola pública do município é bem assistida e oferece uma educação de boa qualidade?
12. Qual o grau de escolaridade de seus pais e de seus familiares mais próximos?
13. Sua família incentivava para que estudasse?
14. Quais as expectativas seus familiares a respeito da sua formação escolar?

Você trabalha atualmente? Em que você trabalha?

15. Que tipo de atividade desenvolve/desenvolveu na pesca? Você gosta de trabalhar na pesca? Pretende continuar na atividade pesqueira? Por quê? Seus pais/familiares aprovam que você trabalhe na pesca?
16. Que dificuldades apontaria no trabalho da pesca?
17. Interessa-se por cursos que podem facilitar a vida na pesca? Já fez cursos relacionados ao trabalho na pesca? Quais cursos julga importantes para o desenvolvimento da atividade no sentido da autonomia dos pescadores artesanais?
18. Caso eu solicitasse uma fotografia de sua comunidade da pesca, como a retrataria?

PESCA E REGIÃO

19. Gostaria que comentasse quais os aspectos (positivos e/ou negativos) você destacaria na vida da pesca na região.

20. Acredita que a população de sua região /município encontra uma oferta de postos de trabalho satisfatória? Onde especificamente?
21. Em sua opinião, no caso de uma oferta mais satisfatória, os pescadores artesanais deixariam a atividade da pesca?
22. Você acha que a presença do Porto do Açú interferiu na pesca? Em que aspectos?
23. Em especial, desde que o Porto do Açú foi construído, quais dificuldades apontaria para as comunidades da pesca artesanal?
24. A criação do Porto do Açú interferiu em suas escolhas de formação? e de alguém da família ou mesmo algum conhecido, levando-o(s) a estudar ou voltar à escola?
25. Como avalia as políticas direcionadas para a atividade da pesca artesanal na região e em seu município?
26. Até que ponto considera positivas essas iniciativas de proteção?
27. Que perspectiva você teria para a pesca na região, numa projeção temporal de 5 ou 10 anos?
28. Você participa de algum projeto ou de alguma associação de incentivo à pesca artesanal no município? Caso participe, que avaliação faz dessas organizações?
- 29- Percebe alguma modificação no comportamento da juventude de São João da Barra o que se refere à educação nos últimos 5 anos?

EXPECTATIVAS

30. Qual era o seu sonho profissional quando você tinha 8 anos? (o que você gostaria de ser) Por quê?
31. Qual era o seu sonho profissional quando você tinha 15 anos? Por quê?
32. Que sonhos você já realizou? Ou, atualmente, qual é o seu objetivo profissional?
33. Qual trabalho/atividade você imagina realizar daqui a 5 anos? Por quê?
34. O que você gosta de fazer nas horas livres? (Atividades/loais de passeio)

Entrevistas realizadas de maio a dezembro de 2020.